

UNESP - UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FAAC - FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO MIDIÁTICA
LINHA DE PESQUISA: PROCESSOS MIDIÁTICOS E PRÁTICAS
SOCIOCULTURAIS

KARLA TAMAROZZI DE OLIVEIRA

**O FLUXO MIGRATÓRIO DOS VENEZUELANOS RETRATADO PELO
NEXO JORNAL À LUZ DO JORNALISMO PARA A PAZ**

BAURU/SP

2020

UNESP - UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FAAC - FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO MIDIÁTICA
LINHA DE PESQUISA: PROCESSOS MIDIÁTICOS E PRÁTICAS
SOCIOCULTURAIS

**O FLUXO MIGRATÓRIO DOS VENEZUELANOS RETRATADO PELO NEXO
JORNAL À LUZ DO JORNALISMO PARA A PAZ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação – Área de Concentração em Comunicação Midiática, da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Bauru (SP), como requisito para a obtenção do título de Mestre em Comunicação, sob a orientação do Prof. Dr. Livre Docente Maximiliano Martin Vicente.

BAURU/SP

2020

Oliveira, Karla.

O fluxo migratório dos venezuelanos retratado pelo
Nexo Jornal à luz do Jornalismo para Paz / Karla
Oliveira, 2020
207 f.

Orientador: Maximiliano Martin Vicente

Dissertação (Mestrado)-Universidade Estadual
Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e
Comunicação, Bauru, 2015

1. Migração venezuelana. 2. Nexo Jornal. 3.
Jornalismo para Paz. 4. Xenofobia. 5. Análise
jornalística I. Universidade Estadual Paulista.
Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação. II.
Título.

KARLA TAMAROZZI DE OLIVEIRA

**O FLUXO MIGRATÓRIO DOS VENEZUELANOS RETRATADO PELO NEXO
JORNAL À LUZ DO JORNALISMO PARA A PAZ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação – Área de Concentração em Comunicação Midiática, da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Bauru (SP), como requisito para a obtenção do título de Mestre em Comunicação, sob a orientação do Prof. Dr. Livre Docente Maximiliano Martin Vicente.

Banca examinadora:

Professor Dr. Livre Docente Maximiliano Martin Vicente

Presidente/Orientador

Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação – Unesp Bauru/SP

Professora Dr. Raquel Cabral

Docente – Avaliadora Interna

Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação – Unesp Bauru/SP

Professora Dr. Márcia Buzalaf

Docente – Avaliadora Externa

Universidade Estadual de Londrina – UEL, Londrina/PR

Resultado: _____

Bauru, _____ / _____ / _____

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE KARLA TAMAROZZI DE OLIVEIRA, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, DA FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO - CÂMPUS DE BAURU.

Aos 18 dias do mês de novembro do ano de 2020, às 14:00 horas, no(a) via sistemas de videoconferência e outras ferramentas para comunicação a distância, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de KARLA TAMAROZZI DE OLIVEIRA, intitulada *O fluxo migratório dos venezuelanos retratado pelo Nexo Jornal à luz do Jornalismo para Paz*. A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Professor Associado MAXIMILIANO MARTIN VICENTE (Orientador(a) - Participação Virtual) do(a) Departamento de Ciências Humanas / Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação de Bauru, Profa. Dra. RAQUEL CABRAL (Participação Virtual) do(a) Departamento de Comunicação Social / Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação - FAAC - UNESP - Bauru/SP, Prof^ª. Dr^ª. MÁRCIA NEME BUZALAF (Participação Virtual) do(a) Centro de Educação Comunicação e Artes / Universidade Estadual de Londrina. Após a exposição pela mestrande e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, a discente recebeu o conceito final: APROVADA . Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.

Professor Associado MAXIMILIANO MARTIN VICENTE

Maximiliano Martin

Dedico este trabalho a todos os imigrantes que ainda estão à deriva em tantas regiões fronteiriças do mundo vivendo situações de preconceito e xenofobia e privados de assistência humanitária. Espero que este trabalho possa promover a reflexão sobre um dos principais problemas sociais da nossa atualidade e seu retrato na mídia e que possamos repensá-lo com base nos preceitos de paz e dos Direitos Humanos.

AGRADECIMENTOS

Sou grata a Deus por ter me concedido força e coragem para cumprir e concluir com os desafios apresentados a mim por este Mestrado. Agradeço a Ele por me dar saúde e energia suficiente para poder abraçar esta oportunidade de que tive dentro do universo acadêmico. Sou grata a todas as forças espirituais que me encaminharam e colocaram ideias de luz em tantos momentos de escuridão.

Agradeço à Amelie, minha filha, que foi gerada, nascida e está sendo criada neste ambiente acadêmico que promove e lidera a Educação do País – a chave para a evolução de uma sociedade.

Obrigada especialmente ao Fabrício, que foi muito mais que meu companheiro nessa jornada, ele foi quem soube me proporcionar um porto seguro, que é o nosso lar – onde aprendemos que com o apoio familiar tudo é possível.

À minha mãe, quem reforçava diariamente que acredita na capacidade desta filha tão “sabereta” e reforça há 35 anos que eu sou capaz.

Ao meu sempre e eterno professor e mestre, Maximiliano Martin, minha grande referência desde a graduação e o responsável por mais que me orientar, mas acima de tudo, me encorajar e me empoderar. O responsável por abrir portas e mundos para mim e a quem sempre admirarei infinitamente.

A todos os companheiros de curso, profissionais e professores da Unesp Bauru, que me acolheram com muita atenção e são grandes os responsáveis por transformar a Educação deste país.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001 pelas concessões de bolsa mestrado e do recurso de custeio do Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP).

“Ninguna aventura de la imaginación tiene más valor literario que el más insignificante episodio de la vida cotidiana”.

“No tenemos otro mundo al que podemos mudar”.

“Dadme un prejuicio y moveré el mundo.”
(Gabriel García Márquez)

OLIVEIRA, Karla Tamarozzi. **O Fluxo migratório dos venezuelanos retratado pelo Nexo Jornal à luz do Jornalismo para Paz. Bauru, 2020.** Dissertação de Mestrado (Mestrado Acadêmico em Comunicação) – FAAC – UNESP, sob a orientação do Professor Dr. Livre Docente Maximiliano Martin Vicente. Bauru, 2020.

RESUMO

Esta dissertação de Mestrado analisa a cobertura jornalística realizada pelo Nexo Jornal sobre a imigração venezuelana no Brasil ao longo de 2018, sendo este um período crítico da nossa história recente com a ocorrência de conflitos políticos e sociais que levaram a ataques violentos e mortes por motivação xenófoba. As estratégias jornalísticas e os enfoques editoriais deste recorte são analisados sob a lupa dos principais preceitos do Jornalismo para a Paz por meio dos estudos e do cruzamento de seus principais autores juntamente com uma metodologia analítica e quantitativa especialmente criada segundo esta linha de estudos. Para isso, trabalhamos com as contribuições de Johan Galtung (2003), McGoldrick e Lynch (2000), Shinar (2008), Pureza (2000), Lago (2010) entre vários outros estudiosos. Com a finalidade de respaldar o entendimento mais amplo deste cenário sócio e politicamente complexo, tratamos de apresentar também a recapitulação da história da Venezuela nas últimas décadas, trazer algumas reflexões e atualizações sobre a representatividade deste fluxo migratório hoje para o continente e para o Brasil, pesquisamos sobre a criação e as bases jornalísticas do Nexo Jornal juntamente com uma entrevista com o editor responsável pelos temas humanitários e apresentamos os resultados qualitativos e quantitativos acompanhados da análise de conteúdo de todas as publicações. Ao final, este trabalho mostra uma tentativa de análise jornalística sob a luz do Jornalismo para a Paz e propõe um debate fundamentado sobre como as propostas desta linha de estudos podem ser aproveitadas pelo sistema midiático complexo dos dias de hoje.

Palavras-chave: Migração venezuelana; Nexo Jornal; Jornalismo para a Paz; xenofobia; análise jornalística.

ABSTRACT

This Master's dissertation analyzes the journalistic coverage carried out by Nexo Jornal on Venezuelan immigration in Brazil throughout 2018, being this a critical period in our recent history with the occurrence of political and social conflicts, which led to xenophobic-motivated violent attacks and deaths. The journalistic strategies and editorial approaches of this clipping are analyzed under the magnifying glass of the main precepts of Peace Journalism through studies and the crossing of its main authors along with an analytical and quantitative methodology which was specially designed according to this studies. For that end, we work with the contributions of Johan Galtung (2003), McGoldrick and Lynch (2000), Shinar (2008), Pureza (2000), Lago (2010) among several other researchers. In order to support the broader understanding of this socially and politically complex scenario, we also showcase a historical review of Venezuela in the past recent decades, bringing some reflections and updates on the representativeness of this migratory flow today to the continent and to Brazil, we researched the creation and journalistic bases of Nexo Jornal along with an interview with the editor in charge of the humanitarian issues and presented the qualitative and quantitative results accompanied by the content analysis of all published articles. Finally, this work shows an attempt at journalistic analysis in the light of Peace Journalism and proposes a reasoned debate on how the proposals of this line of studies can be used by today's complex media system.

Keywords: Venezuelan migration; Nexo Jornal; Peace Journalism; xenophobia; journalistic analysis.

RESUMEN

Esta disertación de Maestría analiza la cobertura periodística realizada por el Nexo Jornal sobre la inmigración venezolana en Brasil a lo largo de 2018, siendo este un período crítico en nuestra historia reciente con la ocurrencia de conflictos políticos y sociales que derivaron en ataques violentos y muertes con motivación xenófoba. Las estrategias periodísticas y enfoques editoriales de este recorte se analizan bajo la lupa de los principales preceptos del Periodismo para la Paz a través de los estudios y del cruce de sus principales autores junto con una metodología analítica y cuantitativa especialmente diseñada según esta línea de estudios. Para ello, trabajamos con los aportes de Johan Galtung (2003), McGoldrick y Lynch (2000), Shinar (2008), Pureza (2000), Lago (2010) entre varios otros estudiosos. Con el fin de apoyar una comprensión más amplia de este escenario sociopolíticamente complejo, también intentamos presentar una revisión de la historia de Venezuela en las últimas décadas, planteando algunas reflexiones y actualizaciones sobre la representatividad de este flujo migratorio hoy para el continente y para Brasil, investigamos la creación y las bases periodísticas del Nexo Jornal junto con una entrevista con el editor responsable de temas humanitarios y presentamos los resultados cualitativos y cuantitativos acompañados del análisis de contenido de todas las notas. Al final, este trabajo muestra un intento de análisis periodístico a la luz del Periodismo para la Paz y propone un debate razonado sobre cómo las propuestas de esta línea de estudios pueden ser utilizadas por el complejo sistema mediático actual.

Palabras clave: Migración venezolana; Nexo Jornal; Periodismo para la Paz; xenofobia; análisis periodístico.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – GRÁFICO DO NÚMERO DE SOLICITAÇÕES DE REFÚGIO DE ACORDO COM OS ANOS PELAS ESTIMATIVAS DO CONARE	32
FIGURA 2 – NÚMEROS DA POLÍCIA FEDERAL DE VENEZUELANOS ENTRANDO NO BRASIL DE ACORDO COM O ANO.....	33
FIGURA 4 – QUADRO DOS TIPOS DE VIOLÊNCIA.....	44
FIGURA 5 – COMPARATIVO ENTRE A ABORDAGEM DO JORNALISMO PARA A PAZ E JORNALISMO PARA GUERRA DE LYNCH E MCGOLDRICK	60
FIGURA 6 – DADOS DA AUDIÊNCIA DO NEXO JORNAL SEGUNDO O SITE SIMILAR WEB	77
FIGURA 7 – DADOS DE ORIGEM DA AUDIÊNCIA DO NEXO JORNAL SEGUNDO O SITE SIMILAR WEB	78
FIGURA 8 – DADOS DE MÍDIAS DE ENCAMINHAMENTO PARA O NEXO JORNAL SEGUNDO O SITE SIMILAR WEB	78
FIGURA 9 – DADOS DE AUDIÊNCIA ORGÂNICA E PAGA DO NEXO JORNAL SEGUNDO O SITE SIMILAR WEB	80
FIGURA 10 – DADOS DE AUDIÊNCIA PROVENIENTE DAS MÍDIAS SOCIAIS PARA O NEXO JORNAL SEGUNDO O SITE SIMILAR WEB	81
FIGURA 11 – DADOS DE AUDIÊNCIA CRUZADA COM DEMAIS MÍDIAS BRASILEIRAS	81

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – TABELA DE MATÉRIAS ANALISADAS NESTE CORPUS	91
TABELA 2 - QUESTIONÁRIO APLICADO PARA ANÁLISE DE CADA MATÉRIA ..	93
TABELA 3 - COBERTURA AMPLIFICADA PARA TODA A POLÍTICA VENEZUELANA.....	96
TABELA 4 - QUESTIONÁRIO APLICADO - MATÉRIA PRÉVIA 1 DE 2017.....	102
TABELA 5 - QUESTIONÁRIO APLICADO - MATÉRIA PRÉVIA 2 DE 2017.....	105
TABELA 6 - QUESTIONÁRIO APLICADO - MATÉRIA 1 DO CORPUS	109
TABELA 7 - QUESTIONÁRIO APLICADO - MATÉRIA 2 DO CORPUS	112
TABELA 8 - QUESTIONÁRIO APLICADO - MATÉRIA 3 DO CORPUS	116
TABELA 9 - QUESTIONÁRIO APLICADO - MATÉRIA 4 DO CORPUS	120
TABELA 10 - QUESTIONÁRIO APLICADO - MATÉRIA 5 DO CORPUS	123
TABELA 11 - QUESTIONÁRIO APLICADO - MATÉRIA 6 DO CORPUS	128
TABELA 12 - QUESTIONÁRIO APLICADO - MATÉRIA 7 DO CORPUS	131
TABELA 13 - QUESTIONÁRIO APLICADO - MATÉRIA 8 DO CORPUS	136
TABELA 14 - QUESTIONÁRIO APLICADO - MATÉRIA 9 DO CORPUS	139
TABELA 15 - QUESTIONÁRIO APLICADO - MATÉRIA 10 DO CORPUS	143
TABELA 16 - QUESTIONÁRIO APLICADO - MATÉRIA DE CONTINUIDADE DE 2019.....	147
TABELA 17 - LISTA COMPLETA DAS FONTES ENTREVISTADAS NO CORPUS DE 2018	157
TABELA 18 - LISTA DE HIPERLINKS APONTADOS NO RECORTE.....	158
TABELA 19 - TABELA FINAL COM O CONTEÚDO DE TODO O RECORTE.....	159

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – TEMA DA MIGRAÇÃO INSERIDA NA COBERTURA POLÍTICA COMPLETA	94
GRÁFICO 2 - TEMAS PRESENTES NA COBERTURA COMPLETA.....	95
GRÁFICO 3 – EDITORIAS DA COBERTURA	95
GRÁFICO 4 - NÚMEROS DE MATÉRIAS POR MÊS.....	96
GRÁFICO 5 - PONTUAÇÃO DE MATÉRIA EXEMPLO 1 DE 2017.....	103
GRÁFICO 6 - PONTUAÇÃO DE MATÉRIA EXEMPLO 2 DE 2017.....	106
GRÁFICO 7 - PONTUAÇÃO DA MATÉRIA 1.....	110
GRÁFICO 8 - PONTUAÇÃO DA MATÉRIA 2.....	113
GRÁFICO 9 - PONTUAÇÃO DA MATÉRIA 3.....	117
GRÁFICO 10 - PONTUAÇÃO DA MATÉRIA 4.....	121
GRÁFICO 11 - PONTUAÇÃO DA MATÉRIA 5.....	125
GRÁFICO 12 - PONTUAÇÃO DA MATÉRIA 6.....	129
GRÁFICO 13 - PONTUAÇÃO DA MATÉRIA 7.....	133
GRÁFICO 14 - PONTUAÇÃO DA MATÉRIA 8.....	137
GRÁFICO 15 - PONTUAÇÃO DA MATÉRIA 9.....	141
GRÁFICO 16 - PONTUAÇÃO DA MATÉRIA 10.....	144
GRÁFICO 17 - PONTUAÇÃO DE MATÉRIA DE 2019.....	147
GRÁFICO 18 - PONTUAÇÃO DE MATÉRIA DE 2019.....	151
GRÁFICO 19 - TOTAL GERAL DE TODOS INDICATIVOS DA COBERTURA DE 2018	152
GRÁFICO 20 - PONTUAÇÃO FINAL GERAL DO RECORTE.....	156

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO 1: Breve contextualização social, política e econômica da Venezuela nas últimas décadas.....	21
1.1. Antecedentes	21
1.2. Cenário para a chegada de Chávez.....	24
1.3. Reação ao Chavismo	27
1.4. Desdobramentos recentes	27
1.5. Recente crise econômica.....	28
1.6. Assembleia Nacional Constituinte	30
1.7. Migrações Venezuela-Brasil.....	31
1.8. Pedido de Fechamento de Fronteira.....	36
1.9. Entendendo esta migração e suas fronteiras sociais.....	38
CAPÍTULO 2: Referencial Teórico sobre o Jornalismo para a Paz.....	43
2.1. Investigação para a Paz.....	43
2.2. O papel da comunicação e do jornalismo nestes estudos.....	46
CAPÍTULO 3: Entendendo o caminho editorial do Nexo Jornal	74
3.1. Prêmio e reconhecimentos.....	75
3.2. Alcance e audiências.....	76
3.3. Modelo de financiamento	81
3.4. Como o veículo encontra o Jornalismo para Paz.....	84
CAPÍTULO 4: Metodologia e análises aplicadas	89
4.1. Foco da Análise de Conteúdo deste trabalho	89
4.2. Objetivos da Análise de Conteúdo dentro deste trabalho.....	90
4.3. Cobertura analisada: Migração venezuelana para o Brasil no Nexo Jornal em 2018.....	90
4.4. Metodologia desenvolvida e aplicada no recorte de 2018.....	92
4.5. Questionário aplicado.....	93
4.6. O universo em que a migração venezuelana se insere.....	94
4.7. Análise de Conteúdo e Tabela de Classificação do Jornalismo para Paz aplicadas a matérias prévias de 2017.....	100
4.8. Análises do corpus de cobertura focal (2018)	106
4.9. Análise da continuidade do tema em 2019.....	145

4.10. Visão geral do recorte de 2018.....	152
CAPÍTULO 5 – REFLEXÕES FINAIS – ENCONTROS E DESENCONTROS ENTRE	
ANÁLISES E CONCEITOS	195
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	200

Introdução

Este projeto nasceu especificamente a partir de todo o conteúdo oferecido pela disciplina “Comunicação para Cultura de Paz e Interculturalidade”, que é oferecida por este Programa de Pós-Graduação pela docente Raquel Cabral.

Durante o desenvolvimento de uma das atividades propostas, eu e meu grupo analisamos o tema da migração venezuelana para o Brasil com o olhar dos Estudos para a Paz e acabamos nos deparando com coberturas jornalísticas bastante ricas para estas discussões – o que nos levantou perguntas sobre o tratamento deste caso na imprensa brasileira e também sobre como tal linha teórica estaria incorporada na cultura e no trabalho jornalística do nosso país.

Após a finalização do semestre e a transformação da cobertura do Nexo Jornal para este tema em um projeto de Mestrado junto com o professor orientador Maximiliano Martin Vicente, nossos questionamentos se aprofundaram ao redor de alguns tópicos que pudessem contribuir para o desenvolvimento de trabalhos analíticos para esta linha teórica com a imprensa brasileira.

Como poderíamos criar uma reflexão para trazer as teorias do *Peace Journalism* para a realidade do contexto midiático brasileiro de forma embasada?

A escolha desta linha teórica inicialmente nos trouxe insegurança por ser um tema de escassas publicações no Brasil e um referencial pouco utilizado e aplicado dentro de análises de conteúdo.

Assim, a metodologia nos desafiou e nos dedicamos neste trabalho em criar e aplicar análises quantitativas e qualitativas que pudessem nos abrir um caminho dedicado ao entendimento dos aspectos do Jornalismo para a Paz dentro de uma cobertura jornalística brasileira. Trabalhamos então com o objetivo de gerar mais embasamento para uma reflexão guiada e a amplitude das discussões sobre enfoques, práticas e coberturas jornalísticas que tragam algo desta fundamentação teórica para a realidade e prática jornalística brasileira.

Nossa dissertação pretende reforçar o crescimento do Jornalismo para a Paz dentro da agenda acadêmica de nosso país e com isso ampliar as possibilidades de análises que os trabalhos acadêmicos possam ter à disposição.

Os refugiados se configuram hoje como uma das principais preocupações globais tanto para os países, em suas políticas internas, como para a Organização Mundial das Nações Unidas (ONU), que considera a crise dos refugiados a crise

humanitária mais intensa do século. A própria ONU estima que a última crise migratória de tamanha proporção se deu durante a Segunda Guerra Mundial.

O mundo hoje tem cerca de 272 milhões de migrantes internacionais, segundo as estimativas do Relatório de Migração Global 2020, divulgado pela Organização Internacional para Migrações, OIM. Dois terços dessas pessoas são considerados migrantes de mão-de-obra. No primeiro relatório do tipo, publicado no ano 2000, os migrantes internacionais representavam 2,8% da população global, com 150 milhões. Em 20 anos, este índice pulou para 3,5%, com um aumento de 122 milhões.

O refúgio é causado, geralmente, por guerras. No entanto, não somente as guerras em si, mas conflitos de ordem política também colocam a pessoa na situação do refúgio. Muitos cidadãos fogem de seus países porque são ameaçados por organizações criminosas que dominam o cenário político local. Outros fogem porque perdem tudo na guerra e a situação do país impede a reconstrução de suas vidas.

No caso da Venezuela, há uma crise que coloca os cidadãos em necessidade de ajuda humanitária, pois a fome, o desemprego e a instabilidade econômica afetam drasticamente a população mais vulnerável. Os conflitos políticos e perseguições ideológicas também acontecem por lá.

De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, 1 milhão é o número de venezuelanos que deixaram seu país entre 2014 e 2017 rumo a tantos outros países.

Aqui no Brasil, todos os dias, venezuelanos entram em nosso território em busca de uma vida melhor. O motivo é o agravamento da crise político-econômica na Venezuela, governada pelo presidente Nicolás Maduro. Segundo a Polícia Federal brasileira, até o final de 2017, cerca de 30 mil venezuelanos haviam pedido regularização no Brasil. Destes, cerca de 22 mil solicitaram refúgio e 8 mil pediram residência.

Apesar das diferentes tentativas de contabilizar este fluxo, há muita divergência nos cálculos oficiais e extraoficiais de entrada e saída. Além disso, uma das características dessa movimentação acontece pois muitos deles entram e saem do país (na maior parte das vezes por Roraima) apenas para comprar mantimentos ou outros itens, enquanto outros entram e permanecem sem registro formal.

Sem dúvidas, a Venezuela vive um cenário de difíceis perspectivas. O governo cortou programas sociais, a inflação está em escala ascendente e a rotina é de

escassez de alimentos e medicamentos. A consequência foi o aumento do fluxo migratório de pessoas para o Brasil e para a Colômbia.

O tema se configura como uma questão sensível para as políticas migratórias brasileiras e trata de um fluxo migratório considerável sendo o maior no Brasil hoje, embora esteja longe de sobrepassar a capacidade de absorção brasileira. O país registra um número baixo de imigrantes em comparação com o PIB, com a extensão territorial e com a população total. Todos os imigrantes, regulares e irregulares, correspondem hoje, no Brasil, a 1% da população total do país. Nos EUA, é 14%. Na Argentina, 4%.

Compreende-se que a multiculturalidade e interculturalidade sejam processos complexos e o caso de venezuelanos no Brasil não é diferente. As migrações produzem transformações culturais que são mencionadas como “mutações econômico-culturais” - estas se observam, entre outras esferas, em práticas religiosas, políticas, econômicas, sociais, culturais, artísticas e comunicacionais.

As vozes dos migrantes muitas vezes são caladas ou mal interpretadas pela imprensa, que tende a reproduzir o imaginário coletivo e a opinião pública oficial. A cobertura midiática retrata frequentemente o fluxo de venezuelanos para fora do país caribenho como “êxodo”, “diáspora” e “crise migratória”, e tem como origem a turbulência política, social e econômica. Em nosso País, o governo brasileiro tarda e custa em oferecer políticas e programas que atendam com dignidade.

Nesta temática, o “bom jornalismo” é questionado e os preceitos de cultura para a paz são colocados em pauta quando o discurso chega permeado de violência, destrato, ódio e contempla graves episódios de xenofobia.

Na perspectiva deste tema social, este trabalho propõe a compreensão do corpus jornalístico de 2018 do Nexo Jornal à luz do Jornalismo para a Paz, ou seja, servindo como diretriz para compreender as possibilidades, a presença ou ausência de um fazer jornalístico mais completo e humanizado, no qual o profissional se basearia nas características fundamentais do *Peace Journalism* para a produção de seu trabalho.

O Nexo Jornal apresentou nos últimos anos uma série de matérias neste tema no sentido de desmistificar a imagem do venezuelano imigrante, apresentar dados mais contextualizados e oferecer uma interpretação mais humana.

Ao estudar este referencial teórico, entendemos que embora não exista um protocolo ou uma forma deliberada sobre como produzir Jornalismo para a Paz, este

é um campo aberto e pode ser analisado amplamente. Foi pensando nisso que não nos propusemos a criar qualquer tipo de manual ou guia de regras neste trabalho, mas nos dedicamos a trazer o melhor deste referencial ao encontro de um tema social sensível e repensar as melhores práticas jornalísticas que nos levem em direção do bem-estar social e dos Direitos Humanos.

Por meio deste trabalho, entendemos também que o Jornalismo para a Paz é um conceito que surge como reivindicação de novos esquemas, práticas e rotinas profissionais que substituam os parâmetros atuais, então nada melhor que estudar uma nova proposta de mídia no Brasil, o Nexô Jornal, para refletir a evolução midiática e social da nossa sociedade.

Apesar de tantas reviravoltas no campo da imprensa, da comunicação e das *Fake News*, o jornalismo segue cumprindo seu papel de credibilidade e análise, então desenvolvemos ao longo deste trabalho reflexões sobre a nossa profissão ser uma ferramenta para a transformação de conflitos e um campo crucial para a discussão de ideias de equilíbrio, igualdade e humanidade.

A palavra tem força e poder e, com o discurso de ódio e a xenofobia andando juntos pelo mundo, devemos redobrar nossas atenções às coberturas, aos retratos e aos tratos da palavra e da linguagem em prol da nossa evolução como imprensa e como cidadãos.

Durante a dissertação foi percorrido um caminho dividido em cinco capítulos, sendo o primeiro deles chamado “Contextualização do cenário político e social que gerou a migração venezuelana nos últimos anos”, que tem por intuito oferecer uma revisão histórica breve da Venezuela nas últimas décadas, abordar o Chavismo e a Reação a ele, a crise econômica e os últimos desdobramentos. Logo, este capítulo nos passa para as consequências deste cenário para as relações deste país com o Brasil, abordando então as migrações, a sua relevância para o nosso território e as reações brasileiras com base nos últimos números e com reflexões importantes de Diener e Hagen (2012), Creswell e Kellerman (2006), Raveinstein (1980), Favell (2008), Hogan (1974) entre outros.

Logo no segundo capítulo dois, “Referencial Teórico sobre o Jornalismo para a Paz”, tratamos de expor os principais pontos desta linha de pensamento. Para isso, trouxemos e cruzamos pensamentos de Johan Galtung (2003), McGoldrick e Lynch (2000), Shinar (2008), Pureza (2000), Lago (2010), Valesan (2015), González (2012), Bordieu (1964), Boulding (2002), Gorsevski (2000), Wiberg (2005), Fawcett (2002)

para então refletir ao lado de McLuhan (1960), Bakhtin (1990), Rezende (2009) e outros.

Com a finalidade de relacionar esta visão teórica sobre a comunicação para a lógica de mercado, o capítulo três, “Entendendo o caminho editorial do Nexo Jornal” resume a história da formação e os objetivos deste veículo, traz dados e reflexões sobre suas últimas mudanças e uma entrevista com o editor responsável pelas coberturas humanitárias, João Paulo Charleaux.

Em seguida, o capítulo quatro “Metodologia e Análises Aplicadas” se desenvolve com a exposição da metodologia criada para esta dissertação, que se baseou nos pensamentos trazidos no capítulo dois. Ao final, apresentamos todas as pontuações em gráficos a fim de embasar as reflexões desta dissertação.

Então, no capítulo cinco, “Reflexões finais – Encontros e desencontros entre análises e conceitos”, traz à luz as possíveis contribuições, possibilidades e impossibilidades desta linha teórica quando analisada junto a temas humanitários tão sensíveis. Esperamos com isso incentivar esta reflexão dentro e fora do mundo acadêmico e ser uma proposta de trabalho que veja a comunicação midiática com os olhos dos Estudos para a Paz.

CAPÍTULO 1 – Breve contextualização social, política e econômica da Venezuela nas últimas décadas

A fim de construir este capítulo a partir de uma contextualização atual e diversa capaz de colaborar com o entendimento do foco deste projeto - a migração venezuelana - como uma consequência da conjuntura social, política e econômica das últimas décadas no país, trago fontes jornalísticas e autores que acompanham o desenvolvimento desta história com olhares da historiografia, das atualidades e do jornalismo como fonte de informação e dados, além de citações de fontes oficiais públicas e órgãos de pesquisa. Assim, esta contextualização é trabalhada sempre com conexões com o quadro migratório.

1.1 Antecedentes

Para entender a atual crise da Venezuela e um pouco do regime chavista, é importante ter alguma perspectiva do cenário deste país antes da chamada Revolução Bolivariana e seu significado geopolítico para os EUA.

A Venezuela está situada sobre maior reserva de petróleo do mundo. São 298,3 bilhões de barris, ou 17,5% de todo o petróleo do mundo. Este petróleo está a uma distância de viagem que leva de quatro ou cinco dias de navio das grandes refinarias do Texas. Em comparação, o petróleo do Oriente Médio está entre 35 a 40 dias de viagem de navio dos EUA, maior consumidor de óleo do planeta (ZERO, 2017).

Essas imensas reservas começaram a ser exploradas no governo de Juan Vicente Gómez (1908-1935) e a renda gerada pela produção e exportação de hidrocarbonetos possibilitou a construção de uma infraestrutura viária e portuária, assim como permitiu a implantação de um aparelho de Estado centralizado - o que substituiu uma administração anterior fragmentada.

Contudo, essa consolidação do Estado Nacional Venezuelano foi baseada apenas na exportação deste petróleo para o mercado norte-americano, o que levou a Venezuela a desenvolver relações estreitas com os EUA.

Ainda segundo Zero (2017), tal vinculação econômica e política marcou profundamente a política externa da Venezuela, bem como sua política interna. Na década de 1950, a Venezuela já havia se convertido no segundo produtor e no primeiro exportador mundial de petróleo. No entanto, essa notável afluência

econômica, obtida por meio da relação de estreita dependência com os EUA, não se refletia na diminuição de suas graves desigualdades sociais, na diversificação de sua estrutura produtiva e na implantação de um regime democrático estável. Tampouco em uma política externa que buscasse diminuir este alto grau de dependência. Na realidade, esse processo econômico e político - marcado por tal profunda dependência - resultou em três grandes consequências que devem ser analisadas para entender aquele momento da Venezuela:

- 1) Um sistema político formalmente democrático, porém, profundamente oligárquico.
- 2) Uma política externa avessa à integração regional e à articulação com outros países periféricos.
- 3) Uma estrutura social marcada pela desigualdade e a pobreza.

Então em 1957, foi celebrado então o *Pacto de Punto Fijo*, articulado pelos EUA e por meio do qual os partidos tradicionais e conservadores aceitaram alternar-se no poder, sem permitir a entrada de novos partidos. O objetivo, para os EUA, era garantir alguma estabilidade política na Venezuela diante de sua importância como fornecedora de petróleo.

A realização de eleições presidenciais periódicas apenas entre os dois partidos conservadores (Ação Democrática-AD, de orientação social-democrata, e o Comitê de Organização Política Eleitoral Independente-COPEI, de tendência democrata-cristã) fez com que a Venezuela fosse apresentada como um exemplo raro de “democracia na América do Sul” – o que pode ser questionado em sua conceituação.

Explica ainda Visentini (1994), que o sistema político gerado pelo *Pacto de Punto Fijo* era muito semelhante à política do “café-com-leite” da República Velha brasileira: por trás de uma fachada de democracia, escondia-se um sistema fortemente oligárquico. Neste cenário, estima-se que cerca de 50% da população teria sido excluída do exercício do voto desde os anos 60 do século passado.

Como o registro eleitoral era facultativo e as zonas de inscrição estavam situadas apenas nas áreas mais prósperas do país, a população mais pobre não participava na prática de quaisquer decisões eleitorais. Além disso, o federalismo venezuelano era profundamente autoritário, pois cabia ao Presidente da República nomear todos os governadores e prefeitos - muitos dos quais hoje militam na oposição

venezuelana. Apenas em 1989 foram realizadas as primeiras eleições para prefeitos e governadores.

Dadas suas contradições, a união da política externa dos EUA, esta chamada estabilidade democrática (ainda que conservadora e excludente) juntamente com a afluência econômica proporcionada pelo petróleo e as relações privilegiadas com os EUA, fizeram com que Venezuela se isolasse do restante da América do Sul e dos demais países em desenvolvimento (ZERO, 2017).

Já na década de 1960, esse relativo isolamento foi exacerbado pela aplicação, no plano das relações externas venezuelanas, da chamada Doutrina de Betancourt, criada em homenagem ao ex-presidente Rómulo Betancourt.

De acordo com essa doutrina, a Venezuela deveria restringir o estabelecimento ou a manutenção de relações diplomáticas apenas a países que tivessem governos eleitos democraticamente conforme regras constitucionais estáveis – sendo criada para atender aos interesses dos EUA, pois justificava o isolamento diplomático de Cuba.

No entanto, isso complicou as relações com vários vizinhos da Venezuela e aliados de Washington, inclusive o Brasil. Assim, durante vários anos, a Venezuela recusou-se a manter relações diplomáticas com o Brasil, que vivia uma ditadura. Por uma ironia da história, esta cláusula democrática, que hoje o Brasil tramita para a Venezuela no Mercosul, já foi usada contra nós pelos venezuelanos conservadores.

Após receber claras diretrizes de Washington, a Venezuela flexibilizou sua cláusula democrática e passou a usá-la apenas contra Cuba, contemplando os interesses dos EUA. Esse isolacionismo da Venezuela, que privilegiava somente suas relações bilaterais com os EUA, fez inclusive com que o país aderisse tardiamente ao GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio), à Comunidade Andina e a outros organismos regionais e multilaterais.

Para Zero (2017), este isolacionismo dependente da Venezuela só começou a ser parcialmente revisto ao final da década de 1980, quando a relativa abundância de petróleo no mercado internacional, que fez diminuir o preço dessa *commodity*, somada à crise da dívida, que viria a atingir aquele país ao final da década, produziu uma modesta mudança na estratégia de sua política externa.

De fato, a política externa isolacionista e baseada na noção de uma suposta superioridade político-democrática, na afluência econômica do petróleo e nas relações privilegiadas com os EUA, principal comprador dessa *commodity*, passou a ser

substituída progressivamente por uma estratégia de inserção no cenário externo mais próximo, no qual o Caribe e a América do Sul passaram a ter lugar de destaque.

Contudo, mesmo com essa mudança modesta e parcial, a Venezuela continuou a orbitar em torno dos interesses estratégicos do EUA na região, constituindo-se, junto com a Colômbia, no seu aliado mais fiel.

A estrutura social de desigualdade e pobreza deste período anterior ao governo bolivariano era marcada por 70% da população abaixo da linha de pobreza, sendo a nação com a maior reserva de petróleo do mundo.

1.2 Cenário para a chegada de Chávez

Antes do governo de Chávez, em 1998, 21% da população estava subnutrida – uma cifra assustadora para o país que, como Celso Furtado escreveu em 1974, tinha tudo para se tornar a primeira nação latino-americana realmente desenvolvida, mas um em cada cinco habitantes passava fome (ZERO, 2017).

Em relação à saúde pública, é preciso ressaltar que a mortalidade infantil era de 25 por mil, em 1990, quase o dobro da brasileira de hoje (13,8 por mil). Sobre a educação, apenas 70% das crianças concluíam o Ensino Primário e o acesso às universidades era restrito às elites e à pequena classe média.

Além disso, o chamado Estado de Bem Estar venezuelano tinha alcance restrito e apenas 387 mil idosos venezuelanos tinham aposentadorias ou pensões. A grande maioria simplesmente vivia sem renda própria.

Foi deste modo que a Venezuela chegava ao fim do século XX sendo uma contradição: apesar das grandes riquezas derivadas da exportação de petróleo, o país convivia com problemas sociais muito profundos.

Em 1989, no contexto de uma crise econômica, manifestações populares se multiplicaram por todo o país, citando aqui uma delas, o *Caracazo*, foi duramente reprimida pelo Estado, cujas forças mataram indiscriminadamente entre 1 e 3 mil pessoas. (ZERO, 2017).

Em muitas ocasiões, as manifestações estudantis foram também reprimidas, tendo sido ordenado o fechamento da *Universidad Central de Venezuela* por três anos. A cidade de Caracas também teve suas favelas militarizadas e sob regime de toque de recolher.

Já ficava claro que o modelo econômico, social e político do *Pacto de Punto Fijo* tinha atingido seu limite quando a eleição de Hugo Chávez, em 1998, se insere justamente em seu colapso. Voltada para uma população desprovida de sistemas públicos de inclusão (nas áreas de saúde, educação, moradia, etc.), a plataforma política de Chávez surgiu como proposta sem precedentes na história do país, o que explica, em grande parte, a sua popularidade nas camadas historicamente excluídas do povo venezuelano (ZERO, 2017).

Embora o chavismo não tenha alterado, de forma significativa, a estrutura produtiva da Venezuela, que permaneceu estreitamente dependente das exportações do petróleo, Chávez implodiu as estruturas sociais e políticas da Venezuela, bem como a política externa de alinhamento aos EUA.

A desigualdade, medida pelo índice de Gini, foi reduzida em 54%. A pobreza despencou de 70,8% em 1996 para 21% em 2010, e a extrema pobreza caiu de 40% em 1996 para 7,3% em 2010 (CARTA CAPITAL, 2017).

O chavismo implantou o *Sistema Nacional de Misiones*, projetos sociais para diversas áreas que beneficiavam cerca de 20 milhões de pessoas, segundo dados de 2017, e segue vigente com o objetivo de criar um Estado de Bem Estar Social massivo na Venezuela.

Cerca de 2,1 milhões de idosos recebem pensão ou aposentadoria, ou seja, 66% da população da chamada terceira idade. Após o chavismo, a Venezuela tornou-se o segundo país da América Latina (o primeiro é Cuba) e o quinto no mundo com maior proporção de estudantes universitários (CARTA CAPITAL, 2017).

Em relação à saúde pública, é preciso ressaltar que a mortalidade infantil diminuiu de 25 por 1.000, em 1990, para 13 por 1.000, em 2010. Já em 2017, 96% da população tinha acesso à água potável. As cifras de 1998 apontavam para a média de 18 médicos por 10 mil habitantes, na atualidade este número é de 58 (ZERO, 2017).

Os governos anteriores ao de Chávez construíram 5.081 clínicas ao longo de quatro décadas e, em 13 anos, o governo bolivariano construiu 13.721, o que marca um aumento de 169,6%.

O *Misión Barrio Adentro*, programa de atendimento primário à saúde que recebe a ajuda de mais de 8.300 médicos cubanos, salvou cerca de 1,4 milhão de vidas. Este é um programa nacional estabelecido pelo falecido presidente venezuelano Hugo Chávez. O programa procura fornecer assistência médica

abrangente, assistência odontológica e medicina esportiva com financiamento público a comunidades pobres e marginalizadas na Venezuela.

O ramo latino-americano da Organização Mundial da Saúde e a UNICEF elogiaram o programa em 2005, pois segundo as estatísticas da OMS, a mortalidade infantil havia caído de 23 para 20 em homens e 19 para 17 em mulheres por 1.000 nascimentos entre 2003 e 2005. (TRANSPARENCIA VENEZUELA, 2018).

Nove anos após as grandes inundações de 1999, que destruíram centenas de milhares de lares, o governo de Chávez deu início a um ambicioso programa de habitações populares com a entrega de 2 milhões de casas, sendo este o maior programa de habitação popular da América Latina em proporção.

No campo da política externa, Chávez rompeu com o paradigma anterior de país periférico e dependente e investiu na integração regional e no eixo estratégico da geoeconomia e geopolítica Sul-Sul, com destaque para as relações bilaterais com o Brasil, o que acabou conduzindo à adesão da Venezuela como membro pleno do Mercosul.

A Venezuela chavista tornou-se uma grande parceira do Brasil, comprando nossos produtos e gerando elevados superávits comerciais e com forte apoio político à integração do nosso subcontinente. Consta que em 2014, o Brasil teve superávit comercial de US\$ 3,45 bilhões no comércio com a Venezuela (BBC BRASIL, 2015).

Isso explica a razão pela qual a OEA (Organização dos Estados Americanos), apesar dos esforços dos EUA e do Brasil, não consegue aprovar uma resolução forte contra o governo de Maduro.

Além disso, Chávez estabeleceu relações próximas com Rússia, China e Cuba e passou a apoiar experiências políticas que divergiam da ordem mundial dominada pelos interesses dos EUA. Em contraste com o isolacionismo anterior, Chávez fundou a ALBA (Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América — Tratado de Comércio dos Povos) e criou a Petrocaribe, objetivando fornecer petróleo a preços convidativos para os países daquela região, incluindo os seguintes integrantes: Venezuela, Cuba, República Dominicana, Antígua e Barbuda, Bahamas, Belize, Dominica, Granada, Guiana, Honduras, Jamaica, Suriname, Santa Lucía, Guatemala, São Cristóvão e Neves e São Vicente e as Granadinas. As exportações venezuelanas aos parceiros comerciais geraram a média de US\$ 4 bilhões por ano no quinquênio de 2009-2014 (EL PAÍS, 2014).

O chavismo organizou e mobilizou as massas destituídas da Venezuela, bem como passou a dominar setores importantes do aparelho de Estado, como as Forças Armadas e o Poder Judiciário. Isso acabou privando as oligarquias venezuelanas de seus principais meios de intervenção política.

1.3 A Reação ao Chavismo

A reação das oligarquias ao chavismo não tardou. Além do conhecido golpe de 2002, que quase resultou na execução de Chávez, houve também o processo conhecido como *paro petrolero*, a suspensão das atividades da PDVSA (Petróleos de Venezuela), a estatal do petróleo da Venezuela. A suspensão das atividades da PDVSA, controlada então pelas oligarquias venezuelanas, resultou em uma contração do PIB de 18%, entre 2002 e 2003, inflação, falta de produtos básicos, desemprego e aumento do risco país, entre outros.

No país com a maior reserva de petróleo do mundo, houve até falta de gasolina. O governo brasileiro, ao final de 2002, enviou navio tanque com gasolina para suprir parcialmente a carência de combustíveis na Venezuela. O *paro petrolero* forçou o chavismo a intervir na PDVSA, assim como o golpe de 2002 forçou o chavismo a controlar mais fortemente as Forças Armadas (CARTA CAPITAL, 2017).

Na Venezuela, assim como em outras partes da América Latina, os setores estratégicos do aparelho de Estado sempre foram fortemente controlados pela direita como parte do *modus operandi* dos sistemas políticos desta região. Neste ponto da história venezuelana, isso sai das mãos da oligarquia para o controle de um governo esquerdista.

1.4 Desdobramentos Recentes

A situação da Venezuela atual é muito próxima da existente no período 2002-2003. Com a morte de Chávez, em 2013, a oposição da Venezuela considerou que poderia derrotar o sucessor da revolução bolivariana. Entretanto, a vitória de Maduro sobre Capriles, ainda que por pequena margem, frustrou as expectativas da oposição. Maduro obteve 50,6% dos votos válidos contra 49% de seu rival, Henrique Capriles Radonski, no resultado eleitoral mais positivo para a oposição desde 1999. Segundo

o CNE (Comissão Nacional de Eleições, da Venezuela), Maduro haveria obtido pouco mais de 7,5 milhões de votos e Capriles, cerca de 7,3 milhões. (G1 MUNDO, 2013).

Pouco tempo depois, os setores mais engajados da oposição venezuelana, liderados por Leopoldo López, iniciaram o processo denominado de *la salida*, que consiste na utilização de manifestações violentas de rua, com a formação de barricadas, as chamadas *guarimbas*, incêndio de edifícios públicos e até mesmo de atos terroristas com o intuito de derrubar o governo eleito.

Para Zero (2017), trata-se de uma estratégia que teve êxito na chamada “revolução colorida da Ucrânia”, diretamente financiada e estimulada pelos EUA. Essas manifestações, muito concentradas nos bairros do leste de Caracas e algumas outras poucas municipalidades dominadas pela classe média e pelas mais abastadas da Venezuela são amplificadas por uma mídia nacional e internacional comprometida com os interesses conservadores.

Entre 2013 e 2016, esse processo político radicalizado pela oposição de direita acabou provocando a morte de pelos menos 46 pessoas, a maioria chavistas ou de pessoas sem afiliação política, bem como danos milionários a equipamentos públicos. Com efeito, há uma conexão clara da direita venezuelana, particularmente dos setores ligados a Leopoldo López, com a extrema direita da Colômbia, principalmente com Álvaro Uribe e seus grupos de extermínio (CARTA CAPITAL, 2017).

1.5 Recente crise econômica

Concomitantemente, foi iniciado um processo econômico que visa produzir desabastecimento e inflação, tal como o que ocorreu, por exemplo, no Chile de Allende ou mesmo na própria Venezuela dos anos 2002 e 2003.

Zero (2017) explica que é necessário entender que a crise econômica da Venezuela tem dois aspectos claros: um natural e outro artificial. O natural, por assim dizer, tange ao fato da economia venezuelana, apesar dos esforços de chavismo para diversificá-la, ainda é muito dependente das exportações do petróleo e tem agricultura e indústria débeis. A arrecadação tributária da Venezuela é muito baixa, apenas 13,5% do PIB, bem abaixo da brasileira, por exemplo, que está em cerca de 35% do PIB. Assim, o gasto público depende estreitamente da renda petroleira. Com a grande queda dos preços dessa *commodity* a partir de 2012, a economia da Venezuela passou a enfrentar dificuldades reais graves, particularmente problemas cambiais.

Entretanto, há também aspectos artificialmente induzidos na crise econômica venezuelana, pois existe uma guerra econômica em curso. Entre os instrumentos utilizados nessa guerra econômica estão: 1) o desabastecimento programado de bens essenciais; 2) a inflação induzida; 3) o boicote a bens de primeira necessidade; 4) o embargo comercial disfarçado; e 5) o bloqueio financeiro internacional. O desabastecimento é produzido pela especulação cambial e pelo boicote político. O governo fornece aos importadores e comerciantes dólares cotados pelo câmbio oficial. Entretanto, no câmbio negro, o dólar chega a ser cotado de forma milionária. Logo, muitos importadores simplesmente não importam o que deveriam, eles fazem os contratos, mas importam apenas uma fração e depositam dólares no exterior. Além disso, cerca de 35% dos alimentos comprados são contrabandeados para o exterior, principalmente para a Colômbia, onde são vendidos com muito lucro. Outra parte é vendida no mercado interno, mas a preços excessivos, gerando falta e inflação.

É importante entender que as importações de alimentos na Venezuela totalizaram US\$ 7,7 bilhões em 2014, sendo que em 2004 elas foram de apenas US\$ 2,1 bilhões, ou seja, aumento de 259%. E, no caso de medicamentos importados, em 2014 as importações foram de US\$ 2,4 bilhões e, em 2004, elas somaram apenas 608 milhões – aumento de 309%.

Portanto, a falta de alimentos, medicamentos, kits de higiene, peças sobressalentes para transporte e outros produtos, bem como as longas filas, não podem ser explicadas pelo fato de o setor privado não conseguir receber uma quantidade suficiente de dinheiro para as importações. Dessa forma, os depósitos em dólares de empresas venezuelanas no exterior cresceram 233% em cinco anos. Outro fator da guerra econômica tange à inflação induzida pela especulação. (ZERO, 2017).

Essa discrepância dilatada e sem base concreta alimenta um índice inflacionário inteiramente especulativo. Além disso, a Venezuela vive desde 2013 com uma espécie de bloqueio financeiro não oficial. Ele consiste em tornar cada vez mais difícil e caro para o país e, especialmente para a PDVSA, o acesso ao crédito no mercado internacional e obstaculiza as transações financeiras.

No entanto, este cenário econômico vem ajudando a radicalizar ainda mais o processo político e social venezuelano - houve linchamentos de chavistas, inclusive de um que foi queimado vivo, atentados terroristas, incêndios de prédios públicos, inclusive de uma maternidade, entre tantos outros episódios violentos. A violência se generalizou. Ao mesmo tempo, o impasse institucional entre o Poder Executivo e a

Asamblea Nacional de Venezuela agravou-se sem quaisquer iniciativas de ambos os lados para um diálogo sério e construtivo. Assim, a Venezuela de hoje está à beira de uma guerra civil de proporções alarmantes e consequências imprevisíveis.

Ante tal impasse, o governo chavista optou pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte em 2017, que foi prontamente rejeitada pela oposição. A oposição logo alegou que a convocação era inconstitucional e que visava perpetuar o poder de Maduro. No entanto, a convocação da Assembleia Constituinte pelo presidente da república está prevista clara e explicitamente no artigo 348 da Constituição da Venezuela.

Além disso, a Assembleia Constituinte não substitui a *Asamblea Nacional de Venezuela* (o parlamento unicameral da Venezuela), como foi afirmado, a qual continuará a funcionar e a cumprir suas funções legislativas.

A convocação de assembleias constituintes é um mecanismo frequentemente usado em países democráticos como solução pacífica para impasses políticos e institucionais como o que acomete a Venezuela atual, onde a convocação teve apoio expressivo da população. O número de votantes para a assembleia (mais de 8 milhões) foi superior aos votos que teriam sido obtidos pelo plebiscito informal que a oposição convocou uma semana antes contra a assembleia (cerca de 7,2 milhões de votos).

Vale observar que esse plebiscito foi visto como ilegal, com relatos de violência, composição de barricadas que impediram o acesso aos centros de votação e o boicote ostensivo das empresas de transporte (ZERO, 2017).

1.6 Assembleia Nacional Constituinte de 2017

Em 2017, as tensões se intensificaram. No dia 30 de julho deste ano, os venezuelanos foram às urnas para eleger uma Assembleia Nacional Constituinte que seria responsável por formular a nova Constituição do país.

Nicolás Maduro, o atual presidente do país, afirmou que foi vitorioso e que estará à frente da formulação do novo documento. Mas países como México, Peru, Brasil e Estados Unidos não reconheceram o resultado e acusam o regime de totalitário.

O resultado também não agradou parte da população, que continua saindo às ruas para protestar. Os protestos na Venezuela já geraram mais de 100 mortos,

executados com armas de fogo pela polícia militarizada do país (Guarda Nacional Bolivariana) durante as manifestações.

1.7 Migrações Venezuela-Brasil

A Venezuela está passando por uma forte crise econômica e política que tem sido reconhecida pela comunidade internacional como uma crise humanitária.

Na fronteira do Brasil com a Venezuela fica o município de Pacaraima, a cerca de 200 km de distância da capital do estado de Roraima, Boa Vista. Desde 1970 até poucos anos atrás, a maior parte do fluxo migratório nesta fronteira consistia em brasileiros saindo para a Venezuela. Agora o cenário se inverteu, e uma quantidade sem precedentes de venezuelanos tem vindo para o Brasil, gerando um novo desafio migratório (FGV, 2018).

Um fator de grande preocupação em Roraima é o surgimento de conflitos sociais pela disputa de emprego, vagas no sistema público de ensino e em hospitais, apesar de 48,4% dos venezuelanos em Boa Vista, até outubro de 2017, não terem utilizado qualquer serviço público, segundo pesquisa realizada pelo Observatório das Migrações Internacionais – OBMigra (SIMÕES et al., 2017).

Parcela significativa da população venezuelana não indígena que atravessa a fronteira conta com redes migratórias já estabelecidas no Brasil e apresenta, majoritariamente, bom nível de escolaridade (78% possuem nível médio completo e 32% tem superior completo ou pós-graduação).

Segundo dados do OBMigra, 60% desses indivíduos estavam, em 2017, empregados em alguma atividade remunerada e enviaram remessas para cônjuges e filhos na Venezuela. Ou seja, apesar de subvalorizada profissionalmente, é uma imigração que traz benefícios para o Brasil.

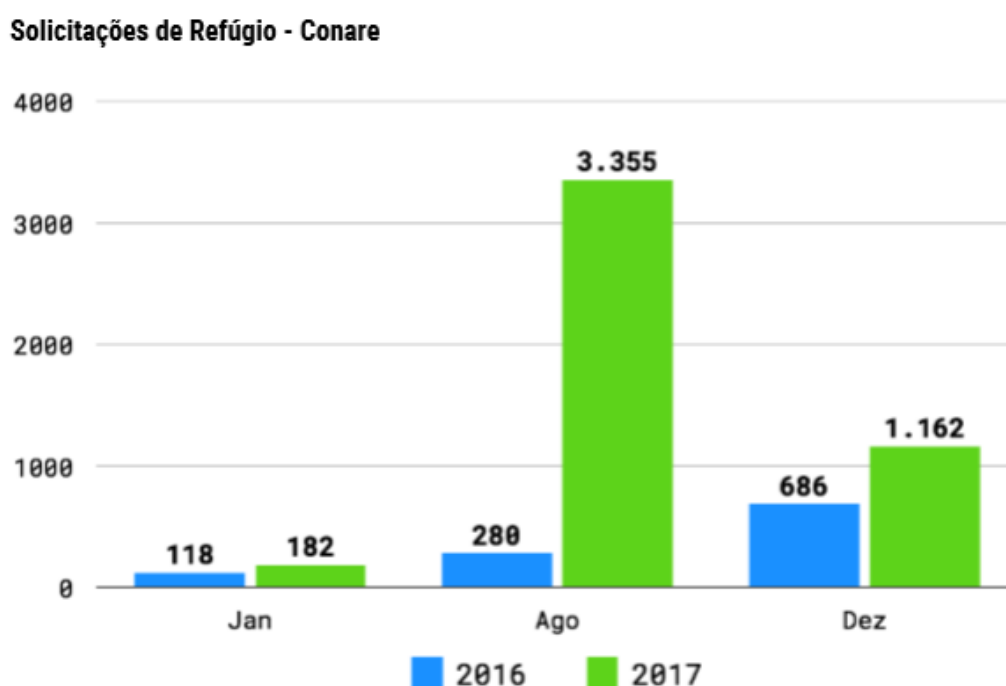
Em níveis gerais, os venezuelanos não indígenas que migram para Boa Vista possuem nível de escolaridade superior à média da população local, e o percentual dos venezuelanos inseridos no mercado formal de emprego, 28%, não é muito diferente do percentual de brasileiros, 29,3%, em 2015 (IBGE, 2015).

O cenário de Boa Vista apresenta parcela da população local carente de políticas integradas de educação, de inserção no mercado de trabalho, e de ampliação dos serviços de saúde. A prefeitura, sem o apoio dos governos estadual e federal para atrair projetos de desenvolvimento econômico para a região, não consegue prover o

necessário a uma população majoritariamente desempregada, ou inserida no mercado informal, e pouco instruída.

Segundo dados obtidos pela FGV DAPP em julho de 2017 junto à Polícia Federal, o número de registros ativos de venezuelanos no Brasil era de cerca de 5 mil. Como critério de comparação, os registros de haitianos no mesmo momento eram de cerca de 85 mil. De certa forma, o número de venezuelanos já refletia o aumento das solicitações de refúgio para o Brasil. Segundo dados do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), este número era de 209 em 2014, 829 em 2015 e 3.375 em 2016, ou seja, já se via um crescimento nas solicitações de refúgio ainda antes da entrada em vigor da nova lei de migração brasileira, como ilustra o gráfico a seguir:

Figura 1 – Número de solicitações de refúgio para o Brasil de acordo com os anos pela estimativa do Conare.



Fonte: Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), FSP, 15/02/18, p. 12 elaborado pela FGV DAPP.

Segundo a ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, 2017), entre 2014 e 2017 já se somaram mais de 22 mil solicitações de refúgio de venezuelanos no Brasil, o que sugere que este número teve um crescimento muito expressivo em 2017, ano de acirramento das condições sociais da Venezuela e de

crescimento exponencial da inflação, além da entrada em vigor da nova lei de migração no Brasil.

Isso sem contar, também segundo dados do ACNUR, os cerca de 8 mil venezuelanos em condição legal no país (por meio de visto humanitário, laboral, acordo bilateral ou reunião familiar) que não são contabilizados entre os solicitantes de refúgio.

Considerando ainda a possível entrada de imigrantes fora dessas categorias, com a possibilidade de pleitear a regularização em território nacional, o número relatado pela prefeitura de Boa Vista de 40 mil venezuelanos apenas na cidade é uma aproximação possível, considerando os números mencionados acima, o que representaria oito vezes o coletivo dessa nacionalidade devidamente registrado no país em meados de 2017.

Figura 2 – Números da Polícia Federal para o número de venezuelanos entrando no Brasil de acordo com o ano.



Fonte: Polícia Federal, elaborado pela FGV DAPP.

Esses números traduzem o tamanho do desafio migratório vivenciado neste momento, e nos levam ao questionamento da ausência de políticas e/ou programas específicos no Brasil em comparação com outros países.

De acordo com a Resolução 2/18 da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), a situação é nitidamente grave (CIDH, 2018). Os venezuelanos vêm experimentando uma generalizada ausência de proteção do Estado e violação dos

seus direitos fundamentais. Faltam alimentos, remédios e atendimento de saúde. A hiperinflação diminui drasticamente o poder de compra da população.

Conforme o Relatório 2017/2018 da Anistia Internacional, em dezembro de 2017, a cesta básica para uma família de cinco pessoas custava 60 vezes mais do que o salário mínimo (ANISTIA INTERNACIONAL, 2018, p.252). Também a violência cresce, seja na forma de furtos advindos do desespero da população faminta ou de protestos duramente reprimidos pelas forças policiais.

Em decorrência, milhares de venezuelanos estão deixando seu país para buscar proteção em outros Estados. Dados da Organização Internacional para Migrações (OIM) mostram que o número de venezuelanos no exterior subiu de 700 mil para mais de 1.600.000 entre 2015 e 2017, sendo Colômbia, Estados Unidos e Espanha os principais destinos (IOM, 2018, p.2).

Retratos dessa realidade são as estimativas de que vivem na Colômbia cerca de 600 mil venezuelanos (ACNUR, 2018) e de que, segundo dados recentes, 4 mil entram naquele país todos os dias – dos quais metade permanece em território colombiano e metade se dirige ao Equador (ACNUR, 2018).

Desde 2016, o Brasil também tem sido um país de destino e trânsito para os venezuelanos. De acordo com os números informados pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e pelo governo brasileiro, 32.744 venezuelanos solicitaram refúgio no país e outros 27.804 obtiveram autorização de residência por vias alternativas ao sistema de refúgio, totalizando mais de 60 mil pessoas registradas pelas autoridades migratórias brasileiras até maio de 2018 (ACNUR, 2018).

Apesar de ser um número expressivo de migrantes em um curto período de tempo, não é algo que o País não tenha capacidade de acolher e integrar. O maior desafio, na verdade, é a região pela qual chegam: a grande maioria – cerca de 40 mil pessoas – entrou pelo estado de Roraima, que compartilha uma fronteira com a Venezuela (SPLINDLER, 2018). Para muitos, Roraima é apenas a “porta de entrada” e local de trânsito até que consigam seguir viagem para outros estados brasileiros ou, mesmo, para os países do Cone Sul, principalmente Chile e Argentina.

Não existem registros oficiais deste movimento, porém, trata-se de um fluxo notável. Segundo informações prestadas por companhias aéreas que atuam em Boa Vista, apenas em março de 2018, cerca de 700 venezuelanos deixaram a cidade em voos com destino às regiões Sudeste e Sul. Ademais, os atendimentos realizados por

instituições que apoiam imigrantes em diversos locais do Brasil também indicam a utilização de rotas terrestres e hidroviárias, passando por Manaus-AM e Belém-PA, configurando iniciativas espontâneas de interiorização e dispersão do fluxo migratório no território nacional.

Ainda assim, milhares de venezuelanos permanecem em Roraima, principalmente na capital Boa Vista, mas também em outros municípios, como Pacaraima, Amajari, Mucajaí, Alto Alegre e Rorainópolis. Muitos o fazem por preferirem permanecer próximos à fronteira, retornando com frequência à Venezuela para levar ajuda a familiares e amigos que continuam no país, principalmente na forma de alimentos e medicamentos.

Porém, na grande maioria dos casos, a permanência também pode ser explicada pelo custo elevado do deslocamento para outros locais do Brasil. Sendo Roraima o estado brasileiro com menor população (aproximadamente 500 mil habitantes) e menor participação no Produto Interno Bruto (PIB) nacional (ITAÚ, 2018, p.3), em 2017 tornou-se evidente a falta de condições locais para acolher, abrigar e oferecer alternativas de trabalho a um contingente tão grande de pessoas.

Trata-se, portanto, de uma situação bastante desafiadora, especialmente porque muitos dos imigrantes estão em situação extremamente vulnerável e a capacidade das autoridades locais de fornecer respostas adequadas a esse fluxo intensivo e concentrado é muito limitada.

Diante deste cenário, diversos atores não governamentais e organizações internacionais têm se mobilizado para prestar assistência aos venezuelanos.

Além disso, desde fevereiro de 2018, o Governo Federal iniciou uma atuação mais robusta na gestão do fluxo migratório, com a edição das Medidas Provisórias 820/20185 (BRASIL, 2018) e 823/20186 (BRASIL, 2018) e do Decreto 9.286/20187 (BRASIL, 2018). No entanto, na avaliação das autoridades locais e também de entidades da sociedade civil, tratou-se de resposta tardia e insuficiente após anos de conhecimento da conjuntura.

Neste contexto, em 13 de abril de 2018, o governo de Roraima entrou com a Ação Civil Originária 3121 (ACO 3121), solicitando que o Supremo Tribunal Federal (STF) determine que a União assuma efetivamente o controle policial e sanitário na entrada dos migrantes no Brasil, inclusive com o fechamento temporário da fronteira com a Venezuela (RORAIMA, 2018). A Ação ainda está tramitando na Suprema Corte, mas, de imediato, o pedido gerou fortes reações contrárias por parte de entidades que

atuam na defesa dos direitos de migrantes e refugiados, de organismos internacionais e também do Governo Federal.

1.8 O Pedido de Fechamento de Fronteiras

Ação Civil Originária 3121 (ACO 3121) utiliza-se de uma retórica xenófoba para embasar seu pleito. Na Ação, o estado de Roraima faz referência às fronteiras nacionais, destacando que a União é obrigada a: “[...] promover medidas administrativas na área de controle policial, saúde e vigilância sanitária” com o objetivo de evitar “[...] violações sistêmicas aos direitos humanos relacionados à segurança, saúde e vigilância sanitária”.

Entre essas supostas medidas de controle figuram o fechamento temporário da “[...] fronteira Brasil-Venezuela a fim de impedir que o fluxo migratório desordenado produza efeitos mais devastadores aos brasileiros e estrangeiros residentes no estado de Roraima [...]” (RORAIMA, 2018, p. 35) e a limitação do ingresso de refugiados venezuelanos.

O fechamento das fronteiras e a limitação da entrada de venezuelanos são medidas defendidas pelo Governo do estado de Roraima como solução para os problemas enfrentados na região. No entanto, essas demandas carecem de legalidade e operacionalidade logística, além de violarem compromissos de caráter humanitário.

De fato, no atual contexto, restringir a entrada de venezuelanos no Brasil violaria dispositivos da legislação nacional, a começar pela própria Constituição Federal (1988), que trata a dignidade humana como fundamento da República (Art. 1º, inciso III). Violaria, ainda, compromissos internacionais assumidos pelo país enquanto signatário da Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados (1951) que, em seu Artigo 33, explicita o princípio do *Non-Refoulement* (não-devolução), um dos pilares da proteção internacional dos refugiados (ACNUR, 2007).

Desse princípio advém que nenhum dos Estados Contratantes expulsará ou rechaçará, de maneira alguma, um refugiado para as fronteiras do território em que a sua vida ou a sua liberdade sejam ameaçadas. Princípio esse reforçado, entre outros dispositivos, pela Declaração de Cartagena (1984), bem como por legislações nacionais, como a Lei de Refúgio (Lei 9.474/1997), no seu artigo 7º parágrafo primeiro.

Além disso, a medida vai contra o espírito da nova Lei de Migração (Lei 13.445/2017), em vigor desde novembro de 2017, que aborda a questão da mobilidade humana através da ótica dos direitos humanos – e não mais de uma perspectiva securitária.

As demandas constantes na ACO 3121 vão na contramão de vários princípios e diretrizes da nova lei, mais especificamente aqueles descritos em seu Artigo 3, a saber: Art. 3o

A política migratória brasileira rege-se pelos seguintes princípios e diretrizes: I - universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos; II - repúdio e prevenção à xenofobia, ao racismo e a quaisquer formas de discriminação; III - não criminalização da migração; [...] V - promoção de entrada regular e de regularização documental; VI - acolhida humanitária [...]; XII - promoção e difusão de direitos, liberdades, garantias e obrigações do migrante; XIV - fortalecimento da integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, mediante constituição de espaços de cidadania e de livre circulação de pessoas (BRASIL, 2017).

Recapitulando, os dispositivos jurídicos aqui apontados destacam os compromissos assumidos pelo Brasil de respeitar a dignidade da pessoa humana; garantir o acesso ao pedido de refúgio a quem necessita, respeitando o princípio da não-devolução; e prover acolhida humanitária.

Dessa forma, considerando a situação de crise humanitária pela qual passa a Venezuela, não restam dúvidas de que atender às demandas da ACO 3121, impedindo ou limitando a entrada de venezuelanos no Brasil, seria ilegal.

Por questões logísticas, tal medida seria também impossível de ser concretamente realizada. A rodovia que liga Pacaraima (em Roraima) a Santa Elena de Uairén (na Venezuela) é o principal corredor de circulação entre os dois países e a porta de entrada terrestre. Porém, a fronteira Brasil-Venezuela se estende por 2.199 km, sendo majoritariamente marcada por serras e rios, de modo que apenas 10 km são de fronteira seca, organizada ou habilitada para transitar (OEA, 2018, p.7).

Além da extensão da área e das características do relevo, é importante destacar a interdependência existente entre as duas cidades fronteiriças. Ambas as cidades historicamente se beneficiaram do trânsito praticamente livre de pessoas e mercadorias.

1.9 Entendendo esta migração e suas fronteiras sociais

Esse fato empírico é ilustrativo de conceitos apresentados por Diener e Hagen em *Borders: a short introduction* (2012). A obra destaca que as fronteiras geográficas são constructos mentais que variam pelo tempo e espaço, com suas especificidades sendo moldadas por circunstâncias legais, governamentais, históricas, sociais, políticas e econômicas. Os autores argumentam que ameaças pontuais e pressões podem diminuir ou aumentar o grau de permeabilidade de uma fronteira em determinado momento e que essa permeabilidade também pode se diferenciar ao longo de uma mesma fronteira (DIENER; HAGEN, 2012).

Observa-se essa dinâmica no caso da fronteira Brasil-Venezuela, antes bem permeável e, agora, sujeita a pressões para que haja um controle mais intenso. Desse modo, percebe-se que as fronteiras funcionam como filtros imperfeitos que refletem políticas inclusivas e exclusivas e que fazem distinções entre tipos de pessoa, materiais e motivos.

Mesmo se tratando de entidades ideologicamente construídas, sempre em movimento e relativamente recentes, as fronteiras contemporâneas internacionais têm pretensão de naturalidade, anterioridade e rigidez (DIENER; HAGEN, 2012).

De fato, a própria linguagem empregada para se falar delas e o seu tratamento como um pressuposto visam transmitir a sensação de que as fronteiras, em especial as fronteiras internacionais, são produto de uma lógica mais profunda e, assim, inquestionável.

A sensação é de que elas sempre estiveram e sempre estarão ali, quando, na verdade, resultam de processos históricos e interesses muito específicos.

Genova (2016), assim como Mezzadra e Neilson (2013), destacam em suas obras que as fronteiras são celebradas como se seu real propósito fosse simplesmente o de exclusão – funcionando como uma barreira que protege o que está dentro, isolando o que está fora.

Essa visão dos autores citados apresenta consonância com as premissas expressas pela ação “Governo de Roraima na Ação”. Nela, busca-se separar o “nós”, brasileiros, e o “eles”, venezuelanos, supostamente para nossa proteção.

No entanto, as fronteiras operam como zonas amórficas que podem ser permeadas e transgredidas, apresentando-se como pontos de encontro, intercâmbio e seleção. Na argumentação construída pelos autores da ACO 3121, as medidas

demandadas teriam, tal como já citado anteriormente, o objetivo de evitar “violações sistêmicas aos direitos humanos” (RORAIMA, 2018, p. 35).

Contudo, na prática, as experiências de outros países mostram que medidas voltadas a restringir a migração regular não só falham no objetivo de conter a mobilidade humana, como também servem de estímulo ao tráfico de pessoas e ao contrabando de migrantes, fortalecendo redes criminosas e expondo aqueles que já se encontram em situação vulnerável a riscos ainda maiores de violações de seus direitos.

Esses efeitos negativos são potencializados em casos de migração forçada, em que migrar é uma estratégia de sobrevivência e não uma escolha voluntária. Considerando que a crise na Venezuela vem sendo amplamente reconhecida como uma situação de grave e generalizada violação de direitos humanos, impor barreiras à migração venezuelana seria desumano.

Tal medida poderia custar a vida a milhares de pessoas que, na Venezuela, já não conseguem se alimentar, ter acesso a serviços de saúde e atender suas necessidades básicas. Em suma, apesar de terem a pretensão de parecer naturais, atemporais e inquestionáveis, as fronteiras são criações humanas, resultado de processos históricos e interesses particulares. Atender às demandas constantes na ACO 3121 e fechar a fronteira Brasil-Venezuela seria priorizar uma ficção em detrimento da dignidade humana.

A gestão do fluxo migratório de venezuelanos para o Brasil tem representado um grande desafio, principalmente no estado de Roraima, mas com evidentes e desafiadores reflexos mais amplos para o país. Por maior que seja a mobilização de entidades da sociedade civil e organismos internacionais, a resposta a esse desafio requer, necessariamente, a articulação dos entes públicos em diversos níveis, notadamente com a cooperação entre União, estado e municípios, de modo que cada um cumpra com o correspondente papel e responsabilidade, o que não tem sido constatado até o momento.

Conforme mencionado, a atuação do Governo Federal teve início tardio e ainda se mostra insuficiente diante das demandas identificadas. Similarmente, as autoridades locais têm buscado se eximir de suas responsabilidades, fazendo recurso de uma retórica que mais se aproxima de xenofobia, do que razões de falta de recursos e condições de acolher os migrantes.

Neste contexto, tem-se observado em Roraima um crescimento de expressões populares de discriminação e violência contra os imigrantes. De um lado, como se demonstrou, essas manifestações têm sido estimuladas por lideranças políticas locais, para quem a xenofobia pode representar uma forma de alienar a população em relação às causas estruturais dos diversos problemas que enfrentam os roraimenses (AMAZÔNIA REAL, 2018).

O desafio que se apresenta às análises migratórias em geral, e que podemos entender também para o Venezuela-Brasil, é avançar teoricamente em suas abordagens, buscando uma compreensão abrangente e multifacetada do fenômeno. As dimensões territorial e existencial da migração fazem parte do fenômeno, e por isso sua reflexão e o avanço na sua problematização contribuirão para enfrentar as questões que a sociedade tem colocado sobre a mobilidade no mundo contemporâneo.

Como uma mobilidade em si, a migração é um fenômeno que envolve tanto a materialidade quanto a produção social e corporeidade, necessitando destes três polos para ser compreendido (CRESWELL, 2006; KELLERMAN, 2006).

A tradição dos estudos migratórios consolidou uma série de questões fundamentais que giraram em torno das leis da migração (RAVEINSTEIN, 1980) e dos motivos e forças sociais que atraem ou expulsam as populações, enquanto reflexos da própria estruturação produtiva do capital e de suas necessidades, além de outras perspectivas para explicar a lógica dos processos de redistribuição espacial da população e suas diferentes consequências.

De forma geral, as teorias migratórias apresentam um forte viés economicista. Elas entendem que a decisão por migrar, seja ela individual ou coletiva, são engendradas pela motivação de um benefício monetário e material. Esta decisão é sempre provocada pela desigual distribuição de recursos entre as diferentes localidades e uma busca por elevar a renda alcançando bem-estar econômico (SOARES, 2002; 2004). Estas teorias de certa forma se iniciam com a proposição de Ravenstein (1980) de algumas leis da migração, que reduziam o movimento dos sujeitos a um deslocamento motivado por questões econômicas e um simples reajuste entre os desequilíbrios do mercado de trabalho e salário entre localidades diferentes.

Contudo, as teorias não se reduzem a esta visão. Há teorias que se opõem a esta noção economicista sobre a migração e que pensam os migrantes não como um sujeito inerte (que é literalmente empurrado a migrar). Entre elas está a teoria do

transnacionalismo, que pensa a migração como um processo em que o sujeito tem uma participação ativa. O migrante tem direito a escolhas e são essas que operam e estruturam, em grande medida, os fluxos migratórios (BRETTELL; HOLLIFIELD, 2008).

A intensificação dos fluxos migratórios no período pós-1990, com a crescente mobilidade planetária e novos desenvolvimentos na área de transportes e comunicação, no entanto, tem produzido reflexos diretos nos estudos e teorias migratórias (FAVELL, 2008).

O processo de desenraizamento original iniciado pelo movimento migratório se dá, em termos existenciais, pela alteração da territorialidade consolidada, a modificação desta relação originária “self-lugar”, saindo do “lugar-natal”, o que implica deixar os lugares de infância, juventude ou vida adulta, responsáveis pela nossa formação enquanto pessoa e sobre os quais está edificada nossa identidade. Implica, portanto, sair dos territórios de segurança e lançar-se no mundo, em lugares de pouca ou nenhuma familiaridade, onde há pouco ou nenhum controle, uma das raízes da insegurança (MARANDOLA Jr., 2008).

A bibliografia clínica e antropológica elenca um razoável número de estresses e lutos causados pela experiência migratória, relacionados às várias perdas, desorientações e incertezas consequentes da mudança. O local de destino representa uma nova realidade para o migrante em termos tanto culturais, quanto espaciais. A bibliografia indica alguns dos processos que ocorrem neste devir, tais como a integração, a assimilação, a separação ou a marginalização (BERRY; POORTINGA, 2002), constituindo o processo mais geral de adaptação do migrante, que envolve não apenas questões comportamentais e culturais (HOGAN, 1974), mas também adaptações do seu próprio modo de ser. Como a adaptação nem sempre é possível (nem sempre a pessoa tem condições mentais de realizá-la), o desgaste emocional pode se avolumar a ponto de gerar a chamada Síndrome do Migrante, ou Síndrome de Ulisses (PASQUA; MOLIN, 2009).

A expressão antropológica desse processo é o embate entre migrantes e estabelecidos, problemática clássica de todos os estudos sobre alteridade, adaptação cultural e migração (*insiders* e *outsiders*) (ELIAS, 1994). O outro é o desconhecido, que ameaça o eu e sua pureza, provocando o medo e a repulsa e, não raro, reações hostis que podem gerar estigmatização (GOFFMAN, 1982; BAUMAN, 1998).

Lussi e Marinuci (2007) e Lussi (2009) procuram sistematizar os elementos e situações que tornam a condição de migrante vulnerável, entre os quais se destacam as questões legal, religiosa, familiar, econômica e simbólica. Todos os aspectos arrolados pelos autores estão associados ao envolvimento com o lugar, à identidade e ao processo de territorialização incipiente no lugar de destino. Neste sentido, o migrante sente a necessidade de fixar-se para poder alcançar uma sensação de bem-estar, aliviando o incômodo sentimento de incerteza e instabilidade que perdura e se reforça com a ausência do lugar.

O controle legal do Estado-Nação exerce uma mediação essencial para todas essas teorias, pois não se pode esquecer que os vínculos com o país dependem também de ações e políticas específicas dos países de origem em amparar e promover a integração de seus cidadãos, que estão no exterior, à política e à vida cultural do país de origem (MENA, 2009).

Realizada essa contextualização histórica, essencial para a compreensão dos processos ocorridos na Venezuela, no próximo capítulo será abordado o referencial teórico sobre Jornalismo para Paz e tecidas relações com o objetivo da pesquisa.

Capítulo 2 - Referencial Teórico sobre o Jornalismo para a Paz

Com o objetivo de abrir este capítulo sobre as teorias de Jornalismo para a Paz, vamos dissertar sobre os conceitos mais gerais sobre a Cultura para a Paz e percorrer o caminho que elas tomaram até a configuração de uma linha teórica focada nesta aplicação dentro da comunicação e do ambiente jornalístico.

Neste contexto de estudos, a comunicação tem um papel fundamental na reprodução e propagação de estruturas de violência cultural, uma vez que naturaliza determinadas ideias, crenças, preconceitos, ideologias e comportamentos. E é através de meios de comunicação voltados para a paz, fontes alternativas de informação são oferecidas à população, anulando ou mitigando discursos de ódio (ALI; MACHARIA, 2011).

Para Wiberg (2005), as mais diferentes culturas – bem como as diferentes orientações políticas existentes dentro de cada cultura – usam o termo “paz” (traduzido da forma mais geral de uma língua para a outra) para conotar diferentes combinações de valores, por sua vez sujeitas a diferentes ênfases relativas: ausência de guerra, bem-estar, justiça (divina), consenso social, a paz interior de cada um, etc. (ISHIDA, 1969; GALTUNG, 1981; KOPPE, 2001).

Quando diferentes culturas e correntes políticas diversas combinam valores de modos variados para nos dar a sua definição de “paz”, não surpreende que também surjam diferenças entre a comunidade de investigadores – algumas serão exploradas a seguir.

2.1. Investigação para a paz

Enquanto os conceitos, as definições e linhas que tentam compreender a paz datam de muitos séculos ao longo da história da humanidade, a expressão *Peace Research* especificamente, ou “investigação para a paz”, vem sendo usada há algumas décadas para referência aos estudos de Paz iniciados por Galtung.

À paz definida como ausência de algo (a guerra) chamou-se, tradicionalmente, “paz negativamente definida” – ou, de forma abreviada, “paz negativa” –, ao passo que a expressão “paz positiva” designava a paz definida pela presença de alguma coisa.

Desta forma, enquanto a paz é relacionada à violência social, entende-se que: o uso da violência é naturalizado à medida que a sociedade se omite ao adotar políticas alternativas de mediação e transformação de conflitos, o que aprofunda as desigualdades e promove injustiças visíveis (VALESAN, 2015).

Passando então a palavra então ao Professor Doutor Johan Galtung, quem foi o pioneiro mundial na articulação e consolidação dos estudos para paz no mundo, além de ser reconhecido a nível global como fundador da disciplina acadêmica Pesquisa de Paz, Johan Galtung (2003) trata da relação entre diferentes tipos de violência e as organiza resumidamente de acordo com a figura abaixo.

Figura 4 - Tipos de violência

VIOLÊNCIA DIRETA	VIOLÊNCIA ESTRUTURAL	VIOLÊNCIA CULTURAL
Privação imediata da vida em decorrência de guerras, violência urbana, doméstica, massacres, genocídios etc.	Privação gradual da vida (condições de vida precárias, desemprego, falta de acesso à saúde, fome etc)	Legítima ou justifica os tipos anteriores de violência, normalizando a violência culturalmente com ofensas disfarçadas de piadas ou escondidas em produtos culturais como músicas, filmes séries, etc
Orientada desde a perspectiva do autor. Autor e vítima são facilmente identificados.	Orientada desde a perspectiva da vítima. A vítima é facilmente identificada.	Origem da violência ofusca-se na cultural deixando opaca a questão de autores e vítimas.

Fonte: Elaborado pela autora baseado em Galtung 1998.

Abordando os tipos de violência de Galtung (1998), a violência direta pode ser dita como a violência física, em que o autor é facilmente identificado. A violência estrutural é aquela na qual reconhecemos a vítima com mais facilidade, mas seu autor é encontrado na própria estrutura social. Já a violência cultural encontra-se em valores morais expressos em modos de agir, falar ou tratar uma pessoa ou determinados grupo, como fazer piadas, colocar apelidos ou perpetuar estereótipos.

E sobre o histórico da Investigações para a Paz, há quarenta anos, tratava-se de uma ideia nova que despontava para um futuro incerto, contando com alguns institutos e com um par de revistas especializadas e de associações internacionais acabadas de fundar.

Como explica Wiberg (2005), há trinta anos, tínhamos centenas de institutos e dezenas de revistas, bem como um conjunto de associações e congressos de âmbito nacional e regional. Há vinte anos, todas estas realidades proliferavam em maior número ainda, contudo o período de crescimento rápido havia passado, e mesmo hoje a situação não é muito diferente.

Com efeito, as primeiras propostas de criação de instituições destinadas aquilo a que se chamou “Investigação para a Paz” surgiram já antes do final da II Guerra Mundial. O mesmo pode afirmar-se com respeito às primeiras obras de alguns dos seus grandes fundadores, autores como Lewis Fry Richardson, Quincy Wright e Pitirim A. Sorokin.

Sobre o conceito de Cultural de Paz, primeiramente, deve-se ter em mente que o termo paz vai além da ausência de guerra, pois envolve desenvolvimento económico e justiça social; a defesa do meio ambiente em escala global e desaceleração do processo armamentista. Para Kofi Annan, paz envolve dignidade; diversidade e democracia; o respeito pelos sujeitos, pelos direitos humanos e pelo próprio estado de direito, entre outros aspectos. (ANNAN in PUREZA, 2000).

E de acordo com a UNESCO, a paz é um processo pessoal e social, e assim como a guerra começa na mente dos homens, também é na mente dos homens que a paz deve ser construída. (UNESCO in PUREZA, 2000). A paz “não é apenas uma condição política ou uma aspiração ética, mas uma categoria moral e até cultural” (UNESCO in PUREZA, 2000, p. 41). Dessa forma, a Cultura de Paz trata-se de uma dinâmica de transformação e conversão, um programa mundial que implica em “formas cosmopolitas de cidadania, feitas de identidades múltiplas e sobrepostas” (PUREZA, 2000, p. 36) e que só pode ser alcançada pelo seu exercício quotidiano.

Estudos para a Paz, por sua vez, representam uma corrente científica multidisciplinar, que também trabalha a perspectiva da Cultura de Paz, não se configuram como sinónimo. Hoje em dia, a Investigação para a Paz apresenta todos os sinais de haver atingido a maioria, manifestada através de múltiplos exemplos: volumes em honra de alguns dos mais antigos estudiosos da área (veja-se Trittman e Schmidt, 2002), bibliografias (entre os títulos clássicos se incluem Boulding et al., de 1979, e *Peace and World Order*, de 1981), directórios (UNESCO 2000 – com anteriores edições a surgirem a intervalos de vários anos a partir de 1965), e publicações versando o historial destes estudos (VAN DEN DUNGEN, 1977; BOULDING & VÄYRYNEN, 1979; WIBERG, 1988; KOPPE & REICHARDT, 1994; KODAMA, 2004).

O Instituto de Investigação para a Paz, de Oslo (PRIO), foi o primeiro a incluí-la no nome, não obstante a sua criação ter sido precedida por um pequeno número de outros institutos. Tanto a expressão como aquilo a que ela se refere, nos faz recuar cerca de vinte anos relativamente a esse momento. O programa estrutural de Johan Galtung englobava uma “teoria estrutural da violência”, em que a noção de violência estrutural surgia em contraponto com “paz positivamente definida”, nessa altura uma expressão já firmada: se “paz negativamente definida” é a ausência de guerra, aquela era entendida como a ausência de violência estrutural.

Esta nova noção começou por ser trabalhada do ponto de vista conceitual e teórico, mas depressa se seguiram estudos empíricos, nos quais a violência estrutural era operacionalizada através do recurso a dados estatísticos sobre a expectativa de vida, mortalidade infantil, etc.

Com isso, junto às primeiras propostas de criação de instituições destinadas à “Investigação para a Paz” que surgiram já antes do final da II Guerra Mundial, estão as primeiras obras de alguns dos seus grandes fundadores e autores como Lewis Fry Richardson, Quincy Wright e Pitirim A. Sorokin. “Investigação pela paz” tende então a sublinhar uma orientação no sentido de determinados valores, como sucede com frequência em formulações utilizadas em congressos e em editoriais de revistas.

2.2. O papel da comunicação e do jornalismo nestes estudos

Nesse contexto, a comunicação tem um papel fundamental na reprodução e propagação de estruturas de violência cultural, uma vez que naturaliza determinadas ideias, crenças, preconceitos, ideologias e comportamentos.

Em tempos de informação digital e instantânea, no qual *tweets*, *posts* e mensagens *inbox* alimentam a população conectada com um mundo virtual sem fim - que também é pautado e direcionado pelas agendas e IA - a imprensa torna-se elemento ainda mais importante no sistema de divulgação de informações precisas, podendo escolher entre elas aquelas com nuances negativas e de violência, porque chamam mais atenção, ou aquelas que estimulam pensamentos mais pacíficos e de resolução de conflito.

A partir de Galtung, autores nesta linha relacionam, então, a cultura com a manifestação da violência em suas diversas formas e, conseqüentemente, refletem sobre possibilidades para esta transformação.

A solução do magno problema da guerra e paz reside, pois, na superação da cultura política fragmentária por uma cultura de solidariedade humana transnacional. Correntes como a dos estudos sobre a paz, que tem em Johan Galtung o seu vulto de proa, vieram recuperar esta fundamentação e transformá-la em projeto de ação. (PUREZA, 2000, p. 38).

Em 1960, o pesquisador canadense Marshall McLuhan, ao lançar suas teorias sobre a influência dos meios de comunicação na vida das pessoas, previu que as guerras contemporâneas não seriam travadas apenas com armas convencionais. Para alcançar êxito na batalha de forças e interesses, o trabalho da imprensa seria elemento fundamental.

Se a possibilidade de paz está atrelada aos processos de cidadania e educação, pode-se justificar no trabalho jornalístico uma das alternativas para tal processo. Um dos motivadores seria o próprio papel do jornalismo na construção da realidade social. Participante do processo no qual os cidadãos definem os assuntos que vão discutir, tal área do conhecimento contribui ativamente na escolha dos enquadramentos dessa construção de realidade, mas, quando cria um produto jornalístico, deve oferecer um quadro amplo e não distorcido do que acontece (LAGO, 2010).

Dessa forma, o que parece uma utopia à primeira vista (a promoção da paz e da cidadania) pode transformar-se em ações de resultado por meio de coberturas jornalísticas capazes de dar voz para todas as partes e humanizar as esferas que envolvem os confrontos.

Nesse sentido, Johann Galtung começou a elaborar a tese do *Peace Journalism* na década de 70. Notou que a essência do Jornalismo de Guerra se baseava nos mesmos princípios do Jornalismo Esportivo (*Sports Journalism*): havia um foco na ideia de que vencer era a única coisa que interessava em um confronto entre duas partes, divididas entre vencedores e perdedores.

Como ponto de partida para esta análise, deve-se considerar que o jornalismo para a paz serve como diretriz para um fazer jornalístico mais humanizado, no qual o jornalista se basearia nas características fundamentais do *Peace Journalism* durante a produção de notícias. Por outro lado, em sua contraposição, está o jornalismo de guerra – uma modalidade na qual se encontrarão duas partes e um objetivo, foco na arena de conflito e orientado para a guerra/conflito.

É importante destacar ainda que o Jornalismo de Guerra não diz respeito somente à cobertura de eventos bélicos e campos de guerra propriamente ditos, mas principalmente a conflitos e violência de forma ampla. Isso também não quer dizer que o Jornalismo para a Paz só irá retratar coisas boas, mas sim trabalhar de forma comprometida em identificar e denunciar violências na comunicação, como suporta Annabel McGoldrick e Jake Lynch (2000).

Reflexões acerca do papel do jornalista como interventor de cenários em conflito surgiram em concomitância com o pensamento de McLuhan. Analisando o uso dos veículos de comunicação como estratégia para a distribuição de visões multidimensionais e menos previsíveis, o pesquisador norueguês, Johan Galtung, é um dos primeiros estudiosos a refletir sobre a possibilidade de o jornalismo atuar como construtor de uma paisagem voltada para paz.

As bases para o conceito fazem parte de um movimento de reforma do jornalismo internacional, que teve início em meados da década de 60, com a publicação do artigo *The Structure of Foreign News*, em 1965, em uma parceria entre Galtung e Mari Holmboe Ruge. Na época, os pesquisadores colocavam em questão como os eventos se transformavam em notícia e, para isso, trabalharam com o fato de a mesma seguir linhas de edição que partiam de convenções jornalísticas engessadas, enquanto o próprio acontecimento exigia flexibilidade e perspectivas mais amplas para ser compreendido.

Em um momento de reflexão sobre a comunidade interpretativa dos jornalistas, os pesquisadores trouxeram elementos que seriam orientadores de critérios de noticiabilidade e perceberam que quanto mais impactante, significativo, inesperado e negativo o evento, maior seria sua amplitude e a probabilidade de ser fixado pelo público. Na época, o estudo reafirmou a ideia de que as notícias negativas são mais atrativas, fazendo as pessoas terem um julgamento conjunto, massificado. Também se entendeu que coberturas distanciadas da paz eram mais inesperadas e causavam reações do público – ódio, raiva, sentimento de injustiça, entre outros.

Notícias negativas entram nos canais de notícias facilmente porque satisfazem mais os critérios de frequência. Há uma assimetria básica na vida entre o positivo, que é difícil e leva tempo, e o lado negativo, que é muito fácil de se obter e leva menos tempo – compare o tempo necessário para fazer um adulto crescer e se socializar à quantidade de tempo necessária para matá-lo em um acidente: a quantidade de tempo necessária para construir uma casa e para destruí-la em um incêndio (...). Um evento negativo por desdobrar-se facilmente em duas edições de um

jornal ou em duas reportagens de TV – o que é bem mais difícil para um tema positivo (GALTUNG; RUGE, 1965, p. 69, *tradução da autora*).

Considerado um dos mais célebres investigadores pela paz, Galtung, em 1969, passou a reconsiderar seus estudos iniciais e fez uma distinção entre a paz negativa e a positiva, e foi, sobretudo, sua tese sobre violência estrutural que orientou os trabalhos de uma geração de pensadores marxistas. Sua abordagem sociológica divergiu da escola realista dominante que privilegiava relações de interesse e de poder.

As condições de uma paz durável exigem, segundo Galtung, que todas as formas de violência indireta (injustiça, pobreza, opressão) desapareçam. Para que os conflitos cessem, as contradições, as formas de comportamento e as atitudes das partes em causa devem ser analisadas antes de serem transformadas (DAVID, 2000, p. 289).

Neste contexto, Galtung (1969) alinhava como positivo tudo aquilo que enseja uma ação que, direta ou indiretamente, busque o resultado proposto, sendo, portanto, a negatividade condizente a uma omissão ou, simplesmente, ausência de ação sobre o fato presente, que, ainda assim, atinja o objetivo. São exemplos de paz positiva todas as ações de integração social e estrutural, otimista e preventiva, através de meios pacíficos e buscando elevar os cidadãos a uma situação de igualdade de condições, ampliando o diálogo pacífico entre as mais variadas culturas, a busca por soluções não violentas aos conflitos e à reconciliação.

Em contrapartida, a paz negativa se constitui na ausência de conflitos e de violência, sem, contudo, representar uma visão otimista sobre a sua manutenção ou a forma pela qual foi atingida, uma vez que, não raro, a mesma somente é obtida como resultado da utilização de meios não pacíficos, como, por exemplo, um tênue equilíbrio de condições bélicas entre os envolvidos no conflito, podendo ser bem ilustrado através de um armistício, não havendo atos de guerra.

Em 1990, ao publicar o artigo *Cultural Violence*, Galtung passou a relacionar quatro necessidades essenciais a cada cidadão e que poderiam servir de indicativo para pautar o trabalho jornalístico: sobrevivência, bem estar, identidade e liberdade.

Assim, sugeriu que o Jornalismo para a Paz deveria ser mais como o Jornalismo de Saúde (*Health Journalism*): “um bom correspondente da editoria Saúde descreveria, por exemplo, a batalha de um paciente contra as células cancerígenas espalhando-se por seu corpo. Mas também nos contaria sobre as

causas do câncer – estilo de vida, meio ambiente, herança genética etc –, bem como sobre as possibilidades de cura e as medidas preventivas.” (GALTUNG in MCGOLDRICK; LYNCH, 2000, p. 9). O mesmo deveria fazer um bom correspondente de guerra – ou, neste caso, correspondente de paz – em relação a um conflito: contar ao público o que está acontecendo no momento na zona do confronto, mas também quais são as causas da guerra, em que contexto histórico está incluída, quem são, o que querem e o que pensam os atores envolvidos nela, quais são as causas da violência e que consequências (visíveis e não visíveis) pode trazer, quais são e onde estão as iniciativas de paz e quem está trabalhando por elas, quais seriam as possíveis alternativas não-violentas para o enfrentamento etc.

Já na definição de Annabel McGoldrick e Jake Lynch, Jornalismo para a Paz é:

[...] uma maneira mais ampla, justa e apurada de contar as histórias, na medida em que se propõe a promover a análise, o entendimento e a transformação dos conflitos. Está baseado na prerrogativa de que as decisões que tomam os jornalistas enquanto cobrem um conflito tendem, inevitavelmente, a contribuir para o impulso da guerra ou para o impulso da paz. Estabelece as relações existentes entre os jornalistas, suas fontes, as histórias que relatam e as consequências de suas reportagens. O Jornalismo para a Paz cria uma educação de não-violência e criatividade na medida em que é aplicado ao trabalho diário de informar (MCGOLDRICK; LYNCH, 2000, p.3).

Elencar estratégias e métodos para transformar a realidade dos conflitos em ações de paz não é tarefa fácil – nem impossível. O conflito é um evento midiático, estruturador de narrativas e produtor de imagens impactantes – catástrofes, violência e vitimização – que são partes constituintes da atualidade e se impõem a outros assuntos. Guerras são formas de controle humano e convergem em desafios éticos, técnicos e conceituais para o jornalismo.

Na cobertura jornalística, o dilema não é tão somente a administração destes desentendimentos entre grupos e interesses opostos, porque estes já são inerentes à produção jornalística. Franciscato (2003) diz que as coberturas voltadas para guerra conduzem a uma intensificação das potencialidades e dilemas no tratamento de textos e imagens geralmente voltados para a produção da morte. Neste aspecto, a situação contemporânea do jornalismo está centrada principalmente na supervalorização do espetáculo das narrativas, o que se transforma em dilema ético, porque tais discursos são provenientes de indivíduos objetos deste espetáculo e que se veem como inimigos.

A própria retórica jornalística, de acordo com Gorsevski (2000), já é naturalmente entrelaçada em um contexto que privilegia a guerra e os estereótipos negativos, o que faz o público pensar que este é um enquadramento de realidade natural. Por isso, por uma lógica de pensamento, temos a tendência de considerar este padrão como normal e efetivo para os discursos, principalmente para aqueles com origem nos conflitos.

Para esta pesquisa, deve-se entender também que a fronteira, o fronteiro e aqueles transitam de modo forçado, como é o caso dos refugiados, muitas vezes, estão inerentemente inseridos em um contexto violento, porque o próprio cenário de origem está relacionado a diferentes tipos de pressão – seja pela posse da terra, pelo trabalho ou exclusivamente pela sobrevivência.

A disseminação de um estilo que valoriza diferentes situações de conflito – que consideramos como uma hipótese predominante da cobertura jornalística sobre refugiados, tendo em vista a explicação acima – se dá principalmente por meio da palavra, que é uma importante ferramenta neste cenário de emoções. São elas que delimitam as diferenças culturais e de identidade e ajudam a construir discursos de resistência sobre a causa.

Como são textos sociais, as histórias narradas se sobrepõem, convergem e divergem. Por originar-se de alguém e dirigir-se a alguém, a palavra é um importante produto de interação e serve de expressão dentro de uma relação com o outro e com a coletividade, lembra Bakhtin (1990).

Um dos objetivos do Jornalismo para a Paz é trazer à tona realidades que costumam ser esquecidas quando se fala de um conflito, mostrando, por exemplo, como as violências estrutural e cultural afetam o cotidiano das pessoas (aí incluem-se a pobreza, a fome, o desemprego, a discriminação racial ou étnica, as desigualdades sociais etc). Resistindo à noção de que o número de partes envolvidas em um conflito se reduz unicamente a duas, ultrapassa os binômios vitimização versus demonização, “bons” versus “maus”, “agredidos” versus “agressores”, “nós” versus “eles”.

O Jornalismo para a Paz adota, conscientemente, uma agenda pró-paz, acreditando ser esta a única alternativa genuína para uma agenda pró-guerra. Ao explorar os contextos político, econômico, social e estrutural dos conflitos, bem como seu processo de formação e desenvolvimento, cria inesperados caminhos para o diálogo e a concretização da paz. As “vítimas” de um conflito não devem ser

apresentadas como vítimas passivas, mas como *peacemakers* (o que seriam pacificadores, em português). Daí também ser chamado de *Empowerment Journalism* (o que seria Jornalismo de Empoderamento em português), como na obra *The Peace Journalism Option*, dos autores McGoldrick e Lynch (1998).

A jornalista McGoldrick (2004) afirma preferir não utilizar o termo *Peace Journalism*, porque acredita que o mesmo afasta as pessoas. A autora aponta a existência de diversos nomes, como: Jornalismo de Mudança; Jornalismo de Análise de Conflitos; Jornalismo Crítico; entre outros, ou apenas Jornalismo; sem qualificativos.

Numa perspectiva complementar, McGoldrick (2004) afirma que o Jornalismo para a Paz pretende resgatar a importância do porquê nas notícias sobre guerras e conflitos. Dessa, para a autora, fora quanto mais você explica sobre uma guerra e por que ela acontece, mais você abre os olhos das pessoas para possíveis maneiras de solucioná-las.

Para a autora, o Jornalismo para a Paz não significa negar ou ocultar a violência. Se a violência ocorre, há que mostrá-la, do contrário estaríamos caindo no mesmo erro que condenamos no tradicional Jornalismo de Guerra, ou seja, omitir ou ignorar elementos relevantes.

Ainda de acordo com McGoldrick (2004), mesmo no sistema jornalístico atual, as narrativas mais complexas ainda precisam ser estimulantes, para que o público tenha interesse. Porém, é preciso ser estimulante de uma maneira responsável, de modo que as notícias sejam construtivas socialmente.

Muitas vezes, se não fosse pela divulgação de imagens e relatos impactantes, a opinião pública não teria sequer conhecimento de algumas atrocidades e injustiças. Como exemplo, McGoldrick menciona as fotos – e a repercussão que tiveram estas fotos – das torturas cometidas por soldados estadunidenses e ingleses contra presos iraquianos. Para ela, estas imagens mostraram que também há “vilões” no “nosso” lado. A questão central é explicar o porquê da violência, em que contexto ocorre, analisá-la e situá-la de forma adequada ao invés de simplesmente mostrá-la, simplificando-a e convertendo-a em espetáculo.

Segundo McGoldrick, mesmo nos conflitos em que aparentemente só há dois grandes “bandos” em disputa, como é o caso do conflito Israel-Palestina, é possível desmontar estes dois grandes grupos em muitos outros menores: israelenses que são contra a política de ocupação dos territórios, palestinos que são contra a Intifada,

israelenses e palestinos que trabalham juntos pela paz etc. E isto é incrivelmente importante.

Para Lynch (2004), dentro da lógica “Guerra/Violência”, o Jornalismo de Guerra centra-se no terreno do confronto, onde duas partes lutam por um único objetivo (vencer); vê o conflito como um espaço fechado em um período de tempo limitado, buscando as causas e soluções no terreno do confronto (o importante é “quem atirou a primeira pedra”); faz as guerras opacas e escuras; dá voz aos “nossos”, dentro de um jornalismo “nós-eles”; tende a um tratamento e a uma abordagem superficiais e simplificadas; enumera somente os atores principias; converte as guerras em espetáculos (“guerras ao vivo”, com imagens, vinhetas etc); utiliza uma linguagem bélica e estereotipada (os “terroristas” estão sempre do “outro” lado); vê “eles” como o problema (demonização de um ator/parte/etnia); desumaniza “os outros” (as armas dos “outros” são o pior); é reativo, espera pela violência para informar; mostra apenas os efeitos visíveis da violência (mortos, feridos, perdas materiais etc.).

Ainda segundo o mesmo autor, Lynch (2004), o Jornalismo para a Paz, ao contrário e dentro da lógica “Paz/Conflito”, explora a formação do conflito, identificando todas as partes, objetivos e causas; vê o conflito como um espaço aberto, em um período de tempo aberto, buscando as causas e soluções fora do terreno; oferece uma visão mais ampla, fazendo os conflitos claros e transparentes; dá voz a todos os atores, promovendo a empatia, o entendimento e a compreensão; aposta em um tratamento e uma abordagem mais amplos, críticos e profundos; se preocupa com o contexto e o processo dos conflitos; utiliza uma linguagem justa e igual para todos os atores (também há “terroristas” no “nosso” lado); vê a guerra como o problema, não “eles”; enfatiza a criatividade que comporta o conflito; humaniza todas as partes (as armas são o pior, as “nossas” e as dos “outros”); é preventivo, procura agir antes de qualquer ocorrência de violência; mostra também os efeitos invisíveis da violência (perdas e estragos culturais, consequências psicológicas a longo prazo etc.).

Dentro da lógica “Propaganda”, o Jornalismo de Guerra expõe as falsidades “deles”; colabora com os “nossos” enganos e mentiras; divulga boatos e exageros sem averiguar nem contrastar; simplifica o contexto dos conflitos; faz uso de estratégias como a desinformação ou a seleção tendenciosa dos fatos.

O Jornalismo para a Paz, dentro da lógica “Verdade”, expõe as falsidades de

todos os lados; revela todos os enganos e mentiras; averigua e contrasta a veracidade das informações antes de divulgá-las (Quem são as fontes? Por que estão me contando tal história? Por que querem que eu acredite nelas?); explica o contexto dos conflitos; não segue critérios políticos ou econômicos para decidir o que será incluído e o que será deixado de fora de uma notícia (o compromisso maior é para com o público).

Dentro da lógica “Elites”, o Jornalismo de Guerra enfatiza o sofrimento dos “nossos” e destaca os homens de elite, convertendo-os em sua principal fonte de informação; nomeia os “vilões” do lado “deles”; sinaliza e destaca os homens de elite que trabalham pela paz, silenciando outras iniciativas de paz.

O Jornalismo para a Paz, dentro da lógica “Pessoas”, enfatiza o sofrimento de todos e destaca grupos que costumam ser silenciados ou vitimizados pelos *media*, como mulheres, crianças e idosos, dando voz a quem não a tem; nomeia todos os “vilões”, os “nossos” e os “deles”; destaca todos os grupos e pessoas que trabalham pela paz.

Por fim, dentro da lógica “Vitória”, o Jornalismo de Guerra vê a paz como o resultado de vitória mais cessar-fogo; oculta as iniciativas de paz antes que a vitória esteja garantida; enfatiza os tratados, as instituições, o discurso hegemônico; vive para uma próxima guerra, ou para a mesma se a violência retornar.

O Jornalismo para a Paz, dentro da lógica “Solução”, vê a paz como o resultado de não violência mais criatividade; destaca as iniciativas de paz, também para prevenir mais violência; enfatiza a estrutura, a cultura, o contexto e o discurso alternativo; se preocupa com os efeitos e as repercussões, tentando promover a transformação, a reconstrução e a reconciliação (LYNCH, 2004).

Há uma crença fortemente enraizada na profissão que diz que os jornalistas apenas relatam os fatos. O problema com esta afirmação se tornou mais evidente quando os meios de comunicação conquistaram um protagonismo determinante e inegável na sociedade. Muitas pessoas sabem como criar fatos para os jornalistas noticiarem. Muitos governos incluem suas políticas e ações dentro de uma chamada “estratégia de mídia”. Um cálculo sobre a repercussão e os efeitos dos fatos – na opinião pública, por exemplo – costuma estar incluído na agenda política dos governos.

Mas como os governos sabem que fatos criar ou como apresentá-los de modo que sejam noticiados e destacados de uma forma que lhes convenha? Com base em

experiências anteriores, em acontecimentos que já foram destaque no seu devido momento. Cada vez que um jornalista reporta algum fato, acrescenta outra “pista” ao entendimento coletivo sobre como a mídia irá se posicionar frente a situações similares no futuro (LYNCH, 2002).

Neste sentido, os jornalistas poderiam ter certa influência em relação aos tipos de fatos que provavelmente serão “criados” para eles próprios relatarem no futuro. E as notícias poderiam influenciar o comportamento futuro das partes envolvidas em um conflito. Assim, pode-se sugerir que a violência que ocorre no terreno e que é massivamente destacada pelos meios de comunicação pode acabar gerando mais violência. Seria como um ciclo, no qual a violência seria entendida como um bom modo de chamar a atenção. Por este motivo, a crença de que “os jornalistas apenas relatam os fatos” dá uma ideia incompleta do papel do jornalista.

Além disso, a objetividade também pode sugerir que as coisas são do jeito que são “porque este é simplesmente o jeito que são”, fazendo com que a mudança pareça impossível e eliminando as opções para soluções criativas. Autoproclamar-se objetivo é uma desculpa fácil para quem quer se isentar de responsabilidades.

Nas palavras de Eduardo Galeano (1989), “os que fazem da objetividade uma religião mentem. Eles não querem ser objetivos, mentira: querem ser objetos para salvarem-se da dor humana.” (p. 64).

Na opinião de Jonathan Steele (2003), um bom jornalista coloca uma porção de emoção em seu trabalho. A raiva tem particular importância, pois num mundo cheio de injustiças, crueldade, miséria e deslealdade, é preciso sentir raiva e é esse sentimento que nos faz continuar. Além disso, de acordo com Steele, o mais grave risco para o jornalista é cair no cinismo, ou seja, achar que já viu de tudo; que nada pode ser mudado é que a vida se trata de um ciclo sem fim de desesperança e violência.

O Jornalismo para a Paz é aqui proposto e entendido como uma lógica alternativa à lógica dominante do Jornalismo de Guerra. Os “seguidores” deste modelo alternativo seriam profissionais e instituições comprometidos com a paz, a igualdade, a justiça e outros valores importantes que costumam ser deixados de fora de uma abordagem jornalística “belicista”.

Na opinião de Quintero, se, a través da propaganda e da desinformação se pretende desmoralizar o inimigo e legitimar a ofensiva bélica frente à opinião pública, não podemos supor que, em uma situação de crise, a informação possa ser neutra.

Em primeiro lugar, pelo uso propagandístico que se pode fazer da informação. Em segundo lugar – e principalmente – pela censura. Impedir a difusão de ideias contrárias e selecionar a informação mais “apropriada” e “conveniente” são mecanismos de manipulação propagandística (QUINTERO in PUREZA; FERRÁDIZ, 2004).

Analisando desta maneira, a situação, então, muda: o discurso dominante do Jornalismo de Guerra seria, ao contrário do que se deduz em um primeiro momento, o mais comprometido de todos. O discurso alternativo do Jornalismo para a Paz também continuaria sendo comprometido, mas, ao contrário do que ocorre com a lógica do primeiro, seu comprometimento é declarado e aberto.

Depende muito de para com quem com o que este comprometimento está relacionado. Nas palavras de Alejandro Quintero,

[...] não pretendo afirmar que frente a um determinado conflito se produza uma conspiração dos meios para manipular a informação sobre o mesmo. Muito provavelmente, a maioria dos jornalistas que escrevem, informam ou que são enviados ao terreno cumprem os requisitos exigidos para garantir o rigor informativo e a objetividade jornalística. Os meios de comunicação também acolhem vozes críticas a guerra - ainda que em menor número e com menos ênfase. Mas o certo é que o que chega ao cidadão é quase sempre o “politicamente correto”. (QUINTERO in PUREZA FERRÁDIZ, 2004, p. 41)

De todas as formas, todo jornalismo é intervenção. A única escolha que se pode fazer é sobre a ética desta intervenção, daí a pergunta: “O que eu posso fazer para que a minha intervenção aumente as perspectivas de paz?”. Talvez mais do que qualquer outra coisa, o Jornalismo para a Paz exige um comprometimento por parte dos jornalistas. Um comprometimento com a busca de condições e realidades mais justas. Um comprometimento que passa, necessariamente, pela consciência e convicção de que a forma como desempenham sua tarefa, as escolhas que fazem e as posturas que assumem frente aos episódios que presenciam podem alterar, condicionar e influenciar acontecimentos futuros.

De acordo com Melissa Baumann, presidente do *Media Peace Centre*, na Cidade do Cabo, África do Sul, trata-se do comprometimento de repensar o papel como jornalista e ser pró-ativo no lugar de reativos, e dessa forma, atuar como facilitadores da consolidação da paz. Para Baumann, é preciso se dar conta do prejuízo que pode ser causado pelos jornalistas caso não sejam conscientes do

impacto de suas ações como profissionais e cidadãos; é necessário assumir o compromisso de contar histórias que geralmente são ocultadas e desafiar narrativas dominantes; o compromisso de empoderar grupos excluídos para que contem suas próprias histórias e tenham sua própria voz; enfim, o compromisso e o senso de responsabilidade em relação aos sujeitos sobre os quais os jornalistas escrevem.

De acordo com Xavier Giró, quando falam de um conflito, os jornalistas se convertem em atores do mesmo (GIRÓ, 2004). Para Jake Lynch, autor do livro *Reporting the World* e um dos profissionais que mais escreve sobre o Jornalismo para a Paz, “cada jornalista carrega, em todo e qualquer momento, uma parte não conhecida da responsabilidade pelo o que acontece em seguida” (LYNCH, 2002, p. 12).

A presença de repórteres condiciona a história que estão cobrindo, tornando a objetividade impossível. As partes de um conflito se comportam de maneira diferente porque a mídia está lá e tentam influenciar a cobertura para benefício próprio. Para Mark Brayne, editor da BBC World Service, “dizer que nós apenas relatamos fatos objetivos, de forma equilibrada, é uma doce fantasia, porque estamos constantemente sob enormes pressões” (BRAYNE in LYNCH; MCGOLDRICK, 2002, *on-line*).

Para os autores Nos Aldás, Seguí-Cosme e Machota (2008), a comunicação para a paz busca cultivar relações pacíficas entre os seres humanos e favorecer formas responsáveis de ação social e discursos sociais de paz. Ela consiste em uma plataforma na qual se mesclam os conceitos de *Peace Studies*, da comunicação e, também, da resolução e gestão de conflitos (SADIG; GUTA, 2011). Sua abordagem respeita as diversidades locais e a pluralidade no processo de superação de conflitos, buscando ações que tenham a paz como finalidade (VICENTE, 2015).

Já de acordo com Salinas (2014), jornalismo para a paz é um conceito que surge como reivindicação de novos esquemas, práticas e rotinas profissionais que substituam os parâmetros atuais de comunicação (SALINAS, 2014).

E para Annabel McGoldrick e Jake Lynch (2000), importantes pesquisadores da área, o jornalismo para a paz traça novas linhas de conexão entre jornalistas, fontes e as consequências das abordagens, utilizando a análise e transformação de conflitos para alcançar equilíbrio, igualdade e rigor em coberturas jornalísticas, isto é, ele não reporta somente assuntos relacionados à paz, mas aplica elementos dos estudos da paz e de conflitos ao cotidiano da profissão.

Como explicado pelos autores Lynch e McGoldrick (2007), conteúdos jornalísticos podem ser avaliados adequadamente ao serem comparados com os resultados de investigações de *Peace Studies*. Nesta perspectiva da responsabilidade em fazer a paz no jornalismo, todos os preceitos de seu fazer são considerados, da conduta de entrevistas ao enquadramento socialmente responsável, tudo deve contribuir aos processos de *peacemaking* e *peacekeeping* (promover e manter a paz).

Em complemento, de acordo com Shinar (2008), o jornalismo para a paz em uma estrutura democrática pode potencializar os resultados de programas de desenvolvimento; diminuir desigualdades socioeconômicas; reduzir exploração e corrupção; e ainda ampliar o respeito entre os cidadãos e o respeito próprio.

E Pureza (2000) destaca que a leitura que o senso comum realista faz dessa planície é fundada num contraste entre o que está dentro e o que está no exterior dos Estados. No sistema interestatal vigora o estado de natureza eterno, sem instâncias de monopolização da violência legítima, pelo que cada Estado zela acima de tudo pela sua segurança e sobrevivência recorrendo a todos os meios incluindo a força, desafiado que está pelo dilema de segurança em que vive a olhar suspeitosamente para os demais, como inimigos potenciais e não como parceiros possíveis.

Apesar da pluralidade de meios de comunicação que podemos observar atualmente, especialmente face à dinâmica permitida com a Internet, são poucos os que se posicionam com um preceito de paz e solução de conflito. Em diversas ocasiões, os meios disseminam o que está de acordo com seus interesses econômicos e de poder, não dando espaço às minorias, às pequenas comunidades ou a interesses que diverjam dos seus. Em situações de conflitos, as organizações midiáticas podem contribuir para naturalizar a cultura de violência; da mesma maneira, os meios podem, também, ser usados para legitimar a cultura de paz (SADIG; GUTA, 2011).

Pelo fato de a cultura de paz não ser amplamente difundida, suas mensagens e seus ideais não circulam facilmente pelo discurso midiático hegemônico propagado pelos canais tradicionais de comunicação (GONZÁLEZ, 2012) nem pelos canais alternativos.

Para Galtung, esta seria a violência que está presente nos discursos sociais, nos produtos culturais e comportamentos socialmente apreendidos, legitimando outras tipologias de violência. O termo violência cultural é análogo ao conceito de violência simbólica, definido pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu.

De acordo com Bourdieu (1964), violência simbólica é aquela pela qual indivíduos consideram ideias, grupos, ou representações sociais como naturalmente dominantes em detrimento de outros. Para o autor, essa violência é exercida por instituições e agentes que se apoiam em tais ideias para exercer autoridade. Tal violência ocorre e é aprendida na família, na escola, na religião, nas práticas linguísticas, sociais e na própria classe social.

Porém, da mesma forma que é possível o aprendizado da violência, a paz também pode ser ensinada e aprendida, tanto no interior das instituições como no âmbito dos meios de comunicação. Dessa forma, de maneira ampla, a paz pode ser desenvolvida na cultura e nos comportamentos sociais. Para Boulding (2002), a cultura de paz pode ser definida como um mosaico de identidades, atitudes, valores, crenças e padrões que levam as pessoas a se relacionarem umas com as outras.

Nesse sentido, para Signates (2000), a ação comunicativa é pressuposto democracia, por ser realizada no interior das tensões de conflito e entendimento, sendo o próprio conflito necessário para a construção de reflexão, diálogo e compreensão.

Copello e Rojas (2008) concluem que a comunicação e a educação em comunicação assumem papel determinante no processo de construção de paz: as interações comunicacionais evidenciam as condutas conflitivas, ativam ou catalisam conflitos e conduzem a sua resolução, violenta ou pacífica.

A comunicação, dotada da construção de conhecimentos e representações sociais, abriga uma pluralidade de discursos geradora de embates, por isso há a necessidade de dar voz aos grupos mais diversos e propiciar o diálogo (FERNÁNDEZ; MIGUEL; SANTOLINO, 2011).

Em 1998, Galtung propôs uma tabela de comparação entre o modelo dominante (Jornalismo de Guerra) e o modelo alternativo (Jornalismo para a Paz). A ideia era colocar os dois modelos lado a lado para contrastar as características, objetivos, posturas, tendências e valores principais de cada uma das correntes jornalísticas, sempre em relação à cobertura de conflitos armados:

Figura 5 – Comparativo entre a abordagem do Jornalismo para Paz e Jornalismo para Guerra de Lynch e McGoldrick.

Jornalismo para a paz	Jornalismo de guerra
I. Orientado para a paz/conflito - Explora a formação de conflitos; há partes, objetivos e problemas múltiplos - Todas as partes ganham - Espaço e tempo abertos: causas e consequências em qualquer lugar, inclusive na história e na cultura - Apresenta os conflitos com transparência - Dá voz a todas as partes, com empatia e entendimento - Vê conflito e guerra como problemas e foca na criatividade - Humaniza todas as partes, especialmente quando há armamentos - É proativo: busca a prevenção antes que a violência e guerra ocorram - Foca nos efeitos invisíveis da violência: traumas, danos à estrutura e à cultura	I. Orientado para a guerra/violência - Foca na arena de conflito; há duas partes e um objetivo (vencer) - Uma parte ganha, a outra perde - Espaço e tempo fechados: causas e consequências se restringem à arena, focando em quem atirou a primeira pedra - Apresenta a guerra de forma obscura/secreta - “Nós contra eles”; voz somente para “nós” - Vê “eles” como o problema e foca em quem prevalece na guerra - Desumaniza “eles”, especialmente quando há armamentos - É reativo: espera atos violentos para reportar - Foca nos efeitos visíveis da violência: número de mortos, feridos e danos materiais
II. Orientado para a verdade - Expõe as inverdades de todas as partes	II. Orientado para a propaganda - Expõe inverdades sobre “eles” e ajuda a encobrir as “nossas” mentiras
III. Orientado para as pessoas - Foca no sofrimento de todos e dá voz a mulheres, crianças, idosos	III. Orientado para as elites - Foca no “nosso” sofrimento; tem homens da elite como porta-vozes
IV. Orientado para soluções - Paz = não-violência + criatividade - Destaca iniciativas voltadas para a paz, a fim de, também, prevenir outras guerras - Foca na estrutura, na cultura e em uma sociedade pacífica - Resultado: resolução, reconstrução, reconciliação	IV. Orientado para a vitória - Paz = vitória + cessar-fogo - Oculta as iniciativas de paz até que a vitória já tenha sido conquistada - Foca em tratados, instituições e em uma sociedade controlada - Parte para outras guerras e retorna à mesma caso hajam questões pendentes

Fonte: Lynch e McGoldrick (2007, p. 251), traduzido por Salhani e Cabral (2017 p. 4).

Ao eleger como estratégia uma teoria da comunicação para tentar modificar este modo singular de estabelecer relações entre os eventos, o papel da retórica jornalística está na busca de diferentes perspectivas e abordagens. Para Gorsevski (2000), a linguagem e a cultura seriam fatores determinantes para a implantação e manutenção da paz, e o produto jornalístico, por meio desse conhecimento, poderia, aos poucos, revelar-se como um bom mediador nos processos de denúncia das violências em busca de ações de transformação social.

Neste sentido, a intenção retórica da não violência é promover a conscientização e o conhecimento sobre o fato que está sendo trabalhado. Por atuar com as emoções, penetra diretamente no sistema de crenças, de atitudes e de opressões impostas anteriormente por sistemas disciplinadores comuns da nossa sociedade. Assim, pode afastar o tradicional caráter bélico da maioria das coberturas, que ocorrem basicamente porque a falta de humanização nos textos reduz os níveis de empatia e tolerância do público com as minorias.

No discurso da não violência, a retórica do jornalista (uma espécie de negociador) pode ser revelada como uma verdade, e é justamente aquilo que as pessoas podem estar procurando. Assim, os elementos para uma negociação nos cenários de conflito incluem cuidados no planejamento da reportagem, além de características profissionais que envolvem risco, coragem, honestidade e paciência para encarar as possíveis críticas e retaliações de outros veículos de comunicação. Neste aspecto, não há perda da objetividade, porque para ser objetivo é preciso investigar.

Por meio do agrupamento de iguais e desiguais, os discursos para a paz re-humanizam personagens e os transformam em uma mesma unidade despida de diferenças. Os processos que envolvem os reflexos dos discursos dessa categoria incluem textos escritos – e com caráter interpretativo e reflexivo – que podem fornecer uma poderosa retórica da paz sem supervalorizar os conflitos. A chave para a aplicação deste novo sistema é também o debate constante e a cooperação entre jornais, o trabalho conjugado dentro dessa linha de pensamento, o que se transformaria em figura importante também para a educação.

Sob esta perspectiva, ações de educação para paz e de comunicação para paz seriam capazes de desacelerar o pessimismo mundial sobre os conflitos, como previa Kant (1989). A ideia é complementada por Wiberg (2005), que se posiciona com a justificativa de que a comunicação e a educação para paz demandam comunicação emocional, direcionada à própria descoberta e valorização, ou seja, por meio do afeto, transformar crenças, atitudes e estruturas que perpetuam e facilitam injustiças.

É no sentido de trabalhar a palavra e o poder delas que o Jornalismo para Paz atua. O paradigma constrói-se a partir de um repensar sobre o fazer jornalístico – capaz de mudar a opinião pública, as atitudes e as ações que levam aos atos violentos. Sob esse guarda-chuva respingam também possibilidades para se evitar os discursos padrão e a cobertura padronizada, modulada e pouco reflexiva. Se o

jornalista for compreendido também como educador e transformador da realidade, a partir da divulgação das notícias e de diferentes faces do acontecimento, poderá, sim, atuar como um promotor da paz. Portanto, a temática, além de atual, representa uma conversão do posicionamento tradicional do jornalismo para um mais moderno, focado nos direitos humanos, na precisão e mantendo os critérios de noticiabilidade.

Para o jornalismo, é importante conhecer o uso da alteridade, porque é a partir da delimitação do “quem sou eu” e do “quem é o outro” que a maneira de se relacionar será estabelecida. A forma essencial para entendê-la é compreendendo como o jornalista interpreta e lida com as diferenças das pessoas, porque a identidade e individualidade de cada sujeito estão relacionadas à questão da alteridade. O modo como o profissional vê o outro (neste caso, os refugiados) e como ele o apresenta ajuda a costurar o sujeito à estrutura, relacionando tanto os indivíduos quanto os mundos culturais em que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados.

Na visão de Resende (2009), é no jornalismo que é tecida a vida do outro. Para ele, discursos impressos nos produtos jornalísticos tornam-se expressões daquilo que é tomado como verdadeiro e é a partir destes recortes que compreendemos o mundo e construímos a percepção que temos do outro. Neste sentido, a alteridade não é apenas falar do outro no texto, mas também perceber o que o próprio texto quer dizer sobre o personagem – sem que este sentido esteja claramente escrito.

Ao considerarmos desde já que os refugiados são remanescentes de uma identidade fragilizada, pode-se dizer que o uso de uma comunicação pensada, bem como a utilização da alteridade na produção jornalística, poderiam ajudar na construção de cenários mais positivos sobre a causa, talvez mais próximos da verdade, e sem excluir valores-notícia. Poderiam, dessa forma, ajudar na inserção destes indivíduos na sociedade. Por meio de uma comunicação voltada para a paz, o trabalho jornalístico atuaria principalmente como sistema eficiente na integração local dos deslocados e na proteção deles.

Como um artesão, o jornalista tem a possibilidade de escolher a matéria-prima (a informação) e moldá-la por meio de técnicas variadas que vão dar forma e sentido àquilo que será vendido (o produto jornalístico). Entre tais técnicas, conhecemos o uso dos enquadramentos, a influência dos estigmas e do orientalismo e o ambiente em que estão inseridas as escolhas e os valores-notícia que ajudam a compor um pouco da alma desse produto à venda. (REZENDE, 2009).

Contudo, em meio ao que podemos chamar de “mercado noticioso”, considerando o jornalismo como empresa ou negócio; levando em conta as concorridas rotinas de trabalho; a falta de tempo e a pouca reflexão profissional sobre a prática têm transformado o que seria um fazer artesanal em produção em série – o que transforma cada vez mais as notícias em “produtos industrializados”. A responsabilidade de criar a própria peça artística – uma metáfora para produtos com diferentes gêneros jornalísticos – continua a mesma para este jornalista, porém, ele a produz utilizando moldes recomendados por fornecedores importantes: a empresa onde trabalha, a sociedade onde está inserido, os valores nos quais acredita e o tempo e espaço onde se encontra. Como resultado, geralmente temos produções muito semelhantes, a maioria delas criada exclusivamente para a venda em alta escala, o que compromete a qualidade daquilo que é feito.

Muitas vezes com metas de maior atração da atenção do leitor e na busca por maiores audiências, o tratamento das informações de uma forma focada na violência se torna uma estratégia de mídia. Assim, por ser considerado engajado (*embedded*), o método não se refere exclusivamente ao tratamento de informações herdadas de circunstâncias bélicas, mas procura no outro (o personagem, o sujeito ou um fato em si) artefatos que alimentam condições consideradas essenciais para atrair a atenção do público, como a vitimização, o foco na arena do conflito, a promoção de rivalidades e a exposição de ameaças. Desta forma, a imprensa – e no caso da nossa pesquisa, o jornal – contribuirá com estes elementos para a construção da realidade objetiva e subjetiva de seu público.

Entendendo o conflito como uma relação entre duas ou mais partes que têm objetivos, necessidades e interesses incompatíveis (MITCHELL, 1981), consideramos que muitos profissionais encontram na violência o viés para explicar, por meio das narrativas, situações geradas a partir dessa incompatibilidade.

Há vários outros aspectos dentro dessa ótica e que, na maioria das vezes, não são reportados pela imprensa. Lynch (2007), por exemplo, ao traçar novas diretrizes para uma cobertura, sinaliza para a necessidade de o jornalista investigar, além das causas de um conflito, as motivações culturais, temporais e sociais daqueles que estão em divergência. A ação descaracterizaria o pensamento linear e a previsibilidade apresentada no jornalismo de guerra e evidenciaria outros aspectos da cobertura jornalística.

Quando analisa a produção jornalística, Galtung (2005) deixa claro que, para

fazer os textos de forma crítica e construtiva, a narrativa precisa privilegiar ambas as partes envolvidas no conflito (são os dois lados da notícia, de maneira igual) e utilizar o jornalismo investigativo para decifrar temas que ainda permanecem obscuros para a cobertura jornalística. “O repórter e o editor devem fazer uma reflexão. O que nós queremos: estimular mais violência ou mais paz? A mídia tem o poder de fazer os dois, e, em nome da objetividade e do equilíbrio, provavelmente tem de fazer os dois” (GALTUNG, 2005, p.5).

No tocante à estrutura de texto, as premissas do Jornalismo para Paz sugerem a produção jornalística igualitária, que evita tom de explanação apenas para uma parte envolvida no conflito e estigmatizações entre o bem e o mal: “Os atos são enxergados apenas como o trabalho de um diabo, não somente como produto de uma estrutura, de uma cultura ou de um contexto político?” (GALTUNG, 2005, p.5).

Em 2006, ao escrever *Peace Journalism as an Ethical Challenge*, Galtung passa a considerar também que a técnica pode ser entendida como agente de desenvolvimento, principalmente pela criação de uma consciência crítica no público, e teria condições de complementar as necessidades da democracia, assim como encorajar uma transição nas práticas de mobilização, mudar opiniões e atitudes e, inclusive, construir uma realidade mais honesta entre diversidades culturais. Em termos gerais, o paradigma proposto é uma estratégia para construir recortes da realidade menos violentos e unilaterais, porém, verdadeiros.

Apropriando-se do conceito já visto de que a mídia influencia na construção de significados e que estes ganham sentido ao serem recebidos pelos indivíduos e processados em forma de opinião, o Jornalismo para Paz é um modelo no qual são indicadas categorias diferentes de enquadramento para serem aplicadas em narrativas sobre conflitos em geral. A partir da ideia, fatos violentos, discórdias ou guerras não são ignorados, mas anunciados a partir de quadros nos quais todas as partes envolvidas ganham voz.

Ou seja, é no sentido de trabalhar a palavra e o poder delas que o Jornalismo para Paz atua. Como técnica, o método incentiva a ordem social, porque inclui o discurso do conflito ou da diferença social como estratégia de paz e reflexão. O desafio, portanto, é promover o engajamento do público e retirá-lo da apatia.

Conforme discutido anteriormente, na estrutura estão possibilidades que evitariam discursos padrão, coberturas homogeneizadas e pouco reflexivas, típicas

da produção de informação para as massas. Neste caso, a mediação até chegar ao público passa por níveis no qual o profissional faz escolhas capazes de levar o destinatário a conhecer possibilidades de paz e novas realidades sobre o tema.

Embora o conceito de Jornalismo para Paz ainda seja pouco conhecido no Brasil, novas tentativas de proliferação da temática emergiram com o tempo, principalmente em momentos de reconstrução pós-guerra. Galtung acredita que, antes de tudo, os pensamentos do homem passam por constantes influências da violência, porque esta parece apresentar-se sempre como o estado normal das coisas (LYNCH, 2007). Em busca de caminhos despontados em outros roteiros, o pesquisador lançou as estruturas iniciais para a confecção de um paradigma embasado na possibilidade de o jornalismo atuar como protagonista dos processos de manutenção e consolidação da paz.

De acordo com Fawcett (2002), o modelo proposto nas tabelas de Galtung é proativo, porque atua no cenário da vitória (*win-win*), no qual ambas as partes saem vencendo, porque há informação sobre os dois lados. Ao basear-se na criatividade jornalística e na não violência, torna-se uma aproximação analítica da estrutura social e cultural das partes envolvidas no conflito.

A partir da perspectiva acima, quando compreende-se a produção dos profissionais da imprensa, deixa-se claro que, para fazer os textos de forma crítica e construtiva, a narrativa precisa, além de privilegiar ambas as partes de uma situação, utilizar técnicas de investigação para decifrar temas que ainda permanecem obscuros – o que muitas vezes é difícil em coberturas jornalísticas que se apoiam exclusivamente em conteúdos factuais e excluem as análises e contextualizações referentes ao passado. Em relação à estrutura de texto, as premissas sugerem uma produção igualitária e reflexiva, a qual evita o tom de explanação apenas para uma parte envolvida no confronto e estigmatizações, além de possibilitar a fala das minorias. Ou seja, o conceito tem foco na construção de uma cobertura de conflitos mais apurada, menos opaca e com mais utilidade ao público.

Uma das explicações para a ideia seria que o uso de cenas que promovem o conflito, apresentadas em fotos, vídeos ou por meio das palavras, fortalecem o imaginário tecido na mente do público – e suas expectativas em relação ao tema – e reforçam as bases ligadas à audiência e ao sucesso da cobertura jornalística, como já vimos anteriormente. Portanto, a temática da paz, além de cada vez mais

atual no cenário mundial, transforma-se em um desafio para os veículos de comunicação e uma conversão do posicionamento tradicional para um mais moderno, humanitário e diferenciado.

Tal mobilização rumo à mudança é decifrada como uma espécie de embate entre o bem e o mal, entre o jornalismo pela paz e aquele voltado à guerra. Seria, no ponto de vista de Galtung (2007), uma jogada entre a verdade e a propaganda, na qual cada profissional (ou empresa) teria liberdade para escolher em qual lado gostaria de atuar.

Paz é como a luz, intangível, mas capaz de ser discernida pela sua ausência ou pela sua rápida e eficiente aparência (como um flash de luz na escuridão de um céu). Paz é uma condição prioritária para a percepção de qualquer coisa, um fenômeno físico que afeta todos os seres, algo cuja presença ou ausência é melhor mensurada em uma continuidade ou em um leque de possibilidades (GALTUNG, 2007, p.7).

Sobre o exercício da profissão, é possível encontrar ângulos e discursos diferentes, às vezes mensagens políticas ou discursos de direita ou de esquerda. Nesse panorama, é preciso considerar que ambos os lados devem ser baseados em narrativas do real, sublinhadas por eventos cognitivos e comportamentais, que influenciam nas escolhas do repórter na hora de transmitir a palavra mais adequada ao público. Resende (2009) acredita que esse movimento de reconhecer as diferenças das narrativas e dar oportunidade de fala a todos os lados nos leva ao dilema de ir ao encontro do outro, da alteridade.

Neste caso, a disciplina proposta, além de atuar como modificador de atitudes e opiniões, deve seguir também critérios de objetividade, assim como manter textos críticos e analíticos. Entre algumas possibilidades estão o uso de questionamentos – para propor a participação do público no assunto – e a escolha de palavras com mais precisão e minúcia, como é o caso da troca do termo “terrorista” por “estado de terror”. Utilizar termos como foragido, terrorista e traficante para identificar refugiados, conforme citado no estudo preliminar de Cardoso (2012), infringiria os objetivos da teoria do Jornalismo para Paz. Assim, a maneira com que a mídia apresenta um conflito e a violência será o fator mais importante na construção das reações de guerra ou de paz.

Dentro dessas perspectivas, é importante reconhecer o Jornalismo para Paz como uma via capaz de dar visibilidade a atitudes que ajudam a promover a paz e

a ordem social. Sendo assim, o objetivo principal não é defender, mas divulgar o discurso do conflito para incluí-lo como estratégia de reflexão. Enquanto o jornalismo tradicional tende a valorizar elementos relacionados à violência como resposta de conflitos e crises, no Jornalismo para Paz há a criação de oportunidades que ajudam a sociedade a considerar valores da não violência. Para isso, é preciso compreender o conflito para encontrar estratégias críticas, construtivas e jornalísticas de mediação, assim como reconhecer que os fatos são sempre selecionados pelo jornalista.

O ex-repórter da BBC e seguidor do pensamento de Galtung, Jake Lynch (2007), complementa a teoria com a concepção de que a mesma é uma antítese do jornalismo de guerra. Sendo assim, tem a simpatia da população jornalística porque traz audiência ao levar a discussão para o dia a dia do público.

Em termos práticos, sob o ponto de vista do autor, o Jornalismo para Paz precisa fazer a aproximação analítica sobre os conflitos, buscando oportunidades para ambas as partes envolvidas, levantando possibilidades de projetos multipartidários e encontrando perspectivas além das usuais e oficiais. Dessa forma, a construção jornalística possibilitaria a busca de iniciativas de paz e oportunidades, além da divulgação das mesmas.

Para validar a tese, ele adota uma perspectiva muito próxima daquela trabalhada por Galtung (2006), na qual justifica que a mídia costuma tratar os conflitos como sinônimo de violência – o que justificaria o teor bélico das coberturas jornalísticas. Também encontra no método de transcender e transformar conflitos, traçados por Galtung, um lastro formado pela interligação entre o conflito, a cultura e os estratos sociais.

A partir desse aspecto, Lynch (2007) elenca entendimentos que relacionam as controvérsias implícitas na relação entre o jornalismo e a violência. A primeira delas refere-se ao fato de esta última nunca ser gerada a partir de sua própria causa. Ou seja, ao trabalhar a questão, os jornalistas precisam compreender que um conflito é formado por uma estrutura que inclui cultura e contexto no qual o evento de violência foi inserido. O jornalismo de guerra não reflete simplesmente os interesses dos proprietários das empresas, que utilizam os meios de comunicação para fazer tal publicidade, indaga Lynch (2007).

Outro aspecto avaliado é a alternativa sempre possível de discursos não violentos, mesmo sob acontecimentos de discórdia e tensão. Neste caso, é dizer

que os critérios de noticiabilidade traçados para captar audiência permanecerão os mesmos, mas seus enquadramentos serão mais amplos e menos lineares.

O terceiro fato que se agrega aos conceitos é a percepção de que qualquer conflito pode ter mais de duas partes envolvidas e cada uma delas tem os próprios objetivos, necessidades e interesses. Em alguns casos, os motivadores estão escondidos, em outros, representam o lado mais forte da situação promotora da controvérsia. Sob estes aspectos, Lynch e McGoldrick (2012) deixam claro que é injusto acreditar que o Jornalismo para Paz não vá falar sobre violência e conflitos, porque é obrigação do jornalismo mostrar o mundo em sua complexidade. Assim, o exercício da profissão precisa também de elementos como estes para atrair a atenção e o interesse do público e para alimentar sua rede de notícias. De modo geral, o método seria capaz de cobrir três importantes áreas: duas delas teóricas (propostas sobre conflitos e notícias; jornalismo e mídia) e a terceira, prática (construída a partir dos princípios da análise da mídia e da construção da crítica).

Para ganhar credibilidade, neste caso, a temática proposta precisa provar que tem algo útil a acrescentar no trabalho do editor ou do repórter que é chamado para fazer tal cobertura. Neste sentido, mais uma vez, é primordial reconhecer o papel do editor e do repórter na escolha das falas que serão publicadas no jornal. O enquadramento que cada um define para sua reportagem ou matéria será primordial.

Quando fala em violência, Lynch (2007) também constrói uma triangulação entre comportamento, atitude e contradição e define que cada conflito é uma relação entre duas partes que têm objetivos e interesses incompatíveis. Dessa forma, os conflitos em questão têm como característica a linearidade e podem ser conceitualizados como competitivo (ganhar versus perder) ou cooperativo (vencer-vencer). No jornalismo de guerra, as contradições, ou as questões que dividem os dois lados, são geralmente esquecidas nas reportagens que focam atitudes e comportamentos. A estrutura da violência é também omitida, dando espaço ao viés da violência direta e à pouca conceitualização da cultura da violência.

Em resumo, o Jornalismo para Paz tenta reconstruir este triângulo, mostrando diferentes lados da notícia e apresentando aspectos que explicam como as coisas chegaram àquele aspecto – essencial se quisermos mudar pensamentos e atitudes. A diferença, então, é que o jornalismo para guerra, que pode ser caracterizado pelo modo tradicional, utiliza formas de pensar semelhantes em suas

coberturas, enquanto o Jornalismo para Paz é multidimensional e problematiza questões importantes relacionadas a um determinado assunto. De modo geral, os estudos para paz e conflitos oferecem uma visão ampla dos fatos, examinando como o comportamento violento trouxe mudanças nas atitudes, que influenciam na construção de futuros atos de violência ou de paz.

Ao considerar que a dissolução dos conflitos ocorre também quando o profissional se propõe ao esclarecimento, Dov Shinar (2008) contribui para o Jornalismo para Paz afirmando que é necessário compreender características religiosas e culturais. Por este caminho, construir-se-ia uma relação íntima entre o exercício profissional e a estrutura democrática, o que traria diálogo e algum equilíbrio entre interesses sociais, considerações econômicas e os próprios desejos de mídia para obter honestas representações as quais contribuiriam para a redução das desigualdades. A ênfase do paradigma nas histórias seria desencorajadora de coberturas superficiais, porque auxiliaria na construção de textos a partir de reflexões e abordagens mais interpretativas.

A experiência leva a pensar que a adoção do Jornalismo para Paz pode chamar a atenção e a opinião do público para o impacto e ameaças dos conflitos; com otimismo, satisfaz a demanda por cobertura mais equilibrada e encoraja interpretações alternativas e reflexão crítica (SHINAR, 2004, p. 44).

Para constituir as bases propostas, Shinar (2008) parte do pressuposto de que os veículos de comunicação devem estabelecer diálogos entre os interesses sociais, as considerações econômicas e seus próprios desejos de mídia. Somente este equilíbrio poderia pressupor honestas representações midiáticas e, juntos, os dois aspectos (Jornalismo para Paz e estrutura democrática) poderiam contribuir para a redução das desigualdades e para aumentar o respeito por personagens frágeis da sociedade.

Nesse discurso, a proposta referida passa também por enquadramentos orientados pelo esquema didático de Galtung (2006). Em outras palavras, Shinar (2008) afirma que, para inserir o tradicional jornalismo nesta linha, devem-se explorar contextos e panos de fundo da formação dos conflitos, apresentando suas causas a partir de diferentes pontos de vistas. Os enquadramentos também devem priorizar a voz dos rivais, o que desenvolveria situações de produção de paz (*peacemaking*) e de manutenção de paz (*peacekeeping*). Além disso, como

proposta prática, insere-se a atenção em histórias relacionadas aos conflitos, porque no âmago delas podem estar as explicações mais razoáveis para a violência e a mudança de enquadramento da cobertura jornalística.

No campo da teoria, o Jornalismo para Paz em Shinar (2008) busca causas e soluções para conflitos, estabelece conexões entre jornalistas, suas organizações e fontes e tem como objetivo a divulgação do discurso da não violência e da criatividade diária. Além disso, tem a missão quase diplomática de promover o aperfeiçoamento de uma consciência de produção e consumo da mídia. Em relação ao primeiro paradigma, ele também considera que há dificuldade de reconciliar contradições entre a natureza da paz e as demandas profissionais do jornalismo. Nesse sentido, o desafio diário está na produção de evidências persuasivas e nas tentativas de evitar automanipulações.

Apresentadas tais reflexões e críticas, é importante destacar que não se deve colocar toda a responsabilidade sobre o jornalista ou o próprio jornalismo para a paz na resolução de conflitos, pois a sociedade e suas relações são bastante complexas, cheias de atores, contraposições e sobreposições. O que o jornalismo para a paz apresenta é uma metodologia de refinamento da prática jornalista baseada na ética e na transparência, com a finalidade de denúncia e mudança das situações de violência.

Por fim, partindo da hipótese de que a cobertura jornalística brasileira sobre refugiados está enraizada nos tradicionais conceitos de um jornalismo voltado para a guerra – e estes justificados na necessidade jornalística dos critérios de noticiabilidade –, consideramos, neste momento, que o Jornalismo para Paz pode ser alternativa a uma mudança de critérios relacionados ao tema.

Positiva do ponto de vista global, a teoria apresenta-se como possibilidade, porque traz em seus conceitos abertura para a reflexão, bem como para as diferenças culturais, fazendo a integralização da identidade do refugiado e trabalhando questões de alteridade, que ajudariam a compreender o pensamento do outro e suas atitudes. Esta seria uma hipótese para o trabalho conjugado entre o jornalismo diário e a construção de diferentes olhares para estes personagens.

Embora represente uma vertente positiva do trabalho da imprensa, o paradigma tem fragilidades e ainda é pouco debatido no Brasil. Primeiro, deve-se considerar que imagens entrelaçadas em histórias emocionantes ajudam a construir imaginários sobre a própria guerra, causam emoção, visibilidade e audiência a

qualquer veículo de comunicação. Cenas e textos que promovem representações negativas fortalecem o imaginário do público – e suas expectativas em relação à guerra – e reforçam bases ligadas à audiência e ao sucesso da cobertura.

Crítica importante é feita por Hanitzsch (2007), que considera o paradigma uma vertente com visão individualizada, porque ignora o fato de alguns limites da rotina atuarem no trabalho dos jornalistas, como o número reduzido de pessoal, a falta de tempo e de recursos, as hierarquias e as dificuldades de acesso à cena da notícia. De acordo com o pesquisador, para ter impacto no modo com que as notícias são feitas e desenvolver uma vertente crítica, os defensores do conceito precisariam endereçar constrangimentos estruturais aos meios de produção da notícia.

Mesmo considerando que o paradigma tenha objetivo nobre, Hanitzsch (2007) acredita que é aplicável apenas para aqueles que estão ligados à pesquisa acadêmica, espaço onde geralmente é feita a crítica sem saber exatamente como é feita a cobertura jornalística. Enquanto em alguns aspectos os princípios básicos já tenham sido incorporados no trabalho diário, outras características parecem impraticáveis na rotina do jornalismo, pois os veículos de comunicação mantêm foco na audiência, a qual, muitas vezes, está relacionada a assuntos espetaculares. Dentro da realidade, a guerra, o conflito e as informações negativas têm mais apelo que a paz, porque sugerem imagens mais impactantes, criam imaginários, lidam com sentimentos mais intensos e, ao mesmo tempo, fragmentam e negam a própria complexidade. A guerra é o próprio conflito.

Além disso, o trabalho jornalístico está relacionado à mediação, que implica o movimento de significado de um discurso para outro e, por isso, deve-se considerar a transformação e a circulação de significados. Nestes casos, o repórter, ao divulgar um acontecimento, apodera-se dele de maneira isolada. Assim, para assumir as características de um Jornalismo para Paz, o profissional precisaria assumir ideias “politicamente corretas” e reconstituir os fatos com mais aprofundamento e tempo de pesquisa.

Wolfsfeld (2004) justifica a mesma ideia ao dizer que há uma inerente contradição entre a lógica do processo de paz e as demandas profissionais, porque o primeiro é complicado, enquanto o trabalho do jornalista demanda simplicidade.

Considerando as possibilidades e impossibilidades do Jornalismo para Paz, deve-se compreender que o jornalismo é ancorado em valores do mercado, o que

impossibilitaria colocar em prática todos os itens propostos pelos teóricos que pensam o conceito.

De acordo com Lago (2010), a qualidade da informação jornalística é parte inerente de um sistema democrático e fundamental para o exercício da cidadania. Para ela, a responsabilidade social do jornalismo e a defesa do interesse público não podem se resumir a fornecer informações que supostamente interessam as pessoas. Na centralidade dos temas a serem tratados sob a ótica do Jornalismo para Paz está a atualidade baseada em responsabilidade social, que, segundo a autora (2010), liga o jornalismo a conceitos importantes como interesse público, democracia e cidadania. Dessa forma, os modos de se fazer jornalismo devem ser múltiplos, plurais e devem contemplar o outro. Atitudes como essas deixariam o exercício do jornalismo um pouco mais próximo das atitudes de paz propostas pelo conceito criado por Galtung.

Capítulo 3 - Entendendo o caminho editorial do Nexo Jornal

Este capítulo apresenta as linhas editoriais, escolhas, história, modelo de negócio e alcance que o Nexo Jornal vem tomando em sua jornada. Para isso, tomamos como base as informações oficiais e públicas do veículo que estão disponíveis em seu próprio site, matérias publicadas pelos jornais especializados em mídia no Brasil, pesquisas, dados de ferramentas de audiência, entrevista com o jornalista responsável e também tentamos obter a opinião dos fundadores, mas não tivemos sucesso.

Nexo Jornal é um veículo de jornalismo eletrônico brasileiro que foi fundado em 2015 por Paula Miraglia, Renata Rizzi e Conrado Corsalette. O jornal publica diferentes tipos de materiais jornalísticos multidisciplinares cobrindo as editorias de política, economia, acontecimentos internacionais, cultura, ciência e saúde, tecnologia, arte e outros temas usando como importante artifício a perspectiva da contextualização, ou jornalismo de contexto, além da cobertura factual, do uso da interatividade com dados, recursos multimídias, ensaios aprofundados e analíticos e colunas opinativas.

O veículo já foi classificado pelo jornal especializado em mídia e publicidade, Meio & Mensagem, como um formato da frente da *Slow Media* (mídia vagarosa, em tradução livre), que preconiza o jornalismo do tipo reflexivo e de profundidade em uma velocidade diferente daquela acelerada comum às culturas cibernética e digital que propõem leituras rápidas e muitas vezes superficiais dos fatos. O Nexo Jornal também foi mapeado pelo radar da Agência Pública (Organização sem fins lucrativos no formato de agência de reportagem e jornalismo investigativo) dentro do panorama da mídia independente brasileira.

Além disso, é um dos novos portais jornalísticos brasileiros que produzem conteúdo diariamente e que, ao mesmo tempo, não defendem uma pauta ou agenda específica no que se costuma chamar de “jornalismo ativista”. Com este modelo atuante no mercado, considera-se que não exista um comparativo de modelo de concorrência direta para o Nexo no Brasil, lembrando que o portal de notícias não tem uma inclinação política declarada, também não pertence ou é associado a nenhum grande grupo de mídia brasileiro.

A fundação do jornal integra o cenário de uma época de introdução de novas tecnologias midiáticas no Brasil, por vezes mais dedicadas ao ambiente digital, e

também de mudanças no mercado de trabalho para jornalistas, quando a grande mídia deixou de absorver a maior parte desses profissionais no país e passou a dividir espaço notório com outros formatos midiáticos.

O Nexo Jornal fica sediado em São Paulo e possui uma equipe de cerca de 30 profissionais com diferentes formações e habilidades, incluindo jornalismo, ciências sociais, estatística, ciência de dados, design, tecnologia, marketing e negócios – todos baseados na capital de São Paulo. Embora sua cobertura seja abrangente – do nacional ao internacional – o veículo não conta com correspondentes externos à sua base.

O veículo não exhibe publicidade em sua página ou aplicativo e desde setembro de 2016 oferece o serviço de assinatura mensal para acesso a todo o conteúdo pelo custo mensal de R\$ 12,00 (valor atualizado em maio de 2019). Por não contar com entradas financeiras de recursos publicitários, este modelo oferece cinco conteúdos livres por mês para quem não é assinante do veículo.

Desde sua fundação, datada de 2015, o veículo veio ao mercado com o objetivo declarado de trazer mais contextualização às notícias publicadas, ampliando assim a disponibilização de dados, estatísticas, pesquisas e levantamentos que colaborem com a interpretação geral das conjunturas que permeiam o factual. O veículo se propõe a usar modelos inovadores, instigantes, questionadores e mais amplos privilegiando sempre o rigor e a qualidade da informação. E por meio deste modelo, tem como objetivo contribuir com o cenário midiático brasileiro produzindo um jornalismo que contribua para o debate público qualificado e plural que seja capaz de fortalecer as bases democráticas do País, segundo o que o próprio veículo declara publicamente (NEXO JORNAL, 2019).

Entre seus princípios editoriais estão os conceitos de equilíbrio, clareza e transparência. Sendo por meio do equilíbrio que o jornal busca ser uma fonte de informações com credibilidade, capaz de dialogar com as mais diversas perspectivas, grupos sociais e políticos, mesmo que antagônicos. Por meio da clareza, pretende conectar o interesse imediato do público a fatos complexos de relevância. A transparência garante uma nova relação de confiança e interação com sua audiência – ainda segundo seu próprio posicionamento oficial (NEXO JORNAL, 2019).

Todas as possibilidades de produção de conteúdo para uma plataforma digital são exploradas. Observa-se uma diversidade de formatos que variam entre infográficos fixos ou interativos, pesquisas interativas com o leitor, linhas do tempo,

mapas, entrevistas, gráficos, ensaios, colunas, crônicas, especiais, retrospectivas, vídeos, *podcasts* e outros modelos que buscam ampliar o entendimento do usuário.

Além da constante alimentação *online* na *home*, o veículo produz e distribui *newsletters* diárias matutinas chamadas “Tudo o que importa logo de manhã”, que oferece cobertura própria dos temas mais quentes do momento organizados por resumos e hiperlinks de acesso. Dentro desta *newsletter*, observa-se um aspecto pouco visto no jornalismo brasileiro: o uso de conteúdo e a recomendação de links para acesso às matérias de outros grandes veículos nacionais e internacionais, tais como Folha de S. Paulo, O Globo, G1, Poder360, Estadão, Valor, The Guardian, BBC, UOL, Veja e muitos outros. Como uma escolha editorial inédita no Brasil, o Nexo recomenda e incentiva leituras de coberturas de outros veículos caso o leitor queira se aprofundar no tema em discussão – um modelo que reforça sua linha independente sem associação aos grandes grupos midiáticos brasileiros.

É importante entender que, tal como um veículo digital e independente de sua época, o Nexo nasceu já presente e atuante nas mídias sociais mais relevantes. Adicionalmente à sua produção eletrônica hospedada na *home page*, o veículo também mantém canais próprios em todas as principais mídias sociais, sendo elas o Youtube (125 mil inscritos no canal), Twitter (490 mil seguidores na página), Facebook (428 mil seguidores) e Instagram (105 mil seguidores) – considerando a atualização de maio de 2019. Por meio destas páginas próprias dentro dos canais sociais, os mesmos temas jornalísticos produzidos para o site são disseminados para diferentes nichos de audiência, mas com suas devidas edições e adaptações das produções visuais, audiovisuais ou textuais.

Vale entender, também, suas iniciativas no âmbito da educação, que incluem o NexoSdu, um espaço de conteúdos desenvolvidos especialmente para professores e estudantes em sala de aula, e o Escola N: um canal para a formação, reflexão e debate que oferece cursos livres para o público em geral seguindo as premissas do modelo editorial que inspira o Nexo.

3.1. Prêmios e reconhecimentos

Desde a sua fundação, o Nexo vem sendo reconhecido nacional e internacionalmente por sua inovação e excelência. Em sua lista de reconhecimentos estão: Latam Digital Media Awards (por ser o melhor site de notícias da América

Latina), o Online Journalism Awards (na categoria de excelência geral em jornalismo online), Malofiej 26, ÑH16 e ãH17. Com isso, ele se posiciona como o único jornal brasileiro a já ter recebido dois dos maiores prêmios mundiais de jornalismo (NEXO JORNAL, 2019).

Além disso, recentemente, em maio de 2019, o Nexo foi finalista do World Digital Media Awards 2019, da Associação Mundial de Jornais, ao lado do Washington Post (EUA) e The Guardian (Reino Unido) concorrendo ao prêmio de melhor site de notícias do mundo – um reconhecimento inédito para a imprensa brasileira (NEXO JORNAL, 2019).

3.2. Alcance e audiências

A respeito de seu alcance e penetração entre os leitores brasileiros, o veículo não divulga sua base de dados oficialmente. Desta forma, a fim de trazermos a este trabalho alguma base analítica, apresentaremos os números reportados por ferramentas online de audiência tais como o Alexa, da Amazon e o Similarweb, que são dois parâmetros bastante reconhecidos no mercado de mídia no quesito quantitativo.

De acordo com os comparativos de dados de audiência disponibilizados pela Alexa, a base leitora do Nexo tem muita confluência com a audiência circulante entre os sites notoriamente ligados ao ativismo de esquerda do Brasil, tais como a Carta Capital, a Revista Fórum, o site Pragmatismo Político, BrasilPost, Diário do Centro do Mundo, entre outros.

Neste ponto, é importante entender que esta análise mostra a sobreposição de audiência leitora, o que não propõe similaridade no modelo de negócio jornalístico ou na linha editorial e de estilo adotado, uma vez que estes demais veículos, em sua maioria, são publicamente desenvolvidos de acordo com bases políticas direcionadas – o que não se aplica ao Nexo, que é um jornal que se pauta na apuração e compreensão dos fatos com profundidade e busca de isenção.

Dito isso, fica um questionamento primordial para o desenvolvimento deste projeto de análise da cobertura de tal veículo: estaria claro para o mercado em geral, englobando o leitor do Nexo, a proposta de serviço e modelo editorial do jornal? Ou seria o Nexo ainda mal interpretado e avaliado como uma fonte de cobertura de “esquerda”?

Se já entendemos que no Brasil o Nexo não teria um concorrente direto que compartilhe do mesmo modelo e linha editorial, vale notar que o veículo tem como referência internacional o portal Vox, dos Estados Unidos, que se alinha claramente aos democratas em seu país, com um público-alvo composto fortemente por jovens progressistas.

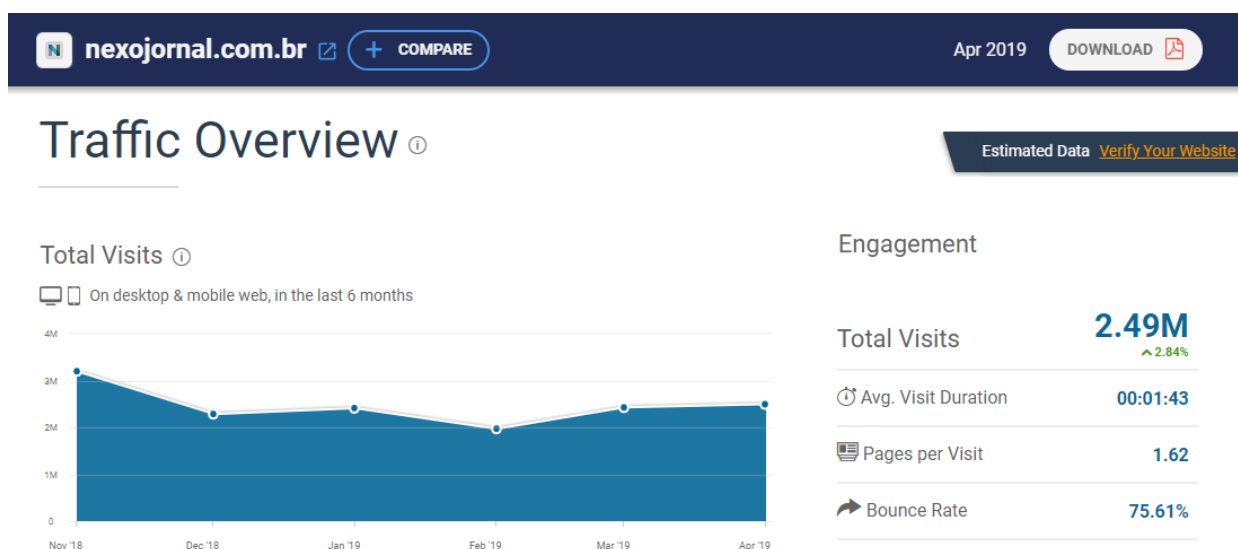
Por outro lado, de análise comparativa editorial, não seria adequado comparar ou entender o Nexo baseando-se no que chamamos de “grande imprensa” do Brasil – composta principalmente pelos títulos Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo – pois tais mídias não compartilham dos mesmos modelos de negócios, editoriais ou propostas de desenvolvimento de conteúdo.

A análise de tráfego do Nexo pelo SimilarWeb também pode nos trazer *insights* importantes sobre a penetração deste novo modelo proposto.

Números atualizados em abril de 2019:

- Total de visitas mensais em abril/2019: 2.49M;
- Duração média da visita no site: 1 minuto e 43 segundos;
- Média de páginas vistas por visita: 1,62.

Figura 6 – Dados de audiência do Nexo Jornal segundo o site SimilarWeb.

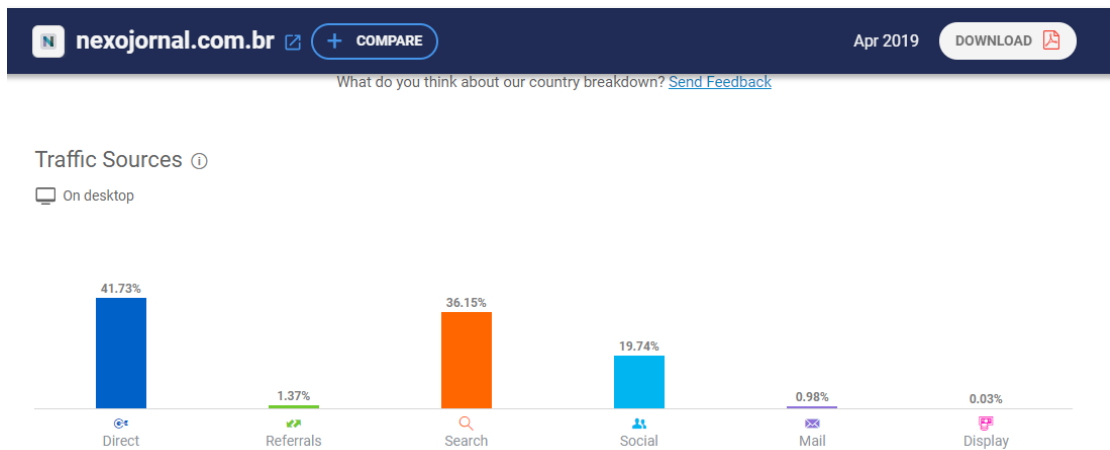


Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da plataforma SimilarWeb.

Fontes do acesso à *home page*:

- Acesso direto ao site: 47,73% do tráfego;
- Acesso vindo de ferramentas de busca: 36,15%;
- Acesso via mídias sociais: 19,74%;

Figura 7 – Dados de origem de audiência do Nexo Jornal segundo o site Similar Web.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da plataforma SimilarWeb.

Geração de fluxo de leitores para outras mídias:

- Encaminhamento para o Youtube: 9,08% de fluxo gerado;
- Encaminhamento para o Instagram: 5,03% de fluxo gerado;
- Encaminhamento para o El País: 4,68% de fluxo gerado.

Figura 8 – Dados de mídias de encaminhamento para o Nexo Jornal segundo o site Similar Web

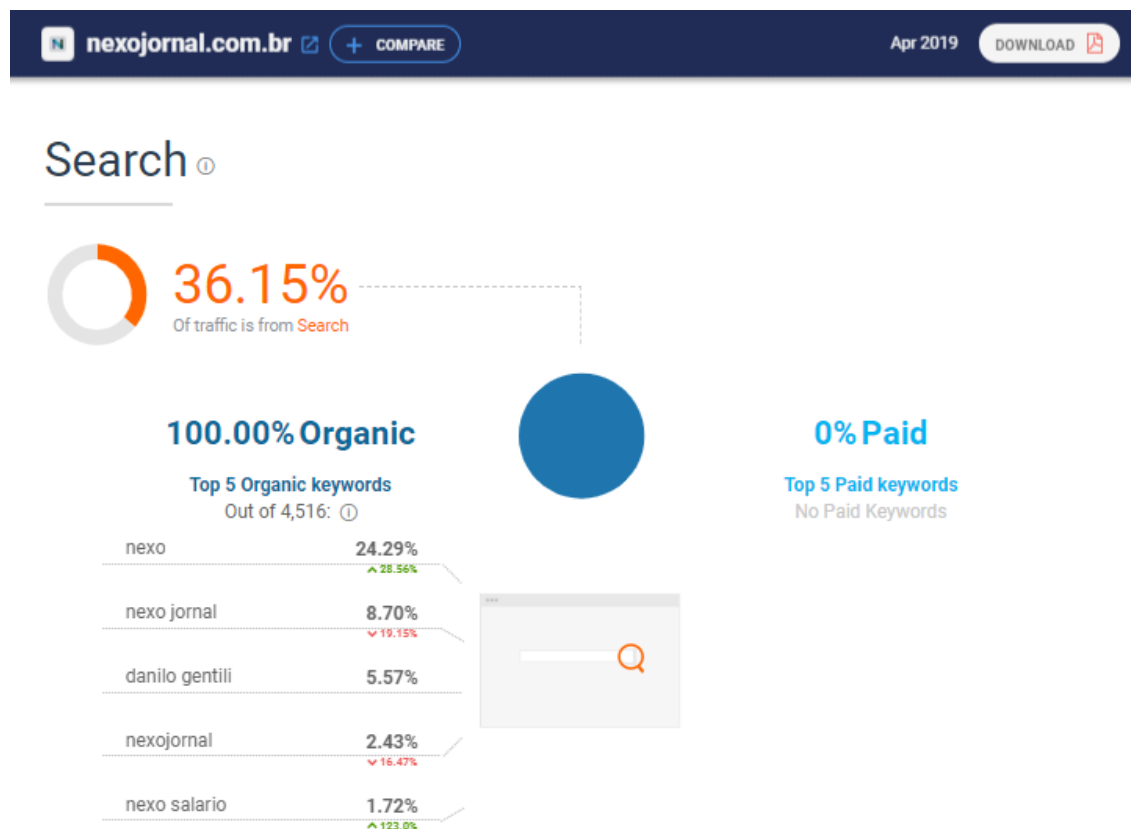


Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da plataforma SimilarWeb.

Tráfego pago e/ou orgânico:

- Geração de tráfego pago de leitores: 0%;
- Geração orgânica de base de leitores: 100%.

Figura 9 – Dados de audiência orgânica e paga do Nexo Jornal segundo o site Similar Web.

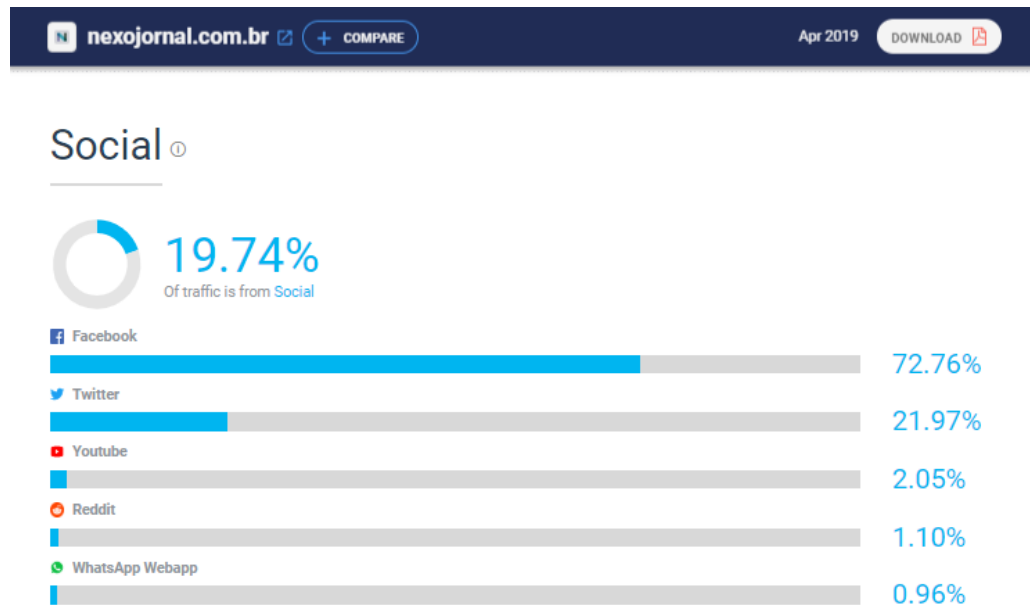


Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da plataforma SimilarWeb.

Geração de tráfego proveniente das mídias sociais. Total de 19.74%, sendo este tráfego mobilizado pelas seguintes redes:

- Facebook: 72,76%;
- Twitter: 21,97%;
- Youtube: 2,05%.

Figura 10 – Dados de audiência vindo das mídias sociais para o Nexo Jornal segundo o site Similar Web



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da plataforma SimilarWeb.

Confluência de audiências (leitores em comum) de outros veículos:

- El País
- Folha de S. Paulo
- The Intercept
- BBC

A iniciativa prioriza a geração de impacto em quatro áreas conectadas que sustentam sociedades fortes: capacitação cívica, dados e direitos digitais, transparência financeira e mídia independente. Em todas essas áreas, a estratégia de trabalho é de longo prazo, mas responsiva (OMIDYARGROUP, 2019).

A Luminate baseia-se em um portfólio e riqueza de conhecimentos acumulados ao longo de uma década como a iniciativa Governança & Engajamento Cidadão, da rede Omidyar. Até o momento (maio de 2019), o trabalho global da Luminate apoiou 236 organizações em 17 países com mais de US \$ 306 milhões em financiamento.

De acordo com a fundadora do jornal, Paula Miraglia, em matéria produzida por Carolina Assis e publicada pelo portal Comunique-se (2019), a visão do Nexo Jornal conta com muita afinidade com as missões estabelecidas pela Luminate, sendo este endosso e investimento uma forma de reconhecimento da qualidade da cobertura do veículo da posição conquistada dentro do ecossistema de mídias no Brasil (COMUNIQUE-SE, 2019).

Assim, o Nexo Jornal entra no portfólio de projetos apoiados pela Luminate integrando-se a uma longa lista de iniciativas e projetos que trabalham em prol da defesa da democracia, da busca pela igualdade e transparência informativa, além de modelos que catalisam o impacto social em comunidades ao longo de todo o mundo.

Entre os meios que são ou já foram apoiados pelo grupo na região da América Latina estão os sites Agência Pública (Brasil), El Faro (El Salvador), Ojo Público (Peru) e Chequeado (Argentina) e o impresso La Diaria (Uruguai). Além disso, a Luminate, a partir da experiência do grupo na área de governança e engajamento cidadão, apoia no momento iniciativas jornalísticas como o Consórcio Internacional de Jornalismo Investigativo (ICIJ, na sigla em inglês), Forbidden Stories, The Correspondent e Africa Check (COMUNIQUE-SE, 2019).

Felipe Estefan, diretor da Luminate para a América Latina, conforme a mesma matéria escrita por Assis (2019), que entre os meios de comunicação independentes em que se apoia e confia dentro do cenário brasileiro, o Nexo vinha se destacando. Para ele, o veículo impressiona pelo compromisso em aprimorar o uso de canais digitais para alcance do grande público produzindo conteúdo de qualidade que promove o debate democrático. Ele afirma que o que o Nexo oferece hoje é um modelo de como criar um empreendimento de mídia independente e este apoio internacional chega com o intuito de estruturar uma parceria que permita a continuidade da realização da visão criada pelo veículo.

Com relação à destinação do aporte recebido, a fundadora Paula Miraglia declarou que ao longo do ano de 2019, o investimento deverá ser investido no aperfeiçoamento do sistema de assinaturas, no desenvolvimento de melhores estratégias de retenção, de atendimento aos assinantes, assim como na frente de tecnologia. Segundo o porta-voz da Luminare, não haverá interferência editorial da organização no jornal, mas a organização vai acompanhar o trabalho do Nexo em direção aos objetivos acordados entre as duas entidades no que se relaciona ao desenvolvimento de bons indicadores de audiência, receita, alcance do conteúdo e promoção do impacto social (COMUNIQUE-SE, 2019).

A conversa entre Luminare e Nexo se iniciou antes das últimas eleições presidenciais no Brasil, que intensificaram a polarização política e foram cenário para o aumento da desconfiança em relação à imprensa, fomentada especialmente por Jair Bolsonaro (PSL), candidato presidencial que venceu as eleições e hoje é presidente do país, e seus aliados. Desta forma, para o grupo investidor, este momento político-social brasileiro ganha um peso ainda mais significativo para os canais de comunicação que prezam por democracia e justiça social. Soma-se a isso ainda a tendência de descrença e desqualificação do jornalismo nacional e globalmente. Entendendo que o Nexo tem como missão pensar o jornalismo como elemento fundamental para contribuir para o fortalecimento da democracia no Brasil e considerando que a Luminare vê o jornalismo independente como um elemento essencial para as democracias em todo o mundo, é possível compreender que há uma convergência de visões nesta parceria (COMUNIQUE-SE, 2019).

Para Felipe Estefan, de acordo com missões e valores da Luminare, não existe governo democrático sem meios independentes, sem o direito de a imprensa fazer seu trabalho e questionar as autoridades, sem os cidadãos serem informados sobre o que está acontecendo em seu entorno. Ele pontua ainda que o jornalismo independente é essencial para a democracia, e a organização está animada para continuar trabalhando no Brasil para garantir que mais vozes independentes possam seguir desempenhando seu papel na proteção da democracia, informando os cidadãos e cobrando os poderosos, independentemente de quem eles sejam e do partido a que pertencem (COMUNIQUE-SE, 2019).

Refletimos aqui que, apesar do aporte tão relevante e a divulgação pública deste investimento, é curioso notar que o Nexo Jornal segue posicionando-se oficialmente como uma iniciativa independente e financiada com recursos próprios e

isso pode ser constatado no website do veículo. Para entender estes e outros pontos de seu modelo de negócios e linhas editoriais, entramos em contato com os fundadores do veículo e com a área responsável por demandas acadêmicas encaminhando uma entrevista por e-mail, mas infelizmente nunca obtivemos retorno sobre nossas perguntas.

O mesmo grupo, por meio da First Look Media, é responsável pela realização de aporte financeiro à agência de notícias The Intercept Brasil, um canal que vem ganhando destaque por meio de denúncias públicas de grande complexidade. A First Look Media data de 2013 e foi lançada pelo filantropo Pierre Omidyar. Oficialmente, o The Intercept Brasil se posiciona como uma agência de notícias dedicada à responsabilização dos poderosos por meio de um jornalismo destemido e combativo, dando aos seus jornalistas a liberdade editorial e o suporte legal que precisam para expor a corrupção e a injustiça.

Com uma imagem ligada diretamente à figura de Glenn Greenwald, seu editor fundador, o The Intercept Brasil ganhou recentemente grande atenção devido à série de reportagens “Vaza Jato” em denúncia a Sérgio Moro.

3.4. Como as premissas do Nexo Jornal encontram as teorias de Jornalismo para a Paz

Antes de avançar com este trabalho para a parte de análise de conteúdo da cobertura do Nexo Jornal, passaremos por uma tentativa de entendimento quanto às premissas editoriais de tal modelo comunicação em relação às teorias comunicacionais do chamado “Jornalismo para a Paz”.

O objetivo desta passagem é fazer um alinhamento entre objetivos e definições práticas com relação aos principais pontos das teorias desenvolvidas no capítulo 2 deste trabalho, da mesma forma em que pretendemos apontar também os desencontros entre prática e teórica.

Com este objetivo em mente, para a produção deste capítulo, foi realizada uma entrevista com o jornalista especial do Nexo Jornal, João Paulo Charleaux, a respeito dos pontos mais relevantes do Jornalismo para a Paz que poderiam (ou não) estarem relacionados ao seu trabalho de cobertura do tema da migração venezuelana no Brasil.

João Paulo Charleaux é o jornalista do veículo especializado na cobertura de temas relacionados à Venezuela. Ele vem de longa experiência com atuação jornalística em temas nacionais e internacionais de cunho humanitário, ocupando há mais de três anos o cargo de Editor de Política, Economia e Internacional. Ele também atua como Diretor da Abraji (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo) e já trabalhou como correspondente internacional e escreveu para veículos como Folha de S. Paulo, O Globo, Revista Piauí, entre outros.

Em entrevista semiestruturada realizada por telefone com João Paulo Charleaux¹, o tema primordial da linha editorial do Nexo Jornal, que é a promoção de ferramentas que contribuam com a manutenção da democracia, foi trazido à tona, uma vez que este mesmo ponto é muito trabalhado dentro das teorias do Jornalismo para a Paz (teoria fundamentada no capítulo 2 deste trabalho).

Neste sentido, segundo o jornalista, certamente este é um ponto nefrágico que guia todo o trabalho de cobertura do veículo, uma vez que é papel do jornalismo cobrir e abordar os atores e situações que estejam atuando na sociedade de forma a fragilizar a estrutura democrática do mercado em análise.

E desta forma, ainda segundo o jornalista entrevistado, cabe ao jornalista e ao veículo buscar e propor novos vieses que ajudem a decifrar situações de impasses políticos, sociais, econômicos, humanitários ou outros. Para isso, é fundamental que o resultado apresente um equilíbrio de opiniões e interpretações a fim de incluir a todos os lados afetados dentro do debate e lembra também do importante uso que o jornalista deve fazer da apresentação da palavra de órgãos de respeito e credibilidade e mesmo de cientistas dedicados a estudar o cenário em análise do caso.

Quando abordamos uma outra atribuição importante do jornalismo, de acordo com as teorias do Jornalismo para a Paz, que seria o papel dos veículos como mediadores da obtenção da paz na sociedade e então relacionamos tal atribuição ao modelo editorial do Nexo Jornal, o jornalista divide sua opinião conosco mencionando que entende o jornalismo como algo menos pretencioso que isso, limitando-se basicamente a informar e oferecer dados que possam colaborar e esclarecer a visão geral do leitor – que seria então construída e transformada por meio de todas as suas interações, contatos e influências sociais.

¹ Esta entrevista com o jornalista João Paulo Charleaux aconteceu por telefone em 2 de outubro de 2019 por escolha do entrevistado, mas por falhas técnicas, não pudemos gravar a transcrição completa. Desta forma, trago suas principais reflexões para discussão desta forma neste capítulo.

Ele defende ainda, que, basicamente o papel do jornalismo neste cerne da sociedade deve ficar apenas atrelado ao objetivo de incrementar a qualidade e o nível do debate circulante entre os cidadãos pertencentes a todos os grupos sociais.

Segundo Charleaux, é importante considerar que atualmente vivemos em uma sociedade informacional diversificada e dispersa, e assim, o jornalismo já não poderia mais atribuir a si mesmo o mesmo papel desempenhado em outros momentos históricos e sociais da sociedade.

Mas de toda forma, caberia ao jornalismo de qualidade e comprometido com seus deveres, trazer algum ânimo de apaziguamento e possibilidades viáveis ao trabalhar com a descrição rica de fatos, a exploração de comparativos que facilitem a compreensão e buscar fontes especializadas e referenciadas para colaborar com a qualidade do debate, buscando assim, oferecer algum equilíbrio de cobertura a fim de formar e informar o cidadão.

Indo além da informação e do fornecimento de dados claros e inteligíveis para o desenvolvimento de um panorama geral dos quadros analisados por parte do leitor, abordamos também junto ao entrevistado o aspecto da formação de opinião e criação de valor a partir de sua leitura jornalística.

Neste aspecto, o jornalista defende que a tomada de opinião do leitor é formada a partir de um amplo conjunto de influências que compõem o processo geral do funcionamento da sociedade, sendo o jornalismo apenas uma destas influências que são incorporadas por meio de seus pontos de relacionamentos, seu ambiente educacional, suas leituras nas mídias sociais, sua comunidade, realidade, igreja e muito mais. Com isso, para ele, este papel não cabe apenas ao jornalismo.

Charleaux pontua que no que tange a formação de opinião e educação do leitor, ele teria uma opinião mais modesta sobre o papel do jornalismo quando comparado com o papel conferido pelas teorias do Jornalismo para a Paz neste aspecto.

Para além do ponto da formação opinativa e do lado informacional, questionamos também a visão do jornalista entrevistado em relação à responsabilidade educacional que cumpre a cobertura jornalística na sociedade – ponto levantado pelo referencial teórico das teorias do Jornalismo para a Paz. Neste aspecto, para João Paulo Charleaux, a educação cidadã está apoiada em muitos valores morais adquiridos por meio de seus contatos e influências ao longo da vida e o jornalismo se posicionaria aqui como um insumo adicional para o processo educacional que já se desenvolve ao longo da vida do leitor.

Então, em meio a todas estas dinâmicas informativas e educacionais que acontecem ao longo do processo, o jornalista entrevistado pontua que existem dinâmicas desinformativas e premissas equivocadas que circulam por meio dos canais e fluxos comunicativos, além de informação circulante truncada em diversas partes. Frente a este emaranhado informacional, cabe então ao jornalista e ao ecossistema midiático do país o fornecimento de um serviço jornalístico confiável e comprometido com o incremento do nível informativo no meio social.

A fim de relacionar os quesitos de cidadania, educação e informação presentes na teorização do Jornalismo para a Paz que usamos neste trabalho com o cenário de mídias no Brasil, também levantamos a diferença quanto ao comprometimento informacional cidadão proposto pela grande mídia brasileira (composta pelos grupos midiáticos mais tradicionais e antigos do país) em comparação com a proposta dos veículos considerados como independentes no meio jornalístico brasileiro.

Frente a este questionamento, João Paulo Charleaux menciona que atualmente, dificilmente podemos continuar considerando a grande mídia brasileira como alavanca informacional no país e pontua a perda de influência que os grandes grupos obtiveram nas últimas décadas. E neste cenário, ele defende que o Nexo Jornal seria uma força contrária a estes grandes grupos, um modelo dedicado a propor, produzir e apresentar novos discursos e novas dinâmicas jornalísticas.

A fim de retomar e discutir o ponto de partida do Jornalismo para a Paz – que seria a oposição ao modelo de Jornalismo de Guerra - neste diálogo com João Paulo Charleaux, trouxemos esta discussão para a conversa com o jornalista entrevistado.

Em sua compreensão, não podemos diferenciar o Jornalismo de Guerra das demais práticas jornalísticas, mas ele entende que nestes momentos de conflitos sociais extremados, é comum que ocorram excessos em todas as pontas do trabalho. Se há tensão e mortes, por exemplo, cabe à imprensa entender e reportar o factual com dados e informações checáveis, assim como delinear uma compreensão geral do cenário que seja condizente com o que os principais atores pensam e defendem. Para João Paulo Charleaux, este é um momento em que o trágico deve ser reportado em sua gravidade, já que o jornalismo de guerra não pode se omitir do que e como as coisas estão sendo conduzidas. Ele pontua ainda que o papel jornalístico não é somente positivo e “belo”, pois o dever é retratar e há muitas desigualdades e injustiças ao redor do mundo.

Logo, com a finalidade de entender algumas perspectivas editoriais do jornalista responsável que possam embasar nossa seguinte análise da cobertura da migração venezuelana ao Brasil, conversamos sobre alguns tópicos relacionados à retratação deste grupo migrante para o Nexo Jornal.

Para João Paulo Charleaux, antes que nada, a cobertura em questão deve ser compreendida como uma cobertura necessariamente política. O cerne desta e de outras coberturas do tipo são primeiramente enquadradas dentro de um espectro político e assim, pautado pela editoria de Política. Abaixo disso, o tema vai se desdobrando em cascata até chegar no nível do cidadão comum (nosso foco de análise para este trabalho).

No entanto, ainda segundo o entrevistado, os atores responsáveis pela aplicação das políticas são pessoas – e estas também devem ser ouvidas e interpretadas com relação ao problema apresentado, por isso o foco de cobertura e entrevista destas matérias analisadas neste projeto serão políticos atuantes, fontes oficiais dos governos venezuelano e brasileiro e também diversos especialistas da área.

Quando questionado sobre a baixa participação de voz dos cidadãos venezuelanos em processo de migração vista no recorte de análise deste projeto, sendo este um tema teorizado pela linha do Jornalismo para a Paz, o qual incentiva a retratação de vítimas e grupos em desvantagem, João Paulo Charleaux explica que isso realmente é muito importante, mas se deve ao modelo editorial mais reflexivo e panorâmico do jornal, mas também pode ser compreendido pela ausência de jornalistas in-loco e pela limitação geográfica que esta cobertura proporciona, lembrando que toda a redação do Nexo Jornal fica baseada na capital paulista.

Capítulo 4 – Metodologia e Análises Aplicadas

4.1. Foco da Análise de Conteúdo deste trabalho

A fim de desenvolver uma metodologia consistente e adequada aos objetivos deste trabalho, optamos por trabalhar com uma Análise de Conteúdo que foi exclusivamente criada para este projeto ao aplicar um entendimento analítico (qualitativa e quantitativa) pensado conceitualmente a partir das Teorias do Jornalismo para a Paz.

Então, a fim de obter uma análise conceitual a partir desta Análise de Conteúdo apresentada abaixo neste capítulo, desenvolvemos também uma lista de temáticas pertinentes para o assunto e uma planilha de verificação e confirmação dos principais pontos de presença da linha pautada pelo Jornalismo para a Paz. Desta forma, pudemos extrair dados mensuráveis a partir da compreensão desta amostra – oferecendo assim, uma linha positivista para esta análise de conteúdo, ou seja, conectando o qualitativo com o quantitativo.

No contexto geral da ciência, a análise de conteúdo é tributária do positivismo, corrente de pensamento desenvolvida por Augusto Comte (1798-1857), cuja principal característica é a valorização das ciências exatas como paradigma de cientificidade e como referência do espírito humano em seu estágio mais elevado. Na visão positivista, até mesmo as teorias sobre a vida social “deveriam ser formuladas de forma rígida, linear e metódica, sobre uma base de dados verificáveis” (JOHNSON, 1997, p. 179), procurando-se evitar “análise de intenções e de outros fatores não-verificáveis” (ROHMANN, 2000, p. 315).

Esta postura encontra-se presente em várias definições de análise de conteúdo, entre elas a clássica definição formulada em 1952 por Bernard Berelson – e citada por autores como Kientz (1973), Bardin (1988) e Krippendorff (1990) -, que a designa como “uma técnica de pesquisa para a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação”.

Assim, dentro de uma área humana tal como a comunicação jornalística, na qual geralmente as impressões específicas ou generalizadas, especializadas ou vindas da boca do povo (opinião pública) são avaliadas e contextualizadas a partir de quesitos pessoais e opinativos, faz-se muito necessária a criação de avaliações metodológicas capazes de levantar informações, dados e verificações pertinentes em

relação ao tema proposto. Pensando nestes desafios, desenvolvemos o seguinte plano de análise metodológica para este trabalho.

4.2 Objetivos da Análise de Conteúdo dentro deste projeto

O que esta parte analítica deste trabalho busca é alcançar uma compreensão do quanto a amostra escolhida se alinha ou não às Teorias do Jornalismo para a Paz e quais são as principais abordagens, temáticas e artifícios jornalísticos presentes para caracterizar-se de tal forma.

Assim, nosso objetivo é que, ao final desta análise, tenhamos um caminho para o entendimento baseado em parâmetros das Teorias do Jornalismo para Paz, e com isso, possamos propor um modelo metodológico replicável para outros trabalhos acadêmicos que buscam traçar um olhar sob a luz deste embasamento teórico.

Ao final deste trabalho, nestes últimos capítulos, teremos mais subsídios qualitativos e quantitativos para levantar mais formas de discutir e abordar a migração venezuelana (ou outras) vista e noticiada pelo Nexo Jornal ou por outros veículos da imprensa. Ainda com base nesta análise, conseguiremos extrair dados que nos coloquem mais próximos do caminho da avaliação da intensidade da presença de temas alinhados e estratégias jornalísticas que favoreçam o Jornalismo para Paz.

4.3 Cobertura analisada: Migração Venezuelana para o Brasil no Nexo Jornal em 2018

A amostra de análise engloba as matérias publicadas pelo Nexo Jornal durante todo o ano de 2018 que envolvem a temática da migração venezuelana em direção ao Brasil em diferentes momentos e abordagens, tal como pode ser verificado na tabela abaixo, que mostra quais são as matérias que compõem o grupo analisado na presente dissertação.

Antes de entrar na cobertura do tema – o que se deu predominantemente no ano de 2018 -, analisamos duas matérias relacionadas ao assunto ainda em 2017 (matérias 1 e 2) com a finalidade de ter uma compreensão mais clara sobre como esta temática vinha sendo noticiada e contextualizada pelo veículo até entrar 2018. A mesma ideia foi feita com a cobertura do começo (janeiro e fevereiro) de 2019, desta vez para observar o tratamento da temática no momento posterior ao seu auge, que

foi em 2018. Estas análises adicionais de 2017 e 2019 não entram nas estatísticas extraídas para a análise deste trabalho (incluindo todos os quantitativos apresentados a seguir), servindo apenas como referência e conhecimento do tratamento dado ao assunto.

Tabela 1 – Lista de matérias analisadas neste corpus.

	#	Data	Título	Jornalista
Apenas para referência e compreensão		18 de abril de 2017	Como a crise na Venezuela impacta Roraima segundo esta ONG de direitos humanos	Rafael Iandoli
		13 de agosto de 2017	O que há de ditadura e de democracia na Venezuela, segundo 3 venezuelanos	João Paulo Charleaux
	1	14 de fevereiro de 2018	Como o Brasil lida com a migração venezuelana	João Paulo Charleaux
	2	6 de março de 2018	3 dados sobre venezuelanos no Brasil que contrariam o senso comum	João Paulo Charleaux
	3	13 de março de 2018	3 diferenças entre as migrações haitiana e venezuelana no Brasil	João Paulo Charleaux
	4	22 de março de 2018	Os 3 ataques cometidos contra imigrantes venezuelanos em Roraima	João Paulo Charleaux
	5	23 de maio de 2018	Quais as críticas ao uso de militares na assistência a imigrantes	João Paulo Charleaux
	6	21 de agosto de 2018	Como a migração venezuelana testa os países vizinhos	João Paulo Charleaux
	7	7 de agosto de 2018	O debate jurídico sobre venezuelanos no Brasil em 5 pontos	João Paulo Charleaux

	8	20 de agosto de 2018	Há 'xenofobia institucional' em Roraima, segundo este pesquisador	João Paulo Charleaux
	9	4 de setembro de 2018	3 sugestões para lidar com a crise de imigrantes da Venezuela	João Paulo Charleaux
	10	11 de dezembro de 2018	O que é o pacto de migração rejeitado por Bolsonaro	Matheus Pimentel
Apenas para referência e		19 de fevereiro de 2019	Como Maduro tenta explicar ao mundo a crise na Venezuela	João Paulo Charleaux
		22 de fevereiro de 2019	As mortes em meio ao impasse da fronteira da Venezuela	João Paulo Charleaux

Fonte: elaborado pela autora.

4.4 Metodologia desenvolvida e aplicada no recorte de 2018

A fim de obter uma interpretação mais profunda e detalhada da cobertura selecionada para este projeto com base nos principais preceitos das teorias do Jornalismo para a Paz, foi desenvolvida uma metodologia avaliativa específica que se baseou no referencial apresentado no capítulo dois deste trabalho junto com o que a metodologia de Análise de Conteúdo nos propõe.

Para além da análise do conteúdo de todas as matérias listadas, elencamos um questionário analítico (apresentado a seguir) que foi aplicado para cada matéria publicada.

Tal questionário foi desenvolvido especificamente para este projeto ao levar em conta a especificidade da temática aliada ao referencial teórico desenvolvido nos capítulos anteriores. Seus resultados quantitativos e qualitativos estão apresentados e debatidos ao longo deste capítulo e do próximo, que trará conclusões mais integradas.

Desta maneira, aplicamos as respostas às seguintes perguntas listadas abaixo em uma planilha de Excel que exerce uma inteligência de quantificação e valoração em prol da “presença” ou “ausência” de tópicos do Jornalismo para a Paz em tal

cobertura – ou seja, na prática, para todos os questionamentos levantados, a resposta SIM gera um algoritmo que quantificará se a cobertura desenvolveu tal quesito da corrente teórica na matéria (todos estão listados abaixo). O mesmo se aplica para a resposta NÃO.

Ao final deste capítulo, apresentaremos os gráficos resultantes para os totais e por quesito para todo o recorte analisado.

4.5 Questionário aplicado

Abaixo está a tabela do questionário aplicado com uma numeração da ordem das perguntas na coluna à esquerda. Na coluna do meio temos uma classificação em blocos para o entendimento de cinco temáticas divididas entre pontos cruciais do nosso referencial teórico e à direita está a pergunta para a qual a matéria deve ser analisada para presença ou ausência.

Tabela 2 – Questionário aplicado para análise de cada matéria.

		Pergunta
1	Orientações de Paz	Orienta para um objetivo de paz social?
2		Tenta combater alguma reprodução de violência?
3		Aborda alternativas para a resolução do conflito?
4		Incentiva o diálogo?
5		Trata do tema de sobrevivência humana?
6		Trata do tema bem-estar social?
7		Trata do tema de identidade social?
8		Trata de questões de liberdade?
9	Tratamento humano	Humaniza pessoas?
10		Quebra com a propagação de algum preconceito ou estereótipo social?
11		Quebra com a massificação de grupos?
12		Dá voz a vários envolvidos de partes opostas do cenário?
13		Combate alguma espécie de xenofobia?

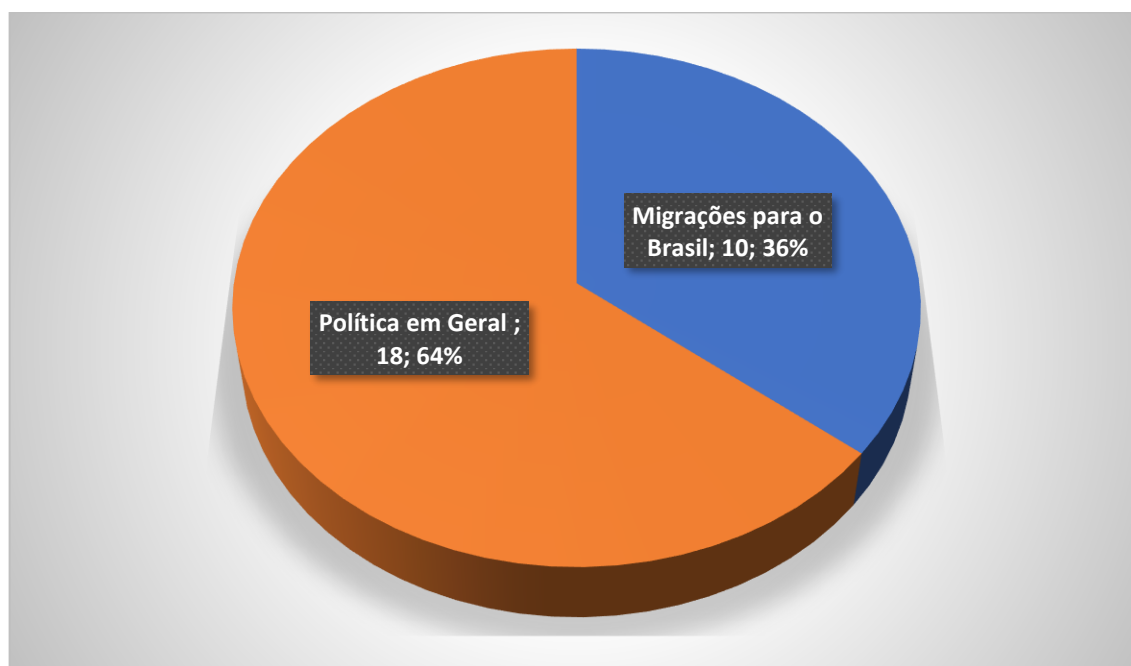
14	Quebra com discurso corrente	Repensa ideias do senso comum?
15	Trabalho social e	Promove a defesa de questões democráticas?
16		Discursa em prol da justiça social?
17		Combate discursos de ódio?
18		Informa a respeito dos direitos humanos?
19	Novo modelo ao Jornalismo	Trabalha com infográficos, materiais interativos, vídeos, <i>podcasts</i> ou outros artifícios para além do textual?
20		Oferece alguma contextualização ou recapitulação da pauta?

Fonte: elaborado pela autora com base em Jake Lynch e McGoldrick.

4.6 O universo em que a migração venezuelana se insere

A fim de entender o quanto o tema da migração foi latente dentro do universo geral da cobertura sobre a Venezuelana no ano analisado de 2018, extraímos a porcentagem abaixo com base no total geral da cobertura do Nexo neste período.

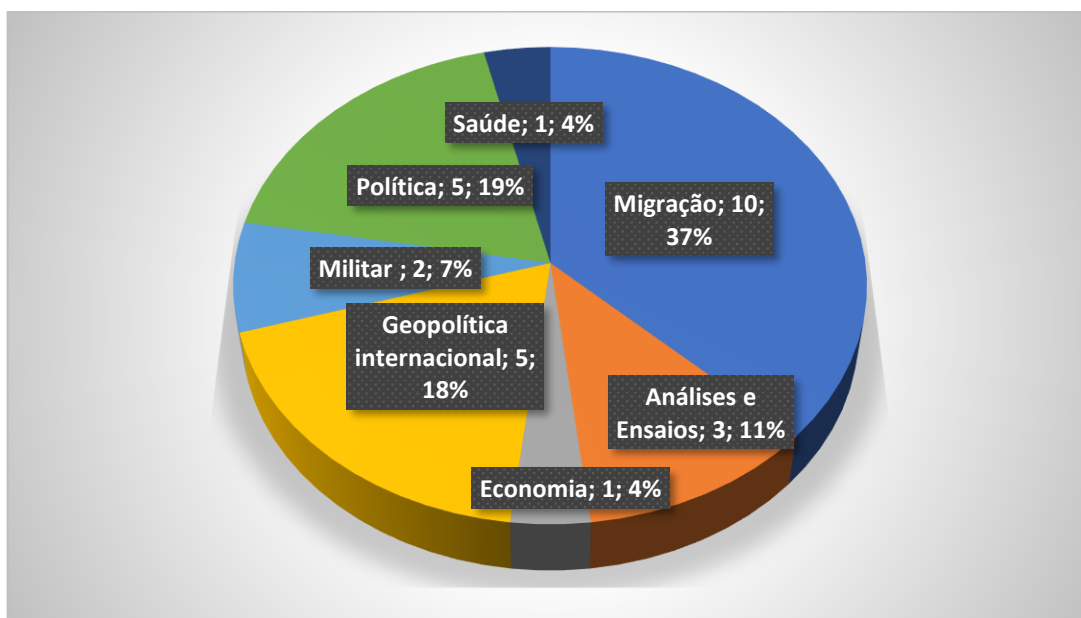
Gráfico 1 – Tema da migração inserida na cobertura política completa.



Fonte: elaborado pela autora com bases em dados do Nexo Jornal.

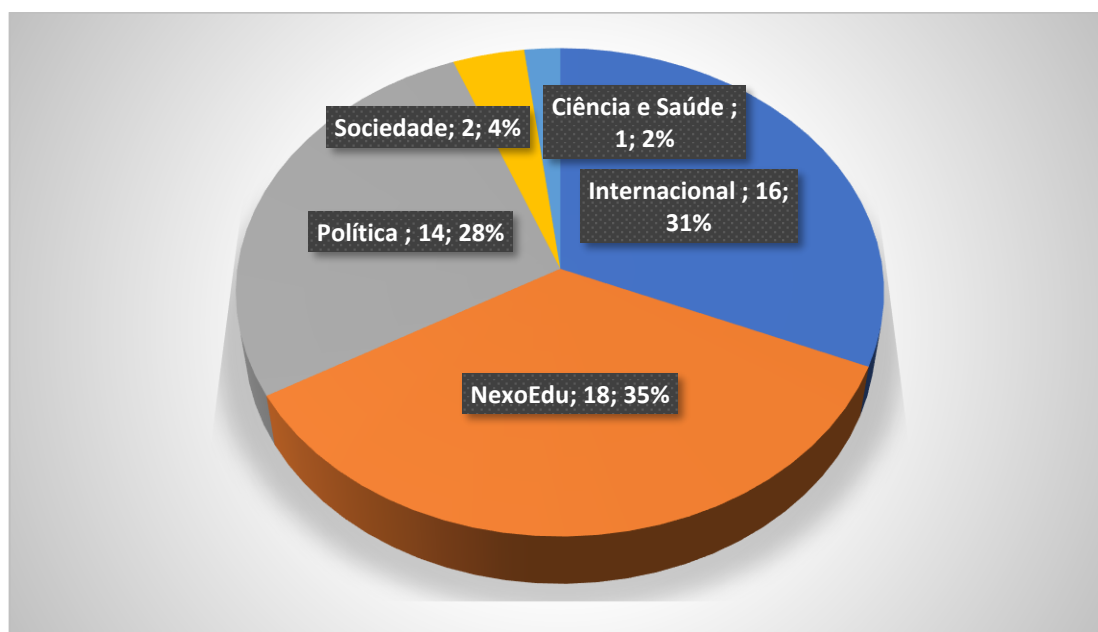
Tratamos de entender também as editorias que compõem nosso recorte de estudo, quais são os temas focais da cobertura analisada neste trabalho e sua distribuição de acordo com o mês de 2018.

Gráfico 2 – Temas presentes na cobertura completa.



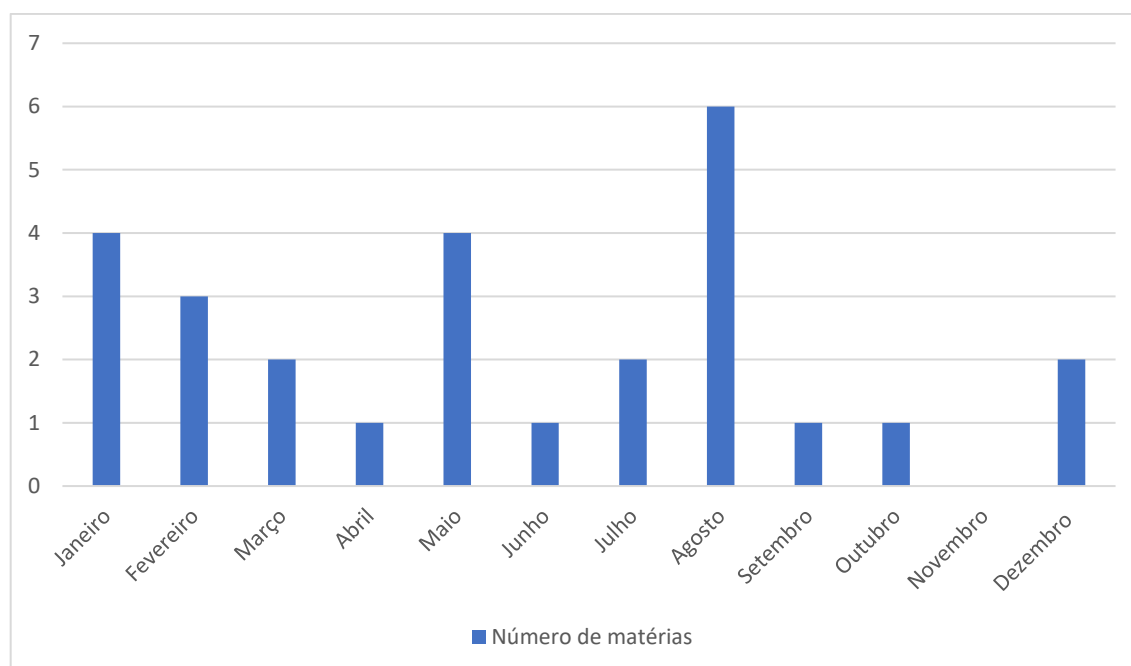
Fonte: elaborado pela autora com bases em dados do Nexo Jornal.

Gráfico 3 – Editoriais da cobertura²



Fonte: elaborado pela autora com bases em dados do Nexo Jornal.

² Diversas matérias estiveram classificadas como pertencentes a mais de uma editoria. Por esta razão, há um número total maior que o número de matérias publicadas.

Gráfico 4 – Número das matérias por mês em 2018.

Fonte: Fonte: elaborado pela autora com bases em dados do Nexo Jornal.

Tabela 3 - Lista da cobertura amplificada para todo o tema político da Venezuela.

#	Data	Título	Editoria do veículo	Jornalista / Articulista	Abordagem
1	4/1/2018	De onde vem a ideia de uma intervenção militar na Venezuela	Internacional	João Paulo Charleaux	Militar
2	16/1/2018	Quais as 2 versões para a morte do venezuelano Óscar Pérez	Internacional	João Paulo Charleaux	Política
3	18/1/2018	Qual a estratégia para levar Nicolás Maduro ao Tribunal Penal Internacional	Internacional	João Paulo Charleaux	Geopolítica internacional
4	28/1/2018	Por que a oposição a Maduro é contra antecipar a eleição presidencial	Internacional/ NexoEdu	Matheus Pimentel	Política
5	8/2/2018	O 'exame preliminar' da Venezuela no	Internacional / NexoEdu	João Paulo Charleaux	Geopolítica internacional

		Tribunal Penal Internacional			
6	10/2/18	EUA pregam golpe na Venezuela. O que a história diz sobre esta ideia	Internacional/ NexoEdu	João Paulo Charleaux	Geopolítica internacional
7	14/2/18	Como o Brasil lida com a imigração venezuelana	Política / Internacional / NexoEdu	João Paulo Charleaux	Migração
8	6/3/18	3 dados sobre venezuelanos no Brasil que contrariam o senso comum	Política / Internacional / NexoEdu	João Paulo Charleaux	Migração
9	13/3/18	3 diferenças entre as migrações haitiana e venezuelana no Brasil	Política / NexoEdu	João Paulo Charleaux	Migração
10	22/3/18	Os 3 ataques cometidos contra imigrantes venezuelanos em Roraima	Política / NexoEdu	João Paulo Charleaux	Migração
11	10/4/2018	Ensaio: A militarização da acolhida humanitária no Brasil é um erro	Sociedade	Juana Kweitel e Pablo Ceriani	Migração
12	15/5/2018	O que a oposição da Venezuela busca ao boicotar a 3ª eleição em um ano	Internacional / NexoEdu	Matheus Pimentel	Política
13	22/5/18	Ensaio: A perda de oportunidades com a gestão dos fluxos de imigrantes no Brasil	Internacional	Duval Magalhães Fernandes e João Carlos	Análise

				Jarochinski Silva	
14	23/5/2018	Quais as críticas ao uso de militares na assistência a imigrantes	Política / NexoEdu	João Paulo Charleaux	Migração
15	21/5/2018	Qual Venezuela sai das urnas após a nova vitória de Maduro	Política	João Paulo Charleaux	Política
16	27/6/2018	Brasil e EUA na crise venezuelana: as convergências e as divergências	Política / Internacional / NexoEdu	João Paulo Charleaux	Geopolítica Internacional
17	16/7/2018	Por que doenças como sarampo e pólio voltaram a ameaçar o Brasil	Ciência e Saúde / NexoEdu	Murilo Roncolato	Saúde
18	18/7/2018	Venezuela e Nicarágua: semelhanças e diferenças de países em crise	Internacional / NexoEdu	Matheus Pimentel	Geopolítica internacional
19	6/8/2018	Quem acusa quem no atentado que Maduro diz ter sofrido	Internacional	Matheus Pimentel	Política
20	7/8/2018	O debate jurídico sobre venezuelanos no Brasil em 5 pontos	Política / NexoEdu	João Paulo Charleaux	Migração
21	20/8/2018	Há 'xenofobia institucional' em Roraima, segundo este pesquisador	Política / NexoEdu	João Paulo Charleaux	Migração

22	21/8/2018	Como a imigração venezuelana testa os países vizinhos	Política / Internacional/ NexoEdu	João Paulo Charleaux	Migração
23	23/8/2018	Estas fotos são um retrato da crise econômica na Venezuela	Economia / NexoEdu	Murilo Roncolato	Economia
24	25/8/2018	Ensaio: O desafio de pensar a imigração como política pública	Política	Ana Guedes e Wagner Oliveira	Análise
25	28/8/2018	Por que a Venezuela está repatriando seus emigrantes	Política / Internacional	João Paulo Charleaux	Migração
26	4/9/2018	3 sugestões para lidar com a crise de imigrantes da Venezuela	Política / NexoEdu	João Paulo Charleaux	Migração
27	30/10/2018	Ensaio: Ilusões perdidas: sobre o fim de um ciclo na América Latina	Política / Internacional / Sociedade	Felipe Ziotti Narita e Jeremiah Morelock	Análise
28	13/12/2018	Quais os sinais da militarização da crise da Venezuela	Internacional / NexoEdu	João Paulo Charleaux	Militar

Fonte: elaborado pela autora com bases em dados do Nexo Jornal.

4.7 Análise do Conteúdo e Tabela de Classificação do Jornalismo para Paz aplicadas a matérias prévias de 2017

Data: 18 de abril de 2017

Link de acesso ao conteúdo na íntegra:

<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/04/18/Como-a-crise-na-Venezuela-impacta-Roraima-segundo-esta-ONG-de-direitos-humanos>

Título: Como a crise na Venezuela impacta Roraima segundo esta ONG de direitos humanos

Em síntese, esta primeira matéria do nosso corpo de amostra se baseia primordialmente e permeia ao longo do desenvolvimento do texto as principais descobertas do relatório produzido e divulgado pela organização de defesa *Human's Right Watch* a respeito das condições sociais constatadas na Venezuela da data de 24 de outubro de 2016.

A partir deste relatório internacional e com base nas fontes por ele ouvidas, o jornalista Rafael Iandoli foca na cobertura da informação relacionada somente à parcela migrante que vem ao Brasil a partir da Venezuela e o impacto deste movimento para o estado de Roraima, uma das principais portas de entrada terrestre dos que saem do país governado por Maduro, dando assim uma cara de pauta Nacional ao tema.

Fator humano presente: A escolha de determinado relatório e de suas principais descobertas e fontes deve ser levada em conta no âmbito desta análise baseada nos preceitos do Jornalismo para a Paz, uma vez que a escolha da fonte do estudo é uma organização sem fins lucrativos – o que mostra uma busca apartidária para a abordagem, e sendo este também um conteúdo focado no viés do fator humano.

Esta opção para o embasamento do ponto de partida do desenvolvimento da pauta pode nos sugerir o entendimento de que o veículo em seu processo e papel de “*gatekeeper*” para a disseminação de informação tenha optado por oferecer um olhar focado na condição humana apoiando-se nos direitos humanos como ponto de discussão. A escolha desta pauta diz muito a respeito do perfil do veículo e os focos de sua orientação.

Olhando para este movimento migracional e suas consequências, o conteúdo se desenvolve com um olhar público e oficial que se relaciona à oneração que esta

entrada populacional gera para os cofres públicos, especialmente nos setores da saúde e da migração do estado de Roraima. Este olhar e tal enfoque jornalístico se veem particularmente institucionalizados ao pautar o sentido orçamentário e priorizar a divulgação destes valores. Neste quesito, temos uma matéria que se preocupa em trazer os pontos de vistas oficiais dentro de um enfoque macro, sem trazer o testemunho de venezuelanos migrantes, ou seja, sem dar a voz do cidadão e o testemunho humano sobre o tema abordado – um ponto chave do Jornalismo para a Paz.

Embora a pauta se baseie em um movimento migratório humano, os dados direcionam para a apresentação de totais de custos gerados (com números, gráficos e destaques ao longo do texto) e pedidos solicitados de entrada no país dando pouco ou nenhum espaço para testemunhos e histórias pessoais.

Informa serviços: O conteúdo cumpre também com um papel informacional no formato de “Serviços” ao detalhar como é possível pedir que estrangeiros em condições de riscos façam o pedido de entrada e permanência no Brasil, uma forma de contextualizar e situar o leitor ao redor de uma pauta que envolve temas mais amplos.

Contextualização: Ao cumprir com sua função informacional, o veículo opta por seguir um preceito que vem de sua linha editorial e faz parte também das Teorias do Jornalismo para a Paz, que é a contextualização. Para isso, a fim de inteirar o leitor a respeito dos tópicos que permeiam os desdobramentos da pauta principal, o conteúdo é composto pelo apontamento para 11 hiperlinks de matérias do próprio veículo e de outros canais, tais como a Telesur, BBC, The Guardian, DNotícias, Conjur, além do encaminhamento para a própria pesquisa da *Human Rights Watch* em sua íntegra para o melhor entendimento do assunto. Além disso, nesta matéria observa-se a presença de gráficos e trabalha-se com “olhos” de dados relevantes.

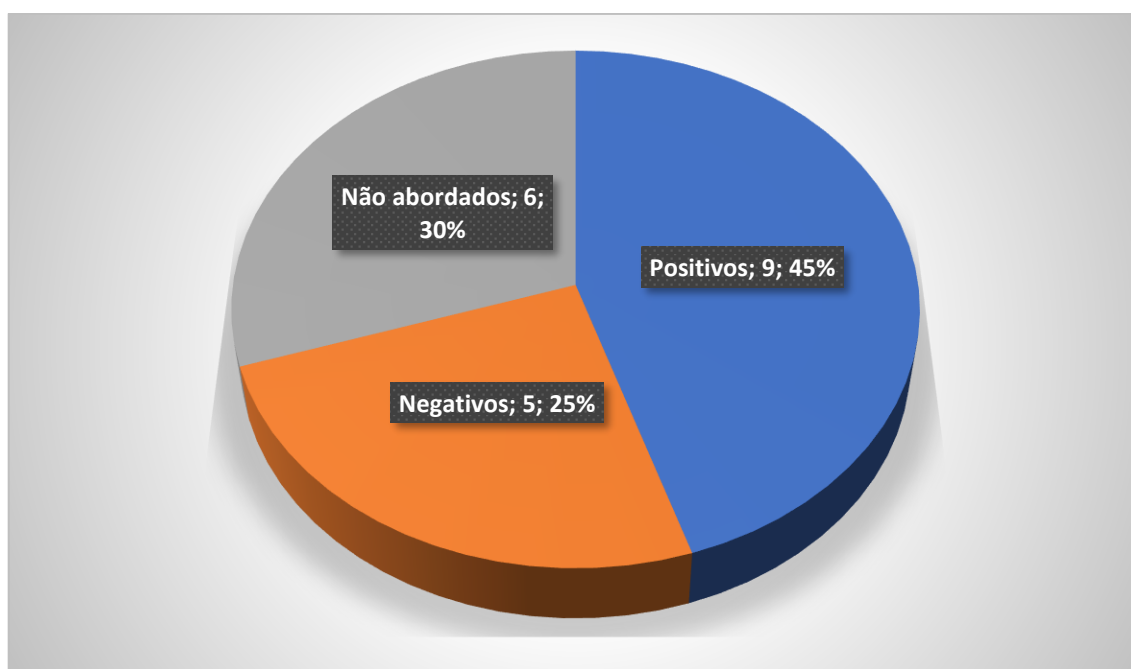
Vozes opostas: Seguindo o discurso e as informações apuradas pelo relatório desta ONG e fazendo uso de suas fontes especializadas entrevistadas, a matéria encaminha para a abordagem da causa raiz da crise migratória em questão ao pautar a crise econômica, social e humanitária na Venezuela como um todo e fazendo assim, uma dicotomia entre as fontes que compreendem este cenário como uma forte crise humanitária e representantes opostas que descartam essa possibilidade.

Tabela 4 - Questionário aplicado – matéria prévia 1 de 2017.

	Pergunta	Indicador numérico
1	Orienta para um objetivo de paz social?	Não levanta este tema
2	Tenta combater alguma reprodução de violência?	Não levanta este tema
3	Aborda alternativas para a resolução do conflito?	Não
4	Incentiva o diálogo?	Não
5	Trata do tema de sobrevivência humana?	Sim
6	Trata do tema bem-estar social?	Sim
7	Trata do tema de identidade social?	Não
8	TratTa de questões de liberdade?	Sim
9	Humaniza pessoas?	Não
10	Quebra com a propagação de algum preconceito ou estereótipo social?	Não levanta este tema
11	Quebra com a massificação de grupos?	Não
12	Dá voz a vários envolvidos de partes opostas do cenário?	Sim
13	Combate alguma espécie de xenofobia?	Não levanta este tema
14	Repensa ideias do senso comum?	Não levanta este tema
15	Promove a defesa de questões democráticas?	Sim
16	Discursa em prol da justiça social?	Sim
17	Combate discursos de ódio?	Não levanta este tema
18	Informa a respeito dos direitos humanos?	Sim
19	Trabalha com infográficos, materiais interativos, vídeos, <i>podcasts</i> ou outros artifícios para além do textual?	Sim
20	Oferece alguma contextualização ou recapitulação da pauta?	Sim

Fonte: elaborado pela autora.

Gráfico 5 – Pontuação da matéria prévia 1 de 2017.



Fonte: elaborado pela autora.

Data: 13 de agosto de 2017

Link de acesso ao conteúdo na íntegra:

<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/08/13/O-que-h%C3%A1-de-ditadura-e-de-democracia-na-Venezuela-segundo-3-venezuelanos>

Título: O que há de ditadura e de democracia na Venezuela, segundo 3 venezuelanos

Já como uma nova proposta de cobertura jornalística, seguindo um modelo diferente à matéria anterior, este artigo se propõe a entender e discutir o atual modelo político da Venezuela dentro de um entendimento democrático ou ditatorial.

Para isso, usando do formato chamado pelo veículo de “Expresso”, traz a opinião de cidadãos venezuelanos com diferentes formações e históricos cedendo grande espaço aos seus posicionamentos e análises detalhadas.

Neste material, observa-se um encaminhamento para uma discussão que, de certa forma, quebra com a forte corrente do senso comum orientada a abordar a Venezuela atual diretamente como uma “ditadura” e também como um regime “totalitário” sem oferecer devido esclarecimento para este enquadramento.

A cobertura reflete sobre o uso deste termo já durante as aberturas da cobertura sendo esta uma discussão muito pertinente enquanto vivemos em uma comunidade

que banaliza e amplifica diversas categorias políticas tais como “fascismo”, “ditadura”, “esquerda”, “comunismo”, entre tantos outros. Assim, sendo esta análise entendida de acordo com as teorias do Jornalismo para a Paz, podemos ligar ao Jornalismo a capacidade de informar educando e esclarecendo temas-chave para a evolução da sociedade em suas bases democráticas.

Voz ao cidadão: Seguindo a um direcionamento das teorias do Jornalismo para a Paz, esta cobertura ofereceu grande espaço para o entendimento segundo representantes venezuelanos de diferentes formações e atuantes em distintas posições no contexto sócio-político atual.

Trata de democracia: O conteúdo aborda diretamente a discussão sobre as condições democráticas presentes na Venezuela de hoje de acordo com o entendimento e interpretação dos próprios cidadãos locais que são questionados sobre o cenário atual como Democracia ou Ditadura. E os esclarecimentos e defesas são feitos pelos próprios cidadãos. Traz à tona também o entendimento internacional quanto à ordem democrática nacional segundo os países vizinhos, e instâncias da ordem global, como a ONU. Discute os impasses relacionados e entendidos com base na Constituição Nacional e aborda casos de tentativas de golpes ou tomadas do poder por meio de cancelamento de eleições, atentados e outros.

Contextualização: A cobertura situa o leitor com relação aos últimos desdobramentos do caso, oferece dados oficiais da ONU para dimensionamento do impacto, trata de explicar o totalitarismo, e inclusive discute o significado das palavras “ditadura” e “ditador”. Com relação às tais nomenclaturas, o jornalista responsável opta também por mencionar a decisão editorial da Folha de S. Paulo em adotar estes vocábulos em seu trabalho editorial – o que demonstra que o Nexo não poupou esforços em deixar o leitor a par de que existe uma amplitude para esta discussão. Desta maneira, podemos analisar que o conteúdo seguiu com direcionamentos das teorias nas quais estamos nos baseando tratando de oferecer insumos para o leitor em dúvida ou interessado em se aprofundar.

Informa a respeito de Direitos Humanos: Várias das vertentes que afetam as premissas da defesa dos Direitos Humanos são tratadas, com menção e abordagem dos casos relatados de tortura, morte e forte escassez de comida, afetando assim, aspectos do bem-estar social, da liberdade, da violência, da sobrevivência humana, justiça social, entre outros – todos estes sendo temas de necessária análise segundo as teorias do Jornalismo para a Paz.

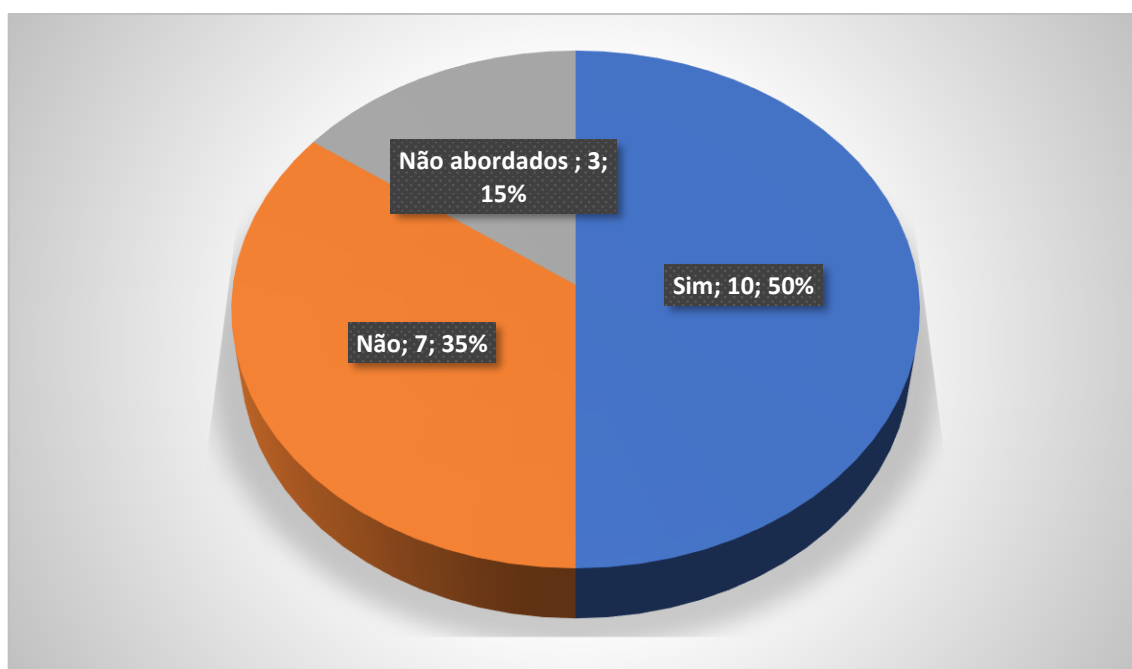
A fim de inteirar o leitor a respeito dos tópicos que permeiam os desdobramentos da pauta principal, o conteúdo é composto pelo apontamento para nove hiperlinks de matérias do próprio veículo e de outros canais oficiais, tais como a Página Oficial do Governo Peruano, do Itamaraty, UOL, Folha de S. Paulo, Nações Unidas, entre outros. Além disso, nesta matéria observa-se a presença de um mapa e trabalha-se com cinco “olhos” de dados relevantes.

Tabela 5 - Questionário aplicado - matéria prévia 2 de 2017.

	Pergunta	Indicador numérico
1	Orienta para um objetivo de paz social?	Não
2	Tenta combater alguma reprodução de violência?	Não
3	Aborda alternativas para a resolução do conflito?	Não
4	Incentiva o diálogo?	Não levanta este tema.
5	Trata do tema de sobrevivência humana?	Sim
6	Trata do tema bem-estar social?	Sim
7	Trata do tema de identidade social?	Não
8	Trata de questões de liberdade?	Sim
9	Humaniza pessoas?	Sim
10	Quebra com a propagação de algum preconceito ou estereótipo social?	Não
11	Quebra com a massificação de grupos?	Sim
12	Dá voz a vários envolvidos de partes opostas do cenário?	Sim
13	Combate alguma espécie de xenofobia?	Não
14	Repensa ideias do senso comum?	Sim
15	Promove a defesa de questões democráticas?	Sim
16	Discursa em prol da justiça social?	Não levanta este tema.
17	Combate discursos de ódio?	Não levanta este tema
18	Informa a respeito dos direitos humanos?	Sim
19	Trabalha com infográficos, materiais interativos, vídeos, <i>podcasts</i> ou outros artifícios para além do textual?	Não
20	Oferece alguma contextualização ou recapitulação da pauta?	Sim

Fonte: elaborado pela autora.

Gráfico 6 - Pontuação de matéria prévia 2 de 2017.



Fonte: elaborado pela autora.

4.8 Análises do corpus de cobertura focal (2018)

Número da matéria: 1

Data de publicação: 14 de fevereiro de 2018

Link de acesso ao conteúdo na íntegra:

<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/02/14/Como-o-Brasil-lida-com-a-imigra%C3%A7%C3%A3o-venezuelana>

Título: Como o Brasil lida com a migração venezuelana

Análise do conteúdo da matéria 1: Aproveitando-se do gancho da visita do ex-presidente Michel Temer a Roraima, esta cobertura abre uma análise ampla sobre o então cenário político e social da migração venezuelana para o Brasil. Como uma matéria extensa e detalhada sendo parte também do projeto educacional do veículo, o NexoEdu (explicado no capítulo anterior), o conteúdo se esforça em ser detalhado, analítico, contextualizado e referenciado – tudo em uma linguagem acessível e com objetivo educacional.

Aborda Direitos Humanos: Partindo de um ponto bastante tratado e polemizado durante o momento da visita do ex-presidente Michel Temer, que é o encaminhamento dos migrantes/refugiados que chegam ao Brasil, o material apresenta conteúdo e

referências para que o leitor entenda os caminhos legais e os temas sociais implicados para o pedido de refúgio do venezuelano segundo as Leis Brasileiras. Assim, o jornalista sugere diferentes insumos para que o leitor possa ser capaz de se informar, analisar e inclusive ter acesso à abordagem crítica do tema segundo especialistas de fora do eixo governamental (oficial).

Quanto ao tratamento do tema como “causa humanitária”, o veículo também apresenta o posicionamento dicotômico do ex-presidente, quem, ao anunciá-lo como “caso humanitário”, também reforçou as tropas militares na região e visitou o local acompanhado do Ministro de Defesa tratando do caso como um tema militar.

Ainda sobre os Direitos Humanos, englobando temas de bem-estar social e sobrevivência humana, a cobertura se preocupa em reportar os relatos presentes de casos de perseguição e prisões políticas, tortura e ocorrência de mortes causadas por desentendimento estatal, além da presente recessão econômica responsável por gerar cidadãos em desnutrição.

Além disso, a escolha das fontes entrevistadas também está diretamente ligada ao aspecto de Direitos Humanos como pode ser observado no transcorrer do texto.

Quebra do senso comum: Olhando para os termos mais recentemente aplicados ao caso pelos meios de comunicação, documentos oficiais e inclusive pela opinião pública, o jornalista – de forma bastante interessante – pondera a semântica dos vocábulos mais recorrentes quando se trata da abordagem do fluxo migratório venezuelano. Desta forma, ele explica, contextualiza e esclarece os termos a seguir, usando-os entre parênteses: “êxodo”, “diáspora” e “crise migratória” – uma escolha editorial que objetiva tratar com cuidado tais expressões quando aplicadas ao caso em questão.

A preocupação do jornalista/ veículo em neutralizar um discurso que já chega ao leitor carregado de posicionamentos políticos vindos do nosso ecossistema midiático e comunicacional mostra um propósito diferente ao que se vê no restante da mídia, podendo ser entendido como uma intenção de quebra do discurso corrente (senso comum) e desmistificação em prol do conhecimento educacional.

Contextualização: Para a análise desta matéria especificamente, podemos ver que o fator contextualizador é bem forte e presente. Desenvolve-se um cenário político nacional e internacional e também social para facilitar o entendimento mais amplo do caso para o leitor em geral, tanto que indica-se a cobertura para o projeto educacional NexoSedu. Para facilitar um entendimento contextualizado, o conteúdo usa de artifícios

visuais como um mapa, uma imagem e um olho. Já para a contextualização do conteúdo, 16 hiperlinks são indicados, sendo eles para direcionamento para materiais do próprio veículo, do Palácio do Governo Brasileiro, da Folha de S. Paulo, do El País, EBC, O Estado de S. Paulo, Comissão Interamericana de Direitos Humanos, Redes Sociais oficiais de Nicolás Maduro, ACNUR, Deutsche Welle (DW), Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do Governo Brasileiro, Conectas, entre outros.

Escolha das fontes: A escolha das fontes entrevistadas para o desenvolvimento das extensas entrevistas conceituais publicadas também deve ser vista como parte do encaminhamento editorial da mídia, uma vez que os entrevistados são de fora do Governo, ou seja, oferecem uma visão não-oficial e supostamente independentes. Os entrevistados escolhidos para este conteúdo são:

- Camila Asano, coordenadora de Programas da ONG Conectas Direitos Humanos, formada em Relações Internacionais pela USP, com mestrado em ciência política pela mesma universidade, e
- João Carlos Jarochinski, coordenador do curso de relações internacionais da Universidade Federal de Roraima e vice-coordenador do programa de mestrado Sociedade e Fronteiras, na mesma universidade.

Podemos observar que além de não-oficiais, os entrevistados são especialistas ligados ao âmbito dos Direitos Humanos, sendo eles da Conectas, uma ONG especializada no assunto e um professor universitário do estado de Roraima – o que faz com que a visão local seja estampada na matéria dentro de um espectro acadêmico.

A escolha de um acadêmico local pode ser entendida de acordo com um aspecto trazido no capítulo anterior durante entrevista com João Paulo Charleaux, quem explica que devido à falta de equipe de fora de São Paulo, a estratégia é recorrer a dar a voz ao local por meio de entrevistas com referências de fora da capital paulista, podendo assim, pluralizar o discurso publicado.

Questiona dados oficiais: Sendo este um tópico muito importante para a análise de conteúdo desta matéria ao observamos que esta cobertura de certa forma se afasta dos discursos mais recorrentes e toma certo cuidado com as informações oficiais, o jornalista responsável decidiu aqui ponderar os números oficiais do fluxo migratório venezuelano contrastando-os com informações da ONU e também explicando as nuances destes números divulgados pelo Governo quando analisados no seu devido

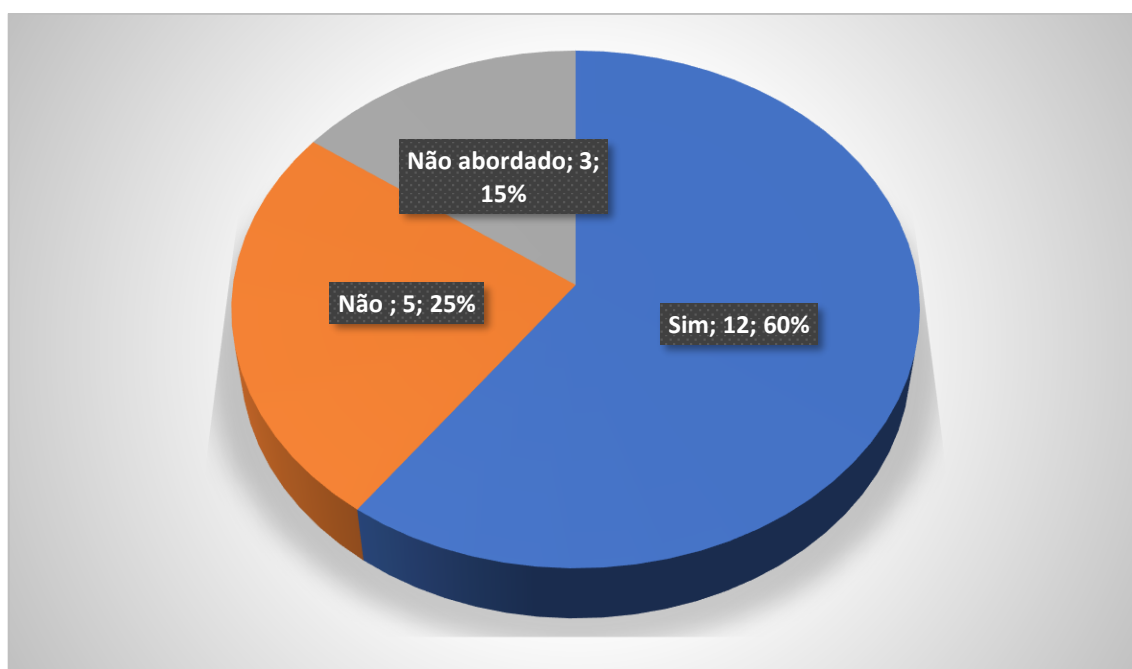
contexto local. Esta seria, assim, mais uma forma e decisão editorial de questionar e quebrar com o senso comum.

Tabela 6 – Questionário aplicado – matéria 1 do corpus.

	Pergunta	Indicador numérico
1	Orienta para um objetivo de paz social?	Não
2	Tenta combater alguma reprodução de violência?	Não
3	Aborda alternativas para a resolução do conflito?	Não
4	Incentiva o diálogo?	Não
5	Trata do tema de sobrevivência humana?	Sim
6	Trata do tema bem-estar social?	Sim
7	Trata do tema de identidade social?	Não
8	Trata de questões de liberdade?	Sim
9	Humaniza pessoas?	Sim
10	Quebra com a propagação de algum preconceito ou estereótipo social?	Sim
11	Quebra com a massificação de grupos?	Sim
12	Dá voz a vários envolvidos de partes opostas do cenário?	Sim
13	Combate alguma espécie de xenofobia?	Não levanta este tema
14	Repensa ideias do senso comum?	Sim
15	Promove a defesa de questões democráticas?	Sim
16	Discursa em prol da justiça social?	Não levanta este tema
17	Combate discursos de ódio?	Não levanta este tema
18	Informa a respeito dos direitos humanos?	Sim
19	Trabalha com infográficos, materiais interativos, vídeos, <i>podcasts</i> ou outros artifícios para além do textual?	Sim
20	Oferece alguma contextualização ou recapitulação da pauta?	Sim

Fonte: elaborado pela autora.

Gráfico 7 – pontuação da matéria 1.



Fonte: elaborado pela autora.

Número da matéria: 2

Data de publicação: 6 de março de 2018

Link de acesso ao conteúdo na íntegra:

<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/03/06/3-dados-sobre-venezuelanos-no-Brasil-que-contrariam-o-senso-comum>

Título: 3 dados sobre venezuelanos no Brasil que contrariam o senso comum

Análise do conteúdo da matéria 2: Sendo esta matéria a grande responsável pela origem deste projeto de Mestrado, é importante explicar que este conteúdo foi o ponto de partida para a ideia do desenvolvimento do entendimento da cobertura do Nexo segundo as linhas do Jornalismo para a Paz, uma vez que este corpus mostra desde seu título o intuito de desmistificação e quebra do senso comum de um discurso que permeia a imprensa e a opinião popular carregada de preconceito.

Para dar início à análise desta publicação, podemos notar já desde o seu próprio título, que a intenção para tal matéria é questionar o senso comum corrente no discurso brasileiro – o que nos coloca diretamente em contato com um dos objetivos principais das Teorias do Jornalismo para a Paz abordadas aqui.

Desta forma, a fim de traçar o caminho para esta quebra do senso comum, o jornalista se baseia no questionamento comparativo de dados oficiais com um estudo recente da FGV, dados da Acnur e entrevista dois importantes especialistas já citados como fontes em matérias anteriores que também fazem parte deste corpus. São eles:

- Camila Asano, coordenadora de Programas da ONG Conectas Direitos Humanos, formada em Relações Internacionais pela USP, com mestrado em ciência política pela mesma universidade, e
- João Carlos Jarochinski, coordenador do curso de relações internacionais da Universidade Federal de Roraima e vice-coordenador do programa de mestrado Sociedade e Fronteiras, na mesma universidade.

Como já foi dito anteriormente neste trabalho, a matéria reforça que o movimento migratório de venezuelanos é, na atualidade, o fluxo estrangeiro mais importante do nosso país. A partir daí, o jornalista tenta mensurar e compreender esta movimentação ao contrastar informações mal interpretadas pelo público contra dados de novas e recentes pesquisas a respeito da população vindoura da Venezuela segundo levantamentos da FGV e da Acnur, instituição pertencente à ONU que atua com projetos sociais junto aos venezuelanos que entram no país.

A fim de trazer para este cenário uma nova perspectiva, desta vez voltada ao tom do discurso popular corrente, a matéria traz à tona um levantamento muito interessante, também de autoria da FGV, de análise do tom negativo ou positivo dos conteúdos publicados nas mídias sociais. Ali é visto a constatação do predomínio de uma negatividade com relação ao acolhimento da população em questão, com presença de discursos preconceituosos e contra as políticas públicas de refúgio.

Ainda dentro de um objetivo de quebrar o senso comum, a publicação trabalha em um fragmento de “Mitos e Verdades” tratando de dismantelar três concepções que estão pautando a imprensa por meio de dados mais ponderados e discussão com fontes que são referências especializadas e fora do eixo governamental. Os “mitos” rebatidos são: a sobrecarga dos serviços públicos com a entrada dos venezuelanos por Roraima; o baixo nível escolar da população venezuelana migrante; os venezuelanos migrantes “roubando” os empregos dos brasileiros.

Tanto o formato como o encaminhamento desta publicação podem ser entendidos como um caminho alternativo à imprensa em geral, que nem sempre se dedica a entender o discurso predominante e se atenta à importância de contrapor ideias e dados que tomem um caminho distinto ao discurso corrente e às pautas

padrão. A decisão editorial do Nexo em olhar e expor o lado oposto à opinião pública corrente é um caminho fora do comum das práticas das redações.

Uma análise muito breve da seleção semântica também pode ser aplicada para esta matéria que acaba delineando seu intuito discursivo por meio de um texto que dá o devido tom ao que se refere aos dados, às opiniões, às análises e as ideias com as quais trabalha escolhendo palavras importantes tais como “senso comum”, “conservador”, “refúgio”, “percepção distorcida”, “acolhimento”, “preconceito”, “mitos”, “verdades”, “percepção”, “sensação”, entre outros. Resumidamente, é uma matéria que põe o lado humano dentro de um jornalismo baseado em fatos e dados.

Para facilitar um entendimento contextualizado, o conteúdo usa de artifícios visuais como um mapa, uma imagem e dois olhos. Já para a contextualização do conteúdo, quatro hiperlinks são indicados, sendo eles para direcionamento para materiais do próprio veículo, do Estadão, da FGV e da Acnur. Além disso, a matéria também é disponibilizada para a iniciativa NexoSdu.

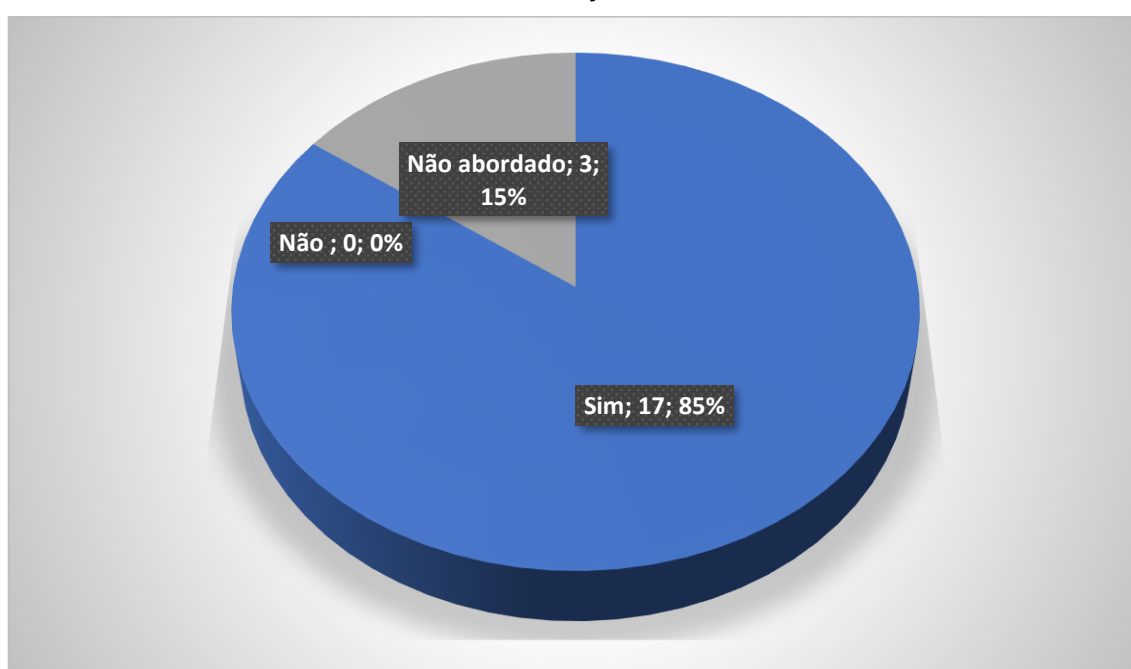
Tabela 7 - Questionário aplicado – matéria 2 do corpus.

	Pergunta	Indicador numérico
1	Orienta para um objetivo de paz social?	Sim
2	Tenta combater alguma reprodução de violência?	Sim
3	Aborda alternativas para a resolução do conflito?	Não levanta este tema
4	Incentiva o diálogo?	Não levanta este tema
5	Trata do tema de sobrevivência humana?	Sim
6	Trata do tema bem-estar social?	Sim
7	Trata do tema de identidade social?	Sim
8	Trata de questões de liberdade?	Sim
9	Humaniza pessoas?	Sim
10	Quebra com a propagação de algum preconceito ou estereótipo social?	Sim
11	Quebra com a massificação de grupos?	Sim
12	Dá voz a vários envolvidos de partes opostas do cenário?	Sim
13	Combate alguma espécie de xenofobia?	Sim
14	Repensa ideias do senso comum?	Sim
15	Promove a defesa de questões democráticas?	Sim
16	Discursa em prol da justiça social?	Não levanta este tema

17	Combate discursos de ódio?	Sim
18	Informa a respeito dos direitos humanos?	Sim
19	Trabalha com infográficos, materiais interativos, vídeos, <i>podcasts</i> ou outros artifícios para além do textual?	Sim
20	Oferece alguma contextualização ou recapitulação da pauta?	Sim

Fonte: elaborado pela autora.

Gráfico 8 – Pontuação da matéria 2.



Fonte: elaborado pela autora.

Número da matéria: 3

Data da publicação: 13 de março de 2018

Link de acesso ao conteúdo na íntegra:

<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/03/13/3-diferen%C3%A7as-entre-as-migra%C3%A7%C3%B5es-haitiana-e-venezuelana-no-Brasil>

Título: 3 diferenças entre as migrações haitiana e venezuelana no Brasil

Análise do conteúdo da matéria 3: A grande proposta desta matéria é desenvolver uma comparação entre os dois movimentos migratórios mais importantes que o Brasil recebeu na última década. Observa-se que com isso, o objetivo é oferecer ao leitor um dimensionamento comparativo com relação aos números, dados,

circunstâncias, históricos e também medidas tomadas pelos governos para o recebimento e encaminhamento destes dois distintos grupos migratórios.

Contextualização: a estratégia jornalística do uso de comparação para o desenvolvimento da base desta publicação se vê como um meio importante para a contextualização e melhor entendimento do leitor comum que pode acabar por generalizar as informações relacionadas à migração para o Brasil, tendo na memória recente estes dois casos especificamente. Os comparativos se tornam bastante importantes para estes dois casos que contam com fortes similitudes, mas também divergências com relação às suas causas sociais, políticas e econômicas. Podemos observar que na realidade a contextualização é trabalhada ao longo de todo o conteúdo e considerada para a escolha do formato publicado, sendo esta uma matéria que se dedica também a trazer breves recapitulações dos últimos acontecimentos relacionados ao tema.

Vista como um tipo de continuidade às publicações anteriores do veículo sobre este mesmo tema, mais uma vez, é mencionado que o percentual da população migratória no Brasil (1%) é considerado baixo quando analisado frente a outros países receptores.

Senso comum: este fragmento traz à tona um aspecto bastante relevante para a análise deste trabalho com relação à opinião/ percepção/ posicionamento público quanto ao acolhimento do estrangeiro no Brasil. A matéria explora a “sensação” (palavra usada pela própria publicação) que permeia este tema junto à opinião pública ao ponderar que enquanto a recepção dos venezuelanos é capaz de causar grande comoção da imprensa e da sociedade e levantar questões sociais pouco abordadas no Brasil, enquanto a porcentagem e o impacto deste acolhimento para um país das dimensões continentais do nosso País são bastante baixos. Este contraste (pequena migração versus tamanho do país) quando analisado em suas proporções põe à prova que de certa forma existe muita má interpretação da opinião pública.

Senso comum: a fim de esclarecer os motivos pelos quais algumas linhas mais conservadoras mencionam que o recebimento da população venezuelana migrante seria capaz de sobrecarregar o sistema público, “roubar” espaços e oportunidades dos brasileiros, assim como gerar um problema social para algumas localidades – discurso visto como predominante em estudos analíticos das mídias sociais mencionados anteriormente neste trabalho - este jornalista opta por pontuar que esta percepção pode ser resultado de uma má interpretação com relação ao impacto local versus o

impacto nacional. Ou seja, quando reportadas as condições precárias vistas nas principais cidades receptoras (Brasileira, no Acre, para o caso dos haitianos e Pacaraima, em Roraima, para os venezuelanos) nem sempre se contextualiza que estas são cidades afastadas, carentes de recursos e pequenas, o que torna mais complicada a devida recepção de grupos externos. Ponderação esta que foi pouca vista e abordada em conteúdos da imprensa brasileira em geral e um aspecto muito chave no caminho de “desmistificação” de discursos correntes, o qual consideramos atentamente para este trabalho.

Formato pensado para uma leitura contextualizada: entre as matérias analisadas até este momento deste projeto, podemos citar que esta publicação seria uma das mais organizadas metodologicamente dentro de seus objetivos educacionais, citando aqui que este também é um artigo da iniciativa NexuEdu, fazendo uso de simples e efetivos artifícios comunicacionais em prol da facilitação da compreensão. A aplicação de vários intertítulos facilita a leitura e o consequente entendimento dos temas explorados, além disso, com estes intertítulos dividindo as informações entre o caso do Haiti e da Venezuela facilita ainda mais a compreensão. Diferenças e similitudes são justapostas e a linguagem é breve, clara e concisa com tópicos que são explicados em um máximo de três parágrafos.

Fator humano: O olhar para o cidadão migrante e a forma como ele é mencionado é distinto quando lemos atentamente o corpus do Nexu e especialmente quando analisamos esta publicação específica. Não vemos até o momento nenhuma matéria que de fato dê a voz a este migrante ou faça alguma cobertura de perfil, pois nota-se que o caminho editorial do veículo preconiza mais por reportagens informativas mais panorâmicas e menos pessoais. Desta forma, mesmo dentro de uma matéria educativa como esta, são reportados casos de denúncias de crimes contra a humanidade (para o caso da Venezuela), a situação de tragédia humanitária no Haiti e aborda as condições insalubres vividas por muitos que chegam ao Brasil.

Breve análise semântica: Quando observamos a escolha de algumas palavras específicas nesta publicação, podemos entender um pouco de seu encaminhamento e de seus objetivos. Por citar algumas: na intenção de tratar do senso comum, o jornalista opta por mencionar a “sensação” que se obtém com os discursos correntes nas mídias. A publicação também faz uso do verbo “desafiar” ao abordar a forma como o governo e a sociedade lidam com o tema. Em outro momento, o jornalista menciona que o governo estaria sendo “confrontado” com a situação migratória.

Escolha das fontes: Para além dos dados das fontes oficiais, desta vez números da Pastoral do Migrante, uma iniciativa da Igreja Católica, são reportados como forma de ponderar dados já noticiados anteriormente. Esta é a primeira vez que a iniciativa da Igreja Católica é usada como fonte dentro deste corpus.

Para facilitar a leitura, a matéria usa de artifícios visuais como uma imagem e dois olhos. Já para a melhor compreensão por tópicos, são vistos sete intertítulos. Já para o maior aprofundamento de alguns tópicos dentro do tema, 10 hiperlinks são indicados, sendo todos eles para direcionamento para demais conteúdos do próprio veículo. Além disso, a matéria também é disponibilizada para a iniciativa NexuEdu.

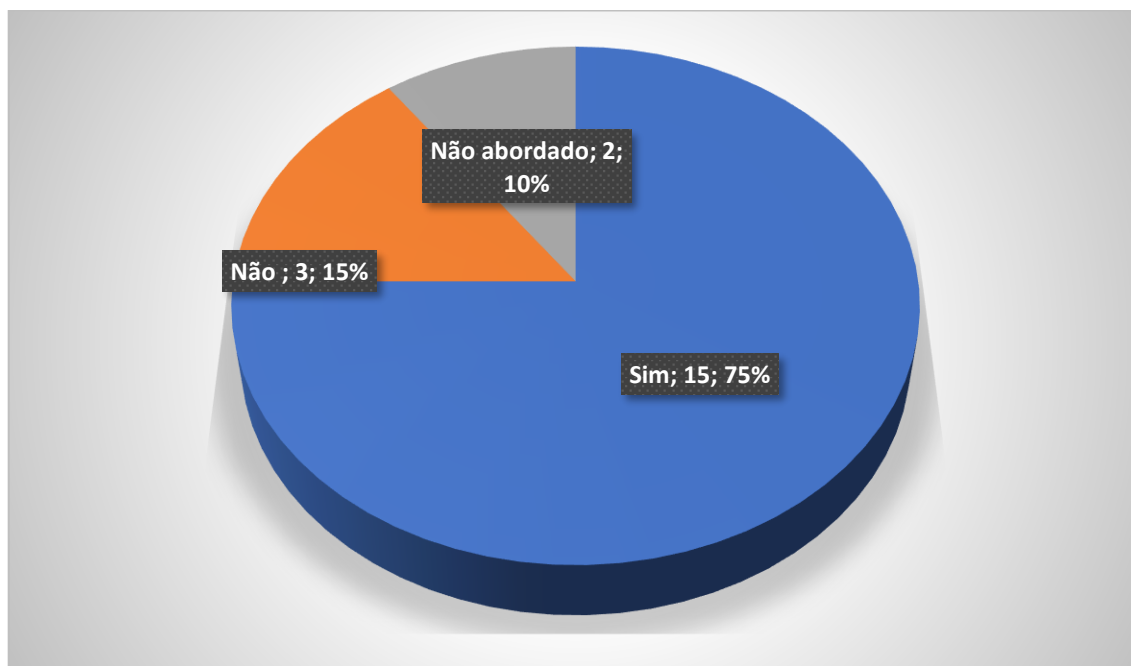
Tabela 8 - Questionário aplicado – matéria 3 do corpus.

	Pergunta	Indicador numérico
1	Orienta para um objetivo de paz social?	Sim
2	Tenta combater alguma reprodução de violência?	Sim
3	Aborda alternativas para a resolução do conflito?	Não
4	Incentiva o diálogo?	Não
5	Trata do tema de sobrevivência humana?	Sim
6	Trata do tema bem-estar social?	Sim
7	Trata do tema de identidade social?	Sim
8	Trata de questões de liberdade?	Sim
9	Humaniza pessoas?	Sim
10	Quebra com a propagação de algum preconceito ou estereótipo social?	Sim
11	Quebra com a massificação de grupos?	Sim
12	Dá voz a vários envolvidos de partes opostas do cenário?	Não
13	Combate alguma espécie de xenofobia?	Não levanta este tema
14	Repensa ideias do senso comum?	Sim
15	Promove a defesa de questões democráticas?	Sim
16	Discursa em prol da justiça social?	Não levanta este tema
17	Combate discursos de ódio?	Sim
18	Informa a respeito dos direitos humanos?	Sim
19	Trabalha com infográficos, materiais interativos, vídeos, <i>podcasts</i> ou outros artifícios para além do textual?	Sim

20	Oferece alguma contextualização ou recapitulação da pauta?	Sim
----	--	-----

Fonte: elaborado pela autora.

Gráfico 9 – Pontuação da matéria 3.



Fonte: elaborado pela autora.

Número da matéria: 4

Data da publicação: 13 de março de 2018

Link de acesso ao conteúdo na íntegra:

<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/03/22/Os-3-ataques-cometidos-contra-imigrantes-venezuelanos-em-Roraima>

Título: Os 3 ataques cometidos contra imigrantes venezuelanos em Roraima

Análise do conteúdo da matéria 4: Por meio de uma reportagem no modelo factual que trata com detalhes dos casos de ataques violentos contra venezuelanos em Roraima, o jornalista levanta temas muito importantes que tocam a xenofobia dos brasileiros, uma vez que tais levantes criminosos são diretamente focados no grupo de estrangeiros.

Vale destacar que temos na xenofobia um ponto de atenção especial nesta análise, já que lida diretamente com a intolerância humana e envolve a temática dos Direitos Humanos ao olhar diretamente para o venezuelano migrante.

As causas que levam o venezuelano a migrar são abordadas e ponderadas em um trabalho jornalístico que faz a contextualização desta situação política e social do migrante. Os aspectos humanitários se apresentam em um relato sobre a busca dos migrantes por alimento, trabalho e também por proteção política e a fuga de condições insalubres – fatores de bem-estar social que estão sendo observados neste trabalho.

Uma vez mais, tal como se viu presente nas matérias anteriores deste corpus de análise, o jornalista explica e relativiza numericamente o quanto este fluxo de entrada no Brasil significa segundo a sua dimensão territorial e capacidade de absorção. A fim de traçar um panorama para a compreensão geral do caso, é exposta uma comparação da crise que se vê no País para seu âmbito nacional – contando que em porcentagem, os migrantes significam para o Brasil apenas 1% da população – mas por outro lado, o impacto da chegada em cidades pequenas como Pacaraima se torna representativo. Assim, o jornalista toma o cuidado de contextualizar o panorama de forma cuidadosa em meio a uma matéria factual que relata casos de violência, mas que estão localizados em um ponto de um país de dimensões continentais.

Violência organizada por motivação xenófoba: Ao relatar e reportar os casos de violência que se deram em Roraima, o jornalista chama atenção para ocorrências de organização criminosa coletiva de brasileiros, com levante de bombas incendiárias e fogo proposital ao mostrar que o conflito se baseia em uma movimentação de grupos e tem como resultado inclusive o registro de mortes. Menciona-se também a movimentação de um grupo de 300 brasileiros motivados por razões xenófobas com o intuito levantar brigas, agressões e inclusive matar venezuelanos.

Contextualização e organização: Como um artifício para a promoção da contextualização do leitor em meio a um cenário que envolve aspectos políticos, sociais, econômicos e internacionais, o jornalista trabalha a reportagem de maneira cronológica e organiza os casos e relatos fazendo uso de diferentes intertítulos e olhos que facilitam que o leitor abra o seu espectro de entendimento para além do factual. Neste sentido, ele traz à tona a visita e as medidas tomadas por Michel Temer para o assunto, dados anteriores que relativizam o caso, oferece hiperlinks, dados da situação de abrigo local e fala de pessoas envolvidas.

Voz ao local: Para este caso de análise de uma cobertura mais factual, o que torna esta amostra de matéria um exemplo diferente das demais analisadas anteriormente neste trabalho, observa-se a introdução da fala de envolvidos localmente, sendo eles:

- João Batista, Pastor evangélico em Mucajaí;
- Telma Lage, Coordenadora do Centro de Migrações e Direitos Humanos da Diocese de Roraima.

Ao oferecer a voz a cidadãos locais de posicionamentos bastante distintos, o jornalista reforça o tratamento deste conteúdo como um problema focado para Pacaraima e traz à tona opiniões bastante dicotômicas que apontam para a bipolaridade que se vê neste caso em análise. Podemos observar também que tais opiniões locais não são fruto da coordenação de entrevistas realizadas pelo jornalista com tais fontes – o que nos faz voltar ao capítulo anterior quando João Paulo Charleaux, em entrevista conosco, explica que não há cobertura feita pelo Nexo para fora de São Paulo por falta de estrutura do próprio veículo.

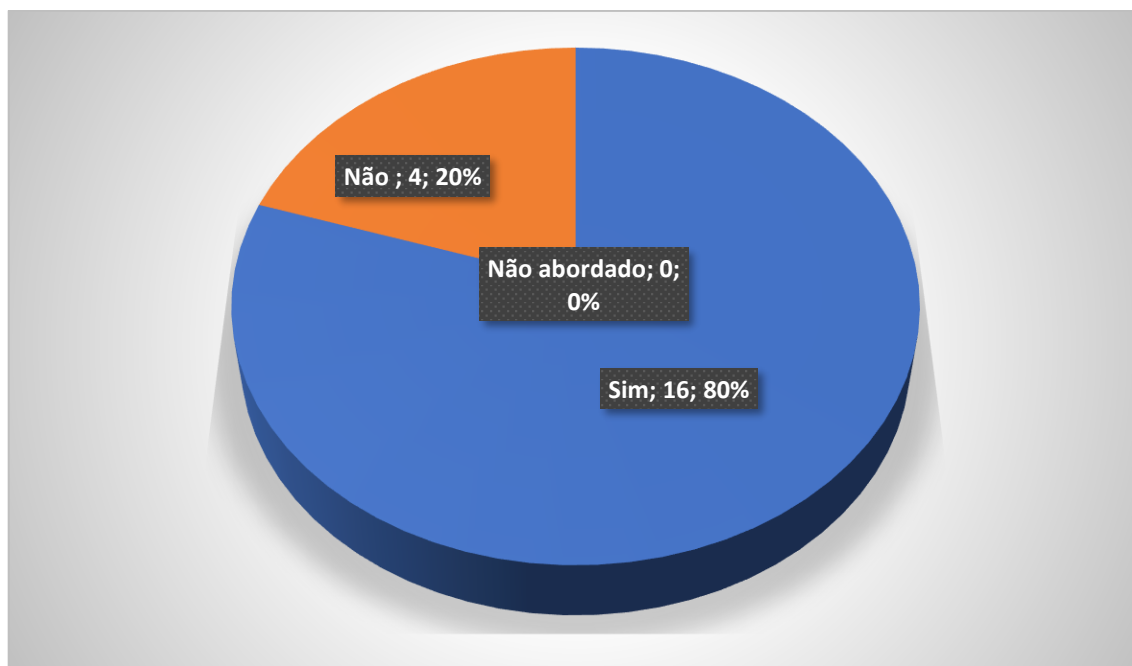
No entanto, a fim de mostrar a relevância da voz local, ele usa então de réplica de falas que foram publicadas pelos jornais O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo, respectivamente, o que se vê como uma prática pouco usual na imprensa brasileira, que por característica própria, costuma trabalhar prioritariamente com entrevistas próprias.

Para facilitar a leitura, a matéria usa de artifícios visuais como uma imagem e dois olhos. Já para a melhor compreensão por tópicos, são vistos cinco intertítulos. Ainda, para o maior aprofundamento de alguns tópicos dentro do tema, oito hiperlinks são indicados, sendo todos eles para direcionamento para demais conteúdos do próprio veículo, da Folha UOL e do jornal O Estado de S. Paulo. Além disso, a matéria também é disponibilizada para a iniciativa NexoSdu.

Tabela 9 – Questionário aplicado – matéria 4 do corpus.

	Pergunta	Indicador numérico
1	Orienta para um objetivo de paz social?	Sim
2	Tenta combater alguma reprodução de violência?	Sim
3	Aborda alternativas para a resolução do conflito?	Não
4	Incentiva o diálogo?	Não
5	Trata do tema de sobrevivência humana?	Sim
6	Trata do tema bem-estar social?	Sim
7	Trata do tema de identidade social?	Sim
8	Trata de questões de liberdade?	Sim
9	Humaniza pessoas?	Sim
10	Quebra com a propagação de algum preconceito ou estereótipo social?	Sim
11	Quebra com a massificação de grupos?	Sim
12	Dá voz a vários envolvidos de partes opostas do cenário?	Sim
13	Combate alguma espécie de xenofobia?	Sim
14	Repensa ideias do senso comum?	Sim
15	Promove a defesa de questões democráticas?	Sim
16	Discursa em prol da justiça social?	Não
17	Combate discursos de ódio?	Não
18	Informa a respeito dos direitos humanos?	Sim
19	Trabalha com infográficos, materiais interativos, vídeos, <i>podcasts</i> ou outros artifícios para além do textual?	Sim
20	Oferece alguma contextualização ou recapitulação da pauta?	Sim

Fonte: elaborado pela autora.

Gráfico 10 – Pontuação da matéria 4.

Fonte: elaborado pela autora.

Número da matéria: 5

Data da publicação: 23 de maio de 2018

Link de acesso ao conteúdo na íntegra:

<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/05/23/Quais-as-cr%C3%ADticas-ao-uso-de-militares-na-assist%C3%A2ncia-a-imigrantes>

Título: Quais as críticas ao uso de militares na assistência a imigrantes

Análise do conteúdo da matéria 5: Já desde sua abertura, esta matéria se coloca como um conteúdo destinado ao entendimento e esclarecimento, pois já em seu título, o jornalista propõe explorar as críticas implicadas no uso militar para as ações de assistência aos venezuelanos que entram no Brasil – um tema chave para este estudo e que vai ao encontro do tratamento do caso como Direitos Humanos e/ou Segurança Nacional – outra dicotomia muito pertinente para a análise deste trabalho no que toca ao tratamento humano.

Abordagem dos Direitos Humanos: Este é, sem dúvida, o enfoque de base desta publicação, uma vez que para desenvolver as temáticas relacionadas ao uso das forças armadas nas operações de acolhimento (proposta do título), o jornalista se baseia em pontos do bem-estar humano a partir da interpretação do último relatório divulgado pelo Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), segundo o qual,

seria importante uma reavaliação por parte do então presidente do país quanto ao uso dos militares neste caso devido ao fato que esta estratégia coloca o migrante como uma ameaça nacional – o que não condiz com o caso da entrada dos venezuelanos no país, e indicando então, uma ação de acolhimento focada nos Direitos Humanos. Como resposta ao CNDH, a matéria relata que houve uma resposta oficial da Casa Civil apontando o uso das Forças Armadas apenas na forma de apoio logístico e reforça que o trato humano tem sido liderado pela ACNUR e por ONGs a exemplo da organização Fraternidade Sem Fronteiras.

Além disso, com o intuito de oferecer um conteúdo com embasamento relevante, o jornalista explica o Conselho de Direitos Humanos em sua dinâmica de funcionamento e explora o relatório recentemente publicado por tal organização a partir de visitas realizadas nas infraestruturas e locais de acolhimento.

Desdobramento do entendimento de uma dicotomia na opinião pública: A matéria analisada é clara ao relatar que as estratégias militares aplicadas pelo então presidente Michel Temer são tanto comemoradas, como lamentadas pelos diferentes grupos da sociedade. A partir disso, o conteúdo tenta entender, segundo a opinião de especialistas, as razões pelas quais o acolhimento de migrantes deve ser uma questão de direitos humanos e de onde vem o uso militar para o caso. Esta dicotomia da opinião pública toma forma, principalmente, quando se observam fontes oficiais do governo federal em posição favorável ao uso das forças militares e por outro lado as vozes ligadas aos direitos humanos contrárias a tal militarismo do caso.

Contextualização da história brasileira: Como uma ferramenta muito importante para a análise deste trabalho, observamos que o desenvolvimento de cenários de contextualização histórica desta matéria é bastante trabalhado, pois para que o leitor entenda de onde vem esta dicotomia de opinião (contrária e a favor do uso militar) e impasse no que se refere ao uso das forças armadas em casos humanitários com migrantes no Brasil, o jornalista traça um histórico sobre como as forças militares foram usadas no país nas últimas décadas, mencionando o período da ditadura militar e a criação do Estatuto do Imigrante (fruto deste mesmo momento histórico) que trata deste tema como uma questão militar e de segurança nacional. Da mesma forma, o jornalista também explica a Nova Lei de Migração (2017) como um contraponto do entendimento desta dicotomia. Vemos aqui uma contextualização histórica que aborda leis e estatutos sobre a militarização do caso em um entendimento que não havia sido explorado na cobertura deste corpus de análise.

Contextualização e cenário global: A fim de levar esta dicotomia interpretativa para um aspecto mais amplo, a matéria menciona que esta seria uma discussão global e conflitante ao longo de diversos países e regiões, vinda principalmente aos casos de zonas de guerra e o apoio dado às vítimas de áreas militarizadas, quando acontece a mistura de papéis nas funções militares e humanitárias. Notamos aqui, também pela primeira vez neste corpus, a elevação do tema para um aspecto internacional. Para respaldar este entendimento global, o jornalista traz a opinião da Cruz Vermelha o Conselho Nacional de Direitos Humanos, importantes vozes que moldam o desenvolvimento desta matéria.

Voz aos especialistas: Para este caso de análise de uma cobertura mais de esclarecimento e entendimento, o que torna esta amostra de matéria um exemplo diferente das demais analisadas anteriormente neste trabalho é a introdução da fala de autoridades nacionais e internacionais no tratamento humano, sendo elas:

- Conselho Nacional de Direitos Humanos;
- Comitê Internacional da Cruz Vermelha.

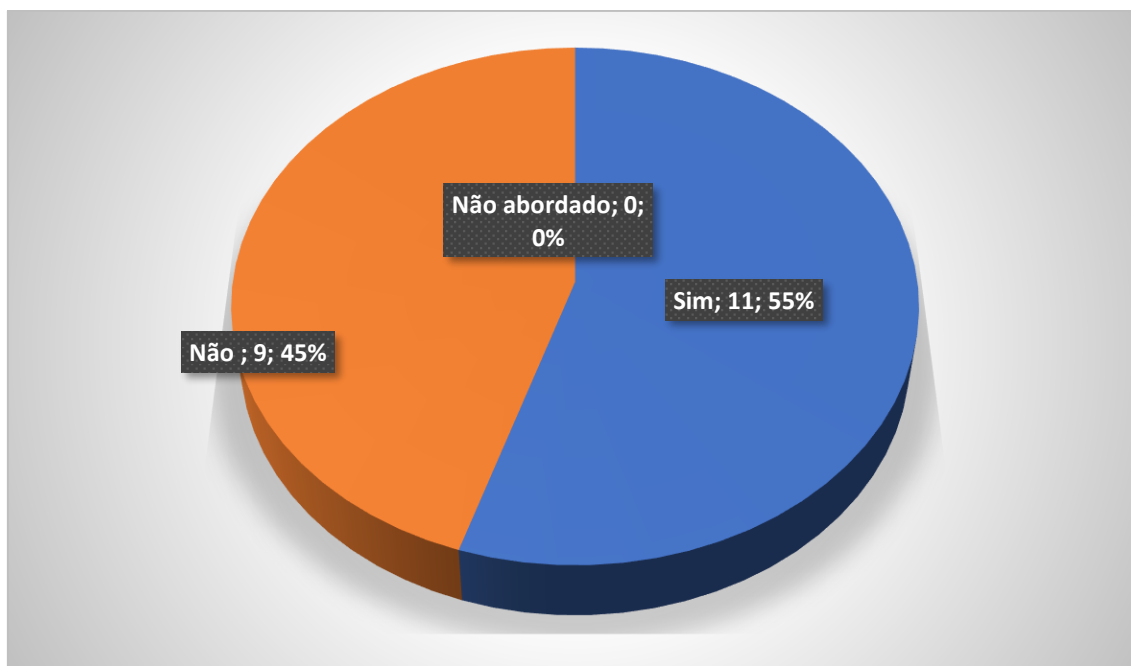
Para facilitar a leitura, a matéria usa de artifícios visuais como uma imagem. Já para a melhor compreensão por tópicos, são vistos quatro intertítulos. Ainda, para o maior aprofundamento de alguns tópicos dentro do tema, oito hiperlinks são indicados, sendo eles de direcionamento para conteúdos da Casa Civil, do Palácio do Planalto, do Relatório do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, da ACNUR, da organização Fraternidade Sem Fronteiras, do Portal da Transparência e do Conselho Nacional da Cruz Vermelha.

Tabela 10 - Questionário aplicado – matéria 5 do corpus.

	Pergunta	Indicador numérico
1	Orienta para um objetivo de paz social?	Sim
2	Tenta combater alguma reprodução de violência?	Sim
3	Aborda alternativas para a resolução do conflito?	Não
4	Incentiva o diálogo?	Sim
5	Trata do tema de sobrevivência humana?	Sim
6	Trata do tema bem-estar social?	Sim
7	Trata do tema de identidade social?	Não
8	Trata de questões de liberdade?	Sim
9	Humaniza pessoas?	Não

10	Quebra com a propagação de algum preconceito ou estereótipo social?	Não
11	Quebra com a massificação de grupos?	Não
12	Dá voz a vários envolvidos de partes opostas do cenário?	Sim
13	Combate alguma espécie de xenofobia?	Não
14	Repensa ideias do senso comum?	Sim
15	Promove a defesa de questões democráticas?	Sim
16	Discursa em prol da justiça social?	Não
17	Combate discursos de ódio?	Não
18	Informa a respeito dos direitos humanos?	Sim
19	Trabalha com infográficos, materiais interativos, vídeos, <i>podcasts</i> ou outros artifícios para além do textual?	Não
20	Oferece alguma contextualização ou recapitulação da pauta?	Sim

Fonte: elaborado pela autora.

Gráfico 11 – Pontuação da matéria 5.

Fonte: elaborado pela autora.

Número da matéria: 6

Data da publicação: 10 de agosto de 2018

Link de acesso ao conteúdo na íntegra:

<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/08/21/Como-a-imigra%C3%A7%C3%A3o-venezuelana-testa-os-pa%C3%ADses-vizinhos>

Título: Como a migração venezuelana testa os países vizinhos

Análise do conteúdo da matéria 6: Se até esta altura da análise deste corpus, tínhamos visto grande foco no entendimento das causas e efeitos da chegada de migrantes venezuelanos em solo brasileiro, nesta matéria (#8 do corpus) o alcance do enfoque – que era nacional - se expande para ser uma análise de conjuntura regional (Sul-Americana) e traça pontes com o global ao trazer vozes globais quanto ao tema migratório.

Esta publicação se apresenta consideravelmente mais extensa que as demais analisadas neste corpus, o que pode ser compreendido pela sua proposta de apresentar um cenário regional da migração venezuelana que aborde a conjuntura econômica e social de toda a região – encorpando mais então a cobertura sobre o caso para países como Colômbia, Equador, Peru e mencionando outros mais.

Ponte global com contextualização: Esta intenção mais abrangente aumenta ainda mais quando o jornalista traz para esta discussão algumas ações, falas e foto do Presidente da França, Emmanuel Macron, sobre a questão migratória no mundo – fazendo então uma ponte com o tema para além de nossa região e mostrando o tema como um caso internacional, ou seja, globalizando um assunto que de fato ultrapassa fronteiras. Neste momento, a matéria traz esta ponte, mas volta para a nossa região apontando nosso tema como o caso migratório mais importante da atualidade – um ponto que viemos lembrando ao longo deste trabalho. O jornalista explica políticas de cotas e restrições aplicadas em outros países fora da região, o que apresenta para o leitor um contexto mais amplo para sua futura análise de entendimento. Para dar força e embasar esta cobertura do caso como um cenário que cruza os âmbitos do local, nacional, regional e global, a matéria aborda as ações em andamento junto a órgãos internacionais, como a OEA (Organização dos Estados Americanos) e a ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados).

Fator humano/humanitário: Este olhar pode ser sentido e observado ao longo de toda a publicação. Para abordar um entendimento também por este viés, o jornalista responsável define a pauta como crise política, econômica e humanitária e a partir daí, ele desenvolve seus desencadeamentos sem deixar este último olhar de lado. Ainda, quando explica sobre os cenários a partir dos quais os venezuelanos estão deixando seu país, ele então trata dos tipos de refúgios que podem ser solicitados no Brasil e diferencia os imigrantes “econômicos” dos imigrantes pedindo refúgio e ao fazer esta distinção, ele pontua sobre quais entre eles acabam sendo os mais maltratados em nosso país – uma menção pouco vista em outros veículos de comunicação. O jornalista menciona ainda os diversos tipos de perseguição que este migrante venezuelano pode sofrer em seu país, tais como político, racial, religioso e inclusive de gênero – o que cunha à matéria um entendimento mais sensível e amplo quanto às diversas razões sociais que podem acabar não sendo mencionadas na cobertura de outros veículos de imprensa, uma vez que primordialmente, eles são fiéis a sua editoria de economia, política, internacional ou local. Ainda sobre o tema do humano, a cobertura retoma e menciona os casos de violência e morte devido ao fator xenóforo.

Voz local: Mesmo com uma proposta mais ampla e global para o entendimento do caso, o jornalista não se esquece da abordagem local que temos neste cenário, uma vez que o ambiente local (Roraima, principalmente a cidade de Pacaraima) tem

sido o mais impactado tornando-se cenário de casos de violência xenófoba e mortes. E desta forma, precisa também ser ouvido e este jornalista prezou por esta cobertura mesmo em uma matéria que poderia ser dita como parte da editoria de Internacional.

Abordagem regional com contextualização: A proposta de pauta com cobertura regional também entra na análise deste corpus como algo novo, pois as demais matérias analisadas tratavam de entender o cenário brasileiro e/ou venezuelano. Já esta matéria #8 tem a intenção de cobrir o impacto gerado em diversos países dentro da nossa região sul-americana a partir deste fluxo originário da Venezuelano. O maior foco é visto para a Colômbia, país que de fato recebe o maior número de cidadãos venezuelanos migrantes (informação já abordada neste trabalho) e então relata a respeito do Equador e Peru, também países receptores deste fluxo humano, em passagens que contextualizam o leitor para o caso destes demais países.

Voz aos especialistas: Para ampliar o entendimento desta questão nos cenários regional e internacional, há a introdução da fala de vozes especialistas em migração de dentro e fora do nosso país, sendo elas:

- Christian Krüger Sarmiento, diretor-geral de Migrações da Colômbia;
- Camila Asano, coordenadora de Programas da ONG Conectas Direitos Humanos, formada em Relações Internacionais pela USP, com mestrado em ciência política pela mesma universidade.

Breve análise semântica: Alguns termos nos chamam a atenção nesta matéria, principalmente, os que se referem a este migrante venezuelano. Podemos entender um pouco sobre o discurso adotado ao olharmos para expressões como “expulsão dos imigrantes” e liga a eles o vocábulo de “desamparo”, fala-se também de uma situação migratória “vertiginosa”, cenário de situação “desesperadora”, assim como situações de “maltratos”, formas de “castigar o povo” e traz pela primeira vez dentro deste corpus o termo “apatridia” – um termo mais usado nos campos jurídico e de Direitos Humanos.

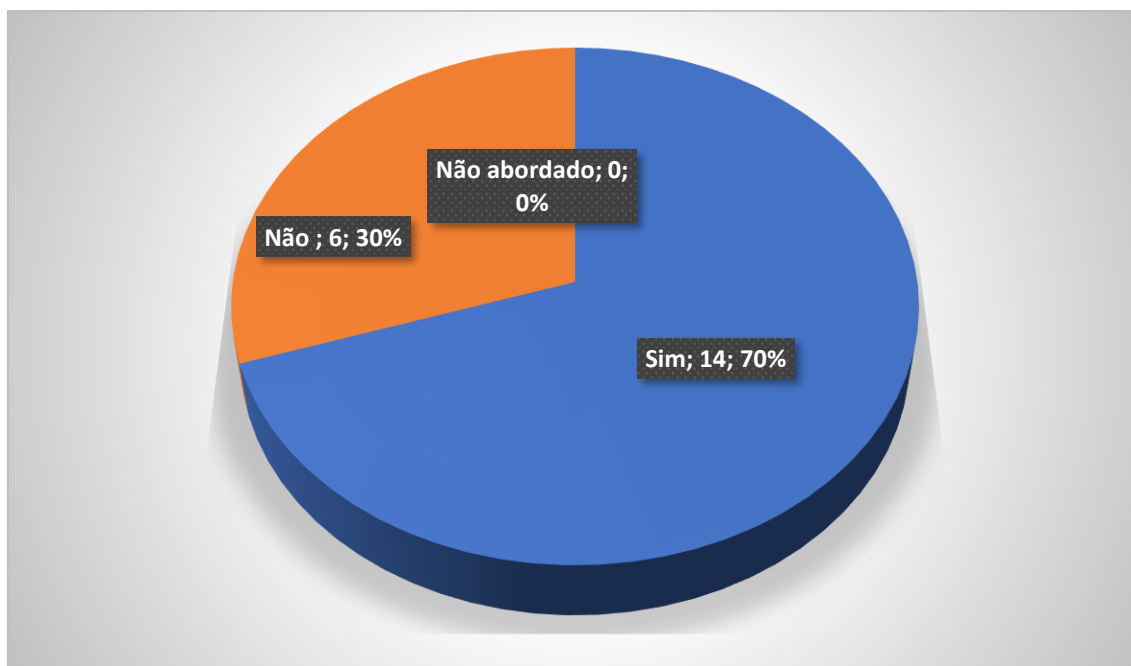
Para facilitar a leitura, a matéria usa de artifícios visuais como três imagens e um mapa. Já para a melhor compreensão por tópicos, são vistos cinco intertítulos. Ainda, para o maior aprofundamento de alguns tópicos dentro do tema, 24 hiperlinks são indicados, sendo eles para direcionamento para conteúdos do Washington Post, OAS, OEA, Conectas, Poder 360, Imprensa Oficial Brasileira, Governo Oficial da Colômbia, El Universo (veículo equatoriano), Casa Civil Brasileira, Defensoria Pública da União, O Estado de S. Paulo, Supremo Tribunal Federal, G1 de Roraima, além de

conteúdos e vídeos relacionados do próprio veículo. Além disso, a matéria também é disponibilizada para a iniciativa NexuEdu.

Tabela 11 - Questionário aplicado – Matéria 6 do corpus.

	Pergunta	Indicador numérico
1	Orienta para um objetivo de paz social?	Não
2	Tenta combater alguma reprodução de violência?	Sim
3	Aborda alternativas para a resolução do conflito?	Não
4	Incentiva o diálogo?	Sim
5	Trata do tema de sobrevivência humana?	Sim
6	Trata do tema bem-estar social?	Sim
7	Trata do tema de identidade social?	Sim
8	Trata de questões de liberdade?	Sim
9	Humaniza pessoas?	Sim
10	Quebra com a propagação de algum preconceito ou estereótipo social?	Não
11	Quebra com a massificação de grupos?	Sim
12	Dá voz a vários envolvidos de partes opostas do cenário?	Sim
13	Combate alguma espécie de xenofobia?	Sim
14	Repensa ideias do senso comum?	Não
15	Promove a defesa de questões democráticas?	Sim
16	Discursa em prol da justiça social?	Não
17	Combate discursos de ódio?	Não
18	Informa a respeito dos direitos humanos?	Sim
19	Trabalha com infográficos, materiais interativos, vídeos, <i>podcasts</i> ou outros artifícios para além do textual?	Sim
20	Oferece alguma contextualização ou recapitulação da pauta?	Sim

Fonte: elaborado pela autora.

Gráfico 12 – Pontuação da matéria 6.

Fonte: elaborado pela autora.

Número da matéria: 7

Data da publicação: 7 de agosto de 2015

Link de acesso ao conteúdo na íntegra:

<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/08/07/O-debate-jur%C3%ADdico-sobre-venezuelanos-no-Brasil-em-5-pontos>

Título: O debate jurídico sobre venezuelanos em cinco pontos

Análise do conteúdo da matéria 7: Apresenta simplificação de temas complexos: Uma característica que podemos considerar como a mais marcante para o objetivo desta pauta é o trabalho editorial em simplificar a compreensão de temas complexos para o leitor brasileiro em geral, tal como é o caso de tantos imbróglis jurídicos em nosso país. Tantas instâncias e caminhos burocráticos tomados para este caso, que envolve âmbitos internacionais, nacionais, estaduais e municipais, certamente faz com que a pauta seja de difícil absorção para quem não tenha este background ou conhecimento específico da área. Assim, mais uma vez, o veículo escolhe traçar um texto mais simplificado e organizado em cinco pontos factuais que se desenvolvem em ordem cronológica – uma estratégia jornalística que se vê pela quinta vez dentro deste corpus de análise. Desde o início, já no subtítulo, o jornalista já antecipa que este é um cenário bastante contraditório – outro caminho para

encorajar o leitor e prepará-lo para uma leitura direcionada a um objetivo específico, que é ambientá-lo dentro de um cenário confuso.

Ponte global: Como parte de um estilo mais contextualizado e analítico de jornalismo que vemos neste corpus, novamente o jornalista responsável faz observações sobre o problema migratório e as políticas mais rígidas que estão acontecendo ao redor do mundo (mais especificamente EUA e Europa) – um ponto tocado ao longo deste trabalho.

Aborda Direitos Humanos: Ao longo do desenvolvimento da pauta, durante a abordagem do vai-e-vem jurídico que acontece, o jornalista vai abordando e explicando as implicações humanas que estas medidas afetam diretamente com o grupo migrante – o que mostra um olhar humano para uma pauta que poderia ser estritamente política e jurídica. Exemplo disso é visto ao apontar a situação de extrema vulnerabilidade que estes venezuelanos chegam ao Brasil, a necessidade que eles apresentam em ser atendidas pelos serviços básicos, incluindo saúde de primeira necessidade. Menciona que este grupo vive situação “incerta” e “vulnerável”. Para além do cenário brasileiro, a matéria aponta ainda para questões humanitárias que estão ocorrendo na Venezuela, tais como relatos de censura, perseguição, tortura e morte, segundo relatórios publicados pela ONU.

Xenofobia: Esta é uma matéria que certamente aponta para a xenofobia presente neste caso ao longo de todas as instâncias, ou seja, a não-aceitação/resistência a este grupo de migrantes por parte de diferentes grupos sociais – saindo da população local e atingindo níveis políticos superiores – sendo que este último caso de “xenofobia institucional” sendo abordado mais profundamente na próxima matéria deste corpus (#10). Para este fim, apresenta-se um fragmento de documento oficial do juiz federal Helder Girão Barreto, da 1ª Vara Federal do estado de Roraima, quando ele pede o fim da divulgação de artigos (que seriam da então governadora de Roraima, Suely Campos) contendo “discriminação negativa em relação aos imigrantes venezuelanos ou sua deportação e expulsão”.

Contextualização: Esta estratégia é amplamente vista nesta unidade do corpus, permeando todo o texto publicado. Além disso, o final da matéria abre um intertítulo totalmente dedicado a esta contextualização, que é o “Quais as razões da imigração venezuelana” – o que serve de ótimo recurso para oferecer ao leitor uma rápida absorção do cenário completo. Esta parte trata o entendimento sobre o fluxo migratório na região, traz as últimas movimentações de Maduro, relatos das Nações

Unidas a respeito da presença de censura, perseguição, tortura e casos de mortes causadas pelo Estado. Vale apontar que esta contextualização, além de abordar economia e política, não deixa de mostrar um contexto no aspecto humanitário do caso.

Vozes opostas: Seguindo um estilo diferente em relação às matérias mais pautadas nos últimos desdobramentos do cenário – cobertura mais pontuais e “quentes” – esta publicação se declara e se apresenta realmente como um conteúdo mais voltado para a educação, ao esclarecimento e como uma ferramenta de entendimento e contextualização. É possível notar esta intenção editorial por meio do próprio formato adotado (esclarecimento em cinco pontos), mas também quando observamos que não há entrevistados (vozes) do momento, em lugar disso, o jornalista traz citações anteriormente já publicadas, principalmente vindas da ONU, de documentos oficiais de várias instâncias, do Conare, do Estatuto de Refugiados e outros.

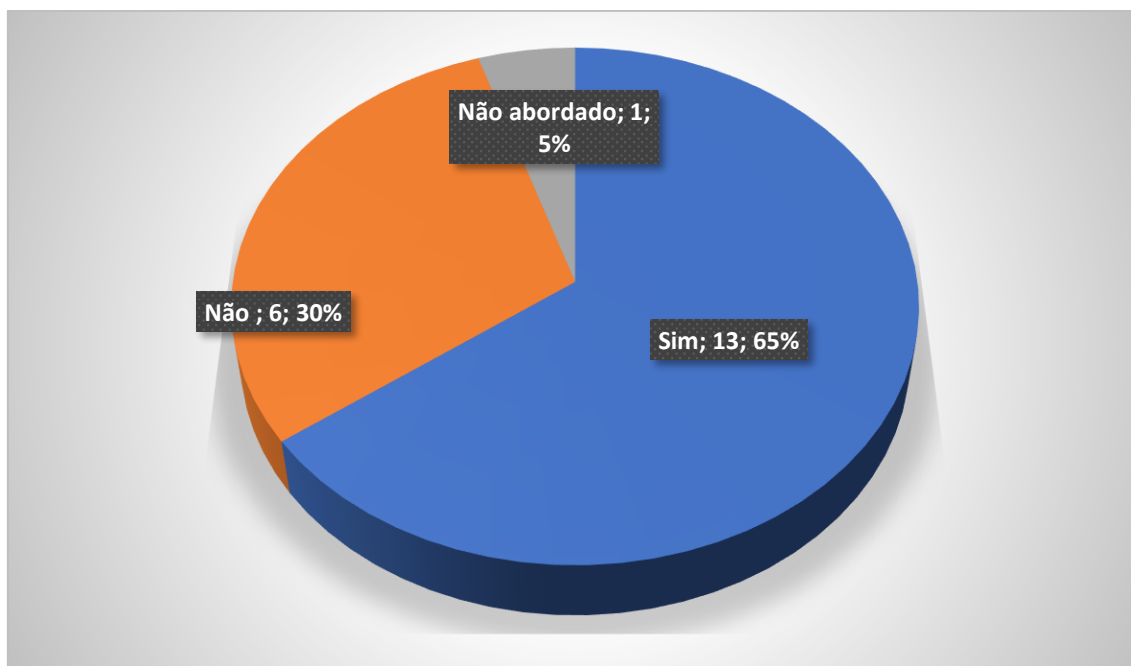
Para facilitar a leitura, a matéria usa do artifício visual de uma foto. Já para a melhor compreensão por tópicos, são vistos seis intertítulos. Ainda, para o maior aprofundamento de algumas questões dentro do tema, 14 hiperlinks são indicados, sendo eles para direcionamento para conteúdos e vídeos do próprio veículo e também do Conectas, da Imprensa Oficial Federal, da Folha de S. Paulo, do Estado de S. Paulo, assim como para documentos do Judiciário do Estado de Roraima, da Defensoria Pública da União, da Procuradoria Geral da República, ACNUR, Supremo Tribunal Federal e outros.

Tabela 12 – Questionário aplicado – matéria 7 do corpus.

Pergunta	Indicador numérico
Orienta para um objetivo de paz social?	Não levanta este tema
Tenta combater alguma reprodução de violência?	Sim
Aborda alternativas para a resolução do conflito?	Não
Incentiva o diálogo?	Não
Trata do tema de sobrevivência humana?	Sim
Trata do tema bem-estar social?	Sim
Trata do tema de identidade social?	Sim
Trata de questões de liberdade?	Sim
Humaniza pessoas?	Sim

	Quebra com a propagação de algum preconceito ou estereótipo social?	Sim
	Quebra com a massificação de grupos?	Sim
	Dá voz a vários envolvidos de partes opostas do cenário?	Não
	Combate alguma espécie de xenofobia?	Sim
	Repensa ideias do senso comum?	Não
	Promove a defesa de questões democráticas?	Sim
	Discursa em prol da justiça social?	Não
	Combate discursos de ódio?	Não
	Informa a respeito dos direitos humanos?	Sim
	Trabalha com infográficos, materiais interativos, vídeos, <i>podcasts</i> ou outros artifícios para além do textual?	Sim
	Oferece alguma contextualização ou recapitulação da pauta?	Sim

Fonte: elaborado pela autora.

Gráfico 13 – Pontuação da matéria 7.

Fonte: elaborado pela autora.

Número da matéria: 8

Data da publicação: 20 de agosto de 2018

Link de acesso ao conteúdo na íntegra:

<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/08/20/H%C3%A1-%E2%80%98xenofobia-institucional%E2%80%99-em-Roraima-segundo-este-pesquisador>

Título: Há ‘xenofobia institucional’ em Roraima, segundo este pesquisador

Análise do conteúdo da matéria 8: Apresenta xenofobia. Vemos então, pela primeira vez neste corpus, a abordagem da xenofobia como pauta principal já apresentada e direcionada desde o título da publicação. O tema é desenvolvido junto com dados recentes, notícias, entrevista com acadêmico e construído por meio de intertítulos organizados e olhos com números relacionados.

Além disso, é muito interessante observar a narrativa que o jornalista responsável traz sobre os cenários políticos e sociais que compuseram estes episódios de embate de violência xenófoba – pois, como uma característica peculiar ao caso, segundo testemunhas, os atos de violência se deram ao som do Hino Nacional Brasileiro – o que pode nos remeter a diferentes imaginários nacionalistas,

conservadores e inclusive de supremacia e nos abre muito espaço para análises semióticas interessantes e possíveis – mas que não será o foco deste trabalho.

Contextualização: Dentro deste corpus, esta seria uma das matérias em que mais se viu um esforço longo e contínuo de contextualização ao longo do texto e mais oferece artifícios para que o leitor interessado possa se aprofundar no tema. Logo após a manchete, o parágrafo de abertura contextualiza o leitor com os fatos mais recentes relacionados aos episódios de violência fomentada pela xenofobia entre brasileiros e venezuelanos da cidade de Pacaraima (Roraima), envolvendo inclusive atos de incêndio, violência com paus, pedras e bombas e a consequente volta de 1.200 venezuelanos ao seu país de origem.

E este propósito de contextualização segue ao longo desta matéria e pode ser visto por meio da retomada das razões desta migração, dos antecedentes imediatos aos episódios, números que colaboram com o entendimento e dimensionamento do cenário, além da proposta de direcionamento para coberturas do mesmo veículo que se relacionam à pauta. Um exemplo é a sugestão de leitura da matéria de #9 deste corpus para os leitores que desejam ter melhor compreensão do imbróglio jurídico relacionado aos momentos de fechamento e militarização das fronteiras – momento que antecede e alimenta os episódios xenófobos violentos.

Para o caso deste trabalho, que se debruçou sobre o caso por meio deste recorte do corpus apresentado, é possível dizer que esta publicação acaba sendo em grande parte um reaproveitamento das publicações anteriores e se torna possível ver também que o jornalista responsável vem cobrindo o assunto já há anos em diferentes âmbitos sociais, políticos, humanitários e jurídicos, entre outros.

Também com objetivo de oferecer um melhor entendimento, a matéria retoma episódios e medidas públicas que foram tomadas anos antes pelo nosso país para o fluxo de haitianos – caso com o qual as comparações são frequentes e servem para ajudar a acompanhar como o Brasil lida com populações estrangeiras.

Voz local/ Voz de especialistas: ao longo da leitura do desenvolvimento desta cobertura, é possível observar que a pauta tomou corpo e se organizou ao redor da entrevista com:

- João Carlos Jarochinski, coordenador do curso de relações internacionais da Universidade Federal de Roraima e vice-coordenador do programa de mestrado Sociedade e Fronteiras, na mesma universidade.

A abordagem da entrevista se centra em uma análise que relaciona as práticas públicas endurecidas, principalmente por parte do então Governo Estadual, para o bloqueio deste fluxo, inclusive contemplando o fechamento da fronteira, com a geração de violência entre a sociedade civil – um entendimento mais analítico de um tema social que pode ter sido inflamado na população um discurso vindo da esfera pública – entendimento este que pode ser compreendido por meio de algum tipo de “legitimação” da prática violenta da xenofobia em uma sociedade que se viu então respaldada e espelhada por um governo, que segundo o entrevistado, apresenta medidas claramente xenófobas.

Vozes opostas: A fim de ilustrar a opinião vinda do outro lado desta fronteira, território envolvido diretamente no caso, esta cobertura aponta o posicionamento do Governo Venezuelano frente aos episódios de violência e xenofobia contra sua população. Por meio da publicação da nota oficial emitida pelo país vizinho, é dada a voz ao rechaço à violência e à xenofobia ocorrida em solo brasileiro.

Contexto local: Este é um ponto que se torna muito relevante para a análise e aprofundamento de um tema que foge tanto da realidade da maioria de um país que concentra sua população no centro-sul e sudeste do território. É importante entender que o caso desta análise acontece de forma centralizada na pequena cidade fronteiriça de Pacaraima, interior de Roraima, onde a realidade política, social e econômica difere do conhecimento dos leitores de fora – o que pode ser normal para o caso de um país de formas continentais.

Neste sentido, observa-se que a contextualização local é desenvolvida por meio do dimensionamento em números relacionados à estrutura da cidade de Pacaraima, tal como número total da população, número estimado de venezuelanos baseados na cidade, número de imigrante venezuelanos que entraram por meio desta fronteira local, entre outros. A cobertura se esforça em localizar o leitor também quanto à realidade política e eleitoral local ao tratar da então Governadora de Roraima, Suely Campos, quem teria motivações eleitorais ligadas ao então Presidente Michel Temer e outros ao tratar desta crise de forma conservadora.

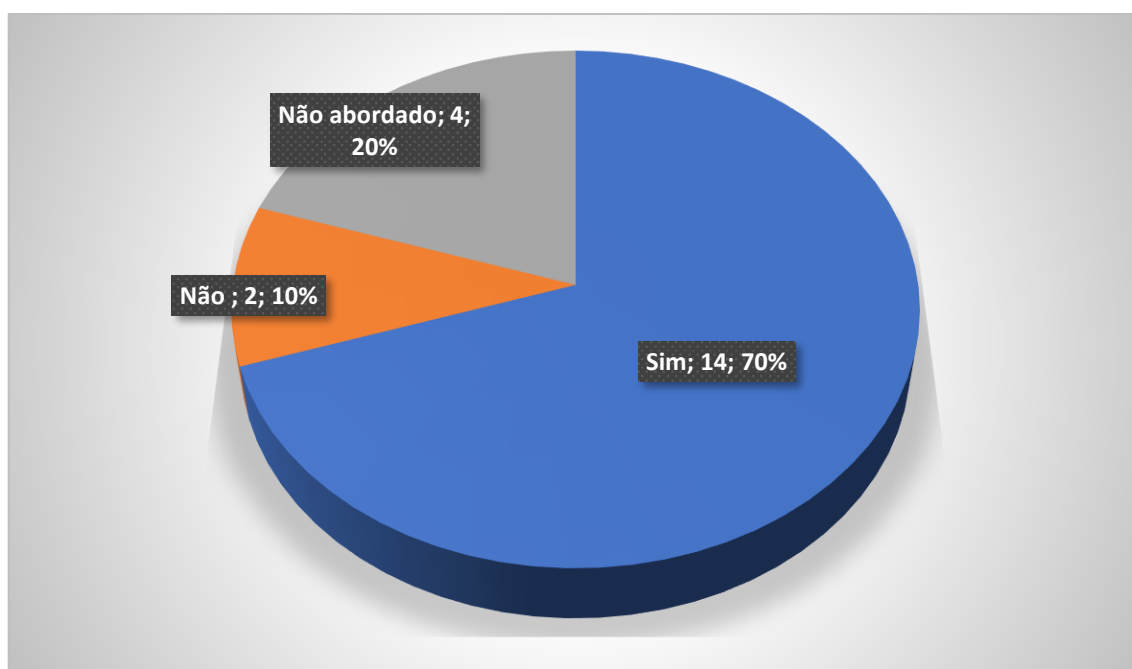
Direitos Humanos: Esta é uma vertente presente no teor desta cobertura, que não deixa de apontar que o ser humano dentro de todo este cenário vem sendo desrespeitado dentro de uma estrutura de ditadura com censura, perseguição, tortura e crimes de Estado e contra a Humanidade.

Para facilitar a leitura, a matéria usa do artifício visual de uma foto. Já para a melhor compreensão por tópicos, são vistos três intertítulos. Ainda, para o maior aprofundamento de algumas questões dentro do tema, 15 hiperlinks são indicados, sendo eles para direcionamento para conteúdos do G1, da Imprensa Oficial Brasileira, da Folha de S. Paulo, do Governo Venezuelano, do TSE, para o Estado de S. Paulo e mais matérias e vídeos do próprio veículo que estão presentes no corpus de análise deste trabalho. Esta matéria faz parte da iniciativa NexuEdu.

Tabela 13 - Questionário aplicado – matéria 8 do corpus.

	Pergunta	Indicador numérico
1	Orienta para um objetivo de paz social?	Não
2	Tenta combater alguma reprodução de violência?	Sim
3	Aborda alternativas para a resolução do conflito?	Não
4	Incentiva o diálogo?	Não levanta este tema
5	Trata do tema de sobrevivência humana?	Sim
6	Trata do tema bem-estar social?	Sim
7	Trata do tema de identidade social?	Sim
8	Trata de questões de liberdade?	Sim
9	Humaniza pessoas?	Sim
10	Quebra com a propagação de algum preconceito ou estereótipo social?	Não levanta este tema
11	Quebra com a massificação de grupos?	Não levanta este tema
12	Dá voz a vários envolvidos de partes opostas do cenário?	Sim
13	Combate alguma espécie de xenofobia?	Sim
14	Repensa ideias do senso comum?	Não levanta este tema
15	Promove a defesa de questões democráticas?	Sim
16	Discursa em prol da justiça social?	Sim
17	Combate discursos de ódio?	Sim
18	Informa a respeito dos direitos humanos?	Sim
19	Trabalha com infográficos, materiais interativos, vídeos, <i>podcasts</i> ou outros artifícios para além do textual?	Sim
20	Oferece alguma contextualização ou recapitulação da pauta?	Sim

Fonte: elaborado pela autora.

Gráfico 14 – Pontuação da matéria 8.

Fonte: elaborado pela autora.

Número da matéria: 9

Data da publicação: 4 de setembro de 2018

Link de acesso ao conteúdo na íntegra:

<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/09/04/3-sugest%C3%B5es-para-lidar-com-a-crise-de-imigrantes-da-Venezuela>

Título: 3 sugestões para lidar com a crise de imigrantes da Venezuela

Análise do conteúdo da matéria 9: Apresenta abordagem de alternativas para solução. Esta matéria se encaixa dentro deste corpus como a única cobertura que apresenta inclinação em levantar caminhos para o diálogo e propor soluções regionais integradas. Se antes as matérias publicadas dentro do tema tomavam um modelo mais noticioso ou analítico, a partir desta publicação, começamos a ver outro perfil que, inclusive se alinha com os pontos de análise deste projeto dentro da teoria analisada do Jornalismo para Paz – que seriam abordagens para abrir o diálogo e trazer discussões sobre alternativas para a solução de tal conflito – ponto levantado na pergunta de número três do nosso questionário. E para desenvolver as alternativas possíveis para o tratamento deste problema, o jornalista baseia toda sua cobertura no relatório produzido e divulgado pela *Human Rights Watch*, uma ONG internacional de direitos humanos, que oferece neste documento um pacote inédito de sugestões com

foco nas políticas das fronteiras, incluindo recomendações a respeito de vistos, divisão regional de custos e ações conjuntas e articuladas pelos países vizinhos no intuito de exercer pressão no atual governo de Maduro, na Venezuela. O relatório vem a calhar num cenário político da eminência do encontro que aconteceria dentro de alguns dias em Washington, nos EUA, com os Estados-Membros da organização para tratamento das consequências do cenário vivido na Venezuela.

Abordagem regional e continental: ao abrir o panorama para o cenário em toda a América do Sul, esta publicação apresenta o tema como um caso regional envolvendo diferentes fronteiras e acionando as políticas internacionais de diferentes países. Esta reflexão a partir de um ponto de vista ampliado e continental não é visto em todas as matérias deste corpus, uma vez que elas variam entre notícias locais, factuais, analíticas e de contextualização global em sua maioria. Ao trazer para sua abordagem o envolvimento da OEA – Organização dos Estados Americanos – devido à convocação para a realização de uma reunião com seus Estados-Membros a respeito da migração venezuelana pelo continente – o jornalista consegue defender ainda o escopo hemisférico/ continental do assunto. Além disso, na tentativa de fazer uma ponte entre o regional e o local/ nacional, o jornalista relata as políticas e medidas tomadas pelos países vizinhos da região, explicando como afetam a população migrante e também como é possível observar alguns países com políticas fronteiriças cada vez mais “conservadoras” em relação ao venezuelano migrante, incluindo medidas de fechamento de fronteiras, casos de xenofobia, corte do acesso dos venezuelanos à saúde e à educação dos países vizinhos e ainda, o uso de Forças Armadas, que é um ponto sensível já visto e discutido com relação ao Brasil dentro deste corpus. Além disso, novamente neste projeto, vemos a importante citação da OEA ao se referir ao caso estudado, pontuando-o como “o tema mais grave do nosso hemisfério na atualidade” – tal reflexão vem sendo trazida à tona dentro desta pesquisa desde os primeiros capítulos e fez parte também do pré-projeto desta pesquisa.

Contextualização: este é um ponto forte e que se faz necessário para a matéria tal como é proposta pelo jornalista. Uma vez que a cobertura se propõe a mostrar caminhos para o impasse, entendê-lo se torna ainda mais crucial para uma leitura com base no cenário e nos últimos desenvolvimento e agravamento da tensão. Neste intuito, vemos então que o jornalista traz de volta os números atualizados e divulgados pela ONU e por outras organizações que refletem esta migração e já foram

apresentados neste corpus, retoma também os mais recentes episódios de violência e morte por xenofobia.

Vozes retratadas: não vemos vozes opostas dentro do tema e nem mesmo uma variedade de fontes dentro da mesma linha. As falas retratadas desta vez são da própria ONG Human Rights Watch – fonte que delinha toda esta pauta – e falas oficiais da OEA.

Direitos Humanos: Esta é uma vertente presente no teor desta cobertura, que não deixa de apontar que o ser humano inserido nesse contexto vem sendo desrespeitado dentro de um cenário de crimes contra humanidade e fatores sociais e econômicos de ordem macro que acabam permeando todo o cotidiano e causando a migração de milhões de cidadãos. Neste sentido, trazer para a pauta um estudo de uma ONG dedicada aos Direitos Humanos e focado em oferecer saídas que protejam o migrante por meio de políticas públicas, pode ser visto como uma estratégia jornalística que caminha ao lado de preceitos do Jornalismo para Paz que são listados e analisados ao longo deste trabalho.

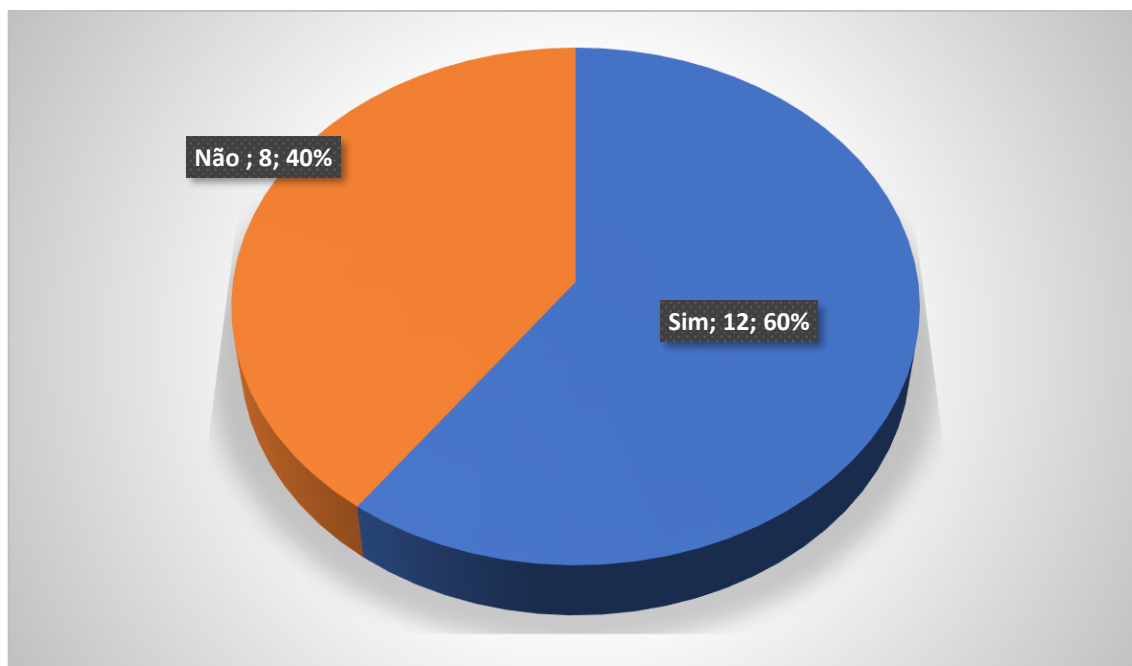
Para facilitar a leitura, a matéria usa do artifício visual de uma foto, um olho e um gráfico. Já para a melhor compreensão por tópicos, são vistos três intertítulos. Ainda, para o maior aprofundamento de algumas questões dentro do tema, quatro hiperlinks são indicados, sendo eles para direcionamento para matérias e especiais anteriores do próprio veículo e para o relatório da Human Rights Watch. Esta matéria faz parte da iniciativa NexoSedu e do The Trust Project.

Tabela 14 - Questionário aplicado – matéria 9 do corpus.

	Pergunta	Indicador numérico
1	Orienta para um objetivo de paz social?	Sim
2	Tenta combater alguma reprodução de violência?	Sim
3	Aborda alternativas para a resolução do conflito?	Sim
4	Incentiva o diálogo?	Sim
5	Trata do tema de sobrevivência humana?	Sim
6	Trata do tema bem-estar social?	Sim
7	Trata do tema de identidade social?	Não
8	Trata de questões de liberdade?	Sim
9	Humaniza pessoas?	Não

10	Quebra com a propagação de algum preconceito ou estereótipo social?	Não
11	Quebra com a massificação de grupos?	Não
12	Dá voz a vários envolvidos de partes opostas do cenário?	Não
13	Combate alguma espécie de xenofobia?	Sim
14	Repensa ideias do senso comum?	Não
15	Promove a defesa de questões democráticas?	Sim
16	Discursa em prol da justiça social?	Não
17	Combate discursos de ódio?	Não
18	Informa a respeito dos direitos humanos?	Sim
19	Trabalha com infográficos, materiais interativos, vídeos, <i>podcasts</i> ou outros artifícios para além do textual?	Sim
20	Oferece alguma contextualização ou recapitulação da pauta?	Sim

Fonte: elaborado pela autora.

Gráfico 15 – Pontuação da matéria 9.

Fonte: elaborado pela autora.

Número da matéria: 10

Data da publicação: 11 de dezembro de 2019

Link de acesso ao conteúdo na íntegra:

<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/12/11/O-que-%C3%A9-o-pacto-de-migra%C3%A7%C3%A3o-rejeitado-por-Bolsonaro>

Título: O que é o pacto de migração rejeitado por Bolsonaro

Análise de conteúdo da matéria 10: Esta matéria se encaixa como um objeto muito rico para o fechamento deste corpus, sendo um capítulo de virada desta história da vida real da migração venezuelana. Em nosso exercício, nos debruçamos sobre o desenvolvimento deste tema no ano de 2018 – mas contemplando um olhar do momento antecessor e sucessor, 2017 e 2019 – podemos ver o fim de 2018 marcando a virada para um novo momento da cobertura venezuelana ao passar o foco para as expectativas com o novo governo eleito no Brasil, e pelo lado venezuelano, o entendimento das reviravoltas para a ascensão da figura de Juan Guaidó tomando a pauta a partir de 2019.

Temos aqui então um corpus de análise que começa com medidas de Temer, se desenvolve e se fecha aqui com as expectativas para o novo governo eleito no Brasil e a discussão sobre um possível novo líder político venezuelano.

Ponte entre o entendimento global e o local: Esta cobertura traz a pauta global sobre o recentemente publicado Pacto Global de Migração da ONU, que trata da migração como um fenômeno que impacta toda a movimentação humana mundial, passando pelas repercussões entre os países mais protecionistas ao redor do mundo, e chega à nossa realidade brasileira frente a um novo governo eleito, que, por sua vez, é declaradamente protecionista e nacionalista. Esta conexão é um artifício jornalístico importante para este trabalho e bastante relevante para um tema que impacta todos os continentes e, aqui no Brasil, coloca o caso venezuelano à luz da discussão. Por meio da abordagem deste - que é o primeiro guia oficial da ONU - sobre como lidar com os fluxos migratórios em escala global, podemos observar que o jornalista responsável consegue respaldar uma narrativa macro orientada à importância, à representatividade e à notoriedade que se deve dar ao assunto não apenas no Brasil de forma isolada, mas sendo parte de um cenário global complexo, e que exige posicionamento de diferentes governos, independentemente de suas orientações.

Contextualização e educação: Mais uma vez dentro deste corpus, observamos o forte uso de uma linguagem educativa que objetiva o esclarecimento facilitado para o leitor. Tratando de um tema macro e com vertentes sociais, econômicas e políticas que vão do âmbito local ao global, o uso de recursos visuais, editoriais e organizacionais dentro da publicação são muito bem aplicados e claramente facilitam a leitura, tornando-a mais fácil e rápida. Ainda nesta linha, as recapitulações e retomadas de importantes passagens históricas que envolvem o caso estão bem organizadas e apresentadas em parágrafos simples e diretos – vemos a retomada da Lei da Migração de 2017, dados atuais da ONU, últimos episódios envolvendo a migração venezuelana no Brasil, episódios ataques xenófobos, entre outros.

Ao final da matéria, mais uma vez, entra um intertítulo que retoma nosso caso da migração venezuelana (tema estudado aqui) mesmo sendo esta uma matéria internacional leva o leitor de volta ao cerne da questão para o nosso país.

Breve revisão semântica: sendo esta uma cobertura que abrange diferentes posições governamentais – dos mais abertos aos mais fechados -, assim como os diversos lados de um fluxo migratório, é interessante observar o cuidado na seleção de palavras que, em geral, são citações oficiais dos próprios governos, mas, ao longo da leitura, podem suscitar conceitos e imaginários por parte do leitor.

Assim, vemos citações que trazem vocábulos como “ameaça” ao abordar o tema migratório quando visto por países de governo de direita, também vemos “nacionalista”, assim como “ameaça à soberania”, “ameaça à segurança” e a menção de políticas de “retrocesso”. Quanto ao imigrante em si, fala-se de “acolhimento”, “perseguição”, “campos de refugiados”, também sobre um “controle rígido” necessário, assim como casos de “ataques xenófobos” e outros.

Para facilitar a leitura, a matéria usa do artifício visual de uma foto e dois olhos. Já para a melhor compreensão por tópicos, são vistos três intertítulos. Ainda, para o maior aprofundamento de algumas questões dentro do tema, 13 hiperlinks são indicados, sendo eles para direcionamento para matérias de veículos como The Guardian, Governo do Planalto, G1, O Globo e para publicações do Twitter de Ernesto Araújo e Facebook de Aloysio Nunes, além de coberturas anteriores e especiais do próprio veículo. Esta matéria faz parte da iniciativa NexoEdu e do The Trust Project.

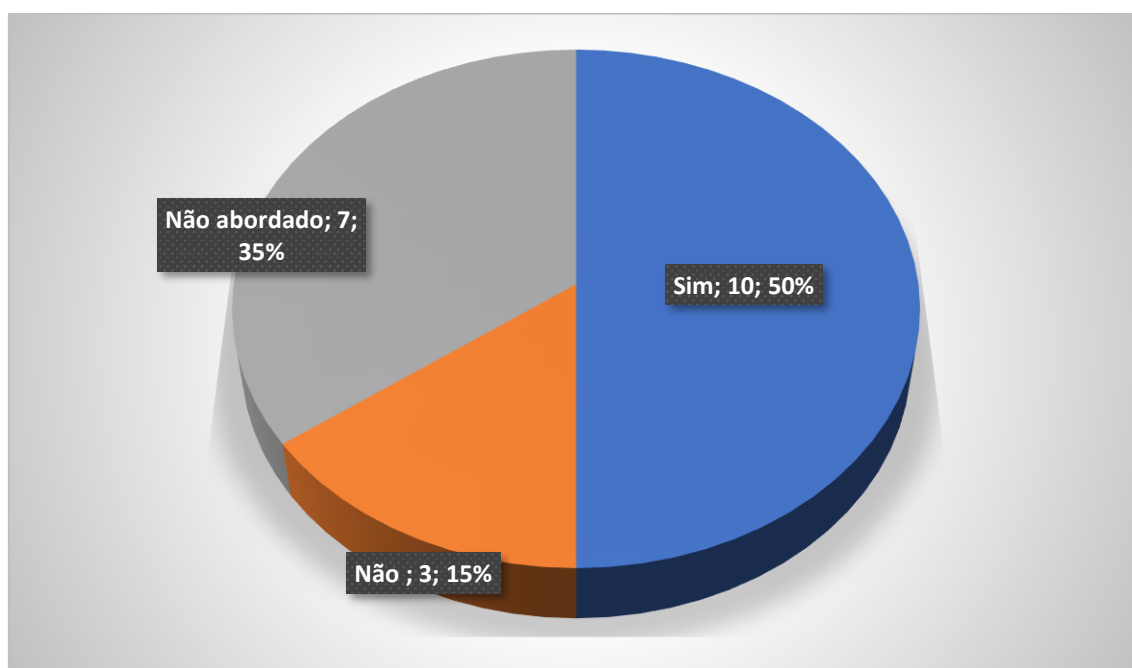
Tabela 15 - Questionário aplicado – matéria 10 do corpus.

	Pergunta	Indicador numérico
1	Orienta para um objetivo de paz social?	Não levanta este tema
2	Tenta combater alguma reprodução de violência?	Sim
3	Aborda alternativas para a resolução do conflito?	Não
4	Incentiva o diálogo?	Não levanta este tema
5	Trata do tema de sobrevivência humana?	Sim
6	Trata do tema bem-estar social?	Sim
7	Trata do tema de identidade social?	Sim
8	Trata de questões de liberdade?	Sim
9	Humaniza pessoas?	Não levanta este tema
10	Quebra com a propagação de algum preconceito ou estereótipo social?	Não levanta este tema
11	Quebra com a massificação de grupos?	Sim
12	Dá voz a vários envolvidos de partes opostas do cenário?	Não
13	Combate alguma espécie de xenofobia?	Não
14	Repensa ideias do senso comum?	Não levanta este tema
15	Promove a defesa de questões democráticas?	Não levanta este tema
16	Discursa em prol da justiça social?	Não levanta este tema
17	Combate discursos de ódio?	Sim

18	Informa a respeito dos direitos humanos?	Sim
19	Trabalha com infográficos, materiais interativos, vídeos, <i>podcasts</i> ou outros artifícios para além do textual?	Sim
20	Oferece alguma contextualização ou recapitulação da pauta?	Sim

Fonte: elaborado pela autora.

Gráfico 16 – Pontuação da matéria 10.



Fonte: elaborado pela autora.

4.9 Análise da continuidade do tema em 2019

Data da publicação: 19 de fevereiro de 2019

Link de acesso ao conteúdo na íntegra:

<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/02/19/Como-Maduro-tenta-explicar-ao-mundo-a-crise-na-Venezuela>

Título: Como Maduro tenta explicar ao mundo a crise na Venezuela

Análise do conteúdo da matéria: Esta matéria se diferencia de todas as demais deste corpus por não ser uma cobertura totalmente dedicada ao tema da migração venezuelana e conflitos fronteiriços, tal como foram as demais matérias desta pesquisa. Desta vez, a escolha do jornalista se dá em abordar todo o cenário da crise

política e social da Venezuela segundo o ponto de vista de Nicolás Maduro, para então abordar a migração (nosso tema focal) como uma resultante de todo este escopo mais amplo do conflito.

A decisão jornalística de dedicar uma matéria à voz de Nicolás Maduro é algo novo neste corpus, sendo uma estratégia jornalística interessante ao se tratar de um país tão em foco e tão refutado internacionalmente, tanto pela imprensa, como pelos órgãos internacionais.

Esta escolha de abordagem, além de nova, é direcionada desde seu título de forma bastante clara. Esta publicação foi escolhida a dedo para ser trazida para dentro deste recorte de análise dada a sua discrepância em informação e no âmbito do discurso, pois aqui podemos sentir de forma clara o contraste entre a linha oficial venezuelana e o discurso internacional com dados que se opõem e se contradizem – um ponto rico para os estudos de um país tão contraditório.

Vozes e discursos: Sendo esta a primeira vez que se observa a fala do líder venezuelano, consideramos importante trazê-la para análise no que se refere à saída da população venezuelana a fim de tentar entender a voz oposta às que foram ouvidas até então. As coberturas anteriores citaram, em geral, especialistas e estudiosos de Direitos Humanos, Direito e representantes de diferentes organizações nacionais e internacionais, além de outros governos vizinhos. Assim, consideramos bastante relevante abordar agora esta voz oposta à cobertura analisada até o momento para ter os argumentos do governo vigente.

Ao trazer citações que diferem e contrastam o discurso trazido nas onze matérias anteriormente analisadas neste trabalho, vemos na citação de Maduro uma oposição à informação apurada pela ONU, ACNUR, EUA e outros organismos que estimam o total da migração venezuelana ocasionada pela crise atual. Observamos aqui então a opinião chavista de um tema que toma proporções continentais – segundo Nicolás Maduro, as estimativas que apontam para a soma de 5,3 milhões de venezuelanos (ACNUR) deixando o país seria equivocada, pois o total não deve passar de 800 mil. Este aparece como um dado novo dentro do corpus e um contraste gritante do que se noticia internacionalmente, apontando aqui uma discrepância que se refletida ao longo de toda análise do discurso/ informação chavista versus o discurso/ informação dos órgãos internacionais, em sua maioria ligados ao tema dos Direitos Humanos. Esta pesquisa já havia localizado a presença de informações oficiais venezuelanas, segundo o website do Governo Federal do país, e também de

declarações oficiais para as matérias, mas desta vez, a voz é dada diretamente ao líder do governo.

Contextualização: este aspecto é bastante desenvolvido nesta matéria seguindo bem a linha que vemos no Nexso de oferecer subsídios e ferramentas para leituras mais analíticas e recapitulações de um tema. Este é um grande diferencial do veículo e se vê bastante presente nesta matéria especificamente. Com o objetivo principal de trazer a voz oficial chavista a esta ampla discussão social e política, o jornalista trabalha na retomada de todos os últimos desenvolvimentos, fatos e análises do caso em estudo para que então os contrapontos de Nicolás Maduro fiquem mais claros para o leitor. Observa-se que um ponto de virada no andamento do caso se coloca agora no crescente protagonismo de Juan Guaidó, então este aspecto é bastante detalhado, sendo um tema novo dentro deste corpus, mas de grande relevância no curso desta história. Neste momento, início de 2019, as notícias envolvendo Guaidó acabam então tomando mais proeminência que os demais tópicos venezuelanos normalmente noticiados.

Para facilitar a leitura, a matéria usa do artifício visual de uma foto e um mapa. Já para a melhor compreensão por tópicos, são vistos três intertítulos. Ainda, para o maior aprofundamento de algumas questões dentro do tema, 17 hiperlinks são incorporados, sendo eles para direcionamento para matérias e especiais anteriores do próprio veículo e para publicações da Euronews, BBC, Associated Press e do Governo Federal da Venezuela. Esta matéria faz parte da iniciativa do The Trust Project.

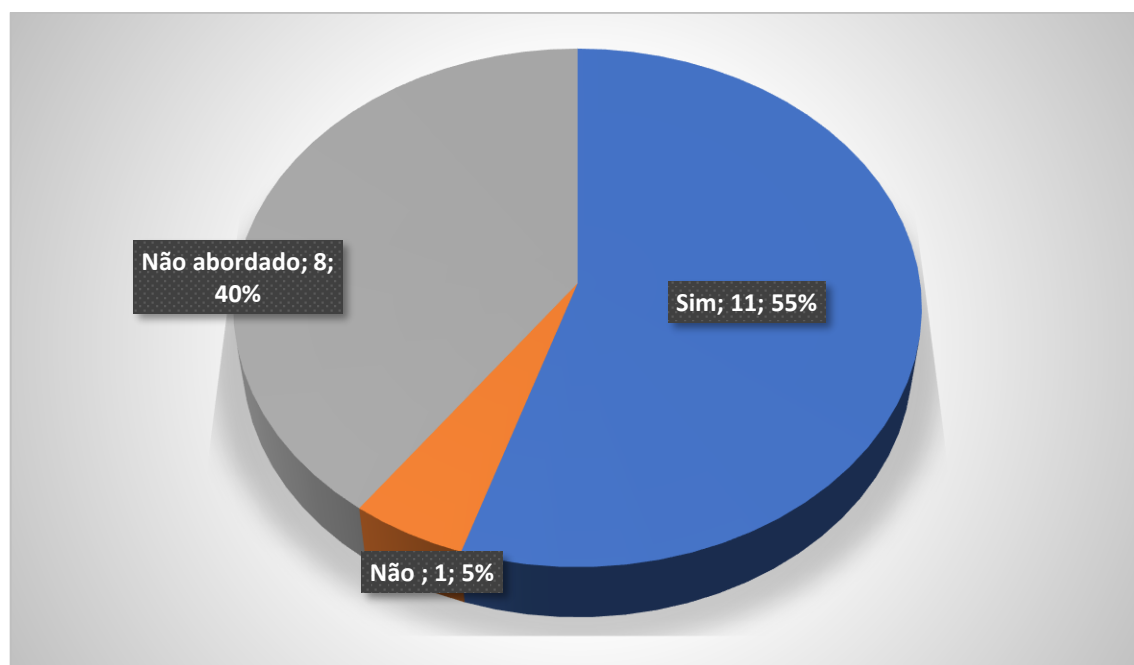
Tabela 16 - Questionário aplicado – matéria de continuidade de 2019.

	Pergunta	Indicador numérico
1	Orienta para um objetivo de paz social?	Não se aplica
2	Tenta combater alguma reprodução de violência?	Sim
3	Aborda alternativas para a resolução do conflito?	Sim
4	Incentiva o diálogo?	Não se aplica
5	Trata do tema de sobrevivência humana?	Sim
6	Trata do tema bem-estar social?	Sim
7	Trata do tema de identidade social?	Não se aplica
8	Trata de questões de liberdade?	Sim
9	Humaniza pessoas?	Não se aplica

10	Quebra com a propagação de algum preconceito ou estereótipo social?	Não se aplica
11	Quebra com a massificação de grupos?	Não se aplica
12	Dá voz a vários envolvidos de partes opostas do cenário?	Sim
13	Combate alguma espécie de xenofobia?	Não se aplica
14	Repensa ideias do senso comum?	Sim
15	Promove a defesa de questões democráticas?	Sim
16	Discursa em prol da justiça social?	Sim
17	Combate discursos de ódio?	Não se aplica
18	Informa a respeito dos direitos humanos?	Sim
19	Trabalha com infográficos, materiais interativos, vídeos, <i>podcasts</i> ou outros artifícios para além do textual?	Não
20	Oferece alguma contextualização ou recapitulação da pauta?	Sim

Fonte: elaborado pela autora.

Gráfico 17 – Pontuação da matéria de continuidade de 2019.



Fonte: elaborado pela autora.

Data da publicação: 22 de fevereiro de 2019

Link de acesso ao conteúdo na íntegra:

<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/02/22/As-mortes-em-meio-ao-impasse-da-fronteira-da-Venezuela>

Título: As mortes em meio ao impasse da fronteira da Venezuela

Análise do conteúdo da matéria: A partir do desenvolvimento recente das movimentações na fronteira entre o Brasil e a Venezuela pelo estado de Roraima (cidade de Pacaraima), esta matéria pega o gancho factual da morte de dois indígenas venezuelanos e 15 feridos no local em decorrência do cenário conflituoso presente entre os países para trazer à luz a discussão sobre a vulnerabilidade latente que esta população amazônica tem vivido.

Quebra da massificação de grupos: Assim, vemos então um giro da abordagem política e social para o fator humano com um trabalho de investigação e cruzamento de versões e relatos das decorrências locais envolvendo a comunidade indígena e o poder militar venezuelano, que estão diretamente envolvidos no conflito migratório e humanitário e também na logística de suprimentos para a Venezuela. Ao olhar para o venezuelano indígena da etnia Pemon diferenciando-o em sua organização social e modo de vida, notamos nesta cobertura um ponto chave para a abordagem deste trabalho que trabalha no entendimento de temas como formação de estereótipo e até a xenofobia.

Direitos Humanos: Podemos entender esta cobertura dedicada ao caso da violência indígena com um olhar para um dos grupos sociais mais impactados e uma discussão em direção aos temas de Direitos Humanos, podendo ser vista como uma decisão editorial mais humanizada. A vulnerabilidade e a violência à esta etnia indígena são levantadas como um certo perfil de denúncia e questionamento ao tratamento humano e possíveis violações.

Ponte regional e internacional: Há a abordagem do caso como um ponto ápice da tensão internacional gerada a partir da polêmica ajuda internacional articulada principalmente pelos EUA, Brasil e Colômbia. O tema migratório (nosso principal olhar) se entrelaça aqui com um tema geopolítico que vai do local para o regional e é novamente pontuado como a questão mais preocupante do hemisfério – fala recorrente deste jornalista neste corpus. A menção às reuniões do Grupo de Lima

solidifica este caráter regional e articulação continental que viemos abordando neste trabalho e então a relação com a UE traça então uma ponte global.

Vozes opostas: Neste novo momento do caso, já com outros atores e a crescente relevância de Juan Guaidó neste cenário, temos falas dos próprios e de representantes de Nicolás Maduro e Juan Guaidó nesta cobertura. Além disso, dada a natureza do caso, os posicionamentos de organizações humanitárias tradicionais, como o CICV (Comitê Internacional da Cruz Vermelha) e os MSF (Médicos Sem Fronteiras) são também levantados neste debate.

Contextualização: Sendo esta uma forte característica do veículo e desta cobertura especialmente, a contextualização é trabalhada ao longo de todo o texto ao oferecer recapitulações e informações para melhor entendimento do conflito junto com hiperlinks e outras coberturas. Da mesma forma, vemos mais subsídios para entender então os últimos desdobramentos da Assembleia Nacional Venezuelana e a ascensão da exposição de Juan Guaidó internacionalmente – um ponto importante para esclarecimento por tratar de um tema confuso e conflituoso dentro e fora da Venezuela.

Fator humano em xeque: A relação de todo o contexto político se torna crucial para esta matéria de nosso corpus, pois vemos uma abordagem sobre a politização de tal ajuda humanitária em seus diferentes níveis – do local ao global – sendo este um ponto que coloca em dúvida o verdadeiro sentido humanitário e inclusive questiona uma apropriação do fator humano e migratório para a promoção de lideranças políticas internas e externas em toda a proeminência que o tema tomou na mídia global. Ao fazer desta uma bandeira dita como humanitária e ver as polarizações políticas ao seu redor, algumas discussões são colocadas à mesa segundo uma perspectiva recorrente na área do Direito Internacional, como afirma o jornalista responsável.

Para facilitar a leitura, a matéria usa do artifício visual de três fotos e um mapa, que desta vez aponta mais detalhadamente a localização das áreas de maior conflito e das terras indígenas. Já para a melhor compreensão por tópicos, são vistos quatro intertítulos. Ainda, para o maior aprofundamento de algumas questões dentro do tema, 14 hiperlinks são incorporados, sendo eles para direcionamento para matérias e especiais anteriores do próprio veículo e para publicações da Associação Civil Kapé-Kapé, da Venezuela, do jornal El Universal, também da Venezuela, G1, Opera Mundi, do Twitter de Nicolás Maduro, Twitter de Hamilton Mourão, do Twitter da jornalista da

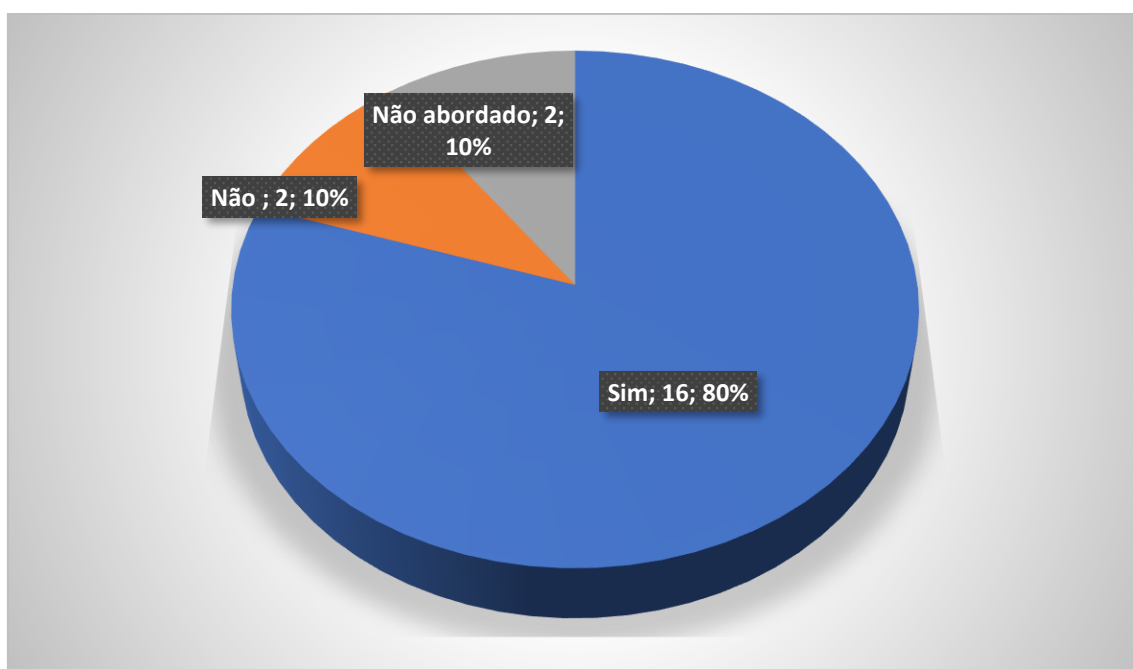
Fox nos EUA Fox, Trish Regan. Esta matéria faz parte da iniciativa do The Trust Project.

Tabela 17 - Questionário aplicado – matéria de continuidade de 2019.

	Pergunta	Indicador numérico
1	Orienta para um objetivo de paz social?	Sim
2	Tenta combater alguma reprodução de violência?	Sim
3	Aborda alternativas para a resolução do conflito?	Não
4	Incentiva o diálogo?	Não
5	Trata do tema de sobrevivência humana?	Sim
6	Trata do tema bem-estar social?	Sim
7	Trata do tema de identidade social?	Sim
8	Trata de questões de liberdade?	Sim
9	Humaniza pessoas?	Sim
10	Quebra com a propagação de algum preconceito ou estereótipo social?	Sim
11	Quebra com a massificação de grupos?	Sim
12	Dá voz a vários envolvidos de partes opostas do cenário?	Sim
13	Combate alguma espécie de xenofobia?	Sim
14	Repensa ideias do senso comum?	Sim
15	Promove a defesa de questões democráticas?	Sim
16	Discursa em prol da justiça social?	Não se aplica
17	Combate discursos de ódio?	Não se aplica
18	Informa a respeito dos direitos humanos?	Sim
19	Trabalha com infográficos, materiais interativos, vídeos, <i>podcasts</i> ou outros artifícios para além do textual?	Sim
20	Oferece alguma contextualização ou recapitulação da pauta?	Sim

Fonte: elaborado pela autora.

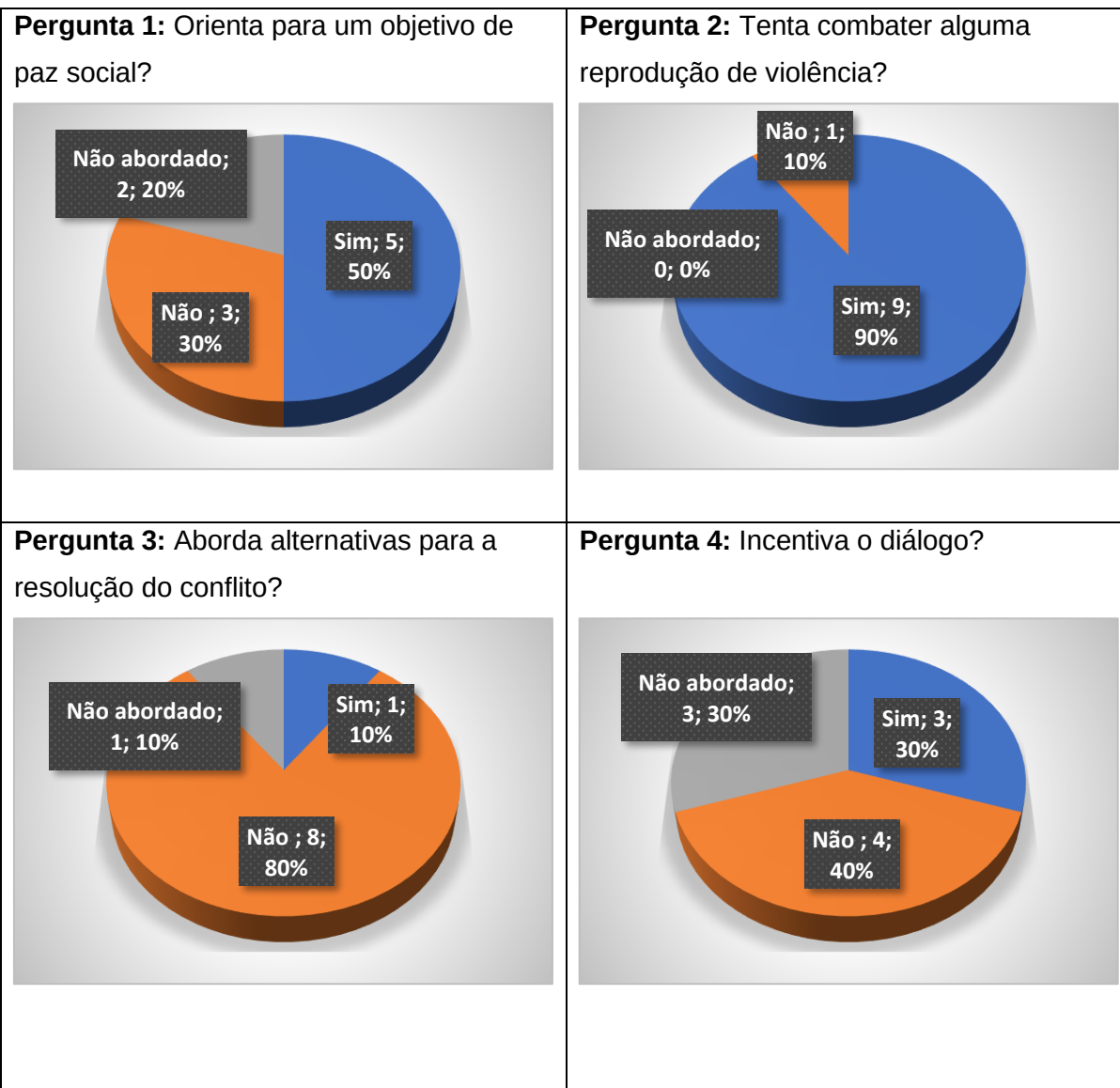
Gráfico 18 – Pontuação de matéria de continuidade de 2019.



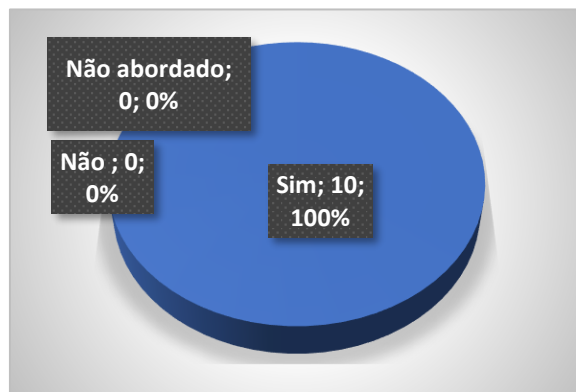
Fonte: elaborado pela autora.

4.10 Visão geral do recorte de 2018

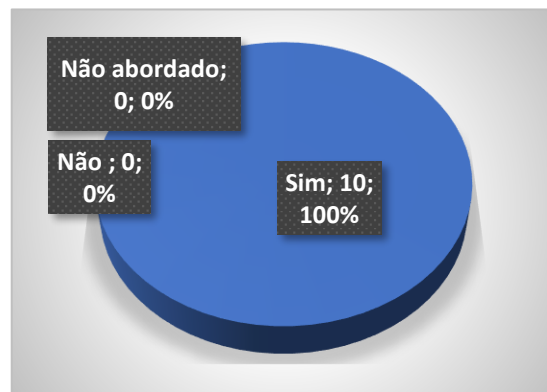
Gráfico 19 - Indicativos totais dos tópicos analisados no questionário analítico aplicado ao recorte de 2018.



Pergunta 5: Trata do tema de sobrevivência humana?



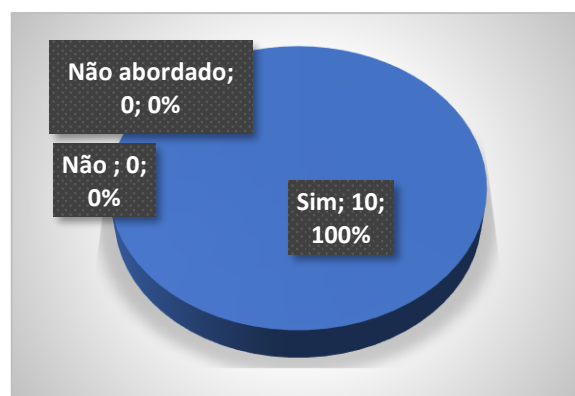
Pergunta 6: Trata do tema bem-estar social?



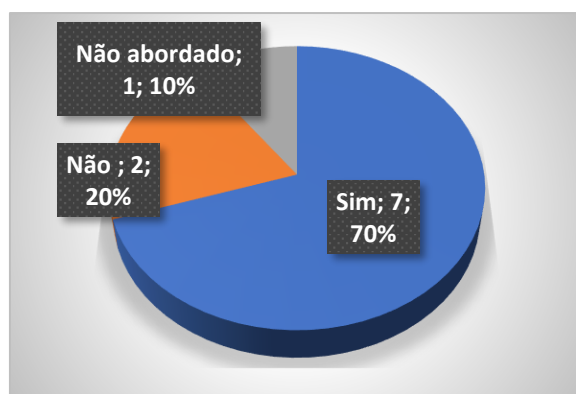
Pergunta 7: Trata do tema de identidade social?



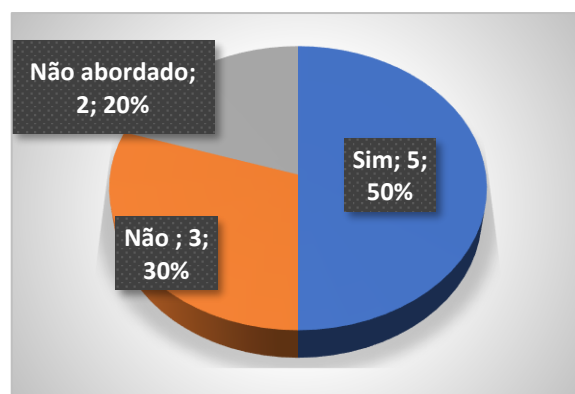
Pergunta 8: Trata de questões de liberdade?



Pergunta 9: Humaniza pessoas?

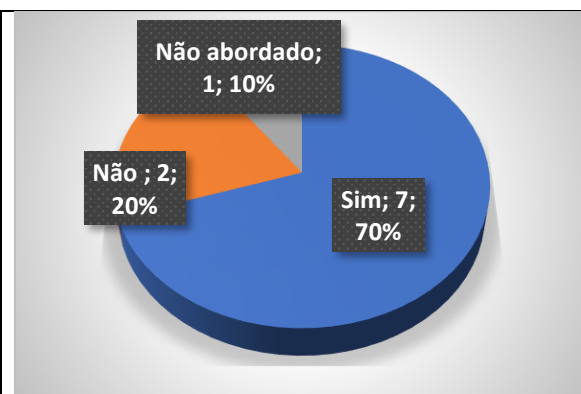


Pergunta 10: Quebra com a propagação de algum preconceito ou estereótipo social?

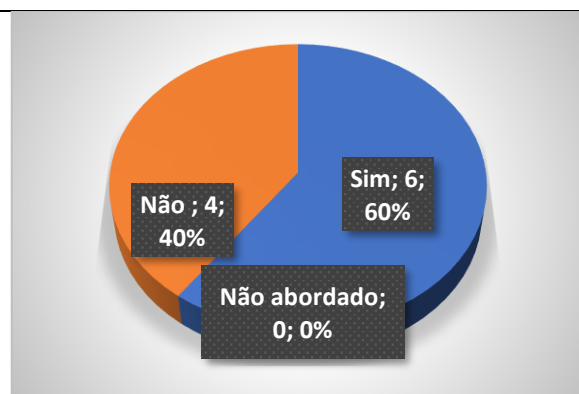


Pergunta 11: Quebra com a massificação de grupos?

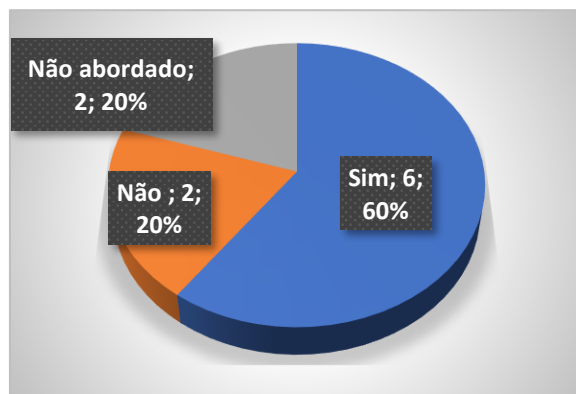
Pergunta 12: Dá voz a vários envolvidos de partes opostas do cenário?



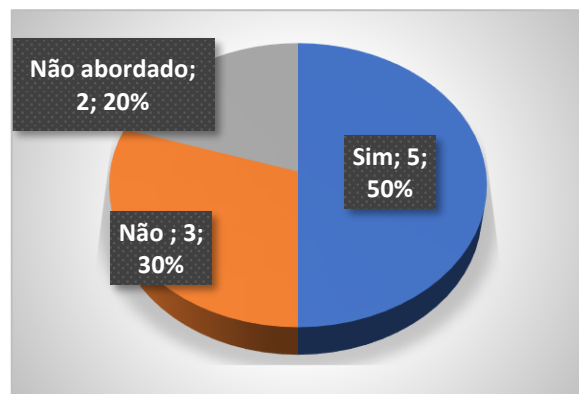
Pergunta 13: Combate alguma espécie de xenofobia?



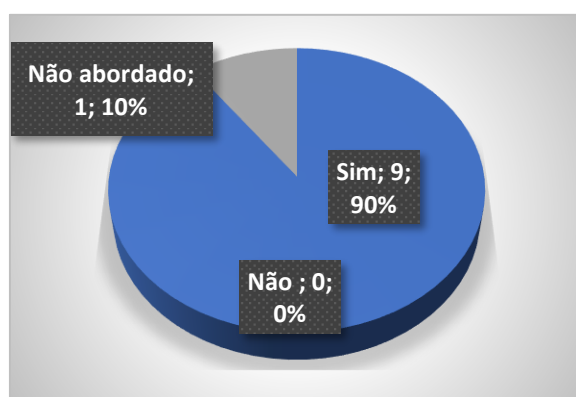
Pergunta 14: Repensa ideias do senso comum?



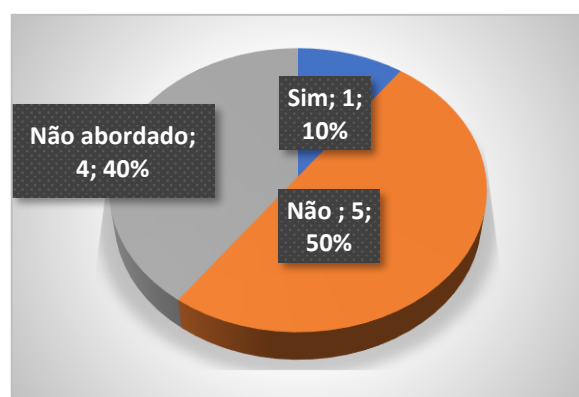
Pergunta 15: Promove a defesa de questões democráticas?



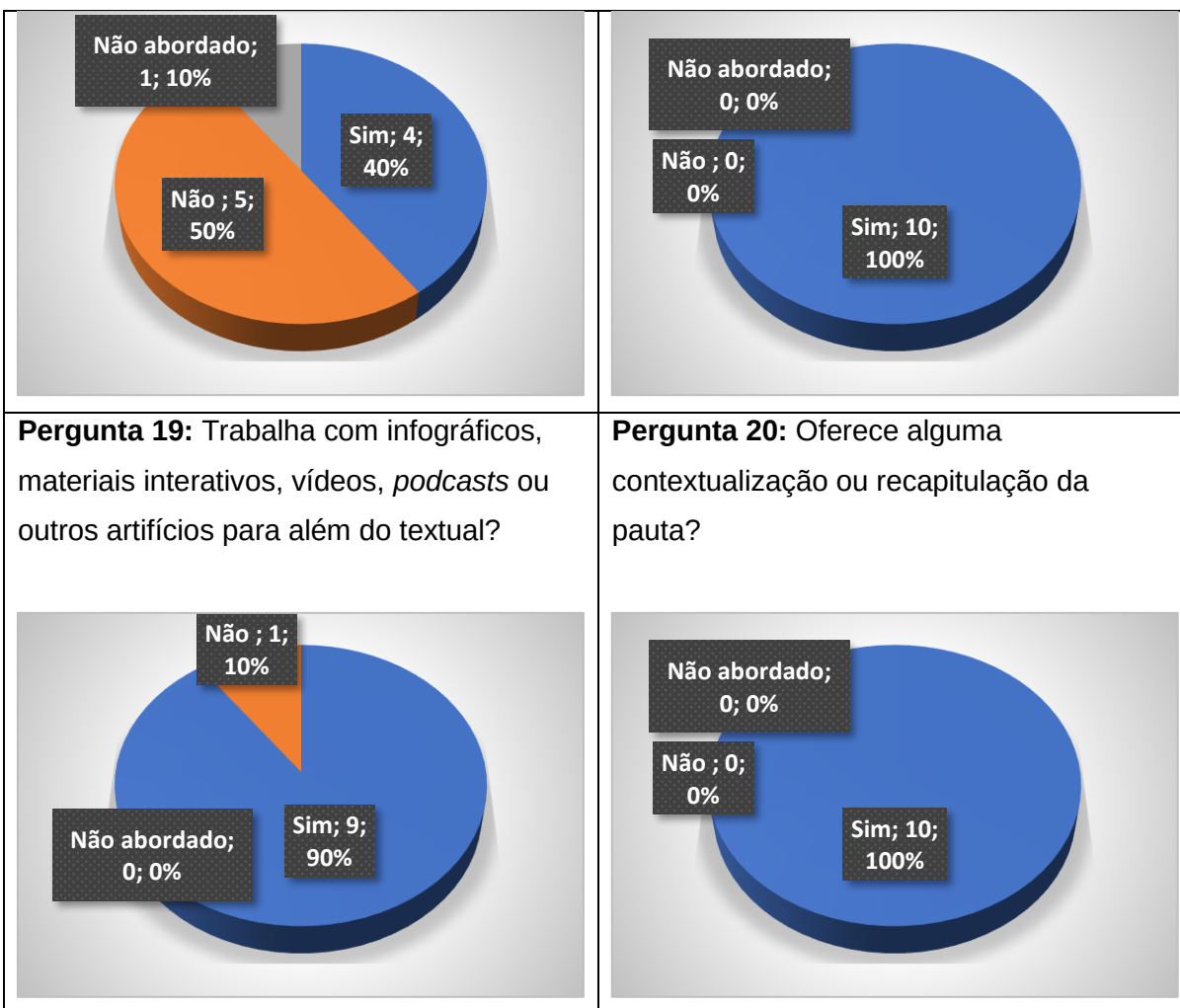
Pergunta 16: Discursa em prol da justiça social?



Pergunta 17: Combate discursos de ódio?

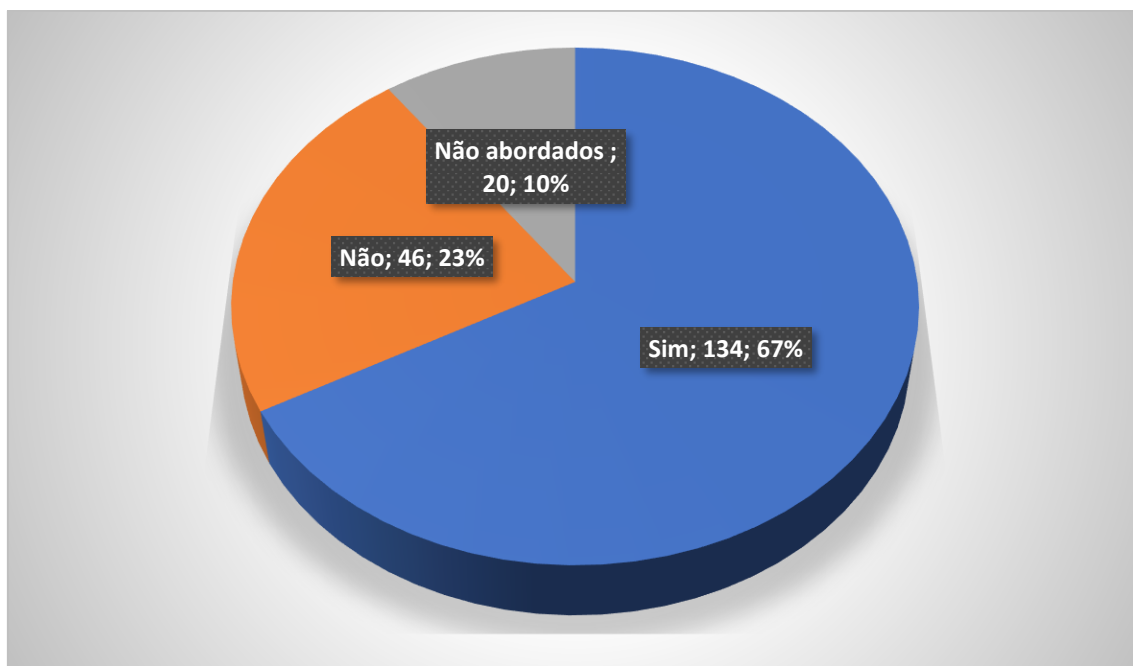


Pergunta 18: Informa a respeito dos direitos humanos?



Fonte: elaborado pela autora.

Gráfico 20 - Total geral de todos os indicadores de Jornalismo para Paz na cobertura de 2018.



Fonte: elaborado pela autora.

Tabela 17 - Lista completa das fontes entrevistadas pelo veículo no corpus de 2018.

	Entrevistados
Matéria 1	Camila Asano, coordenadora de Programas da ONG Conectas Direitos Humanos, formada em Relações Internacionais pela USP, com mestrado em ciência política pela mesma universidade, e
	João Carlos Jarochinski, coordenador do curso de relações internacionais da Universidade Federal de Roraima e vice-coordenador do programa de mestrado Sociedade e Fronteiras, na mesma universidade.
Matéria 2	Camila Asano, coordenadora de Programas da ONG Conectas Direitos Humanos, formada em Relações Internacionais pela USP, com mestrado em ciência política pela mesma universidade, e
	João Carlos Jarochinski, coordenador do curso de relações internacionais da Universidade Federal de Roraima e vice-coordenador do programa de mestrado Sociedade e Fronteiras, na mesma universidade.
Matéria 3	Sem entrevistados
Matéria 4	João Batista, Pastor evangélico em Mucajaí.
	Telma Lage, Coordenadora do Centro de Migrações e Direitos Humanos da Diocese de Roraima.
Matéria 5	Conselho Nacional de Direitos Humanos
	Comitê Internacional da Cruz Vermelha
Matéria 6	Christian Krüger Sarmiento, diretor-geral de Migrações da Colômbia
	Camila Asano, coordenadora de Programas da ONG Conectas Direitos Humanos, formada em Relações Internacionais pela USP, com mestrado em ciência política pela mesma universidade
Matéria 7	Sem entrevistados
Matéria 8	João Carlos Jarochinski, coordenador do curso de relações internacionais da Universidade Federal de Roraima e vice-coordenador do programa de mestrado Sociedade e Fronteiras, na mesma universidade.
Matéria 9	Sem entrevistados
Matéria 10	Sem entrevistados

Fonte: elaborado pela autora.

Tabela 18 - Lista de hiperlinks apontados dentro do corpus como complementação da leitura ou como referência para dados e fontes.

	Fontes complementares indicadas:
Matéria 1	Palácio do Governo Brasileiro, Folha de S. Paulo, do El País, EBC, O Estado de S. Paulo, Comissão Interamericana de Direitos Humanos, Redes Sociais oficiais de Nicolás Maduro, ACNUR, Deutsche Welle (DW), Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do Governo Brasileiro, Conectas.
Matéria 2	Estadão, FGV e Acnur.
Matéria 3	**
Matéria 4	Folha UOL e jornal O Estado de S. Paulo.
Matéria 5	Páginas da Casa Civil, Palácio do Planalto, Relatório do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, ACNUR, da organização Fraternidade Sem Fronteiras, do Portal da Transparência e do Conselho Nacional da Cruz Vermelha.
Matéria 6	Washington Post, OAS, OEA, Conectas, Poder 360, Imprensa Oficial Brasileira, Governo Oficial da Colômbia, El Universo (veículo equatoriano), Casa Civil Brasileira, Defensoria Pública da União, O Estado de S. Paulo, Supremo Tribunal Federal, G1 de Roraima
Matéria 7	Páginas da Conectas, da Imprensa Oficial Federal, da Folha de S. Paulo, do Estado de S. Paulo, assim como para documentos do Judiciário do Estado de Roraima, da Defensoria Pública da União, da Procuradoria Geral da República, ACNUR, Supremo Tribunal Federal e outros.
Matéria 8	G1, da Imprensa Oficial Brasileira, da Folha de S. Paulo, do Governo Venezuelano, do TSE, para o Estado de S. Paulo
Matéria 9	Human Rights Watch
Matéria 10	Euronews, BBC, Associated Press e do Governo Federal da Venezuela.

Fonte: elaborado pela autora.

Tabela 19 – Lista de matérias do recorte de 2018 na íntegra para consulta.

Matéria 1 14 de fevereiro de 2018 Como o Brasil lida com a migração venezuelana João Paulo Charleaux
Após visita de Temer a Boa Vista, especialistas criticam falta de dados confiáveis e demora na análise de pedidos de refúgio O presidente Michel Temer anunciou na segunda-feira (12), em Boa Vista, que liberará recursos adicionais a Roraima, além de criar um “comitê nacional” para lidar com os 40 mil venezuelanos que, de acordo com a prefeitura, vivem hoje em abrigos da cidade. Na quarta-feira (14), o governo anunciou que decretará emergência social no estado, medida que reduz burocracias para o repasse dos recursos. O fluxo de venezuelanos para fora do país caribenho já foi classificado como “êxodo”, “diáspora” e “crise migratória”, e tem como origem a turbulência política, social e econômica. Não há, entretanto, dados confiáveis sobre o número de imigrantes venezuelanos no Brasil, uma vez que muitos entram e saem do país apenas para comprar mantimentos, enquanto outros entram e permanecem sem registro formal. 1 milhão É o número de venezuelanos que deixaram o país caribenho entre 2014 e 2017, de acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados Para um número cada vez maior de países, organismos internacionais e organizações não governamentais, o presidente Nicolás Maduro transformou a Venezuela numa ditadura na qual adversários políticos são perseguidos, presos, torturados e mortos e as eleições são fraudadas. Ao mesmo tempo, o país vive uma recessão marcada pela escassez de produtos básicos e pela explosão no número de casos de desnutrição. Maduro, por sua vez, se diz vítima da pressão de uma oposição incapaz de conquistar o poder pelas vias eleitorais, que atua respaldada sobretudo pelos EUA, cujo secretário de Estado, Rex Tillerson, já sugeriu em público que o governo da Venezuela fosse deposto por força militar. O presidente venezuelano também refuta

as acusações de fraude eleitoral e diz que o país está aberto a observadores internacionais.

Com o fracasso das negociações entre governo e oposição que vinham ocorrendo na República Dominicana, no dia 7 de fevereiro, e com a proximidade de uma nova eleição presidencial, anunciada por Maduro para o dia 22 de abril, crescem os preparativos para que o Brasil receba novos imigrantes venezuelanos.

O governo Temer diz que há perseguição política contra opositores de Maduro na Venezuela. Entretanto, não aplica à maioria dos venezuelanos o Estatuto do Refugiado, criado em 1951 para os casos em que exista um “fundado temor de perseguição” por razões políticas, entre outras causas.

Além disso, Temer diz que dará uma “abordagem humanitária” para a questão. Entretanto, o presidente foi a Roraima acompanhado de ministros da área de segurança. Prometeu lidar com a situação enviando as Forças Armadas para a região.

O Nexo conversou por telefone, nesta quarta-feira (14), com dois especialistas em migração que vêm acompanhando de perto a situação dos venezuelanos no Brasil. Eles analisaram as aparentes contradições do governo a esse respeito e a dimensão que o fenômeno tem quando comparado ao quadro migratório mais amplo do país. Os especialistas ouvidos são:

Camila Asano, coordenadora do Programas da ONG Conectas Direitos Humanos, formada em Relações Internacionais pela USP, com mestrado em ciência política pela mesma universidade

João Carlos Jarochinski, coordenador do curso de relações internacionais da Universidade Federal de Roraima e vice-coordenador do programa de mestrado Sociedade e Fronteiras, na mesma universidade

Qual a dimensão do fluxo migratório venezuelano, hoje, no Brasil? Ele é grande? Ele sobrepassa a capacidade de absorção brasileira? Como ele se compara a fluxos anteriores? Enfim, é uma ‘crise migratória’?

CAMILA ASANO As autoridades brasileiras não têm números confiáveis, o que nos impede de ter uma ideia precisa. Os dados mais confiáveis são os publicados até agora pela Polícia Federal. De acordo com eles, até o final de 2017, cerca de 30 mil venezuelanos pediram regularização no Brasil. Destes, cerca de 22 mil solicitaram refúgio e 8.000 solicitaram a residência pela Resolução 126 do CNIG

[resolução do Conselho Nacional de Imigração, de março de 2017, que facilita a residência temporária de estrangeiros no Brasil].

Muitos entram por Roraima, mas buscam, em seguida, outros países. Outros, entram, fazem compras e saem, num movimento migratório pendular. Então, usar o número de entrada das pessoas pela fronteira, na cidade de Pacaraima, não significa necessariamente contar as pessoas que de fato estão no Brasil.

Seja como for, se trata de um fluxo migratório considerável. É o maior fluxo no Brasil hoje, mas está longe de sobrepassar a capacidade de absorção brasileira. O país registra um número baixo de imigrantes, em comparação com o PIB, com a extensão territorial e com a população total. Todos os imigrantes, regulares e irregulares, correspondem hoje, no Brasil, a 1% da população total do país. Nos EUA, é 14%. Na Argentina, 4%. O Brasil recebe pouco e poderia receber muito mais. A questão é que a cidade de Boa Vista e o estado de Roraima não têm capacidade de receber mais, mas o Brasil, sim. Por isso, é preciso realizar um estudo sério de interiorização, para absorver imigrantes venezuelanos que chegam a Roraima, mas querem ir para outras partes do Brasil.

Chamar de “crise migratória” é uma opção do Brasil, mas a verdade é que eles fogem de uma crise na própria Venezuela. É a falta de respostas adequadas aqui que dá a sensação de crise no Brasil. Mas não há uma crise humanitária aqui.

JOÃO CARLOS JAROCHINSKI Eu não uso o termo “crise migratória”. Há um exagero. A demanda não se compara a outros locais nos quais esse fluxo é ainda mais efetivo. A saída dos venezuelanos é num contexto de crise, lá, mas a vinda para o Brasil é bastante residual quando comparada a outros países. Na Colômbia, os dados mostram uma variação que pode ir de 550 mil a 1 milhão de venezuelanos. Há muitos irregulares, daí a imprecisão. Na metade de 2017, já se falava em 40 mil venezuelanos em Trinidad e Tobago, por exemplo, que é muito menor que o Brasil.

Eu calculo que, hoje, no Brasil, deva haver algo na ordem de 50 mil a 60 mil venezuelanos no território todo. Houve três momentos da imigração venezuelana em Roraima. O primeiro momento foi pendular. Com a crise de desabastecimento de 2015, os venezuelanos vinham, trabalhavam poucos dias, compravam coisas e retornavam para a Venezuela. No segundo momento, houve uma fixação perto da fronteira. E, finalmente, hoje, há um trânsito, há uma entrada de pessoas que

deixam Roraima na direção de outros centros. O número preciso de tudo isso é, entretanto, muito difícil de determinar.

Em termos nacionais, o número de entrada de venezuelanos é muito baixo. Estamos falando, na hipótese mais exagerada, em 60 mil. Acho muito estranho o dado que a prefeitura de Boa Vista tem passado, de que há 40 mil venezuelanos aqui [em Boa Vista] agora. Isso equivaleria a mais de 10% da população. Há muita gente, sim, mas os serviços estão funcionando sem registro dessa demanda. Desconfio. O Brasil tem 1% de imigrantes. A média mundial é de 3,7%.

O Brasil considera que há perseguição política na Venezuela. No entanto, não concedeu refúgio a nenhum venezuelano, nos termos da lei, que fala em 'refúgio por fundado temor de perseguição por razões políticas', entre outras. Há, nisso, uma contradição?

CAMILA ASANO Dos 30 mil pedidos de regularização apresentados até o final de 2017, 22 mil são pedidos de refúgio. Isso mostra que muitos venezuelanos estão procurando essa via para se regularizar. O que diz a lei brasileira e a convenção das Nações Unidas sobre refúgio é que cada caso precisa ser avaliado individualmente. O Brasil tem tardado em fazer essa análise. Logo, há um passivo muito grande de casos acumulados que deixam essas pessoas em situação temporária de proteção. Ser solicitante de refúgio já traz alguns direitos, como o de não ser devolvido a seu país de origem e o de receber CPF e Carteira de Trabalho, mas, ainda assim, é uma situação temporária de proteção.

Como o maior número de pedidos de refúgio no Brasil vem de venezuelanos, é preciso que o Conare (Comitê Nacional para os Refugiados) faça um esforço e delibere sobre esses casos. Agora, veja: a lei brasileira de refúgio não fala apenas em "fundado temor de perseguição", mas também em "grave e generalizada violação de direitos humanos". Esse seria um caminho para a concessão de refúgio. Então, o Brasil precisa se posicionar com mais clareza a respeito da concessão de refúgio. O que não pode é se acomodar e deixar as pessoas que procuram refúgio como forma de proteção sem uma resposta.

JOÃO CARLOS JAROCHINSKI Para conceder refúgio é preciso, antes, fazer uma análise de cada caso. Você pode ter ditadura ou outros tipos de governo que possam gerar perseguição, mas a concessão do refúgio dependerá de o solicitante

comprovar o “fundado temor de perseguição”. Depende da análise de cada caso e do conjunto probatório que está ali naquela solicitação.

O contraditório é que o Brasil tem um discurso contundente contra a Venezuela, mas não sequer reconhece os venezuelanos como refugiados pela segunda hipótese possível pela lei brasileira, que é o de “grave e generalizada violação de direitos humanos”.

O que acontece na Venezuela, em relação aos atendimentos médicos, em relação à questão alimentar, é um dado que justificaria o reconhecimento de “grave e generalizada violação de direitos humanos”. Isso o governo brasileiro tende a não conceder, por razões políticas. Apesar do tratamento crítico [do governo brasileiro em relação a Maduro], há interesses comuns. É um país fronteiro. Além disso, teme-se que isso possa gerar aumento da demanda, já que a lei de refúgio dá mais garantias [que as demais leis brasileiras de migração. Por exemplo: a regra de não devolução do solicitante ao país de origem, conhecida como regra de non refoulement].

O presidente fala da dimensão humanitária da resposta brasileira à imigração venezuelana, mas levou para reunião em Boa Vista apenas ministros das áreas militar e de segurança pública. Não estavam presentes ministros da Saúde, do Trabalho, dos Direitos Humanos e da Educação. Há uma contradição nisso?

CAMILA ASANO Há uma enorme contradição na fala do presidente Temer. Ele diz que há uma abordagem humanitária, mas a resposta tem sido desenhada mais no âmbito da segurança. Isso mostra uma visão anacrônica, de que a abordagem do tema migratório está mais no âmbito da segurança nacional do que no âmbito dos direitos humanos. Além de anacrônico, vai contra a própria Lei de Imigração que entrou em vigor no Brasil [regulamentada em novembro de 2017]. Essa nova lei trouxe uma mudança de paradigma. Antes, o Estatuto do Estrangeiro via a questão da imigração como uma questão de segurança nacional. A nova lei vê como uma questão de direitos humanos.

É preocupante a fala do presidente Temer que, em alguns aspectos, fala em maior controle de fronteira e em respostas militarizadas. No entanto, é positivo quando ele traz a dimensão humanitária. A questão é converter isso em ações concretas, dando soluções jurídicas para essa população. A nova lei dá autorização de residência por razões humanitárias. Isso deveria ser aplicado aos venezuelanos

que não buscarem o refúgio, pois seria condizente com a fala do presidente e com a posição do Grupo de Lima [formado pelos governos do Brasil, Argentina, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai e Peru, no dia 8 de agosto de 2017 para assumir posições coletivas na região a respeito da crise venezuelana], do qual o Brasil faz parte, e que classifica a situação venezuelana como uma crise humanitária de fato.

JOÃO CARLOS JAROSCHINSKI Tem uma contradição, sim. Quem está construindo essas respostas [federais] é o setor de segurança. A própria demanda apresentada pelos governos locais chama atenção para as questões de segurança e de saúde. Antes da visita do presidente, houve uma visita do Conselho Nacional de Direitos Humanos. Esse Conselho fez algumas recomendações. Parte delas foi incorporada ao discurso de Temer. Mas, efetivamente, na hora de bater o martelo, na hora de o governo federal assumir um compromisso mais efetivo, a predominância foi da área de segurança. Tanto é assim que o ministro que mais tem falado da demanda em relação à Venezuela é [o ministro da Defesa] Raul Jungmann.

Fala-se muito da questão humanitária, mas as ações são muito engessadas ainda, dentro de um panorama de segurança. É contraditório. A questão humanitária está muito no discurso, um discurso que politicamente é interessante para se fazer a crítica da Venezuela, uma vez que atacar o atual governo da Venezuela é também uma forma de atacar forças políticas nacionais, aqui no Brasil.

Esse fluxo é comparável ao fluxo de haitianos, de 2012? O Brasil está aplicando lições aprendidas naquela ocasião?

CAMILA ASANO Ambos são fluxos intensos e por terra, em cidades que não têm expertise nem condições de receber essas populações. Um ponto parecido com o caso dos haitianos é a demora ou a omissão do governo federal em assumir sua responsabilidade na coordenação da resposta ao fluxo migratório.

Muitas lições foram aprendidas naquele momento [em 2012]. A cidade de Manaus, por exemplo, possui hoje um sistema de acolhida que teve como base as lições aprendidas na época dos haitianos. Isso é positivo. Por outro lado, ainda há lições não implementadas, como a interiorização coordenada. É preciso evitar que se repita um erro ocorrido no caso dos haitianos, que foi a ação unilateral do governo do Acre, sem a devida coordenação com o governo do estado e com a prefeitura de

São Paulo [que começou a receber ônibus com haitianos enviados do Acre sem aviso prévio]. Esse ponto é fundamental. E seria inaceitável que isso se repetisse.

JOÃO CARLOS JAROCHINSKI A similaridade está no fato de serem fluxos migratórios nas fronteiras amazônicas, nessa espécie de porta dos fundos, com dificuldade de acesso, de atendimento, com a prevalência de uma visão de que a fronteira é negativa, que ela traz coisas negativas, traz tráfico de pessoas, de drogas, de armas. A fronteira vira a periferia do país, nos dois casos. Mas, no caso dos haitianos, eles têm a questão migratória muito mais presente dentro da sua história. O Haiti tem uma trajetória de mais de cem anos de migrações, o que, obviamente, cria redes migratórias e influencia na maneira de se comportar diante do fenômeno migratório também. Se existe uma nacionalidade que pode ser considerada hiper móvel é a haitiana. No Brasil, assim que os haitianos começaram a sentir os efeitos negativos da crise começaram a se dirigir para o Chile, por exemplo. Eles têm uma perspectiva migratória de pouca vinculação com o destino.

Os venezuelanos são diferentes. Eles são de um país que, tradicionalmente, era um país de chegada de imigrantes. Nos anos 1980, mais de 7% da população venezuelana era de estrangeiros. Não tinha tradição de saída. É algo que está se constituindo agora. Então, é distinto. A forma de lidar com a migração é distinta.

Outra questão: os haitianos usavam o norte como rota de entrada, de passagem. No caso dos venezuelanos, há uma grande permanência na fronteira, que é o que garante vinculação com o local de origem, que permite fazer o circuito rodoviário e permite a remessa de dinheiro em espécie [de volta para a Venezuela]. Eles também compram os produtos e mandam para lá, pois às vezes não adianta enviar dinheiro, pois os produtos, lá, simplesmente não existem.

Matéria 2

6 de março de 2018

3 dados sobre venezuelanos no Brasil que contrariam o senso comum

João Paulo Charleaux

Estudo analisa a explosão do fluxo de imigrantes em 2017 e mostra o perfil de quem solicita a permanência em território brasileiro

O fluxo migratório que mais cresceu no Brasil nos últimos quatro anos vem da Venezuela. Desde que o país vizinho mergulhou numa crise econômica e política, milhares de venezuelanos passaram a cruzar a fronteira em busca de recursos e de proteção.

Mais de 1 milhão de venezuelanos saíram do próprio país entre 2014 e 2017, de acordo com o Acnur (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados). Entretanto, especialistas em migração dizem que é difícil precisar o número de imigrantes que permanecem no Brasil, dado que, por muitos meses, sobretudo no ano de 2015, muitos deles cruzaram a fronteira apenas para comprar alimentos e remédios, antes de voltar para o próprio país, num movimento chamado “pendular”. O principal destino dos venezuelanos é a Colômbia – com pelo menos 550 mil imigrantes até hoje. O Brasil tem entre 40 mil e 60 mil, de acordo com as estimativas, que levam em conta imigrantes documentados e sem documentos. Os dados oficiais dão conta de 30 mil pedidos de regularização, mas organizações do setor afirmam tratar-se de um registro incompleto e conservador.

Um grupo específico de imigrantes venezuelanos tem entrada no país pedindo proteção por “temor de perseguição por razões políticas” – são os solicitantes de “refúgio”. O gráfico abaixo mostra como esse grupo cresceu entre 2015 e 2017:

- **MAIS VULNERÁVEIS**

No Brasil, ao pedir refúgio, o imigrante recebe documentos que o permitem estar legalmente no país imediatamente. Além disso, ele não pode ser devolvido a seu próprio país de origem, dado o temor de perseguição. Enquanto dura a análise do caso, o solicitante de refúgio pode trabalhar e estudar legalmente.

- **Percepção distorcida**

Embora os dados mostrem uma explosão no número de entrada de venezuelanos de 2016 para 2017, o número é considerado baixo em termos absolutos, quando comparados com o tamanho da população do Brasil, a extensão territorial e a realidade de outros países de porte semelhante, como dizem os especialistas abaixo:

“O país [Brasil] registra um número baixo de imigrantes, em comparação com o PIB, com a extensão territorial e com a população total. Todos os imigrantes, regulares e irregulares, correspondem hoje, no Brasil, a 1% da população total do país. Nos EUA, é 14%. Na Argentina, 4%. O Brasil recebe pouco e poderia receber muito mais”

Camila Asano

Coordenadora do Programas da ONG Conectas Direitos Humanos, em entrevista ao Nexo

“Em termos nacionais, o número de entrada de venezuelanos é muito baixo. Estamos falando, na hipótese mais exagerada, em 60 mil (...) O Brasil tem 1% de imigrantes. A média mundial é de 3,7%”

João Carlos Jarochinski

Coordenador do curso de relações internacionais da Universidade Federal de Roraima, em entrevista ao Nexo

Ainda assim, monitoramento das redes sociais feito pela FGV (Fundação Getúlio Vargas) em janeiro e fevereiro de 2018 mostrou “predomínio geral de posicionamentos contrários ao acolhimento de imigrantes no estado [de Roraima], cuja capital, Boa Vista, enfrenta problemas logísticos e financeiros para recebê-los em dignas condições”.

- PORTA DE ENTRADA

Parte da percepção negativa pode estar ligada a preconceitos em relação aos imigrantes – de que são excessivamente numerosos ou pouco instruídos.

Entretanto, pelo menos três dados colhidos em setembro de 2017, pelo Conselho Nacional de Imigração, mostram o contrário:

Mitos e verdades

SOBRECARGA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Os dados mostram que “48,4% dos venezuelanos em Boa Vista, até outubro de 2017, não utilizaram qualquer serviço público”. A percepção de sobrecarga no serviço público deveria levar em conta, segundo estudo feito pela DAPP (Diretoria de Análise de Política Públicas) da FGV, que “a prefeitura [de Boa Vista], sem o apoio dos governos estadual e federal para atrair projetos de desenvolvimento econômico para a região, não consegue prover o necessário a uma população majoritariamente desempregada, ou inserida no mercado informal, e pouco instruída.” A sensação de sobrecarga está mais ligada a problemas estruturais brasileiros do que à ideia de que os venezuelanos são os responsáveis pela piora dos serviços.

NÍVEL DE ESCOLARIDADE

Outro preconceito comum está ligado à ideia de que os imigrantes são sub-qualificados ou simplesmente não são instruídos. Os dados, no entanto, mostram o contrário. Dos venezuelanos que haviam entrado no Brasil até 2017, 78% possuíam nível médio completo e 32% tinham ensino superior completo ou nível de pós-

graduação. O estudo da FGV alertou para o fato de que “os venezuelanos não indígenas que migram para Boa Vista possuem nível de escolaridade superior à média da população local”.

DESOCUPAÇÃO

Outra sensação é a de que os imigrantes venezuelanos roubam empregos ou simplesmente fazem crescer a fila de desempregados. Nesse sentido, os dados mostram que não há variação significativa sobre um fator ou outro. Em 2017, 60% dos imigrantes venezuelanos estavam empregados em alguma atividade remunerada e enviavam remessas para familiares na Venezuela. “Apesar de subvalorizada profissionalmente, é uma imigração que traz benefícios para o Brasil”, diz a FGV. “Em níveis gerais, o percentual dos venezuelanos inseridos no mercado formal de emprego, 28%, não é muito diferente do percentual de brasileiros, 29,3%, em 2015”, conclui o estudo.

Matéria 3

3 diferenças entre as migrações haitiana e venezuelana no Brasil

13 de março de 2018

João Paulo Charleaux

Ondas migratórias recentes desafiam governo e sociedade, embora percentual total de estrangeiros no país seja baixo

Em 2010, foi o Haiti. Em 2018, a Venezuela. Em menos de uma década, a sociedade civil e o governo brasileiro foram confrontados duas vezes com ondas migratórias provocadas por crises econômicas, políticas e sociais nesses dois países.

O número total de imigrantes presentes no Brasil é pequeno, não passa de 1% da população total. No mundo, a média é de pouco mais de 3%. Ainda assim, o aumento súbito de entrada de haitianos e venezuelanos em território nacional deu destaque incomum ao tema, causando a sensação de que ambos os fluxos migratórios superam a capacidade de absorção.

Parte dessa sensação é provocada pelo fato de pequenos municípios, com pouca estrutura de serviços públicos, terem arcado praticamente sozinhos com a chegada desses imigrantes – Brasileia, no Acre, no caso dos haitianos; e Pacaraima, em Roraima, no caso dos venezuelanos. Só depois, governos estaduais e federal vieram em socorro.

Foi o número de imigrantes haitianos no Brasil entre 2010 e 2016

40 mil

Era o número estimado de imigrantes venezuelanos no Brasil até o fim de 2017

Por que os venezuelanos migram

A Venezuela enfrenta uma grave crise política e econômica que faz com que milhares de cidadãos fujam do país, cruzando fronteiras internacionais.

A oposição acusa o presidente, Nicolás Maduro, de comandar uma ditadura. O governo acusa a oposição de tramar um golpe de Estado.

A ONU (Organização das Nações Unidas) relata prisões por razões políticas, tortura e morte, enquanto o Procuradoria do Tribunal Penal Internacional investiga informações de indivíduos e organizações que atribuem a Maduro crimes contra a humanidade. Faltam comida, itens de higiene e remédios no país.

Por que os haitianos migram

A onda migratória haitiana para o Brasil teve início em 2010, após um terremoto que devastou o país. A tragédia humanitária, no entanto, é muito anterior.

Desde 2004, o Brasil já comandava as tropas da ONU no país, que enfrentava violência e instabilidade política, ligadas a períodos ditatoriais anteriores.

A imigração é mais presente na história haitiana do que venezuelana, pois as sucessivas ondas de crises políticas e de desastres naturais obrigaram muitos moradores do país a buscarem alternativas definitivas de saída.

A chegada de haitianos e de venezuelanos

Haitianos e venezuelanos não vieram apenas para o Brasil, mas encontraram no país um importante destino.

No caso dos haitianos, pelos laços criados ao longo de 13 anos de operações de paz e da promoção exaustiva de uma imagem positiva brasileira lá. No caso dos venezuelanos, sobretudo pela fronteira física entre os dois países, pela proximidade.

Embora as duas ondas migratórias tenham algumas semelhanças entre si, há pelo menos três diferenças que chamam a atenção de pesquisadores e de organizações que trabalham com o tema.

Três diferenças

INTERIORIZAÇÃO

Os haitianos chegaram principalmente pelo Acre. De lá, queriam rapidamente sair pelo Brasil, em busca de emprego e de renda. Os venezuelanos chegam por Roraima e muitos preferem ficar por lá. Isso ocorre porque eles têm esperança de poder regressar rapidamente ao próprio país. Além disso, muitos fazem do Brasil apenas um ponto de abastecimento para os produtos que faltam na Venezuela.

MULHERES

De acordo com a Pastoral do Migrante, o número de mulheres imigrantes haitianas sempre foi muito menor que o número de homens, no Brasil. Em 2014, por exemplo, um dos momentos de mais alto fluxo, a presença de mulheres haitianas era de apenas 7%. No caso das venezuelanas, é diferente. De acordo com um estudo demográfico publicado em 2017, as mulheres venezuelanas representavam 37% do total de imigrantes. Isso ocorre porque a rota, no caso da Venezuela, é tida como mais direta e segura para a viagem em família.

RESPOSTA DO GOVERNO

A resposta do governo brasileiro à imigração haitiana foi considerada desorganizada por entidades de direitos humanos que monitoram a questão. Além dos abrigos insalubres na fronteira, havia desorganização entre os governos municipal, estadual e federal – a tal ponto de o governo do Acre fechar abrigos e embarcar imigrantes para São Paulo, em ônibus, sem aviso prévio. Foi criado um improviso legal chamado “visto humanitário”, para possibilitar a permanência dos haitianos. No caso dos venezuelanos, há uma nova lei (a nova Lei de Migração), que pretende facilitar a concessão de visto. Além disso, após a experiência haitiana, os governos envolvidos se anteciparam em criar uma força tarefa que pretende ser mais articulada.

Matéria 4

22 de março de 2018

Os 3 ataques cometidos contra imigrantes venezuelanos em Roraima

João Paulo Charleaux

Em dois meses, polícia registrou agressões, expulsões e incêndios criminosos contra famílias que buscam abrigo no Brasil

De acordo com os dados oficiais, o Brasil tinha, até o fim de 2017, pelo menos 40 mil imigrantes venezuelanos. Essa população toda cruzou a fronteira, principalmente pelo estado de Roraima, em busca de alimentos, trabalho e até de proteção contra perseguições políticas no país vizinho.

Para cidades relativamente pequenas, como a capital Boa Vista, além de Pacaraima e Mucajaí, o fluxo é grande. Comparados com a população brasileira como um todo, no entanto, é inexpressivo - todos os imigrantes existentes no Brasil, somados, não chegam a 1% da população, quando a média mundial é de mais de 3%.

Superlotação, incerteza e atritos

Desde o mês de fevereiro de 2018, Roraima registrou pelo menos três ataques claramente dirigidos contra imigrantes venezuelanos.

Além desses ataques, de maior repercussão, houve também registro de brigas menores, entre os próprios venezuelanos. Esses casos ocorrem sobretudo quando imigrantes são colocados em locais precários e insalubres, às vezes superlotados.

O abrigo Tancredo Neves, por exemplo, chegou a ter 500 imigrantes em Boa Vista. Ali houve discussões e brigas sobre questões como o furto de bicicletas, envolvendo às vezes apenas venezuelanos, e às vezes venezuelanos e brasileiros.

Os casos mais graves, descritos abaixo, ocorreram num intervalo de menos de dois meses. O caso mais recente envolve um ataque coletivo contra um abrigo de imigrantes. Os outros dois são atribuídos a um imigrante a Guiana, Gordon Fowler, que confessou ter lançado bombas incendiárias contra dois locais onde venezuelanos viviam porque “pegou raiva” deles.

3 casos de maior repercussão

19 DE MARÇO

Um grupo de 300 brasileiros expulsou 200 venezuelanos de um abrigo na capital de Roraima e queimou os pertences desses imigrantes em seguida.

8 DE FEVEREIRO

Um cidadão da Guiana - imigrante que vive no Brasil- foi acusado de atear fogo durante a noite numa casa em que viviam 14 adultos e uma criança de 3 anos, todos eles imigrantes venezuelanos. A criança e os pais foram hospitalizados com queimaduras graves.

5 DE FEVEREIRO

Um homem lançou uma bomba incendiária contra uma casa na qual viviam 31 imigrantes venezuelanos. Uma mulher teve o corpo queimado. A polícia suspeita que os ataques de 5 e de 8 de fevereiro tenham sido cometidos pela mesma pessoa. O ataque mais recente, do dia 19 de março, ocorreu após o velório do brasileiro Eulis Marinho de Souza, de 49 anos. Ele morreu depois de uma briga, no dia

anterior, com o venezuelano Luiz José Figuera Gullen, de 19 anos, que também morreu na briga.

Após o velório de Souza, um grupo de 300 brasileiros foi até um abrigo de venezuelanos para queimar pertences e espalhá-los pelas ruas, no município de Mucajaí.

“Não aguentamos mais a presença deles. Queremos que as autoridades façam alguma coisa. Há muitos roubos e furtos em nossa cidade”

João Batista

Pastor evangélico em Mucajaí, em declaração ao jornal O Estado de S. Paulo, publicada no dia 20 de março de 2018

“O que é mais preocupante é que a gente percebe uma onda de levantes nesse sentido. Há informação não confirmada de que estão marcando outras manifestações desse tipo”

Telma Lage

Coordenadora do Centro de Migrações e Direitos Humanos da Diocese de Roraima, em depoimento dado à Folha de S.Paulo, publicado no dia 20 de março de 2018

O governo do estado de Roraima e as prefeituras envolvidas com a imigração venezuelana têm pedido ajuda do governo federal para lidar com o fluxo.

No dia 12 de fevereiro, o presidente Michel Temer esteve em Boa Vista anunciando a liberação de recursos. O plano do governo é acelerar a “interiorização” dos venezuelanos. A expressão é usada para se referir ao envio desses imigrantes de Roraima para outras partes do Brasil, como forma de aliviar a pressão nas administrações locais.

Matéria 5

23 de maio de 2018

Quais as críticas ao uso de militares na assistência a imigrantes

João Paulo Charleaux

Conselho Nacional de Direitos Humanos pede a Temer que reveja o papel das Forças Armadas na acolhida a venezuelanos

Um mesmo fato está sendo celebrado e lamentado, ao mesmo tempo, por instituições de visões opostas no nível federal: a política de acolhida e de manejo dos 111.581 venezuelanos que entraram no Brasil entre 2017 e os três primeiros meses de 2018.

A Operação Acolhida, como é chamada, foi um sucesso, na visão da Casa Civil, do Ministério da Defesa e da Presidência da República. Porém, para o Conselho Nacional de Direitos Humanos, essa operação teve a característica nociva de “militarizar a resposta humanitária” dada à questão migratória no Brasil, ao delegar às Forças Armadas papel central na questão.

O Conselho Nacional de Direitos Humanos foi criado por lei federal e é formado por representantes do Ministério Público Federal, da Defensoria Pública da União e de outros órgãos públicos, além de organizações da sociedade civil.

Sua função é apurar condutas contrárias aos direitos humanos e sugerir políticas para o setor. E as críticas constam de um relatório técnico publicado na sexta-feira (18), após visitas realizadas por membros do conselho nos estados de Roraima, Pará e Amazonas.

As críticas apresentadas nesse caso foram rechaçadas em nota, tanto pela Defesa quanto pela Casa Civil. Ambos órgãos disseram que sequer reconhecem o termo “militarização da resposta humanitária”, usado pelo conselho.

A questão do marco legal

O debate reflete uma disputa existente, não apenas no Brasil, sobre a crescente mistura de ações militares e humanitárias sob um mesmo guarda-chuva.

O agravante, no caso brasileiro, é que o Estatuto do Imigrante, criado em 1980, durante o regime militar, foi sendo substituído, em 2017, por uma nova Lei de Migração.

O estatuto punha sobre o fenômeno migratório e os estrangeiros de maneira geral um caráter de segurança nacional, com grande protagonismo dos órgãos de segurança. A nova lei propõe uma gestão civil e humanitária do assunto.

Para o Conselho Nacional de Direitos Humanos, esse avanço legislativo, conquistado depois de 38 anos, está sendo colocado sob risco pela forma como o Brasil maneja o primeiro grande caso de migração desde que a nova lei passou a existir.

As críticas aos militares

O conselho pediu que o presidente Michel Temer reavalie sua “decisão pela militarização da resposta humanitária à chegada de venezuelanos” no Brasil.

Para o órgão, “a adequada acolhida de migrantes envolve aspectos de documentação, abrigamento e acesso a direitos, competências que fogem ao escopo constitucional das funções das Forças Armadas”.

No relatório técnico, o conselho diz que – embora, formalmente, o comando das ações tenha sido delegado à Casa Civil, e a Defesa tenha ficado com o papel executivo – “é a Defesa quem tem desempenhado papel de liderança no desenho das ações, coordenação das atividades e sua execução” na prática.

“As Forças Armadas são responsáveis pela defesa do Brasil e, se eles assumem as funções sociais e humanitárias no campo da imigração, estão demonstrando que o governo brasileiro vê o imigrante como uma pessoal a qual ele precisa se defender”, disse o órgão ao Nexo, por escrito, nesta quarta-feira (23).

Outra queixa diz respeito a um repasse de R\$ 190 milhões feito ao Ministério da Defesa para custear as operações, por meio da Medida Provisória 823. O conselho se queixa da dificuldade de acompanhar esses gastos, pois a área da Defesa pode alegar razões de segurança para não entregar informações.

O relatório não faz qualquer referência a queixas de imigrantes em relação ao uso da força pelos militares no processo de acolhida.

O que dizem a Casa Civil e a Defesa

Por meio de nota, a Casa Civil disse ao Nexo que “a assistência aos venezuelanos é definida pelo Comitê Federal de Assistência Emergencial (decreto 9.286/2018), composto por 12 ministérios e presidido pela Casa Civil”, e não pelas Forças Armadas.

A pasta disse ainda que “a operação local é conduzida por equipes desarmadas de militares, dada sua ampla experiência com o terreno de fronteira, com logística e com a montagem de estruturas temporárias”.

Para o órgão, “é incorreto se referir a uma militarização da resposta humanitária”, pois “a gestão dos abrigos e o acolhimento de imigrantes são tarefas conduzidas pelo Acnur [Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados] e por ONGs, principalmente pela Fraternidade Sem Fronteiras, em estreito relacionamento com o Ministério do Desenvolvimento Social”.

Sobre o acompanhamento dos gastos dos R\$ 190 milhões, a Casa Civil disse que “recursos financeiros investidos na operação podem ser consultados via Portal da Transparência”.

Como é o debate no mundo

A mais antiga organização humanitária do mundo, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, chamou atenção, já em 2011, para “a crescente politização e militarização” da ajuda humanitária.

Em situações de guerra, essa militarização se expressa no fato de militares que compõem, por exemplo, tropas de paz das Nações Unidas, realizarem tanto operações de distribuição de alimentos e abrigos quanto operações que envolvem o uso da força, como a captura de pessoas procuradas ou o enfrentamento contra grupos armados locais.

Essa mistura de papéis, diz a Cruz Vermelha, traz riscos para os civis e para os trabalhadores humanitários que não são militares, uma vez que a confusão de identidades pode tornar todo funcionário de ONG um alvo em potencial de retaliações de grupos locais, que passam a confundir, por exemplo, médicos e soldados.

No Brasil, operações como essas foram realizadas nos 13 anos de participação na missão de paz no Haiti. O Exército Brasileiro costuma se referir às ações de força como “braço forte” e às ações de assistência como “mão amiga”.

O caso dos imigrantes venezuelanos no Brasil não envolve um quadro de violência, mas, no Rio de Janeiro, onde o Exército realiza as chamadas “ações cívico-sociais” em paralelo às operações de GLO (Garantia da Lei e da Ordem), essa mistura também acontece.

Ao referir-se especificamente à questão dos imigrantes venezuelanos, o relatório do Conselho Nacional de Direitos Humanos mostra, ao mesmo tempo, preocupação com o que pode se tornar uma tendência preocupante.

Matéria 6

21 de agosto de 2018

Como a migração venezuelana testa os países vizinhos

João Paulo Charleaux

Fechamento de fronteiras, restrição aos serviços de saúde e exigência de passaporte estão entre políticas restritivas impostas por líderes sul-americanos. Aproximadamente 2,3 milhões de venezuelanos haviam abandonado o próprio país entre janeiro de 2014 e junho de 2018 na direção de países vizinhos, como

Colômbia e Brasil, ou de países próximos, mas não fronteiriços, como Equador e Peru, de acordo com as Nações Unidas.

Esse fluxo migratório – provocado pela crise política, econômica e humanitária que a Venezuela atravessa – foi classificado pelo secretário-geral da OEA (Organização dos Estados Americanos), o uruguaio Luis Almagro, como “o assunto mais grave do hemisfério”. De acordo com ele, essa situação, que já é “desesperadora”, “pode piorar” ainda mais nos próximos meses.

A reação dos países da região à imigração venezuelana variou ao longo do tempo (no início, mais permissiva, em seguida, mais restritiva) e no espaço (Colômbia e Brasil têm leis e práticas mais abertas, enquanto Equador e Peru impõem mais restrições).

Cada um desses contrastes se deve à pressão exercida pela própria sociedade civil de cada país em relação aos imigrantes, às diferenças no ordenamento jurídico de cada Estado e aos interesses políticos e eleitorais de cada governo.

Tantas divisões já preocupam a OEA. Almagro solicitou na segunda-feira (20) a convocação de seu Conselho Permanente dentro de um prazo máximo de duas semanas. “Devemos resolver esse problema de forma multilateral e coletiva”, disse o secretário-geral da organização que congrega 35 países.

Uma ‘tecnicidade’ importante

Há pelo menos dois grandes grupos de imigrantes venezuelanos, de acordo com o direito aplicável à questão migratória. O primeiro grupo, genérico, é o dos chamados “imigrantes econômicos” – pessoas que deixam o país em busca de melhores condições de vida no exterior.

O segundo grupo é o dos “solicitantes de refúgio” – pessoas que deixam o país com base num fundado temor de perseguição. No caso venezuelano, por perseguição política; em outros contextos pelo mundo, pode se tratar também de perseguição racial, religiosa e até de gênero.

Os “imigrantes econômicos” são frequentemente mais maltratados do que os “solicitantes de refúgio”. Isso ocorre principalmente porque a lei que prevê a proteção aos refugiados é mais robusta e impositiva, enquanto os trabalhadores migrantes são legalmente mais desamparados.

Muitos especialistas consideram essa divisão artificial e inapropriada para lidar com os fluxos migratórios. Entretanto, a despeito do debate acadêmico, é o que existe na prática.

Com base nisso, muitos países – não apenas sul-americanos e não apenas no caso da imigração venezuelana – estabelecem cotas de recepção a refugiados, enquanto fecham as portas para imigrantes econômicos, usando para isso um argumento moral de fundo humanitário, no sentido de proteger os mais necessitados.

Esse argumento é um dos que aparece, por exemplo, no decreto emitido no dia 1º de agosto pela governadora do estado de Roraima, Suely Campos (PP), quando ela decidiu restringir a entrada de venezuelanos pela cidade fronteira de Pacaraima – decisão que acabaria invalidada na sequência pelo Supremo Tribunal Federal e que retornaria à pauta a partir de declarações do senador Romero Jucá (MDB-RR).

No decreto de agosto, Suely Campos se referia à “ineficiência das ações federais no controle das fronteiras, permitindo que pessoas que não se enquadram na situação de refugiados ingressem em território nacional de forma indiscriminada”.

O argumento de Suely Campos já havia aparecido em 16 de janeiro de 2018, quando o presidente da França, Emmanuel Macron, disse o seguinte, para justificar a seleção de imigrantes que chegam ao país: “Nós não podemos integrar todos os que vêm de países em paz, mas nosso dever é o de proteger os que são perseguidos” – sendo a palavra “perseguidos” o que diferencia refugiados de imigrantes econômicos.

A abordagem da Colômbia

Desde o início da crise, a Colômbia é o país que mais recebe imigrantes venezuelanos. Até julho de 2018, 870.093 cidadãos venezuelanos viviam no país, incluindo imigrantes regulares, irregulares e em processo de regularização.

“A Colômbia entrega uma permissão de residência chamada PEP (Permissão Especial de Permanência), mas poucas pessoas pedem refúgio na Colômbia, porque, lá, o solicitante de refúgio não pode trabalhar”, disse ao Nexo Camila Asano, coordenadora de Programas da ONG Conectas Direitos Humanos, que esteve em agosto na fronteira da Colômbia com a Venezuela.

Ela diz também que “há um risco de aumento de apatridia, porque filhos de venezuelanos irregulares, nascidos na Colômbia, encontram dificuldade, uma vez que a Constituição colombiana diz que são colombianos aqueles nascidos de pais

colombianos ou nascidos na Colômbia de pais que sejam domiciliados, e aí vem a interpretação do que seja um estrangeiro domiciliado ou não”.

O país tem sido escolhido como destino preferencial graças à proximidade física, ao idioma espanhol e às condições econômicas e políticas estáveis. E também por ser um corredor de passagem para países como o Peru e o Equador (principalmente), além de Chile e Argentina (em menor número).

Pelo menos 58% dos venezuelanos que entraram na Colômbia pelo norte do país saíram na sequência pela passagem fronteiriça de Rumichaca, na fronteira com o Equador, ao sul. O número de venezuelanos que passam para o Peru não foi informado pelo governo colombiano.

Por isso, o governo colombiano protestou quando os governos equatoriano e peruano tomaram medidas restritivas.

As abordagens de Equador e Peru

A exigência imposta pelos governos do Equador e do Peru a partir do último sábado (18) não é extraordinária. Os dois países apenas passaram a exigir que os imigrantes venezuelanos apresentassem um passaporte válido para entrar.

Porém, o que seria corriqueiro se converteu num empecilho intransponível, dadas as restrições na emissão de passaportes pelo governo venezuelano – cujas razões vão da simples falta do papel para confeccionar o documento (razão dada pelo governo) à seleção de quem merece ou não merece ter um passaporte venezuelano, com base em critérios políticos (razão dada pela oposição).

“Exigir passaporte foi, na prática, proibir a entrada dos venezuelanos”, diz Asano, da Conectas. “São pouquíssimos os venezuelanos que dispõem de passaporte válido hoje.”

A partir da nova norma, imigrantes venezuelanos passaram a entrar no Equador “camuflados em carrocerias de caminhões e passando por trilhas sem controle policial”, de acordo com o jornal equatoriano El Universo.

O Peru estabeleceu a mesma exigência, mas pelo menos deu prazo para os venezuelanos se prepararem: a nova norma, no caso peruano, entra em vigor a partir do próximo sábado (25).

“Exigir passaporte de venezuelanos, quando sabemos que o governo deles não está expedindo o documento, é castigar o povo pelos erros de seus mandatários”, criticou Christian Krüger Sarmiento, diretor-geral de Migrações da Colômbia. “Não

podemos esquecer que os cidadãos venezuelanos não estão saindo de seu país porque querem, mas por culpa da expulsão que lhes foi imposta pelo senhor [Nicolás] Maduro [presidente da Venezuela]”.

A abordagem do Brasil

IMIGRANTE VENEZUELANA PASSA DIANTE DA POLÍCIA EM PACARAIMA

O quarto país com papel preponderante na crise venezuelana é o Brasil. De acordo com os dados mais recentes disponibilizados pela Casa Civil, 58.810 cidadãos venezuelanos entraram e permaneceram no país desde o início da crise, enquanto 68.968 entraram e saíram em seguida, seja na direção de outros países, seja de volta para a Venezuela.

Diferentemente de Colômbia, Equador e Peru – países nos quais as decisões do governo central têm sido preponderantes –, no Brasil, há uma batalha que opõe diversas instâncias da Justiça, além de governos do município, do estado e da União, o que tem provocado a alternância de políticas muitas vezes contraditórias entre si.

A sequência de idas e vindas, no caso brasileiro, é vertiginosa: o governo de Roraima, por exemplo, já tentou restringir o acesso aos serviços de saúde e educação para os imigrantes venezuelanos que não portassem documentos. A medida foi questionada no dia seguinte pela Defensoria Pública da União e pelo Ministério Público Federal. Logo depois, um juiz federal mandou suspender a entrada de venezuelanos pela cidade de Pacaraima, até que, por fim, o Supremo terminou por proibir o fechamento da fronteira e um desembargador cassou completamente a suspensão da entrada de venezuelanos em Roraima.

No meio do embate entre políticos e juízes, a população de Pacaraima foi às ruas e expulsou imigrantes venezuelanos da cidade no sábado (18), queimando pertences dos imigrantes e enxotando mulheres e crianças pela fronteira, enquanto cantavam o hino nacional. Havia suspeita de que um grupo de venezuelanos havia agredido um comerciante local.

Após o incidente, o governo federal anunciou o envio de 1.200 homens da Força Nacional para Roraima e se comprometeu a acelerar o processo de “interiorização” desses imigrantes – “interiorização” é o nome dado à estratégia de dispersão de imigrantes por outras partes do Brasil.

Matéria 7

7 de agosto de 2018

O debate jurídico sobre venezuelanos no Brasil em 5 pontos

João Paulo Charleaux

Decretos e decisões judiciais contraditórias tornam incerta a situação de milhares de imigrantes e refugiados que procuram proteção em Roraima

Venezuelana na cozinha improvisada em um ginásio transformado em abrigo para venezuelanos em Caimbé, bairro de Boa Vista, em Roraima

Uma série de decretos, ações civis públicas e decisões judiciais fizeram com que a bússola que orienta a política migratória brasileira desses giros radicais e completamente contraditórios no intervalo de apenas uma semana.

Os pivôs da situação são os imigrantes venezuelanos que vêm entrando no Brasil pela fronteira em Roraima. A estimativa é que entre 40 mil e 60 mil deles tenham entrado no país – um pouco menos do que a capacidade de estádios como o Maracanã, no Rio de Janeiro, ou o Morumbi, em São Paulo, por exemplo. A população do estado de Roraima é de 580,3 mil.

O governo de Roraima se diz sobrecarregado por esse fluxo migratório e tenta restringir por diversos meios a entrada desses imigrantes, enquanto o governo federal e organizações de direitos humanos tentam garantir o acesso. No meio, o Judiciário emitiu duas decisões que se chocam.

A situação não é inédita – já ocorreu de maneira semelhante com imigrantes haitianos no Acre em 2013 –, mas adquire nuances renovadas desta vez, refletindo o clima de hostilidade em relação à imigração no mundo, especialmente nos EUA e Europa.

O vai e vem de decisões contraditórias pode ser resumido cronologicamente em cinco passos.

O decreto da governadora

A governadora Suely Campos – candidata do PP à reeleição em outubro – publicou na quarta-feira (1º) o Decreto Estadual 25.681-E, que restringe o acesso de imigrantes venezuelanos a serviços públicos de saúde e educação e determina a “atuação especial das forças de segurança pública” na deportação dos que não têm os documentos requeridos.

No decreto, Suely Campos se refere à “ineficiência das ações federais no controle das fronteiras, permitindo que pessoas que não se enquadram na situação de refugiados ingressem em território nacional de forma indiscriminada”.

O termo “refugiados” usado pela governadora se aplica a pessoas que deixam seu país de origem fugindo de perseguições, por exemplo, por razões políticas, e de graves violações de direitos humanos.

A análise dos pedidos de refúgio é feita caso a caso pelo Conare (Comitê Nacional para os Refugiados). Durante o período de análise do pedido, o solicitante passa a poder residir no Brasil, portando documentos necessários inclusive para trabalhar e abrir conta bancária.

Na prática, o decreto de Suely Campos pode impedir que solicitantes de refúgio venezuelanos entrem no Brasil e apresentem seus pedidos, negando a esse grupo uma proteção outorgada por regras internacionais às quais o Brasil aderiu.

Não é possível saber com precisão qual a condição jurídica em que todos os venezuelanos se encontram no Brasil. Muitos entram e saem da fronteira em curto espaço de tempo, sem necessitar de visto de permanência. Outros permanecem mesmo sem visto.

Dos computados, a Polícia Federal diz que 11.100 têm visto de residência, 35.540 são solicitantes de refúgio e outros 10.100 ainda não tiveram a situação determinada pelas entrevistas de triagem correspondentes.

O questionamento dos órgãos públicos

No dia seguinte à publicação do decreto, quinta-feira (2), a Defensoria Pública da União e o Ministério Público Federal, por meio da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, interpelaram o governo do estado de Roraima.

Ambos disseram que a medida tomada pela governadora do estado era inconstitucional e sugeriram a Suely Campos que revogasse o texto, sob risco de incorrer em “improbidade administrativa”.

Os dois órgãos ingressaram em seguida com uma ação civil pública contra o decreto, dizendo que “os imigrantes e refugiados que chegam ao território roraimense se encontram em situação de extrema vulnerabilidade socioeconômica e, inquestionavelmente, dependem da assistência dos serviços públicos”.

Eles também disseram que a restrição do acesso aos serviços de saúde aos imigrantes venezuelanos expunha toda a população do estado de Roraima ao risco da proliferação de doenças, ameaçando a saúde pública.

Ambos os órgãos também argumentaram que, com o decreto, o governo do estado invadia prerrogativas do governo federal e violava compromissos assumidos pelo

Brasil em documentos internacionais, como a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951.

A decisão da Justiça Federal em Roraima

O caso foi parar nas mãos do juiz federal Helder Girão Barreto, da 1ª Vara Federal do estado de Roraima, que, no domingo (5), expediu decisão liminar (em caráter provisório) suspendendo completamente a entrada de cidadãos venezuelanos da cidade venezuelana de Santa Elena de Uairén para a cidade brasileira de Pacaraima.

De acordo com o juiz, “é necessária uma parada para um balanço das medidas adotadas até então e a implementação de outras, mais efetivas, que assegurem o acolhimento humanitário dos imigrantes venezuelanos, mas também assegurem a fruição dos direitos e garantias dos brasileiros”.

Na liminar, Barreto diz que o estado de Roraima está “muito próximo de um caos social e sanitário sem precedentes para a realidade brasileira”.

Entretanto, apesar de descrever a situação nesses termos, o juiz impugnou o decreto, falando em “oportunismo eleitoral” da governadora. Ele também mandou suspender artigos do texto que impliquem a “discriminação negativa em relação aos imigrantes venezuelanos ou sua deportação e expulsão”.

Um dos principais argumentos do juiz diz respeito ao pacto federativo, que rege aspectos da relação entre União, estados e municípios. “É imperioso rechaçar a ideia de que em matéria de imigração a União tudo pode, e os estados e municípios tudo devem suportar”, diz.

“Roraima não pode ser sufocada pela imigração exponencial de venezuelanos, decorrente da permissividade da União” e “o Estado brasileiro pode adotar a política de imigração que entender, desde que não viole a Constituição Federal e a autonomia dos estados, dos municípios e do Distrito Federal” são alguns dos argumentos expostos por Barreto na liminar.

A decisão do Supremo

Uma semana depois da publicação do decreto da governadora e um dia depois da liminar expedida pelo juiz Barreto, a ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal, proibiu o fechamento da fronteira com a Venezuela. Essa é a decisão que vale, por ser o Supremo uma instância superior às demais.

Apesar da sincronicidade com a publicação do decreto de Suely Campos e com a liminar expedida pela Justiça Federal em Roraima, que havia ordenado o fechamento das fronteiras, a decisão de Rosa Weber está ligada a um episódio ocorrido quatro meses atrás, em abril.

À época, o governo do estado de Roraima havia ajuizado uma ação contra a União no Supremo, a ACO (Ação Cível Originária) 3121, pedindo para fechar as fronteiras. A ação só foi julgada agora. E a resposta foi negativa.

Rosa Weber argumentou que a decisão de fechar uma fronteira é “ato reservado ao chefe de Estado [presidente da República]” e não pode, portanto, ser decretada por uma governadora de estado, nem por um juiz federal, como veio a acontecer.

“Assento, inicialmente, a competência originária desta Suprema Corte para o julgamento do feito, uma vez que veicula situação de típico conflito federativo”, disse ainda a ministra, em trecho que dialoga com a liminar que veio a ser expedida por Barreto depois.

A cassação da liminar

Na terça-feira (7), o desembargador Kassio Marques, da 1ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Roraima, suspendeu os efeitos da liminar que havia sido expedida antes pelo juiz Barreto.

Na prática, a decisão de Marques redundava com a decisão de Rosa Weber, no sentido de manter as fronteiras abertas. A diferença é que a decisão do Supremo não foi tomada exatamente em contraposição à liminar de Barreto, mas a uma provocação feita pelo governo do estado em abril, enquanto a decisão do desembargador foi tomada especificamente para tirar o efeito da liminar do juiz Barreto.

O desembargador disse que Barreto, da 1ª Vara Federal do estado de Roraima, não é competente para tratar da questão, cujo mérito já estava em curso no Supremo.

Quais as razões da imigração venezuelana

VÍDEO As origens da crise na Venezuela

O afluxo teve início com a degradação da situação política, econômica e humanitária na Venezuela, onde o presidente, Nicolás Maduro, vem sendo acusado por organizações de direitos humanos de comandar uma ditadura e de cometer “crimes contra a humanidade” na perseguição a seus opositores.

O país vive uma hiperinflação perto de 14.000% e faltam produtos nas prateleiras de farmácias e supermercados. Relatores das Nações Unidas falam em censura, perseguição, tortura e mortes de dissidentes do governo.

Maduro, por sua vez, se diz cercado por uma oposição intransigente e antidemocrática, que, não sendo capaz de derrotá-lo nas urnas, alia-se a organizações e governos de outros países para desestabilizar seu mandato.

Os EUA já falaram no uso de força militar para mudar o governo da Venezuela, o que dá a medida do nível das tensões políticas, sociais e militares envolvidas na disputa, que levam milhares de cidadãos a fugirem do país em busca de proteção.

Mais de 1 milhão de venezuelanos saiu do próprio país entre 2014 e 2017, de acordo com o Acnur (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados). O principal destino dos venezuelanos é a Colômbia – com pelo menos 550 mil imigrantes até hoje.

Matéria 8

20 de agosto de 2018

Há ‘xenofobia institucional’ em Roraima, segundo este pesquisador

João Paulo Charleaux

Para coordenador de relações internacionais da universidade federal do estado, discursos políticos e ações de governo ajudam a criar tensão na fronteira com a Venezuela

Venezuelanos_Pacaraima

IMIGRANTE VENEZUELANA PASSA DIANTE DA POLÍCIA EM PACARAIMA

No sábado (18), um grupo de brasileiros atacou com fogo, paus, pedras e bombas imigrantes venezuelanos na cidade fronteira de Pacaraima, no estado de Roraima. No dia seguinte, pelo menos 1.200 regressaram ao país de origem, de acordo com o Exército Brasileiro. Enquanto caminhavam de volta, ouviam brasileiros cantando o hino nacional e filmando com celulares, em clima de celebração.

No dia em que ocorreram os ataques na cidade de Pacaraima, um comerciante local, brasileiro, chamado Raimundo Nonato, havia sido roubado e espancado na cidade. As suspeitas recaíram sobre um grupo de venezuelanos. Nonato está internado no Hospital Geral de Pacaraima, com traumatismo craniano.

Os precedentes do episódio

O governo do estado de Roraima já vinha se esforçando para restringir a entrada e facilitar a deportação dos venezuelanos que não tivessem os documentos requeridos.

Um decreto publicado no dia 1º de agosto pela governadora do estado, Suely Campos (PP), que busca a reeleição em outubro, ordenou que a polícia impedisse a entrada de certas categorias de imigrantes venezuelanos, restringiu o acesso deles a serviços públicos e orientou a polícia a deportar quem não tivesse documentos.

Suely Campos se referia à “ineficiência das ações federais no controle das fronteiras, permitindo que pessoas que não se enquadram na situação de refugiados ingressem em território nacional de forma indiscriminada”. A medida deu início a uma batalha judicial que acabou com o Supremo suspendendo os efeitos do decreto.

No domingo (19), um dia após os episódios violentos registrados em Pacaraima, Temer convocou uma reunião com a participação dos ministros da Defesa, da Segurança Institucional, da Segurança Pública, das Minas e Energia e da Educação, além do secretário-geral das Relações Exteriores.

O principal anúncio foi o envio de 120 membros da Força Nacional para Roraima, além dos 31 que já estão no estado. O governo também disse que enviará uma equipe técnica para avaliar novas providências e avisou que, se a governadora solicitar, as Forças Armadas podem ser despachadas para o estado com poder de polícia.

O secretário do Gabinete Institucional do governo do estado de Roraima, Marcelo Lopes, disse ao jornal Folha de S.Paulo que o Executivo federal não envia os recursos solicitados pelo governo do estado por causa de uma disputa política. “Nós já pedimos inúmeras vezes o envio das Forças Armadas, e fomos ignorados”, disse Lopes.

Além disso, o governo do estado de Roraima vem pedindo há semanas que o governo federal cubra um gasto de R\$ 184 milhões com os imigrantes. A cobrança, que no início era feita de forma bilateral, se tornou pública com um decreto da governadora Suely Campos.

12 mil

é a população de Pacaraima

3.000

é o número de venezuelanos em Pacaraima

127.778

é o número de imigrantes que entraram por Pacaraima de janeiro de 2017 a junho de 2018, de acordo com o Ministério da Casa Civil

68.968

desse total já deixaram o Brasil, de acordo com a Casa Civil

58.810

estão classificados como “não consta saída”, de acordo com a Casa Civil

A atual governadora de Roraima, Suely Campos, é candidata à reeleição pelo PP. Um de seus adversários na disputa é José de Anchieta (PSDB), que é apoiado pelo senador Romero Jucá, que também busca sua própria reeleição ao Senado.

Ao Nexo João Carlos Jarochinski, coordenador do curso de relações internacionais da Universidade Federal de Roraima e vice-coordenador do programa de mestrado Sociedade e Fronteiras, na mesma universidade, disse que o contexto de disputa política-eleitoral influencia os episódios de violência.

Jarochinski é especialista em migrações e acompanha de perto, desde o início, a dinâmica da chegada de venezuelanos a Roraima.

Quanto desse rechaço é espontâneo, e quanto é motivado pelos discursos dos políticos?

JOÃO CARLOS JAROCHINSKI O estopim é espontâneo. Os fatos ocorridos em Pacaraima, após um assalto com espancamento de um comerciante, e o que já havia ocorrido em Mucajaí, com um assassinato [em 18 de março de 2018], tiveram como estopim episódios violentos.

Entretanto, apesar de o estopim ser espontâneo, ele é bastante validado por uma argumentação política que estabeleceu uma xenofobia institucional, por meio de um decreto [da governadora Suely Campos] e por meio de iniciativas de regulamentação que nem caberiam ao governo do estado, e que estão sendo feitas para controlar o acesso desses imigrantes a alguns serviços. Tudo isso foi reforçado ainda por uma decisão de primeira instância que ordenou o fechamento da fronteira. Então, há uma apropriação política disso, que incentiva, justifica e valida esse discurso, mas o estouro, a ação efetiva mesmo, foi espontânea, em reação a ações violentas.

Qual a influência do calendário eleitoral nessa desarticulação?

JOÃO CARLOS JAROCHINSKI A influência é grande. Não se consegue estabelecer o mínimo diálogo entre as diferentes esferas. A capital, Boa Vista, por exemplo, é ocupada por uma prefeita [Teresa Surita, do MDB] que tem vinculação com [o senador] Romero Jucá [também do MDB]. E aí há uma dificuldade de dialogar com o governo estadual [que é ocupado por Suely Campos, do PP, que disputa a reeleição].

O Jucá [que é candidato à reeleição como senador], percebendo que há um potencial na questão migratória em termos eleitorais, sugeriu há dois ou três anos fechar a fronteira. De repente, isso sumiu da temática dele. E agora está voltando. Ele fala em estabelecer cotas para imigrantes.

Esses entes se agridem mutuamente, e órgãos de imprensa ligados à governadora têm repetido muito que o presidente [Michel Temer, do MDB] tem que lembrar em primeiro lugar que ele é presidente da República, ele não está aqui para auxiliar a reeleição de Jucá, atribuindo a ele, Temer, uma aposta na tática do 'quanto pior, melhor'. Agora, isso é dito por uma governadora que tem índice de rejeição muito alto, e que busca um bode expiatório também.

Esse cenário de disputa tem sido um empecilho para a tomada de respostas articuladas, mesmo com a resposta sendo implementada, na ponta, pelas Forças Armadas, que, no caso de Roraima, têm muito prestígio, têm apoio popular muito grande. Se fosse um apoio entregue por órgãos da sociedade civil, seria ainda um pouco pior, seria mais difícil.

Qual a dificuldade de interiorizar os venezuelanos mais rapidamente, como o Brasil já havia feito no caso dos haitianos?

JOÃO CARLOS JAROCHINSKI A saída de Pacaraima para os venezuelanos é bem mais complicada hoje do que foi a saída de Brasileia para os haitianos. O Acre tem bom acesso rodoviário e o próprio ônibus que transportou os haitianos foi custeado pelo governo do Acre. No caso de Roraima, há uma componente aéreo importante porque o acesso é mais complicado.

Quando tivemos a imigração haitiana no Acre, o momento econômico brasileiro era mais favorável. Havia grandes obras em andamento, havia demanda do agronegócio, no corte de frango, de suínos. Havia demanda de trabalho. Hoje não

há essa mesma perspectiva do emprego. Além disso, a articulação com os empresários tem sido mal feita.

Naquele momento, o Acre mandava os haitianos para o resto do Brasil. E o momento econômico absorvia. Hoje, tem esse problema do transporte, de saída, o que abre logo de cara um debate político. Isso afasta tanto a sociedade civil quanto o empresariado, que poderia empregar essas pessoas.

A reação do governo venezuelano

Na noite de sábado (18), o Ministério das Relações Exteriores da Venezuela publicou nota na qual “recusa a instrumentalização de uma lamentável situação de violência alimentada por uma perigosa matriz xenófoba, multiplicada a partir de governos e meios [de comunicação] a serviços dos inconfessáveis objetivos do imperialismo, a partir do desprestígio da venezuelanidade”.

No post em que publicou a própria nota no Twitter, a chancelaria venezuelana disse que “todo o país [a Venezuela] deve se unir diante do ocorrido em Pacaraima, rechaçando a xenofobia”.

Quais as razões da imigração venezuelana

VÍDEOAs origens da crise na Venezuela

O afluxo teve início com a degradação da situação política, econômica e humanitária na Venezuela, onde o presidente, Nicolás Maduro, vem sendo acusado por organizações de direitos humanos de comandar uma ditadura e de cometer “crimes contra a humanidade” na perseguição a seus opositores.

O país vive uma hiperinflação perto de 14.000% e faltam produtos nas prateleiras de farmácias e supermercados. Relatores das Nações Unidas falam em censura, perseguição, tortura e mortes de dissidentes do governo.

Maduro, por sua vez, se diz cercado por uma oposição intransigente e antidemocrática, que, não sendo capaz de derrotá-lo nas urnas, alia-se a organizações e governos de outros países para desestabilizar seu mandato.

Os EUA já falaram no uso de força militar para mudar o governo da Venezuela, o que dá a medida do nível das tensões políticas, sociais e militares envolvidas na disputa, que levam milhares de cidadãos a fugirem do país em busca de proteção.

Mais de 1 milhão de venezuelanos saiu do próprio país entre 2014 e 2017, de acordo com o Acnur (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados). O principal

destino dos venezuelanos é a Colômbia – com pelo menos 550 mil imigrantes até hoje.

Matéria 9

4 de setembro de 2018

3 sugestões para lidar com a crise de imigrantes da Venezuela

João Paulo Charleaux

ONG internacional de direitos humanos tenta convencer países da América do Sul a adotar políticas coletivas mais flexíveis para lidar com 2,3 milhões de imigrantes da Venezuela

A explosão do número de imigrantes venezuelanos na América do Sul tem levado diversos países da região a adotarem políticas linha-dura em suas fronteiras.

As Nações Unidas dizem que 2,3 milhões de venezuelanos deixaram seu país de origem desde 2014, tornando-se o “assunto mais grave do hemisfério”, de acordo com a OEA (Organização dos Estados Americanos).

Em alguns casos, como no Brasil, houve ataques xenofóbicos das populações locais, como o ocorrido na cidade de Pacaraima, em Roraima, em 18 de agosto.

Essa explosão no número de imigrantes venezuelanos e os reflexos nos países da região levaram a OEA a convocar uma reunião entre seus Estados-membros para esta quarta-feira (5), em Washington.

Diante da crise, uma das maiores ONGs de direitos humanos do mundo, a Human Rights Watch, apresentou um pacote de sugestões para lidar com a questão dos imigrantes.

A organização espera influenciar os governos a priorizarem aspectos de direitos humanos e de proteção de imigrantes vulneráveis na hora de decidir como lidar com a questão.

2,3 milhões

é o número de imigrantes venezuelanos que deixaram o país desde 2014

DESDE 2014

A preocupação com a linha-dura

Recentemente, “alguns países começaram a adotar uma política linha-dura, tornando mais difícil a entrada de venezuelanos que buscam ter status legal”, disse a organização.

Além disso, a Human Rights Watch manifestou “preocupação crescente” com “incidentes de violência xenofóbica, e um clima de ameaças” a esses imigrantes.

No Brasil, há propostas do governo local de fechar a fronteira com a Venezuela. Além disso, políticos de Roraima falam em restringir o acesso desses imigrantes a serviços de saúde e educação. O presidente Michel Temer garante a fronteira aberta. Ele recorreu às Forças Armadas para lidar com a crise.

No Peru e no Equador, os governos nacionais passaram a exigir apresentação do passaporte aos venezuelanos, mesmo sabendo que o governo em Caracas não está emitindo o documento. Na prática, a medida é uma forma de fechar as portas para os imigrantes.

Os refugiados: um problema específico

A maioria dos venezuelanos que deixam seu país de origem foge da crise econômica e humanitária instalada no país a partir de 2014. Alguns são alvo de perseguição política direta do governo.

O presidente Nicolás Maduro está sendo acusado de cometer “crimes contra a humanidade”. Prisões arbitrárias, tortura e execuções são alguns dos crimes atribuídos por organizações de direitos humanos ao governo venezuelano.

Os cidadãos que fogem especificamente dessa perseguição política apresentam no exterior um “pedido de refúgio”. Por estarem sob risco de vida claramente identificado, os “refugiados” são objeto de uma proteção especial reconhecida pelo direito internacional.

Como os “refugiados” têm direitos especiais – por exemplo, não podem ser devolvidos a seu país de origem em nenhuma hipótese –, alguns países têm relutado em reconhecer esse status.

A Human Rights Watch defendeu que os governos da região tenham uma interpretação abrangente da concessão de refúgio, incluindo também os que fogem de violações massivas aos direitos humanos, mesmo que não sejam objeto de perseguição pessoal, individualizada.

O documento publicado pela organização também apresenta uma lista de três sugestões a serem adotadas pelos países que estarão reunidos na OEA, em Washington.

Propostas

VISTO ESPECIAL

A criação de um “regime temporário de proteção” que permita aos venezuelanos permanecer legalmente nos países da região. Na prática, seria uma categoria de visto de residência especial para os venezuelanos.

DIVISÃO DO FARDOS

A adoção de um mecanismo de distribuição em bases equitativas dos custos e dos próprios imigrantes venezuelanos entre os governos dos países da América do Sul. Com isso, se resolveria a disparidade, por exemplo, entre a Colômbia, que recebeu 1 milhão de venezuelanos, e o Brasil, que tem pouco mais de 58 mil.

PRESSÃO POLÍTICA

Por fim, a criação de uma estratégia coordenada de ataque às causas da imigração venezuelana, incluindo sanções ao governo de Maduro, a negação de visto e o congelamento de bens de altos funcionários venezuelanos.

Matéria 10

11 de dezembro de 2018

O que é o pacto de migração rejeitado por Bolsonaro

Matheus Pimentel

Maioria dos países do mundo assinou o acordo das Nações Unidas. Governantes de direita desistem e falam em ameaça

A maioria dos países do mundo, incluindo o Brasil, assinou na segunda-feira (10) um acordo global da Organização das Nações Unidas para lidar com a migração.

O Pacto Global de Migração, que serve como uma espécie de guia geral sobre o tema, foi assinado em um encontro em Marrakech, no Marrocos, com chefes de Estado e de governo e altos representantes dos países-membros.

É o primeiro documento sobre migração com essa escala mundial. O texto foi negociado ao longo de 18 meses. Por não ser vinculante, os países signatários não sofrem punições se descumprirem o pacto.

164

países assinaram o Pacto Global de Migração

60 mil

pessoas morreram enquanto tentavam migrar para outros países desde 2000, segundo dados da ONU

Em julho de 2018, o texto do acordo foi aprovado por 192 países — todos os Estados-membros da ONU, à exceção dos Estados Unidos, que ainda em 2017 haviam se retirado dos diálogos e rejeitado o acordo.

Depois da assinatura inicial, o pacto teve baixas importantes. Cerca de 30 países desistiram de vez de apoiá-lo ou não se comprometeram com a assinatura. Depois dos EUA, saíram Chile, Itália, Polônia, Hungria, Áustria e Austrália.

Em geral, são países com governos de direita e discurso nacionalista. O argumento em comum para rejeitar o pacto da ONU é uma possível ameaça à segurança ou à soberania do país, pois consideram que o texto afrouxa políticas migratórias nacionais e encoraja novas migrações em massa.

As negociações surgiram como uma consequência da crise humanitária na Europa em 2015, com milhões de migrantes e refugiados tentando entrar no continente. Muitos deles fugiam de conflitos armados em seus países de origem, como Síria, Afeganistão, Iraque e Somália. A maioria se deslocou não para a Europa, mas para países vizinhos, como Líbano, Paquistão e Turquia.

Desde aquele ano o tema tem sido vital na política europeia — dividindo o lado que defende o acolhimento daqueles que falam em fechar as fronteiras.

O que o documento diz

Formalmente nomeado Pacto Global para uma Migração Segura, Ordenada e Regular, o documento traz diretrizes gerais sobre como lidar com as populações que saem de seus países de origem — seja apenas por razões econômicas, seja para fugir de guerras, seja por perseguição de cunho étnico, religioso, político, entre outros. Por exemplo:

garantir acesso a documentação legal

administrar as fronteiras de modo coordenado com os vizinhos

prover aos imigrantes acesso a serviços básicos e a emprego

deter migrantes irregulares apenas como último recurso e buscar medidas alternativas

combater conjuntamente o tráfico internacional de pessoas

A posição do futuro governo do Brasil

Na noite de segunda-feira (10), o futuro ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, disse que o Brasil irá sair do acordo quando Jair Bolsonaro assumir a Presidência em 1º de janeiro de 2019. É um discurso semelhante ao de outros governos de direita de discurso nacionalista, citando o argumento da soberania.

Segundo o embaixador, o documento da ONU é “inadequado” para lidar com a questão migratória, que deve ser tratada não globalmente, e sim “de acordo com a realidade e a soberania de cada país”.

2/O Governo Bolsonaro se desassociará do Pacto Global de Migração que está sendo lançado em Marraqueche, um instrumento inadequado para lidar com o problema. A imigração não deve ser tratada como questão global, mas sim de acordo com a realidade e a soberania de cada país.

— Ernesto Araújo (@ernestofaraujo) 10 de dezembro de 2018

O futuro chanceler disse ainda que o governo Bolsonaro vai buscar um marco regulatório na área. O Brasil já possui uma Lei de Migração recente, em vigor desde 2017, no governo Michel Temer.

A lei é de autoria de Aloysio Nunes (PSDB-SP), atual ministro das Relações Exteriores, quando ele exercia o cargo de senador. Aloysio defende uma legislação de acolhimento a imigrantes e não sob a ótica policial, reconhecendo a migração como um direito. Diversos pontos da lei foram vetados por Temer antes da sanção presidencial.

Na terça-feira (11), Aloysio criticou a posição de Araújo de sair do pacto da ONU: disse que o acordo é sim uma questão global e compatível com a realidade brasileira, além de chamar a saída de “retrocesso”.

Os imigrantes da Venezuela

Para o Brasil, o principal tema na agenda migratória atualmente é a chegada de imigrantes venezuelanos, pela fronteira com Roraima. Sobre isso, Araújo disse que o Brasil continuará a receber venezuelanos.

Governada por Nicolás Maduro, a Venezuela vive grave crise econômica, com hiperinflação e escassez de bens básicos, como alimentos e remédios. Muitos venezuelanos que saem do país relatam também sofrer perseguição política.

Bolsonaro defendeu, durante e depois da campanha, a ideia de criar campos de refugiados para abrigar imigrantes oriundos da Venezuela. O presidente eleito disse ainda ser necessário um “rígido controle” na fronteira, pois “tem gente também que nós não queremos no Brasil”.

Os serviços públicos municipais e estaduais em Roraima ficaram sobrecarregados e houve também ataques xenófobos feitos por brasileiros. Parte dos venezuelanos aceitou participar de um programa federal de interiorização para outros estados do

Brasil, e parte também aderiu a um programa do governo venezuelano de repatriar seus cidadãos. Muitos, contudo, continuam em Roraima. Com problemas fiscais e em presídios, Roraima está sob intervenção federal desde segunda-feira (10). O governador eleito e atual interventor, Antonio Denarium (PSL), é do mesmo partido de presidente eleito e defende o fechamento total da fronteira com a Venezuela — algo rejeitado tanto por Bolsonaro quanto por Temer.

Fonte: Nexo Jornal, elaborado pela autora.

5. Reflexões finais– Encontros e desencontros entre análises e conceitos

Chegamos então a este ponto tão importante de nosso trabalho – as conclusões e reflexões baseadas em todo o referencial teórico levantado e na metodologia que foi aplicada neste recorte sobre a migração venezuelana em direção ao nosso País.

Como uma reflexão geral sobre o Jornalismo para a Paz – e sendo este um ponto abordado em nossas aulas da disciplina de Comunicação para Culturas de Paz e Interculturalidade deste curso na Unesp - estaria o questionamento sobre como o Jornalismo para a Paz não seria algo bastante semelhante ao próprio “bom jornalismo”, ou seja, se este último não é uma linha de teoria, ele é basicamente o que pressupomos e esperamos das mídias em sua forma mais pura e natural.

Se propusemos para este trabalho a reflexão e a análise detalhada sobre pontos como contextualização, humanização, entendimento do discurso corrente, incentivo ao diálogo, informação de serviços e dos direitos humanos, abordagens de solução de conflitos, entre outras destas temáticas, estamos afinal pensando em um jornalismo responsável. Além disso, estamos ainda, tocando em pontos congruentes ao Jornalismo Cidadão, ao Jornalismo de Empoderamento, ao Jornalismo Democrático, Jornalismo de Mudança, entre tantos outros que caminham rumo a um destino comum: uma comunicação midiática cada mais responsável.

Refletimos neste trabalho sobre o papel da imprensa na formação dos discursos correntes e senso comum – sejam positivos ou negativos – e a influência real na sociedade. A temática da migração venezuelana, em seu recorte de 2018, nos faz percorrer um longo e triste caminho traçado entre palavra > senso comum > discurso > motivação xenófoba > violência > morte. Conectamos assim o que os Estudos para a Paz falam sobre naturalização das ideias e violência cultural e estrutural com nossas discussões midiáticas.

O tema Venezuela-Brasil nos levou automaticamente a um universo de signos que inclui sistemas políticas diferentes do nossos e, conseqüentemente, suscita em parte dos brasileiros seu discurso mais conservador e protecionista – compondo então mais um debate de opinião pública bipolarizada e maniqueísta, que pouco colabora para nossa defesa por um jornalismo de análise e de contexto.

Então, para não debatermos sobre esta construção social com olhar maniqueísta (paz versus guerra) e trazermos então os caminhos do jornalismo para abordá-la com outra complexidade, este trabalho nos levou a entender o papel do jornalismo na construção de realidades sociais e suas ferramentas com relação à educação e à facilitação da compreensão de temas complexos para o leitor comum.

Falar sobre educação é bastante amplo certamente, mas neste caso, a reflexão é sobre o papel educacional do jornalismo, especialmente no Brasil, onde poucos veículos se propõem a iniciativas neste sentido, mas temos no Nexo uma mídia desenvolvendo uma iniciativa dedicada a colaborar com a educação brasileira, o NexoEdu que mostrou ser importante para compreender a complexidade do fenômeno da migração e a tratá-lo como uma questão que merece a compreensão e solidariedade dopais receptor desse contingente migracional.

Em nossa análise, pudemos notar que muitas das publicações realizadas sobre a Venezuela no Nexo – e não apenas o tema da migração – foram incorporadas e / ou produzidas de acordo com seu projeto educacional, NexoEdu, ou seja, a combater o preconceito e a dicotomia bem-mal, isso feito por 35% das matérias analisadas nessa iniciativa educacional do veículo.

Assim, ao pensarmos na capacidade de uso das mídias para ampliar as ferramentas do leitor em direção a uma melhor compreensão da notícia, vimos na cobertura do Nexo um trabalho editorial que preza pela criação e disponibilização de diferentes recursos multimídia e construções textuais que favorecem o entendimento contextualizado e promovem a fácil leitura de temas que, em geral, fogem do conhecimento do leitor brasileiro que não é especialista da área.

Além disso, a contextualização se vê materializada no recorte analisado, pois 100% das publicações contextualizaram e recapitularam os desdobramentos mais amplos ao redor da pauta e 90% das notícias que analisamos usam de artifícios textuais, visuais e multimídia com este objetivo.

Entendemos a contextualização como fundamental para a construção de narrativas. Nenhum fato ficou perdido e solto no texto jornalístico. Todas notícias fazem parte de uma narrativa mais extensa e estão interligadas com outras partes e relações infinitas, ou seja, a uma linearidade histórica que se recorta ao olharmos para um acontecimento momentâneo.

Vendo então esta cobertura sob uma lupa mais humanitária, nos deparamos em uma amostra que aborda bastante as questões do bem-estar social, sendo este

critério visto em 100% das publicações e cerca de 70% delas levantam pontos relacionados à identidade social deste grupo e temáticas sobre a liberdade social são vistas em 100% deste objeto.

Este trabalho se propôs também a analisar a orientação das matérias em direção a um discurso de paz. Neste quesito, a cobertura apresentou 90% de suas publicações com algum propósito ou artifício para combater reproduções de violência. Mas, a partir disso, um total bem abaixo, de 10% da cobertura, levantou alternativas para resolução de conflitos e 30% do recorte encaminhou a matéria em um sentido de incentivo ao diálogo.

Nesta linha, nossa análise quantificou cerca de 40% das matérias tratam de combater discursos de ódio por meio de alguma das estratégias jornalísticas aplicadas e 60% delas mostram um objetivo de combate a movimentos xenófobos.

Com relação ao retrato humano, localizamos que 70% desta cobertura levantou o aspecto da identidade social do venezuelano, sendo que também ficou na marca de 70% a quantidade de matérias com algum tipo de direcionamento em humanizar pessoas e 50% deste total usou de alguma estratégia para romper com algum preconceito ou alguma forma estereótipo social.

Ao final da aplicação da nossa metodologia, chegamos a resultados numéricos que apontam para os pontos de encontro com as premissas do Jornalismo para Paz dentro deste corpus. Em geral, quando registramos o percentual todos nossos pontos de análise, chegamos a um total geral de 64% para indicativos do Jornalismo para Paz – o que nos aponta ao entendimento que na maior parte do tempo, essa cobertura levantou pontos sensíveis aos nossos estudos.

Compreendemos assim que, mesmo ao estudarmos um veículo e um jornalista que estão desconectados a esta linha teórica ou aos nossos indicativos estudados neste trabalho, estas premissas permearam este trabalho jornalístico, mesmo que de forma não institucionalizada.

No entanto, uma estratégia jornalística que não foi localizada neste corpus foi uso de entrevistas com estes migrantes ou a retratação de sua voz, de suas falas, palavras e opiniões. Neste aspecto, sentimos falta de um exercício de humanização e compreensão por meio da escuta deste venezuelano.

Por outro lado, vimos um exercício jornalístico comprometido e constante em nosso corpus em trazer as informações jurídicas de forma compreensível e mais simplificada para o leitor comum, contando com comentários, entrevistadas de

especialistas na área, infográficos e artifícios multimídia como suporte. Ao todo, somamos 100% do corpus colocando os Direitos Humanos em pauta ao tratar do migrante venezuelano.

Assim, ao final deste trabalho, passamos a pensar este recorte do Nexo Jornal como um novo esquema jornalístico para o Brasil, pois vimos a análise quantitativa e qualitativa deste corpus com encontros muito significativas com nossa fundamentação teórica e o reconhecemos como uma mídia que está construindo uma história diferente da denominada mídia comercial que, em sua maioria, se baseiam na verba de publicidade de grandes empresas e não se posicionam oficialmente como uma linha de jornalismo de contexto, crítico e humanizado.

Como estudiosos do Jornalismo para Paz, sabemos que não podemos tentar enquadrar o Nexo Jornal como um veículo que seja adepto a esta teoria ou não, mas estes cruzamentos nos ajudam a refletir a respeito da responsabilidade e importância da nossa área e da nossa profissão. Oficialmente, a linha editorial do veículo afirma seu comprometimento com a contextualização das notícias e a ampliação do acesso a dados, assim como afirma que pretende contribuir para o debate público qualificado e assim fortalecer a democracia brasileira.

Em outro aspecto, o modelo de negócio do Nexo não fica claro ao final deste trabalho, pois o veículo segue declarando oficialmente por meio de seu website oficial que se trata de uma iniciativa independente e financiada com recurso próprio de seus fundadores mesmo após divulgar publicamente o aporte recebido em 2019 por parte da Luminare, organização filantrópica do fundador do Ebay, Pierre Omidyar, também financiador do Intercept no Brasil.

Se o Jornalismo para a Paz ainda se vê pouco discutido no Brasil em geral, ele avança no universo acadêmico mais especializado em análise de comunicação e nos propõe um caminho de reflexão que nos leva de volta às premissas do que se discute a respeito da importância e da influência da imprensa na construção da opinião pública – e que esta pode sempre apresentar riscos quando dotada de preconceitos e xenofobia.

Por meio deste trabalho de pesquisa, relacionamos a linguagem com ações violentas e o poder do jornalismo sobre isso, suas ferramentas e possibilidades de atuar sobre este cenário numa proposta de paz. Esta pesquisa nos deu a oportunidade de pensar mais nos meios, que são grandes atores da sociedade, e de trazer uma nova mídia para nosso campo de estudos.

Assim, estudamos aqui a palavra do ser humano em seu círculo de relações interpessoais e a comunicação social. A sociedade evolui e adere aos novos meios de comunicação de maneira acelerada, mas no fim do dia, esse emaranhado da sociedade em rede é composto por gente motivando gente em direção aos mais distintos discursos - sejam eles de Paz ou de Guerra.

Entendemos que evoluir como ser humano e como sociedade em direção aos preceitos do Direitos Humanos é parte fundamental do caminho democrático e de uma sociedade mais igualitária e mais plural. E para que a comunicação trabalhe a favor da evolução do nosso pensamento, temos no Jornalismo uma reflexão chave para a construção de um caminho seguro para a tomada de consciência e um ambiente de discursos analíticos e contextualizados. Além disso, confiamos no jornalista como o intermediador destes discursos que se encontram e se desencontram ao longo desta jornada.

“Ser periodista es tener el privilegio de cambiar algo todos los días”.

Gabriel García Márquez

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANISTIA INTERNACIONAL. **Informe 2017/2018: O Estado dos Direitos Humanos no mundo**. Relatório. Londres: Amnesty International, 2018. Disponível em: <<https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2018/02/informe2017-18-online1.pdf>>, acessado em 25 maio 2018.

ARAGÃO, T., SANTI, Vilso. **Somos migrantes: o uso das redes sociais na produção midiática alternativa sobre a migração venezuelana em Roraima**. Aturá Revista Pan-Amazônica de Comunicação, Palmas. v. 2, n. 1., p. 136-156, jan-abr. 2018.

ASSIS, Carolina. **Nexo recebe aporte milionário. Saiba como o dinheiro será usado**. Portal Comunique-se. 14 de março de 2019. Disponível em: <https://portal.comunique-se.com.br/nexo-recebe-aporte-milionario-saiba-como-o-dinheiro-sera-usado/>

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec. 1990

BALTAR, Claudia Siqueira; BALTAR, Ronaldo. **Migrações Internacionais e Política: uma agenda “Pós materialista” para o debate político eleitoral no Brasil**. In:

BAENINGER, Rosana et al., (orgs). **Migração Sul –Sul. Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”- Nepo/Unicamp, 2018 (2ª edição).**

BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BOND, Letycia. Agência Brasil, 2018. **Manifestantes invadem abrigo e queimam pertences de venezuelanos em Roraima**. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-03/manifestantes-invadem-abrigo-de-venezuelanos-em-roraima-e-queimam-seus>, acessado em 20 maio 2018.

BOULDING, E. Peace culture. In: AFKHAMI, M. (Org.). **Toward a compassionate society**. WLP, 2002.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>, acessado em 15 abril 2018

BRASIL. IBGE. **Censo demográfico**, 2015. Disponível em: www.ibge.gov.br, acessado em 10 de setembro de 2019.

BRETELL, Caroline B.; HOLLIFIELD, James F. Migration theory: taking across disciplines. In: _____. (eds) **Migration theory: taking across disciplines**. London: Routledge, 2008. P. 1-29.

CABRAL, Raquel; SALHANI, Jorge. Jornalismo para a paz: conceitos e reflexões. In: **E-Compós**, v. 20, n. 3, p. 1-20, 2017. Disponível em: <https://e-compos.org.br/e-compos/article/view/1371>

CAMBRICOLI, Fabiana; CARVALHO, Marco Antônio; CORREIA, Cyneida. **Crise na Venezuela estimula tráfico de armas na fronteira com Roraima**. O Estado de São Paulo. 14/05/2018. Disponível em: <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,crise-na-venezuela-estimula-trafico-de-armas-na-fronteira-com-roraima,70002307275>>, acessado em 18 maio 2018.

CIANCIO, A.; NOS ALDÁS, E. **Comunicación para la paz y la cooperación: un proyecto conjunto**. Jornades de Foment de la Investigació, 2000.

CRESSWELL, T. **On the move: mobility in the modern western world**. New York: Routledge, 2006.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (CIDH). Resolução 2/18. **Migração forçada de pessoas venezuelanas**. 167º período de sessões. Bogotá, 2018. Disponível em: <https://www.oas.org/pt/cidh/decisiones/pdf/Resolucao-2-18-pt.pdf>, acessado em 10 maio 2018.

COPELLO, E. A.; ROJAS, L. R. **Estudiantes: comunicación y cultura de paz**. Revista Científica Electrónica de Ciencias Humanas, v. 11, n. 4, p. 2865, 2008.

DIENER, Alexander. C.; HAGEN, Joshua. **Borders: A Very Short Introduction**. Oxford: University of Oxford, 2012.

Dungen, Peter van den (1981), **Foundations of Peace Research**. London: Housmans.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FAVELL, A. **Rebooting migration theory: Interdisciplinarity, globally and postdisciplinarity in migration studies**. In: BRETELL, C.B.; HOLLIFIELD, J. F. (Eds.).

FAWCETT, Liz. **Why peace journalism isn't news**. In: Journalism Studies, vol 3, n. 2, 2002, p. 213 – 223.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **Experiências temporais do jornalismo na cobertura de guerras**. In: Revista Verso e Reverso, São Leopoldo: Centro de Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. n.37, 2003, p.39-56.

FGV. **Entenda qual o perfil dos imigrantes venezuelanos que chegam ao Brasil**, 2018. Disponível em: <<http://dapp.fgv.br/entenda-qual-o-perfil-dos-imigrantes-venezuelanos-que-chegam-ao-brasil/>>. Acessado em 22 de agosto de 2018.

FORMENTI, Lígia. **Brasil poderá ter um aumento de 50% de casos de malária em 2018**. O Estado de S. Paulo, 2018. Disponível em: <<https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-podera-ter-um-aumento-de-50-de-casos-de-malaria-em-2018,70002310258>>, acessado em 18 maio 2018.

G1 RR. **Homens são mortos por espancamento e golpe de faca em Mucajaí**, Sul de RR. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/homens-sao-mortos-por-espancamento-e-golpe-de-faca-em-mucajai-sul-de-rr.ghtml>, acessado em 20 maio 2018.

GALEANO, Eduardo (1989): **O livro dos abraços**, São Paulo, L&PM Editores.

GALTUNG, Johan. RUGE, Mari Holmboe. **The Structure of Foreign News: The Presentation of the Congo, Cuba and Cyprus Crises in Four Norwegian Newspapers**. In: **Journal of Peace Research**. Oslo, mar. 1965, p.64-90.

GALTUNG, Johan. **Searching for peace – the road to transcend**. London: Pluto, 2002.

_____. **Peace Journalism as an Ethical Challenge**. GMJ: Mediterranean Edition 1, Fall, 2006. p. 1- 5.

_____. **Transcender e Transformar: uma introdução ao trabalho de conflitos**. São Paulo: Palas Athena, 2006.

_____. WEBEL, Charles. **Hand Book of Peace and Conflict Studies**. London: Routledge, 2007.

GENOVA, Nicholas. **The “Crisis” of the European Border Regime: Towards a Marxist Theory of Borders**. 2016. Disponível em: <https://isj.org.uk/the-crisis-of-the-european-border-regime-towards-a-marxist-theory-of-borders/>, acessado em 10 abril 2018.

GIRÓ, X. **Análisis crítico del discurso mediático y pedagogía comunicativa para la paz**. In: GONZÁLEZ, A.C.; LÓPEZ, M. C. (Orgs.). **Comunicación y cultura de paz**. Editorial Universidad de Granada: Granada, 2012. p. 83-104.

GOETTERT, Jones D. Gentes, migração e transitividade migratória. **Espaço Plural**, v.10, n.20, p-53-62, 2009.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GORSEVSKI, Ellen W. **Non-violent theory on communication**: The implications for theorizing a nonviolent rhetoric. In: **Peace & Change**, Chicago, v. 24, n 4, out. 1999.

HANITZSCH, Thomas. Situating peace journalism in journalist studies: a critical appraisal. In: **Conflict & Communication online**, vol. 6, n. 2, Berlim, 2007. Disponível em: www.cco.regener-online.de Acesso em: 25 de agosto de 2019

IBGE (2015). **Brasil em Síntese**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/boa-vista/panorama>, acesso em 15 de fevereiro de 2018.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION (IOM). **Regional Action Plan: Strengthening the regional response to large scale migration of Venezuelan Nationals into South America, North America, Central America and the Caribbean.** Relatório. 2018. Disponível em: <<https://rosanjoie.iom.int/site/en/regional-response-migration-venezuelans>>, acessado em 20 maio 2018.

ITAÚ. **Macro Visão-Índice Itaú de Atividade dos Estados. Relatório.** 9 de março de 2018. Disponível em: <<https://www.italu.com.br/itaubba-pt/analises-economicas/publicacoes/macro-visao/indice-italu-de-atividade-dos-estados>>, acessado em 10 maio 2019.

Koppe, Karlheinz (2001). **Der vergessene Frieden.** Friedensvorstellungen von der Antike bis zur Gegenwart. Opladen: Leske + Budrich.

Koppe, Karlheinz; Reichardt, Wolfgang (orgs.) (1994), **Geschichte der Friedensforschung.** Hagen: Fernuniversität.

LAFUENTE, Javier. El País, 2014. **Os negócios que unem o Brasil e a Venezuela.** Disponível em: < <https://www.viomundo.com.br/politica/marcelo-zero-para-entender-a-venezuela-e-preciso-saber-como-era-antes-da-revolucao-bolivariana.html>>. Acessado em 15 de julho de 2019.

LAFUENTE, Javier. El País, 2014. **A decadência da Alba.** Disponível em: < https://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/13/internacional/1418491835_596490.html>, acessado em 22 de agosto de 2019.

LAGO, Claudia. **Ensinaamentos antropológicos: a possibilidade de apreensão do Outro no Jornalismo.** In: Brazilian Journalism Research, v. 6, n. 1, p. 164-178, 2010

LECHNER, E. Imigração e saúde mental. **Migrações**, n 1, p. 79-101, set. 2007.

LISSARDY, GERARDO. BBC, 2015. **Os negócios que unem o Brasil e a Venezuela.** Disponível em: < https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/03/150311_brasil_venezuela_negocios_gl_pai>. Acessado em 22 de agosto de 2019.

LUSSI, C.; MARINUCI, R. **Vulnerabilidade social em contexto migratório.** Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios, 2007.

LYNCH, Jake e Annabel McGoldrick (2002): **Reporting the World**, Berkshire, Peace and Conflict Forums.

LYNCH, Jake. A course in Peace Journalism. In: **Conflict & Communication online.** vol, 6, n. 1, Berlim, 2007. p. 1-20.

LYNCH, Jake.; MCGOLDRICK, Annabel. **Peace Journalism.** Stroud: Hawthorn Press, 2005.

MARANDOLA, Jr., E. Insegurança existencial e vulnerabilidade no habitar metropolitano. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 18, n. 29, p. 39-58, 2008 a.

MARQUES, Marcelo. **Moradores ateam fogo em objetos e expulsam venezuelanos de prédio abandonado durante protesto em RR**. 19/03/2018. G1 RR. Disponível em: < <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/moradores-ateiam-fogo-em-objetos-e-expulsamvenezuelanos-de-predio-em-cidade-no-interior-de-rr.ghml>>, acessado em 20 maio 2018.

MCLUHAN, Marshall. **A Galáxia de Gutenberg**: A formação do homem tipográfico. São Paulo: Nacional, 1972.

MEIO & MENSAGEM. **“Nexo recebe doação de fundador do Ebay”**. Disponível em: <<https://www.meioemensagem.com.br/home/ultimas-noticias/2019/02/08/nexo-recebe-doacao-de-fundador-do-ebay.html>>, acessado em 1 de junho de 2019.

MITCHELL, C.R. **The Structure of International Conflict**. London: Palgrave Macmillan UK, 1981.

MENA, N. M. As respostas extra-territoriais dos Estados latino-americanos face à migração transnacional. **Migrações**, Lisboa, n. 5, p. 37 – 52, out. 2009.

MEZZADRA, Sandro; NEILSON, Brett. **Border as Method, or, the Multiplication of Labor**. Londres: Duke University Press, 2013

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Situação dos Casos de Sarampo nos Estados de Roraima e Amazonas – 2018. Informe Nº 6| 2017/2018 2. Disponível em: < <https://portalquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/junho/28/Informe--n11--Sarampo-CGDT-18-06-2018.pdf> >, acessado em 30 abril 2018.

NEXO JORNAL. **“Sobre o NEXO”**. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/sobre/Sobre-o-Nexo>>, acessado em 20 maio 2018.

NOS ALDÁS, E.; SEGUÍ-COSME, S.; MACHOTA, A. M. R. **Comunicación y construcción de paz**. Barcelona: Icaria Editorial, 2008.

OMIDYARGROUP. **“Focus Areas”**. Disponível em: <https://www.omidyargroup.com/focus-areas/>, acessado em 20 de junho de 2018.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). **Informe de la Misión de la Organización de los Estados Americanos (OEA) a la Frontera Brasil-Venezuela a Invitación del Gobierno de Brasil**. Relatório. Washington: 30 abril 2018. Disponível em: < https://www.oas.org/es/sadye/documentos/Informe_Mision_OEA_Brasil_Venezuela.pdf >, acessado em 10 maio 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Convenção Relativa ao Estatuto de Refugiados**. 1951. Disponível em:

<https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_a_o_Estatuto_dos_Refugiados.pdf>, acessado em 21 maio 2018.

ORTIZ, Delis. G1, 2015. **Na Venezuela, falta remédio, comida, equipamentos e até papel higiênico.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2015/06/na-venezuela-falta-remedio-comida-equipamentos-e-ate-papel-higienico.html>>, acessado em 20 de setembro de 2019.

PACETE, Luiz. Meio & Mensagem, 2019. **“Após investimento, Nexo aposta em diversificação”.** Disponível em: <<https://www.meioemensagem.com.br/home/midia/2019/02/22/nexo-aposta-em-diversificacao-apos-primeiro-aporte.html>>. Acesso em: 21 de junho de 2019.

PASQUA, L. D.; MOLIN, F. Algumas considerações sobre as consequências sociais e psicológicas do processo migratório. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Ano XVII, n. 32, p.101-116, jul./dez. 2009.

PUREZA, José Manuel e Ferrándiz, Francisco (coords.) (2003): **Fogo sobre os media**, Coimbra, Andaimos do Mundo.

RAVENSTEIN, E. G. **As leis da migração.** In: MOURA, H. A (Org.). Migração interna, textos selecionados: teorias e modelos de análise: BNB, 1980, p. 19-88.

RESENDE, Fernando. O jornalismo e suas narrativas: as brechas do discurso e as possibilidades do encontro. In: **7º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo**. São Paulo, novembro, 2009.

RORAIMA (Estado). Procuradoria Geral do Estado. Ação Civil Originária de 12 de abril de 2018. Pedido de Tutela Provisória. ACO 3121. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=5437155>>, acessado em 2 maio 2018.

ROCHA, Eliane. **Migrante cidadão: violência expõe a xenofobia em Roraima. Amazônia Real, 2018.** Disponível em: <<https://amazoniareal.com.br/migrante-cidadao-violencia-expoe-a-xenofobia-em-roraima/>>. Acesso: 20 de maio de 2018.

SADIG, H. B.; GUTA, H. A. **Peace communication in Sudan: toward infusing a new Islamic perspective.** In: FORTNER, R. S.; FACKLER, P. M. The handbook of global communication and media ethics. WileyBlackwell, 2011. p. 602-625.

SALINAS, A. I. A. **Periodismo y comunicación para la paz.** Indicadores y marco regulatório. Revista Comunicación y Ciudadanía Digital – COMMONS, v. 3, n. 1, p. 57-92, 2014.

SIGNATES, L. Comunicação e Paz. Disponível em: <<http://bit.ly/2kbF5f9>>. Acesso em 25 mar. 2017.

SPINDLER, William. **Response stepped up in Brazil as Venezuelan arrivals grow.** UNHCR. 06/04/2018. Disponível em: <

[https://www.unhcr.org/news/briefing/2018/4/5ac72f194/response-stepped-brazil-venezuelan-arrivals-grow.html#\[1\]](https://www.unhcr.org/news/briefing/2018/4/5ac72f194/response-stepped-brazil-venezuelan-arrivals-grow.html#[1])>, acessado em 2 de maio de 2018.

SHINAR, Dov. Mídia democrática e jornalismo voltado para paz. In: **Revista Líbero**, São Paulo, ano IX, n. 21, jun. 2008, p. 39-48.

SOARES, Weber. **Para além da Concepção Metafórica de Redes Sociais: fundamentos teóricos da circulação topológica da migração internacional**. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13, Ouro Preto, 2002. **Anais**, Campinas, 2002.

TRANSPARENCIA VENEZUELA. **Transparencia** Venezuela, 2017. Disponível em: < <https://transparencia.org.ve/project/hitos-2017-mision-barrio-adentro/>>. Acessado em 18 de dezembro de 2019.

SPINDLER, William. **Response stepped up in Brazil as Venezuelan arrivals grow**.

VAN DEN DUNGEN, Peter. Varieties of peace science: a historical note. *Journal of Peace Science*, Thousand Oaks, v. 2, n. 2, p. 239-257, 1977.

VALESAN, S. Apresentação. In: WASELFSZ, J. J. **Mapa da Violência: mortes matadas por armas de fogo**. Brasília: 2015. Disponível em: <<http://bit.ly/1h5RXOX>>. Acesso em 23 mar. 2017.

VICENTE, M. M. **Comunicación y paz activa: un diálogo posible**. *Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, v. 38, n. 1, p. 275-292, 2015.

VISENTINI, Paulo G. F. (org.). **A Grande Crise: a nova (des) ordem internacional dos anos 80 aos 90**. Petrópolis: Vozes, 1992.

VISENTINI, P. G. F.. **Venezuela: situação política e relações internacionais**. In: DATHEIN, Ricardo. (Org.). **Parceiros Estratégicos para a Inserção Internacional do Brasil (As Américas)**. 1ed.Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012, v. 1, p. 241-248.

WESSENDORF, Susanne. 'Roos Migrants': Transnationalism and 'Return' among Second-Generation Italians and Switzerland. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, v. 33, n7, p 1083-1102, 2007.

WIBERG, Håkan. **How is it possible to evaluate propositions about the future?** In: SCHWARZ, Stephan (Ed.). *Knowledge and concepts in futures studies*. Boulder: Westview, 1976. p. 121-161

WIBERG, Håkan. Investigação para a paz: passado, presente e futuro. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 71, p. 21-42, 2005.
Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/1013>

ZERO, Marcelo. Viomundo, 2017. **Para entender a Venezuela hoje é preciso saber como era antes da “revolução bolivariana”**. Disponível em: < <https://www.viomundo.com.br/politica/marcelo-zero-para-entender-a-venezuela-e->

[preciso-saber-como-era-antes-da-revolucao-bolivariana.html](https://www.viomundo.com.br/politica/marcelo-zero-para-entender-a-venezuela-e-preciso-saber-como-era-antes-da-revolucao-bolivariana.html)>. Acesso em: 20 de junho de 2019.

ZERO, Marcelo. Carta Capital, 2017. **Para entender a Venezuela hoje é preciso saber como era antes da “revolução bolivariana”**. Disponível em: <<https://www.viomundo.com.br/politica/marcelo-zero-para-entender-a-venezuela-e-preciso-saber-como-era-antes-da-revolucao-bolivariana.html>>. Acesso em: 21 de junho de 2019.